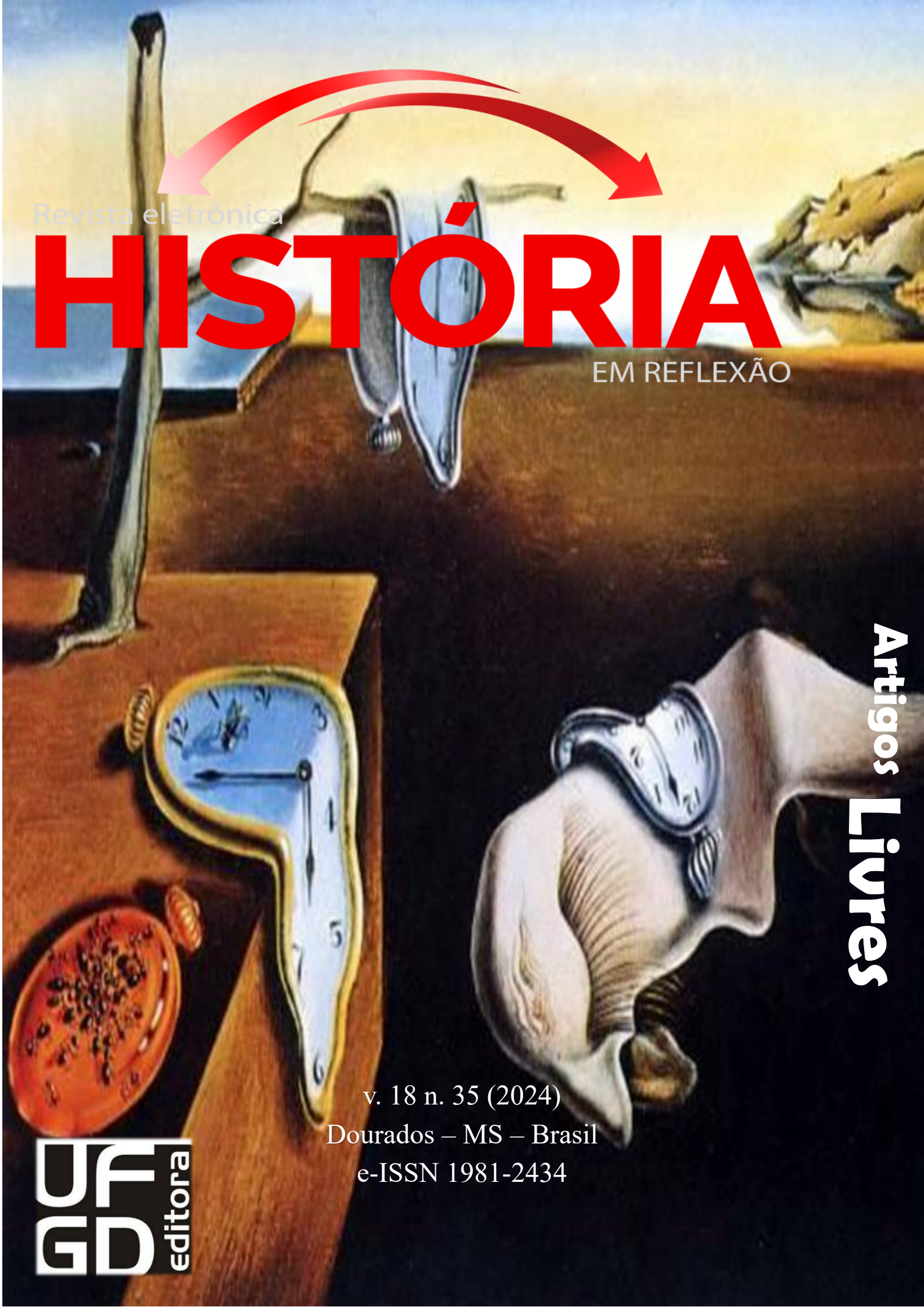


Revista eletrônica

HISTÓRIA

EM REFLEXÃO

Artigos Livres

v. 18 n. 35 (2024)
Dourados – MS – Brasil
e-ISSN 1981-2434

UFGD editora

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

GAZETA MEDICA DA BAHIA[1]

Análise preliminar da suspensão do periódico no século XX

GAZETA MEDICA DA BAHIA

Preliminary analysis of the periodical's suspension in the 20th century

DAVILENE SOUZA SANTOS[2]

ALESSANDRA S. S. E BARROS [3]

FLÁVIA G. M. GARCIA ROSA [4]

RESUMO

O objetivo do texto é analisar fatores socioculturais que estejam associados à interrupção do periódico científico *Gazeta Medica da Bahia*, ocorrida em 1935. Criado na Bahia em 1866, por uma associação de médicos independentes, a revista apresentou uma metodologia e uma perspectiva investigativa para a medicina tropical que ultrapassou barreiras geográficas e epistemológicas. Desse modo, essa investigação de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico e documental, busca identificar alguns aspectos que levaram à suspensão do periódico entre 1935 e 1965, ressurgindo em 1966, ano do centenário de fundação. Para atingir o objetivo proposto, adotou-se a revisão de literatura e a observação sistemática do periódico como ferramenta de coleta de dados. Verifica-se que as revistas científicas da medicina passaram por mudanças significativas no início do século XX, influenciadas por questões relativas à forma e ao conteúdo. Assim, alguns periódicos originados no século XIX foram atingidos por essas transformações, em virtude da manutenção de uma tradição evidenciada em outro período histórico, político, social e cultural. O ressurgimento da *Gazeta* em 1966 revela uma adequação aos aspectos da época relativos à editoração das publicações, atendendo a quesitos considerados relevantes, como as normas para submissão dos artigos, estruturado em seções, resumo em língua estrangeira e lista de referências. No entanto, a permanência no circuito editorial se apresenta de forma efêmera, voltando a ser suspenso em 1972, o que sugere novas investigações.

[1] A Grafia original da *Gazeta Medica da Bahia* se apresenta sem o acento na palavra (Medica) desde o seu primeiro número em 1866 e mantida assim até a suspensão em 1935. Dessa forma, manteremos a grafia original como forma de fidelidade a publicação em sua primeira fase.

[2] Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA). *E-mail* da autora: davilenes13@gmail.com.

[3] Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA). *E-mail* da autora: alssb@ufba.br.

[4] Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA). *E-mail* da autora: fflaviagoulartroza@gmail.com.

Palavras-chave: História da ciência. Comunicação científica. Periódico científico. Gazeta Medica da Bahia.

ABSTRACT

The objective of the text is to analyze sociocultural factors that are associated with the interruption of the scientific journal *Gazeta Medica da Bahia*, which occurred in 1935. Created in Bahia in 1866, by an association of independent doctors, the magazine presented a methodology and an investigative perspective for medicine tropical that surpassed geographical and epistemological barriers. Thus, this investigation of an applied nature, with a qualitative approach, through a bibliographic and documentary study, seeks to identify some aspects that led to the suspension of the periodical between 1935 and 1965, resurfacing in 1966, the centenary year of its foundation. the proposed objective, the literature review and systematic observation of the journal were adopted as a data collection tool. It appears that scientific medical journals underwent significant changes at the beginning of the 20th century, influenced by issues relating to form and content. Thus, some periodicals originating in the 19th century were affected by these transformations, due to the maintenance of a tradition evidenced in another historical, political, social and cultural period. The resurgence of the *Gazeta* in 1966 reveals an adaptation to the aspects of the time relating to the editing of publications, meeting requirements considered relevant, such as the rules for article submission, structured in sections, summary in a foreign language and list of references. However, its stay on the editorial circuit was short-lived, being suspended again in 1972, which suggests new investigations.

Keywords: History of Science. Scientific communication. Scientific jornal. Gazeta Medica da Bahia

INTRODUÇÃO

A ciência moderna se configura pela realização de pesquisas voltadas aos aspectos da natureza, que na contemporaneidade encontra ressonância nas ciências sociais e humanas (Burke, 2003). Desse modo, se efetiva por meio de aportes que se relacionam com a cooperação entre os pares da comunidade científica. Nesse sentido, o periódico científico tornou-se um dos mais relevantes canais de comunicação dos resultados de pesquisas finalizadas ou em andamento, diante da celeridade com que as informações originadas desses estudos são publicadas (Meadows, 1999).

A partir dos periódicos, outros pesquisadores poderiam contribuir com estudos publicados, por meio de observações, críticas e sugestões. Por outro lado, permitia que o autor do estudo em questão se apresentasse a comunidade e adquirisse autoridade científica diante da pesquisa concluída ou em desenvolvimento (Meadows, 1999).

No Brasil, dado a tardia implantação da imprensa, potencializada pela proibição de Portugal da comercialização de artigos editoriais livremente, somente em 1808 se evidenciará o advento dos periódicos nacionais para a transmissão do conhecimento. A tradição imposta pela Coroa Portuguesa ao Brasil esbarra na necessidade de transformações dessa perspectiva, com evidente mudança cultural nos idos dos oitocentos, apontando para uma alteração nos costumes e na cultura local. Desse modo, percebe-se que a história cultural brasileira atrelada a questões de ordem econômica e social, se transformará consideravelmente (Burke, 2005).

A fundação da Imprensa Régia, possibilitada pela chegada da Corte Real Portuguesa ao Brasil, fez nascer um novo horizonte para as publicações de diversas naturezas (Dantes, 2001). Por outro lado, a abertura dos Portos a nações amigas, como a Inglaterra, ampliou as possibilidades de contato com a cultura escrita impressa de forma legalizada. Diante disso, verifica-se a criação de inúmeros periódicos e revistas científicas ou de variedades. Entretanto, a circulação desses impressos mostrou-se efêmera, logo vindo a serem descontinuados e apresentando uma permanência temporal reduzida (Silva, 2005).

Na província da Bahia, "sede do Governo colonial português de 1549, ano de fundação da cidade de Salvador, a 1763 quando foi transferida a sede do governo para a província do Rio de Janeiro", identifica-se a primeira publicação periódica criada em 1811 (Mattoso, 1992, p. 43). Esse periódico, intitulado *Idade d'Ouro do Brazil*, foi suspenso em 1823, conforme destacado por Silva (2005) na obra "*A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil"*, ou seja, logo após a Independência do Brasil, com efetiva circulação por pouco mais de uma década.

De acordo com os argumentos apresentados por Ferreira (1996), o periódico científico do século XIX é considerado uma instituição da ciência, com suas devidas contextualizações, o que incorpora esse canal de comunicação

científica no contexto da história da ciência. Nesse sentido, a *Gazeta Medica da Bahia* (GMB) se apresenta como um representante da medicina baiana, que permaneceu em atividade por mais de 60 anos, entre 1866 e 1934, com uma suspensão por 18 meses entre 1874 e 1876.

Diante disso, este texto tem por objetivo geral analisar alguns fatores que possam ter interferido para a suspensão da revista científica GMB em 1935. Já como objetivo específico, busca-se compreender os aspectos que contribuíram para o ressurgimento da revista no ano do seu centenário em 1966. Desse modo, adotamos um estudo comparativo, no qual analisamos características editoriais do início do século XX, entre a *Gazeta* e a revista *Brazil-Medico* (BM), criado em 1887.

Os dois periódicos são considerados pela literatura científica como os de maior longevidade e representatividade no campo científico. Assim, busca-se verificar como foram estruturadas, tanto na forma quanto no conteúdo, nos séculos XIX e XX (Schwarcz, 2005). A revista *Brazil-Medico* demonstrou alinhamento com as perspectivas vigentes para publicações cientificas desde o início do século XX, e adotou características que a GMB somente adotaria com o ressurgimento em 1966. Desse modo, o movimento metodológico utilizado descarta um possível anacronismo, pois já existia no período analisado, década de 1930, exemplos de revistas do mesmo seguimento que apresentavam aderência com o período.

A hipótese levantada para a interrupção da GMB perpassa por duas questões significativas. Primeiro, a ausência de adequação da revista no que compete a fatores editoriais aceitáveis para uma publicação da área médica no século XX. Assim, a permanência de anúncios publicitários, formatação inadequada para a época com a inexistência de seções delimitadas e a falta de padronização dos artigos. O segundo ponto a se destacar seria a ausência de representantes remanescentes do núcleo criador, na administração do periódico.

A representatividade se manteve até o adoecimento e posterior falecimento de Dr. Pacífico Pereira, último participante do grupo de fundadores, em 1922. Desse modo, infere-se que, os dois fatores aliados contribuíram para o declínio e consequente desaparecimento da GMB do cenário da comunicação científica brasileira a partir de 1935.

Essa investigação se justifica pela representatividade do periódico científico na segunda metade do século XIX perante a comunidade médica. A GMB ampliou a visibilidade das pesquisas médicas exercida na Bahia e elevou a ciência brasileira a cenários internacionais, como a França.

Criado por um grupo de médicos de origem estrangeira, centralizados no Dr. John Ligertwood Paterson (1820-1882), Dr. Otto Edward Henry Wucherer (1820-1873) e Dr. José Francisco da Silva Lima (1826-1910), o periódico contou com a participação de alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Destaca-se entre esses docentes, Dr. Antônio Januário de Farias (1822–1883) e Dr. Antônio José Alves (1818 – 1866), pai do poeta Castro Alves. Este último participou ativamente da concepção da *Gazeta Medica da Bahia*, entretanto, faleceu antes da publicação do primeiro número da GMB (Bastianelli, 2002; Santos, 2008). Salienta-se, portanto, que mesmo com a presença de representantes da FAMEB, a *Gazeta* não possuía vínculo diretamente ligado e oficial com a primeira instituição de ensino superior da Bahia, até o ressurgimento em 1966 sob sua curadoria.

Por outro lado, um dos representantes da FAMEB, doutor Antônio Pacífico Pereira (1846–1922), destaca-se pela ampla participação no processo de criação da *Gazeta Medica da Bahia*, ainda como estudante. A contribuição do Dr. Pacífico perpassa pela autoria de artigos publicados no periódico, especialmente no que compete à reforma do ensino médico, e seus quase 50 anos na direção da revista.

Inicialmente, Dr. Pacífico Pereira assumiu a direção da GMB entre janeiro de 1868 e julho de 1874, logo após se formar em medicina pela FAMEB. A GMB não circulou por 18 meses, o que configurou a sua primeira interrupção entre o segundo semestre de 1874 e o ano de 1875. Com o retorno do Dr. Pacífico Pereira à Bahia depois de um período na Europa, reassume o posto de diretor da *Gazeta* em 1876 até 1920 de forma ininterrupta (Martinelli, 2014). Ademais, concomitantemente "atuou como docente da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) entre os anos de 1871 e 1912". (Malaquias, 2019, p. 104).

Por meio da revisão de literatura, percebeu-se que algumas investigações a respeito da GMB foram realizadas ao longo do século XX. Desse modo, estudos anteriores exercem o papel de alicerce para novos trabalhos que giram

em torno da *Gazeta* no século XXI, a exemplo de Coni (1952), referência constante nas investigações científicas desse objeto de estudo (Peard, 1990, 1999).

Assim, inúmeras pesquisas buscam apontar as mais variadas vertentes que envolvem a *Gazeta* de modo mais abrangente (Jacobina, 2019; Jacobina, Chaves, Barros, 2008; Jacobina; Gelman, 2008; Malaquias, 2012, 2016, 2019; Martinelli, 2014; Queiroz, 2017, 2018a, 2018b; Rago, 2007, 2008; Santana, 2013; Santos, 2008, 2021; Schwarcz, 2005). Essas investigações privilegiam algum personagem médico que atuou no periódico científico, ou temas discutidos nas páginas da *Gazeta*, como a higiene pública e o racismo científico. Evidencia-se que uma análise a respeito dos fatores que levaram a suspensão da revista em 1935 encontra-se em estágio embrionário. Dessa forma, este estudo busca compreender por meio de uma análise documental e bibliográfica, fatores que levaram o periódico baiano a findar a sua participação no cenário da comunicação da ciência em um período de ascensão da ciência médica brasileira.

Nesse sentido, metodologicamente, a investigação possui natureza aplicada e abordagem qualitativa em relação ao universo da pesquisa. Utiliza-se como instrumento de coleta de dados a revisão de literatura e observação sistemática do objeto de estudo, além da análise comparativa com o periódico *O Brazil-Medico* (Marconi, Lakatos, 2011).

Sustentada pela perspectiva da História Cultural (Burke, 2005) e dos conceitos de “campo científico”, “capital científico” e “*habitus*” de Bourdieu (2004), busca-se delinear os aspectos que interferiram na interrupção da *Gazeta Medica da Bahia* e quais fatores possibilitaram o ressurgimento do periódico na segunda metade do século XX. Estudos demonstram alguns fatores podem exercer influência na continuidade de periódicos científicos, em especial da área médica (Costa, 1989; Pereira, 2019).

A investigação aponta que a GMB apresenta alguns dos aspectos expostos por pesquisas anteriores a esta no que compete aos fatores relacionados à suspensão de revistas científicas. Ao menos três fatores são evidenciados na *Gazeta*: a apresentação de anúncios nas páginas do periódico, que o descredencia e reduz a credibilidade no aspecto científico; interrupções ou

atraso na edição de novos números e a necessidade do século XX no que tange a internacionalização, que atinge sobremaneira o periódico no que compete ao conteúdo e a forma de apresentação dos artigos publicados.

Além de corroborar com esses apontamentos, pontuamos que outro aspecto relevante para a interrupção de periódicos, identificado em pesquisas anteriores, que perpassa pela alteração dos títulos, não foi evidenciado na *Gazeta*, que sempre permaneceu com a mesma denominação. Por outro lado, notamos especificamente para a GMB, que fatores de natureza sociocultural apresentam significativa relevância para o fim da circulação do periódico no ano de 1934, ao considerarmos o falecimento de dois dos mais representativos médicos que atuaram cientificamente e administrativamente no periódico por um longo período, desde a criação da revisa.

1. *GAZETA MEDICA DA BAHIA*: CONTEXTUALIZAÇÃO E PERSONAGENS

A *Gazeta Medica da Bahia* surgiu no cenário médico nacional e internacional a partir do ano de 1866. Criada por uma associação de médicos extramuros da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), os formadores da revista científica alinharam-se a uma perspectiva de investigação em torno da medicina tropical (Barros, 1998).

O periódico apresentou uma expansão significativa, seja em termos geográficos, com circulação em diversas províncias do Brasil, como no exterior por meio de um correspondente fixo em Paris. Por outro lado, a originalidade do periódico ao tratar das enfermidades por uma perspectiva diferente da então adotada pela Academia Imperial de Medicina (AIM) potencializou os campos investigativos em torno da revista (Martinelli, 2014).

A *Gazeta* como representante da comunicação científica baiana, vivenciou o Regime de Governo Imperial e acompanhou o nascimento do Brasil República. Além disso, observou a ascensão do nacionalismo brasileiro no raiar do século XX, contribuiu com reflexões em torno de temas polêmicos e controversos próprios da época, como o racismo científico, a higiene pública e a eugenia, findado a sua participação como veículo de comunicação da ciência no

final de 1934. É importante destacar, que de acordo com Lima e Hochman (2000, p. 329):

> As ciências sociais em sua fase de institucionalização universitária, no período que se estende aproximadamente de 1933 a 1964, mantiveram uma agenda de pesquisa em que o tema dos contrastes sociais e culturais da sociedade brasileira – os dois ou os muitos Brasis – continuaram em destaque (Lima; Hochman, 2000, p. 329).

Pesquisas apontam que Dr. Silva Lima, um dos médicos que compõe a tríade nuclear de criação da *Gazeta*, atuou como colunista em jornal diário de Salvador, no qual prestava serviço referente à saúde e higiene pública. Ademais, contribui para a cultura baiana ao publicar memórias intituladas A Bahia de Há 66 Anos, que perpassava pelo século XIX e início do século XX (Augel, 1975; Sepúlveda, 2014). Nesse sentido, Sepúlveda (2014, p. 86) destaca uma menção do Dr. Braz do Amaral, a respeito do Dr. Silva Lima:

> Além de contribuir com assuntos da alçada médica, Silva Lima participou da imprensa no tratamento de temas gerais, segundo informações do seu contemporâneo Braz do Amaral: Jornalista, foi ele quem escreveu o primeiro artigo para o Diário da Bahia, há 55 anos, e colaborou em quase todos os órgãos da imprensa diária, em assuntos que dependiam de seus conhecimentos profissionais, especialmente os que entendiam com a higiene pública; mesmo nos seus menores detalhes, como por exemplo, o do transporte das carnes para alimento da população. (Amaral, 1909 *apud* Sepúvelda, 2014, p. 86).

Dessa forma, percebe-se a amplitude com a qual o médico circulou nos espaços sociais, culturais e científicos da Bahia, do Brasil e do mundo. Ademais, visto a frequência com a qual recuperamos escritos de sua autoria publicados nas Revistas *Lancet* e na *Archives de Medicine Navale*, fica evidente a sua notoriedade.

O falecimento Dr. Silva, Lima, em 1910, foi sentido pela comunidade científica e representou um divisor de águas para a *Gazeta Medica da Bahia*. Infere-se que participação do periódico no cenário nacional e internacional já não representava a vitalidade de outrora, diante do elevado número de periódicos lançados no raiar do século XX (Costa, 1989). A condução da GMB, que a partir da segunda década do século XX já não contava com o Dr. Silva Lima como um dos redatores principais, em breve perderia o último representante da fundação do periódico, Dr. Antônio Pacífico Pereira.

Médico formado pela FAMEB, doutor Pacífico foi o diretor da GMB por um longo tempo, tanto quanto o Dr. Silva Lima esteve na administração da revista. Após a morte do Dr. Silva Lima, o único remanescente da criação do periódico era o Dr. Pacífico Pereira, que sucumbiria 12 anos depois do falecimento do companheiro de resistência e manutenção da *Gazeta*, Dr. Silva Lima. Desse modo, foi extinta a representatividade de membros do núcleo criador da revista.

Essa sucessão de falecimentos dos representantes oriundos do núcleo original da GMB desperta uma inquietação quanto ao grau de união, de comprometimento e de integração daqueles médicos que contribuíram para a construção de uma ciência médica na Bahia. Por outro lado, aflora o interesse na investigação acerca dos desafios enfrentados para manutenção da revista, e como seus representantes iniciais foram, de certo modo, um sustentáculo para a longevidade do periódico, ponto este que se apresenta como uma hipótese de ordem social que se descortina no horizonte da interrupção da *Gazeta* em 1935.

A revista, mesmo após a morte do Dr. Pacífico em 1922, permaneceu ativa sob a liderança do Dr. Aristides Novis, que assumiu a direção do periódico de forma efetiva em 1921 e a manteve em circulação até 1934. Percebe-se, entretanto, que as características editoriais fixadas na GMB intensificaram o processo de descrédito do periódico, que outrora representou a medicina baiana no cenário nacional e internacional. Nesse sentido, identificar o conjunto de fatores que contribuíram para a interrupção da publicação é significativo para compreendermos a forma cíclica pela qual a ciência médica baiana e nacional se desenvolveu.

Nesse ponto, destacamos uma questão ligada à Sociologia da Ciência, na qual Bourdieu (2004) aponta o campo científico como um campo de força entre os agentes científicos, legitimados pelos créditos e recompensas concedidas. Desse modo, o *habitus* científico é traduzido pelo autor como os aspectos que envolvem as origens sociais, formativas e associativas de cada agente. Assim, os esforços do Dr. Aristides Novis para a manutenção da *Gazeta*, reforça a intencionalidade de preservação de um campo científico criado na Bahia, por meio da GMB e seus antecessores.

Vale ressaltar que o compromisso dos editores, redatores e auxiliares dos periódicos científicos, vinculados a entidades e instituições públicas, são funções

gratuitas. Nesse sentido, os médicos fundadores da GMB, em sua maioria não associados à FAMEB, tinham por "remuneração" o prestígio por fazer parte de um periódico com tal repercussão. Essa forma de recompensa permanece até a atualidade (Meadows, 1999).

Por outro lado, Bourdieu (2004, p. 52) aponta “[...] que o campo científico, tal como outros campos, é um campo de forças dotado de uma estrutura e também um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de força”. Dessa forma, o periódico científico enquanto uma instituição da ciência, argumento defendido por Ferreira (1996), que tem por função a circulação do conhecimento científico, encontrou-se estritamente atingido pelas transformações da ciência do século XX.

Nesse sentido, Martinelli (2014, p. 86) destaca que:

> A publicação periódica da Gazeta seguiu regularmente até 1919. Em 1920 a Revista não foi publicada em função do adoecimento de Pacífico Pereira, então diretor, até seu falecimento em 1922, época em que o professor Aristides Novis assumiu a sua direção e manteve a publicação regular até 1934, quando sua edição foi interrompida. Seus descendentes transferiram os direitos sobre o Periódico para a Faculdade de Medicina da Bahia, passando a integrar seu patrimônio. Em 1966 reapareceu com periodicidade anual até 1972, sendo publicado, posteriormente, um número avulso em 1976.

A esse respeito, salienta-se que a GMB no ano de 1920 foi publicada em duas edições, uma no mês de janeiro, e outra que compreendia os meses de fevereiro e março, culminando na sua interrupção nos meses subsequentes (Martinelli, 2014). Pondera-se que nessa edição, referente ao volume 51 e números 7, 8 e 9, não há divulgação da direção da revista ou mesmo do redator principal ou auxiliares.

Por contar com uma trajetória exitosa, o grupo de médicos que fundou a GMB desperta o interesse de inúmeros pesquisadores do século XX e XXI. As investigações giram em torno de algum personagem que atuou na revista, assim como circunda diversos assuntos tratados nas páginas do periódico. Um dos exemplos desses estudos configura-se como referência constante das demais investigações, dada à amplitude que atingiu ao cunhar a denominação de Escola Tropicalista Bahiana (ETB) ao grupo de médicos que fundou a *Gazeta* (Coni, 1952).

Assim, a perspectiva que apontamos busca identificar aspectos

relacionados à suspensão da *Gazeta* por 30 anos, visando alargar os estudos em torno desse periódico. Desse modo, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais se inserem na análise proposta como alicerce para a compreensão do desenvolvimento científico na Bahia e no Brasil. Entretanto, neste artigo em particular, apresentaremos a perspectiva sociocultural que circundou a manutenção da revista.

2. TRANSFORMAÇÕES NA COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA NO SÉCULO XX: REFLEXO NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS

Em um estudo realizado por Costa (1989), que discute a respeito da estrutura dos periódicos da área biomédica desde 1827 a 1978, o autor aponta quais os fatores que podem interferir na continuidade de revistas científicas no Brasil. Dentre esses aspectos, Costa (1989) pontua o atraso na publicação das edições, ou mesmo a junção de alguns números em um único volume. Desse modo, podemos observar que nos últimos anos de circulação da *Gazeta Medica da Bahia* (GMB) a revista passou a publicar números condensados em um volume, de modo que compreendia em torno de três meses consecutivos reunidos para publicação, alterando a periodicidade, fator determinante para a credibilidade de um periódico.

Para Costa (1989, p. 82): “O periódico científico desempenha papel essencial no desenvolvimento da pesquisa científica. Esta só pode tornar-se uma contribuição real para a Ciência no momento em que seus resultados são publicados”. Do mesmo modo, Meadows (1999, p. 07) corrobora com esse entendimento ao destacar que “a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica”. Nesse sentido, a temática da comunicação científica, em particular, por meio dos periódicos, revistas ou journals, torna-se um dos escopos basilares de alguns cientistas que se dispõem a compreender o funcionamento, desenvolvimento, manutenção e desafios enfrentados por esses canais de comunicação da ciência.

Segundo Meadows (1999, p. 1) “[...] a informação científica em forma impressa existe há muitos anos, mas uma análise dos produtos físicos – especialmente revistas e livros científicos – mostra que sua aparência passou,

com o tempo, por notáveis transformações". É nesse ponto que se evidencia a necessidade de investigações que pautem os periódicos científicos e os diversos fatores que circundam a sua trajetória.

As investigações relativas a essa temática podem pautar-se em análises voltadas ao desenvolvimento, contribuições e desafios enfrentados para a manutenção e continuidade dos periódicos. Entretanto, lacunas apontam para a necessidade de estudos que investiguem os fatores que desencadeiam a suspensão de um canal de comunicação da ciência como um periódico científico em um determinado período. Dessa forma, o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza contribui para compreendermos a dinâmica da ciência em um tempo e espaço, além da dinâmica e fluxo editorial adotados.

Ao apresentar uma visão alinhada aos preceitos de análise dos periódicos no século XX e a indexação na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Pereira (2019) enumera fatores que levaram alguns periódicos a serem desindexados no *Portal da Biblioteca Eletrônica Brasileira*. Ainda que o foco desta investigação esteja localizado em um período anterior a criação da SCIELO, que ocorreu em 1996, os aspectos identificados por Pereira (2019) subsidiam reflexões e análises em torno da GMB sem prejuízo ao estudo ou anacronismo.

Desse modo, o autor identificou ao menos três motivos pelos quais certos periódicos foram descredenciados da base da SCIELO, são eles: a internacionalização e visibilidade internacional; atraso no lançamento de novos fascículos e por fim algumas revistas se mostravam contra a política da SCIELO de internacionalização (Pereira, 2019). Sendo assim, observamos que o atraso nas publicações se apresenta em ambas as pesquisas, Costa (1989) e Pereira (2019), ou seja, este fator possui ação direta na possibilidade de interrupção de um periódico científico.

Por outro lado, a política do século XX voltada para a internacionalização da ciência tem um papel relevante para manutenção dos periódicos científicos. A exigência de uma aproximação da ciência brasileira do contexto global impõe às revistas uma adequação editorial que por vezes ultrapassa as condições de manutenção de alguns desses canais de comunicação científica. Além disso, percebe-se que o fator da tradição impacta os periódicos criados em outra época

e constituídos em uma conjuntura social diferente (Burke, 2005; Costa, 1989).

Em se tratando da GMB e suas diversas estruturas editoriais ao longo da sua trajetória, alicerçada pela análise de discurso filiada à Orlandi (2015), evidencia-se por meio do segundo volume do periódico uma alteração na conjuntura administrativa da revista. Ainda na edição que encerra o primeiro ano de publicação da revista, na seção de aviso, é informada uma mudança estrutural consistente. Anuncia-se ao público leitor que o segundo ano de publicação do periódico haverá um novo responsável pela editoração e trâmites administrativos da revista. Destaca-se, portanto, que:

> [...] do 1º número do segundo volume em diante, isto é, a começar do nº 25, toda parte administrativa e economica da Gazeta passará á cargo dos Srs. Torurinho &C. - editores, que prometem melhorar, quanto for possível, a impressão e todo o material, segundo o acolhimento e aceitação com que a classe medica for auxiliando tão difícil, quão dispendiosa empreza (Gazeta Medica da Bahia, 1867, p. 276).

Outra mudança significativa perpassa pela inclusão da oferta de espaço nas páginas da revista para anúncios de diversas ordens. Essas propagandas que por hora estavam autorizadas a utilizar a *Gazeta*, mediante pagamento, estavam arroladas à esfera médica, permitida a publicação de notícias relacionadas a "livros, instrumentos cirúrgicos, medicamentos, menos os que constarem de remedios secretos, não reconhecidos nem aceitos pela profissão" (Gazeta Medica da Bahia, 1867d, p. 276).

Diante disso, acrescenta-se nessa publicação que, no "seguinte número será distribuído o índice do primeiro volume da Gazeta Medica". Entretanto, informava que o segundo volume da publicação, a partir daquele momento, já passava a receber anúncios "para a folha exterior da Gazeta: o preço de 100 rs por linha" (Gazeta Medica da Bahia, 1867d, p. 276). Dessa forma, percebe-se que a inserção de anúncios, tornar-se-ia uma prática constante do periódico, o que certamente contribuiria com a arrecadação de receita para os custeios administrativos da revista.

No que compete aos aspectos editoriais, percebe-se um alinhamento com a história cultural discutida por Burke (2005), a qual é apontada pelo autor numa perspectiva ligada a tradição, que está intrinsecamente associada à cultura e às mudanças evidenciadas pela sociedade. Assim, sustentada pela teoria de Peter

Burke (2005), busca-se identificar os fatores para a suspensão de um periódico científico criado no século XIX, que chega ao século XX com um novo regime de governo, alterações sociais, econômicas e políticas. Consideramos ser essencial essa análise, visto ser evidente que aspectos culturais também sofrem mudanças significativas nesse processo de transição.

Assim, de acordo com Burke (2005) uma investigação que envolve a história cultural não deve negligenciar os aspectos políticos, sociais e econômicos, ainda que essas sejam consideradas atreladas à história tradicional. O advento da nova história possibilitada pela "Escola dos Annales", que busca investigar outros aspectos históricos da sociedade, como a história cultural, história das mulheres e histórias consideradas de baixo, não anula a perspectiva investigativa abrangente (Burke, 1991). Desse modo, infere-se que uma associação entre história cultural e os aspectos econômicos, sociais e políticos é esperado para uma composição satisfatória da argumentação.

Esse fato encontra ressonância com a pesquisa elaborada por Vergara (2004) a respeito da *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes* (1857-1861). Esse periódico contou com diversas fases ao longo da sua trajetória, uma delas dentre os anos de 1879 e 1881, chegando a ser contemporânea da GMB, e que tratava da divulgação científica no século XIX.

A autora aponta como uma prática comum do período a inserção de anúncios, propagandas e reclames nos periódicos, como forma de aquisição de recursos financeiros. A autora pontua que a revista em questão "tentou obter bases comerciais mais sólidas, angariando, já no primeiro número, diversas assinaturas, além de recursos vindos dos anúncios". Acrescenta que a *Revista Brasileira* "em 1880, recebeu, inclusive, apoio financeiro de D. Pedro II, o que não evitou seu final no ano seguinte" (Vergara, 2004, p. 76).

Ainda no que compete a *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Vergara (2004, p. 77) destaca que:

> Na fase Midosi, [um dos diretores] encontramos anúncios de laboratórios farmacêuticos e homeopáticos; pílulas reguladoras autorizadas pela Junta Central de Higiene Pública, companhias de seguros, espetáculos teatrais, lojas especializadas em luto e semiluto, papelarias e fabricantes de instrumentos cirúrgicos, de dentistas e ortopédicos. É interessante notar que, embora os textos dos artigos não utilizassem o recurso à imagem, estas encontram-se nos reclames.

Essas informações demonstram as diversas fases pelas quais as revistas passaram, em termos estruturais e editoriais. Desse modo, alinha-se com os estudos realizados por Costa (1989) e Pereira (2019) no que concerne aos fatores de suspensão dos periódicos científicos brasileiros.

Apesar de a *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes* não ser propriamente de cunho científico, essa temática estava presente no periódico como forma de atualização da elite culta da época. A autora destaca que "a maioria das colaborações versava sobre assuntos científicos diversos, apresentados em relatórios, comunicações, memórias, ensaios, assinados por nomes de projeção do meio científico brasileiro" (Vergara, 2004, p. 76).

Acrescenta ademais que a revista estava ligada "[...] direta e indiretamente ao Brasil e a sua cultura interessam: ciência, letras, artes, história, filosofia, economia, política, ciências sociais". Assim, a pesquisadora aponta que, "a segunda fase ficou conhecida simplesmente como Revista Brasileira e, em seu conteúdo, notava-se uma predominância dos assuntos científicos" (Vergara, 2004, p. 77).

Em vista disso, destacam-se as mudanças estruturais de forma e conteúdo na GMB a partir do segundo ano de circulação com a identificação de anúncios relacionados a medicamentos, além das assinaturas que perdurou por toda trajetória da *Gazeta*, de forma análoga a *Revista Brasileira*. De certa maneira, essas características levantadas nesses periódicos podem ter dificultado a permanência no contexto da ciência no século XX, apresentados como aspectos que influenciaram na continuidade ou não da publicação.

Ainda que a relação dos dados apresentados mostre certa distância cronológica, e na tentativa de evitar o anacronismo, salientamos que a análise se consubstancia em uma perspectiva diacrônica. Nesse sentido, nota-se que alguns dos motivos apontados por Costa (1989) e Pereira (2019) são identificados ao longo da trajetória da GMB, dadas as devidas dimensões e conjunturas da época em questão.

De acordo com Burke (2005, p. 39) "A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte". Assim, [...] o autor destaca que "trabalhar com a ideia

de tradição libera os historiadores culturais da suposição de unidade ou homogeneidade de uma 'era'" (2005, p. 39, grifo do autor).

Nesse ponto, dado o alinhamento da *Gazeta* com temas sensíveis de outrora, como o racismo científico, ao adentrar o século XX mostram-se incompatíveis com as perspectivas daquela época. Esse fato levou alguns historiadores, como Schwarcz (2005), a se aprofundarem nessa temática, com base na GMB, com estudos relativos ao período de 1870 a 1930.

Segundo Burke (2005, p. 39) "[...] uma aparente inovação pode mascarar a persistência da tradição", e de modo inverso, "os signos externos da tradição podem mascarar a inovação" o que é possível ser evidenciado na circulação da *Gazeta Medica da Bahia* no século XX. Nesse sentido, percebe-se que até o ano 1934 o periódico ainda adotava uma perspectiva editorial ligada aos aspectos culturais para publicação de artigos científicos de outrora.

Nesse aspecto, Burke (2005, p. 40) destaca que "Em outras palavras, o legado muda – na verdade deve mudar – no decorrer de sua transmissão para uma nova geração". Entretanto, verifica-se que a GMB não mudou ao ingressar em um novo período na história dos periódicos. A *Gazeta* adentrou um novo século sem investir nas atualizações necessárias, próprias do período vigente, se distanciando da forma e do conteúdo em consonância com o desenvolvimento da sociedade nacional, internacional e do campo científico como um todo.

Por outro lado, destaca-se, ainda, a presença da Sociologia da Ciência acentuada na configuração inicial e no desenvolvimento da GMB. O envolvimento próximo e duradouro de alguns personagens, como Dr. Silva Lima e Dr. Pacífico Pereira, confere um destaque significativo para a configuração original do núcleo formador do periódico.

Assim sendo, na perspectiva de conceitos teorizados por Bourdieu (2004), tais como o campo científico, capital científico e *habitus*, percebe-se que os fatores estruturais possuem uma parcela de contribuição no que competem à suspensão de periódicos científicos. Fatores de ordem social podem se correlacionar com a interrupção do periódico da medicina baiana, a exemplo da ausência de personagens centrais da constituição da *Gazeta Medica da Bahia* no século XIX, descontruindo um projeto de contribuição para o desenvolvimento da ciência baiana.

3. A *GAZETA MEDICA DA BAHIA* NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX: ANÁLISE DA CONJUNTURA

O ingresso da *Gazeta Medica da Bahia* no século XX enfrentou inúmeros desafios de ordem administrativa e estrutural. Consideramos, inicialmente, que o falecimento do Dr. Silva Lima, em 1910, tenha sido uma dessas adversidades enfrentadas pelo periódico. Além disso, a sociedade brasileira vivia um momento de intenso discurso nacionalista. A ênfase na modernidade perpassava pelo saneamento e pela higiene pública e a economia capitalista se acentuava diante de uma população que não estava amplamente preparada, visto o recente advento da Abolição da Escravidão, em 1888 e Proclamação da República, em 1889 (Benchimol, 2001).

Na segunda década do século XX, ocorreu o adoecimento do Dr. Pacífico Pereira, especificamente em 1920. Nesse período a GMB foi suspensa por 15 meses, voltando a ser publicada em julho de 1921. O primeiro número do volume 52 marca o retorno do periódico ao cenário científico baiano e nacional. Destaca-se nesse número, a descrição do Dr. Pacífico Pereira como diretor honorário e o Dr. Aristides Novis já nomeado como diretor efetivo do periódico.

Os redatores que compunha aquela edição estavam destacados na primeira página, a saber: O Dr. Clementino Fraga; Dr. Garcez Fróez; Dr. Gonçalo Moniz; Dr. Martagão Gesteira; Dr. Padro Valadares; Dr. Cesario de Andrade e Fernando Luz. Salienta-se que todos os redatores daquele número eram professores da Faculdade de Medicina da Bahia, que também se apresentavam na edição derradeira de circulação da revista em 1934.

Percebe-se, portanto, uma predominância na administração da GMB no século XX de professores da FAMEB. Ainda que não tivesse ligação direta e oficial com a Faculdade, a GMB constituía-se de professores da Instituição, o que levou parte da sociedade do século XXI, pessoas interessadas no assunto, a considerá-la como o periódico oficial da Instituição desde o seu nascimento.
Desde o final do século XIX, as páginas da GMB já analisavam o passado e alertavam para o futuro da revista. Em 1895, o editorial do periódico apresentava "[...] um olhar retrospectivo para o caminho percorrido, e para o trabalho

realizado por mais de quatro séculos". Clamava que "[...] ao mesmo tempo [se permita] considerar a perspectiva dos elementos de vida com que possa ou deva contar para o futuro o [...] modesto periódico exclusivamente consagrado aos interesses da sciencia e da profissão" (*Gazeta Medica da Bahia*, 1895, p. 49). Por outro lado, o mesmo número da GMB destaca que:

> É certo que a Gazeta, se tivesse encontrado outros meio menos indiferentes ao progresso scientifico do que aquelle em que ousou surgir á luz da publicidade, se sempre lhe secundasse os esforços, o concurso eficaz, e permanente a colhimento da classe medica, de que se constitui órgão no paiz, e representante no estrangeiro, poderia ter prestado maiores e mais assignalados serviços á nossa literatura profissional e aos interesses d'essa classe (*Gazeta Medica da Bahia*, 1895, p. 49).

Além disso, o corpo administrativo da revista adverte e explicita que os recursos para manutenção do referido canal de comunicação da ciência médica baiana, não contava com recursos institucionais. Contudo, fica evidente que tais apoios não foram solicitados, ficando a cargo dos membros fundadores a responsabilidade com a *Gazeta*, Assim, o editorial de 1895 acrescenta que: "Não obstante, desajudada do favor oficial, que nunca solicitou, apoiada principalmente na boa vontade e diligência dos seus fundadores, e mais tarde na indefesa perseverança de seu diretor". (*Gazeta Medica da Bahia*, 1895, p. 50).

Percebe-se, portanto, que a *Gazeta Medica da Bahia* não obteve auxílio institucional da FAMEB, apesar de apresentar no seu quadro administrativo representantes da Instituição. Por outro lado, acrescenta que a manutenção da revista se deu em virtude da persistência da direção, àquela altura representada pelo Dr. Pacífico Pereira.

Nesse sentido, apontamos que a morte, tanto do Dr. Silva Lima em 1910, quanto do Dr. Pacífico Pereira em 1922, tenha contribuído para o declínio da GMB. Alinha-se a esse fato uma questão que se refere à estrutura editorial dos periódicos no século XX. Assim, a ausência de adequação na forma e conteúdo da *Gazeta* contribuiu para que fosse, com o tempo, sucumbida por outras publicações do mesmo gênero, a exemplo da Revista *O Brazil-Medico*, editada no Rio de Janeiro, desde 1887.

3.1 *Gazeta Medica da Bahia* e *O Brazil-Medico*: análise comparativa dos aspectos editoriais

Ao realizarmos uma análise preliminar dos últimos números da *Gazeta* na década de 1930, verificou-se que a revista não avançou em direção a reestruturação e adequação quanto aos aspectos editoriais preconizados no século XX. O corpo administrativo do periódico não conseguiu absorver as mudanças que ocorriam naquele período. Essas inferências se sustentam por meio do estudo comparativo entre a *Gazeta Medica da Bahia* e a revista *O Brazil-Medico*, que circularam em 1934, ou seja, mesma época que a *Gazeta* findou o seu ciclo de publicações.

Editada no Rio de Janeiro, sob a tutela da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a BM chegou a ser alvo de um estudo comparativo, relacionado a GMB, realizado pela historiadora Lilia Schwarcz (2005). No discurso da autora percebe-se um destaque para a revista carioca em detrimento da baiana, no que compete a questão temática. Para a primeira é atribuída os estudos relativos à higiene pública. Para a segunda, enfatiza-se a questão do racismo científico, apresentando um aspecto negativo de predomínio na tratativa desse assunto em solo baiano.

A análise comparativa a seguir descola da questão apresentada por Schwarcz (2005). Entretanto, absorvemos algumas pontuações realizadas pela pesquisadora, no que competem às questões institucionais relacionadas a ambas as revistas. Busca-se, portanto, adentrar nos aspectos comparativos relativos aos aspectos editoriais e a adequação da Revista *O Brazil-Médico*[5], ainda que de forma tímida, para atender aos requisitos editoriais do século XX. Dentre eles, destaca-se a gradativa ausência de anúncios e formatação adequada para publicação de artigos científicos. Salienta-se que a partir de 1892 o periódico eliminou o artigo “O”, por essa razão passará a ser identificada apenas como *Brazil-Medico*.

[5] Considerando que a análise comparativa das revistas se situa no século XX, utilizaremos a partir deste ponto a nomenclatura revista *Brazil-Medico*, sem o artigo “O”, conforme a revista se apresentava no período em questão.

Quando se trata do apoio dispensado às revistas, tanto a GMB quanto a BM, percebe-se a existência de um contexto diverso para a criação e manutenção de ambas. A GMB não contava com uma aderência institucional, além do apoio reduzido da classe médica, o que fica evidenciado no editorial de 1895. Nesse aspecto, destaca-se no documento a seguinte reflexão relativa a ausência de suporte fornecido a *Gazeta*:

> [...] temos feito na proporção das nossas forças, e continuaremos a fazer se, como esperamos, vier mais assíduo em nosso auxílio, o apoio moral e material da classe medica brazileira, sem o qual o nosso programa não poderá ser nem fiel nem indefinidamente cumprido (Gazeta Medica da Bahia, 1895, p. 51).

Além disso, os redatores da GMB apontam que:

> Esse apoio da classe medica em favor destes e de outros intuitos a um tempo scientífico e patrióticos [...] tornará mais suaves outros que porventura ainda exija o dever a que eles voluntariamente se submetteram de transmitir às futuras gerações medicas do Brazil o modesto patrimônio scientífico acumulado nas páginas da Gazeta pelos nossos antecessores e pelos nosso contemporâneos (Gazeta Medica da Bahia, 1895, p. 51).

Por outro lado, desde a criação a revista *Brazil-Medico* contou com o apoio institucional, visto que nasceu vinculada a Faculdade do Rio de Janeiro. Ademais, os recursos financeiros para manutenção da revista, em partes oriundos do orçamento da referida faculdade, contribuíram para a sua circulação e adesão da classe médica, ainda que também apresentasse a perspectiva da assinatura e anúncios, nos primeiros anos de publicação.

Esse aspecto evidencia a trajetória diferente da GMB e da revista *Brazil-Medico* para a aquisição de receitas. Assim, a primeira contava com o aporte somente das vendas das assinaturas do periódico, de espaços nas páginas dos volumes e com a colaboração particular do corpo administrativo da revista. Já a segunda, possuía a disposição o apoio institucional, que para a GMB fora inexistente até 1966 (Schwarcz, 2005). Por essa razão, quando se fez necessária a redução de anúncios publicitários das páginas das revistas no século XX, o que confere aos periódicos científicos maior credibilidade, a *Brazil-Medico* conseguiu manter-se por um período significativo, até 1946.

De certa maneira, a questão econômica também se apresentava como um fator preponderante para a manutenção e circulação dos periódicos científicos, assim como para a *Gazeta Medica da Bahia*, em um cenário de arrefecimento financeiro. Percebe-se, portanto, que para manter a publicação da GMB, a direção da revista não tinha como abster-se de inserir anúncios publicitários, o que foi evidenciado até o último número publicado em dezembro de 1934.

Por outro lado, contando com apoio institucional da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da classe médica, a *Brazil-Medico* reduziu gradativamente a publicação de anúncios a partir da primeira década do século XX. Em 1908 a BM possuía anúncios discretos de medicamentos e laboratório de análise de urina, diferentemente das propagandas evidenciadas na edição de 1887, ano da sua fundação.

Na edição de julho de 1934 já se percebe na BM uma mudança estrutural de forma e conteúdo dos artigos originais. Verifica-se a presença de alguns artigos com autoria e informações institucionais, bem como resumo e introdução no início do texto, seção de desenvolvimento, resultados e de conclusão. Ademais, observa-se a inclusão de *abstract* ou summary e lista de referências ou bibliografia ao final dos artigos publicados. A partir de 1935 observa-se uma gradativa redução nos anúncios publicitários e medicamentos nas páginas do periódico *Brazil-Medico*.

Nas edições de 1937 a BM ainda apresentava anúncios discretos de médicos e as especialidades atendidas, assim como demais consultórios médicos. Desse modo, fica evidente que a BM buscou adaptar-se aos moldes das publicações científicas que se descortinavam nas primeiras décadas do século XX, ponto esse que a GMB não conseguiu acompanhar.

Na última edição recuperada da GMB, correspondente aos números 4, 5 e 6, relacionadas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1934, verifica-se que ainda havia a incidência de notas e imagens publicitárias, bem como nas edições desse mesmo ano na BM. Entretanto, esses anúncios foram reduzidos das publicações científicas ano depois, como demonstrado pelo próprio *Brazil-Medico* a partir de 1941, que não apresentava reduziu essas propagandas ostensivas.

3.2. O destino da *Gazeta Medica da Bahia* sob a curadoria da Família Novis

Os estudos revelam que a *Gazeta Medica da Bahia* esteve salvaguardada pelo diretor efetivo, primeiramente sob a tutela do Dr. Pacífico Pereira e após a sua morte, tendo assumido a direção da revista, o Dr. Aristides Novis, o que lhe conferiu o papel de guardião da memória e história do periódico.

Destaca-se que a responsabilidade da GMB foi transferida pela família do Dr. Aristides Novis, falecido em 1953, somente em 1966 por ocasião do centenário de criação do periódico, quando um dos seus descendentes, Dr. Jorge Novis, resolveu se desvincular da curadoria da revista. Contudo, evidencia-se uma condição para essa transferência de responsabilidade, a de que o periódico se torne o canal de comunicação da ciência oficial da FAMEB (Bastianelli, 2002; Jacobina; Chaves; Barros, 2008;).

Por um lado, esses dados revelam que se não fosse a ação e atitude dos herdeiros do Dr. Aristides Novis em transferir a curadoria da revista para a FAMEB, esta poderia se perder, o que teria prejudicado a memória e história da medicina baiana e nacional. Por outro lado, apresenta aspectos significativos de análise, ao descortinar que a revista ao longo da sua trajetória esteve sob a responsabilidade do seu diretor, Dr. Aristides Novis.

Dessa forma, infere-se que por quase 50 anos, *a Gazeta Medica da Bahia* esteve sob a tutela do Dr. Pacífico Pereira. A partir disso, aponta-se que o seu falecimento teve um impacto relevante para a continuidade da revista, além de aspectos conjunturais próprios do século XX.

Nesse sentido, essa breve análise buscou apontar alguns direcionamentos que podem auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada, que apresente os médicos que estiveram à frente do periódico como eixo central da investigação, atrelados ao cenário da ciência no raiar do século XX. Dessa forma, um levantamento documental e bibliográfico em torno dos arquivos dos médicos que compunham os últimos números da revista, e obras publicadas sobre a vida e obra destes contribuirá para elucidar essa ramificação do problema de pesquisa, ou seja, desvendar quais fatores levaram

a GMB a ser interrompida em um período de franca ascensão da ciência brasileira.

4. RESSURGIMENTO DA *GAZETA MEDICA DA BAHIA* EM 1966: UMA RENOVAÇÃO ESTRUTURAL

O centenário de fundação da *Gazeta Medica da Bahia*, em 1966, periódico científico da área médica que representou a Bahia em inúmeras ocasiões no que compete às doenças consideradas de cunho tropical, elevando o conceito de medicina tropical, adotado na contemporaneidade como uma disciplina médica, acendeu na direção da Faculdade de Medicina da Bahia a perspectiva da ressuscitação, renovação e nova circulação no meio acadêmico e científico baiano. Nesse sentido, o então diretor da FAMEB, o Dr. Jorge Novis, herdeiro do último diretor da GMB, o Dr. Aristides Novis, ao transferir a posse da GMB para a FAMEB, também presta suas homenagens na primeira edição de relançamento da revista, em 1966.

Na condição de diretor da Instituição que, a partir daquele momento tornava-se oficialmente curadora do mais relevante patrimônio cultural e científico que a Bahia e a ciência baiana já tinha postulado, o Dr. Jorge Novis apresenta e assina o editorial de reinauguração da GMB. O médico, na ocasião, destaca o Dr. Pacífico Pereira na condução do periódico por longo período, de modo a seguir um ideal, acrescentando que o Dr. Aristides Novis, tornara-se condutor responsável por prosseguir na direção da manutenção da revista, de modo a "abrigar a produção da ciência na Bahia" (Novis, 1966, p. 3).

Regressando em janeiro de 1966, a GMB apresenta aspectos condizentes com as estruturas esperadas para um periódico científico competitivo, em razão, inclusive, do surgimento de inúmeros títulos de revistas na área médica e biomédica, conforme apontado por Costa (1989). A GMB naquele momento, apresenta uma preocupação relativa ao conteúdo e forma, posto que apresenta em linhas gerais as normas de submissão de artigos, para que possam ser publicados.

Por outro lado, a *Gazeta* demonstra alinhamento com as nuances da ciência internacionalizada e global do século XX. Adota a partir do primeiro

número de 1966 o idioma inglês, que funciona como mola propulsora para a visibilidade das pesquisas desenvolvidas por países Latino-americanos. Identificamos nesse período que os artigos apresentam informações referentes à data de recebimento dos originais, o que confere credibilidade e demonstra atualidade para a publicação, naquele momento.

Ainda relativo aos aspectos editoriais, pontua-se que o médico Dr. Rodolfo Teixeira, autor da Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995), destaca que a Fundação Gonçalo Moniz exerceu funções administrativas para a GMB. Nesse sentido, aponta que:

> [...] a Fundação Gonçalo Moniz funcionou como um verdadeiro núcleo editorial, através de uma tipografia bem montada, onde foram impressos muitos trabalhos científicos, teses e revistas especializadas, tais como o Boletim da Fundação Gonçalo Moniz, a Gazeta Médica da Bahia na sua última fase (Teixeira, 1999, p. 172).

Dessa forma, a GMB adentra o cenário editorial científico da segunda metade do século XX, de certa maneira mais fortalecida no que tange aos aspectos relativos às estruturas do periódico. Entretanto, a permanência no circuito da imprensa editorial científica mostra-se efêmera, até 1972. Identifica-se uma edição no ano de 1976, no entanto de forma comemorativa e sem avanço na circulação. Nota-se, portanto, o aumentado significativamente de periódicos da área da medicina, e a concorrência tornar-se-ia cada vez mais acirrada, conforme apontado por Costa (1989).

Infere-se, no entanto, que esse fato também ocorreu em virtude do surgimento de vários periódicos mais hierarquizados, por disciplinas e especialidades médicas, o que tornava a GMB menos competitiva, visto o seu legado de ser uma revista multidisciplinar desde o século XIX.

Nesse sentido, Costa (1989, p. 83) aponta que "[...] o requisito para que a função social do periódico científico se realise[6] é a publicação dos artigos em revistas de boa qualidade científica". Complementando que, "isso significa dizer que as revistas necessitam contar com corpos editoriais qualificados para publicação, dispor de recursos humanos capacitados para o processo de editoração científica". Além disso, deve "apresentar regularidade de publicação,

[6] Nas citações manteremos a ortografia conforme expressa pelo(a) autor(a).

cumprir padrões internacionais de normalização e dispor de mecanismos de distribuição e comercialização estabelecidos".

Dessa forma, identificamos que o relançamento da GMB em 1966 procurou atender a alguns desses requisitos. Apresentou normas de publicação, sumário íngue, estrutura e conteúdo dos artigos padronizados. A estrutura, para além do título e autoria, inclui nessa fase de publicação da GMB as seguintes informações: resumo, introdução, materiais e métodos, resultados, comentários, além de *summary* para língua inglesa e *sommaire*, para a língua francesa, o que equivale ao resumo da língua portuguesa, e por fim as referências bibliográficas. Segundo Pereira (2019, p. 75) "As mudanças de títulos dos periódicos para língua inglesa indicam a busca pela internacionalização. Alterar o título é uma das decisões mais importantes que uma equipe editorial pode tomar, pois implica em mudar a identidade de uma publicação e reposicioná-la entre os pares".

No que compete à mudança de título, para ambas as pesquisas (Costa, 1989; Pereira, 2019) é um fator significativo, tanto do lado positivo, quanto negativo. Nesse quesito a GMB não foi atingida, posto que não foi evidenciada nenhuma alteração de título, mantendo-se fiel ao título original em toda sua trajetória. No entanto, o periódico buscou adotar alguns critérios que a elevasse a um patamar mais contemporâneo e competitivo perante a comunidade científica do século XX.

No estudo realizado por Costa (1989), no que concerne à questão da relevância atribuída à permanência dos títulos dos periódicos, autor destaca que: Ao estudar a estrutura da produção de periódicos biomédicos brasileiros publicados no período de 1827-1978, teve como material para a coleta de dados uma obra de referência – Periódicos Biomédicos Brasileiros, 1827 – 1978. Nesse sentido, apoiado nos estudos de Población, 'estudo baseado na mesma fonte de coleta de dados' utilizado por ele, aquela autora identificou que 204 títulos sofreram alterações no período de 1827 a 1978. Dos 2.099 títulos arrolados, apenas 1.309 são puros, isto é, não sofreram alteração durante toda sua trajetória (Costa, 1989, p. 87).

Nesse quesito relativo ao título a GMB manteve a identidade, aspecto considerado positivo nessa transição do século XIX para o século XX, diante de inúmeras transformações oriundas das mudanças estruturais da política

científica brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado buscou analisar a trajetória do periódico científico *Gazeta Medica da Bahia*, em espacial no que compete à interrupção da revista entre 1935 e 1965, e fatores que contribuíram para o ressurgimento em 1966, ano do centenário de fundação. Para isso, foram recuperados alguns estudos basilares para a compreensão da suspensão de revistas científicas da área médica no Brasil no século XX.

Ao recuperar alguns números da revista que representava o período próximo à suspensão, em 1935, percebeu-se que a construção e manutenção da GMB esteve ligada a dois personagens fundadores da revista e referência da medicina baiana. Um desses foi o médicos José Francisco da Silva Lima, que foi um dos editores do periódico por mais de 40 anos. O outro é o Dr. Pacífico Pereira, que permaneceu na direção da *Gazeta* por quase 50 anos, ambos originários do núcleo formador da revista, ainda no ano de 1866.

No raiar do século XX, algumas alterações foram sentidas no cenário científico, que de certa maneira atingiram a revista científica baiana. Aliado a esse fato, percebemos que o falecimento do Dr. Silva Lima em 1910 e o adoecimento Dr. Pacífico em 1920, vindo a óbito em 1922, levaram a GMB ao estado de orfandade, conforme foi relatado pelo Dr. Aristides Novis, em uma carta endereçada ao médico e amigo Arthur Ramos, em 1933, dois anos antes da suspensão da revista.

Nessa correspondência, Aristides Novis solicita ao amigo que não esqueça a "velha Gazeta Medica da Bahia", forma carinhosa de referir-se ao periódico, e acrescenta que se trata de "[...] minha filha adoptiva, tomada aos braços já desfalecentes de Pacífico Pereira, num momento menos feliz para ella, - felicíssimo para mim, que fiz o herdeiro ou depositário ocasional de suas glórias" (Novis, 1933, p. 3). Essa declaração demonstra a maneira como o periódico era considerado parte da família para os seus membros criadores e herdeiros, como o Dr. Aristides, e a preocupação do médico com o futuro da revista.

Ademais, o periódico hibernou por 30 anos, para ressurgir em 1966 por ocasião do centenário de criação e sob nova curadoria. Nessas três décadas de suspensão da GMB, o Brasil enfrentou diversidades econômicas, sociais e políticas. No cenário político, anos antes da interrupção da GMB, ocorreu a Revolução de 30, a qual permitiu que Getúlio Vargas ascendesse ao posto de Presidente da República e nomeasse interventores nos Estados, inclusive na Bahia (Fausto, 1979). Desse modo, observa-se que a história da *Gazeta*, seja na presença ou na ausência, se entrelaça com momentos históricos significativos da História do Brasil, passando pela República Velha ou Primeira República; Era Vargas com o Estado Novo e a República Populista.

Após a transferência da guarda da GMB da Família Novis para a Faculdade de Medicina da Bahia, em 1966, evidencia-se, enfim, a institucionalização do periódico que elevou o nome da Bahia e do Brasil no cenário científico internacional desde o período do Império. Dessa forma, a GMB ressurge renovada, reformatada de acordo com os preceitos contemporâneos para publicação científica, de modo a tornar-se competitiva diante de um cenário de acirramento e concorrência editorial de proporções elevadas.

Fica evidente a forma efêmera com que a revista se manteve em circulação na segunda metade do século XX. Uma nova suspensão ocorreu em 1972 e assim permaneceu até que um número comemorativo fosse lançado em 1976, para novamente adormecer sob a guarda da Faculdade de Medicina da Bahia. Outras iniciativas para retomar a circulação do periódico foram aventadas, já no século XXI, contudo apresentou a mesma efemeridade de outrora.

Nesse sentido, objetivou-se trazer à luz alguns aspectos que aproximem as pesquisas científicas em torno da GMB para o primeiro período significativo de interrupção da revista. Assim sendo, permanecemos nas investigações relacionadas à interrupção da *Gazeta Medica da Bahia* entre 1935 e 1965, de modo que possamos avançar nos aspectos políticos que engendraram esse fato. Por outro lado, identificamos lacunas que pretendemos elucidá-las por meio de estudos relacionadas à História da Bahia associados à da história dos periódicos científicos, da história da medicina e da medicina baiana.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciência Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_visitantes_estrangeiros_na_bahia_oitocentista.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 411- 459. 1998. Disponível em:

https://www.SCIELO.br/j/hcsm/a/pH5KwwDM8HHKDNBw568Phst/. Acesso em: 9 nov. 2022.

BASTIANELLI, Luciana. **Gazeta Médica da Bahia (1866-1934 / 1966-1976)**. Salvador: Edições Contexto, 2002. (Compilação e pesquisa).

BENCHIMOL, Jayme Larry. **Febre amarela, a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Fiocruz; UFRJ, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

BRAZIL-MEDICO. Rio de Janeiro, v. 48, n. 27, 1934. Disponível em: https://www.obrasraras.fiocruz.br/gallery.php?mode=gallery&id=59&page=1. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRAZIL-MEDICO. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 1941. Disponível em: https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=398. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRAZIL-MEDICO. Rio de Janeiro, v. 60, n. 16, 1946. Disponível em: https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=162. Acesso em: 20 jan. 2024.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales. 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. São Paulo: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CONI, Antônio Caldas. **A Escola Tropicalista Bahiana**: Paterson, Wucherer, Silva Lima. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1952.

COSTA, Ferreira Corrêa da. Estrutura da produção editorial dos periódicos biomédicos brasileiros. **Revista TransInformação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 81-104, jan./abr., 1989. Disponível em:

https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1702. Acesso em: 20 maio 2023.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). **Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**: historiografia e história. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Luiz Otávio. **O nascimento de uma instituição científica**: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26436. Acesso em: 9 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. Salvador, v. 1, n. 23 e 24, 1867. Disponível em:

https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/30/24. Acesso em: 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Inauguração do monumento Paterson. Salvador, v. 18, n. 6, 1886. Disponível em:

https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/482/469

Acesso em: 4 jun. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. A Gazeta Medica: o seu passado e o seu futuro. Salvador, v. 27, n. 2, 1895

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Salvador, v. 52, n. 1, 1921. Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/922/904. Acesso em: 20 maio. 2023.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1077-1097, 2008. Disponível em: https://www.SCIELO.br/pdf/hcsm/v15n4/11.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; CHAVES, Leandra; BARROS, Rodolfo. A "Escola Tropicalista" e a Faculdade de Medicina da Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. 78, n. 2, p. 86-93, 2008. Disponível em:

http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/971/0. Acesso em: 03 jan. 2022.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Juliano Moreira da Bahia para o mundo**: a formação baiana do intelectual de múltiplos talentos (1872-1902). Salvador: Edufba, 2019.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000. Disponível em: https://www.SCIELO.br/j/csc/a/66wDTjPXBzZNxskLkXdsvJD/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 9 jun. 2021.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e divulgação científica**: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e

Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Disponível em: http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/AndersonGoncalvesMalaquias.pdf?msclkid=e76a37d3ade811ec93fcb122feb93783. Acesso em: 5 abr. 2023.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. O micróbio protagonista: notas sobre a divulgação da bacteriologia na Gazeta Médica da Bahia, século XIX. **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v, 23, n. 3, p. 733-756, 2016. Disponível em:

https://www.SCIELO.br/j/hcsm/a/zRnFzhYpkHnYknryjVvHnGP/?lang=pt#. Acesso em: 9 jun. 2021.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **A trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira**: um estudo de caso sobre a concepção de medicina e ensino na Bahia (1862- 1922). 2019. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7713623. Acesso em: 27 mar. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria de Fátima Mendes. **Comunicação científica em saúde**: a Gazeta Médica da Bahia no século XIX . 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15067. Acesso em: 12 abr. 2023.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 1999.

NOVIS, Aristides. **Carta a Arthur Ramos**. Salvador, 1933. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1302482/mss1302482.jpg. Acesso em: 13 out. 2023.

NOVIS, Jorge. Editorial. **Gazeta Medica da Bahia**, Salvador, v. 66, n. 1 e 2, p. 3, 1966. Disponível em:

https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/433/420. Acesso em: Acesso em 22 maio. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.

PEARD, Julyan G. **The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1860 - 1889**. Dissertation (Doctor of Philosophy in the Graduate School of Arts and Sciences) – Columbia University, New York, 1990.

PEARD, Julyan G. **Race, Place, and Medicine**: The Idea of the Tropics in

Nineteenth Century Brazilian Medicine. London: London Duke University Press. 1999.

PEREIRA, José Paulo Speck. **Periódicos científicos com indexação descontinuada**: a Coleção SCIELO Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214819. Acesso em: 20 maio 2023.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. Debates e embates sobre ameaça e prevenção: a cholera-morbus na Gazeta Médica da Bahia em 1866. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - contra os preconceitos: história e democracia, 29, 2017, Brasília., DF. **Anais [...]** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502720096_ARQUIVO_TextoVanessa-PublicacaoSimposioNacionalANPUH2017.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. Saúde Pública em mau Estado: os debates sobre higiene pública na Gazeta Médica da Bahia na década de 1860. **Revista em Tempo de Histórias**. Brasília, DF, n. 31, 2018a. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14714. Acesso em: 8 abr. 2023.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. **"Profetas do mau agouro"? Higiene Pública na Gazeta Medica da Bahia (1866-1870)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018b. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32894/1/2018_VanessadeJesusQueiroz.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas**: feminismo e medicina na Bahia (1836 – 1931). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

RAGO, Elisabeth Juliska. Francisca Praguer Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, maio/jun. 2008. Disponível em: https://www.SCIELO.br/j/csc/a/WJSDZMvnnrYmLdB6wzknMMy/#. Acesso em: 5 mar. 2023.

SANTANA, Celeste Maria de Oliveira. **Comunicação científica na medicina tropical no contexto da ciência da informação (séculos XIX e XX)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18157. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, Adailton Ferreira. **Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13391. Acesso em: 18 jan. 2021.

SANTOS, Adailton Ferreira. **A presença das ideias da Escola Tropicalista Baiana nas teses doutorais da Faculdade de Medicina (1850-1889**2012. Tese

(Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13277. Acesso em: 19 jan. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEPÚLVEDA, Cecília de Alencar Serra e. **O Progresso, a cidade e as letras**: o intelectual e a transição do século XIX para o XX em Salvador da Bahia. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26303. Acesso em: 23 maio 2023.

SILVA, Maria Beatriz Nizzza da. **A primeira Gazeta da Bahia:** Idade d'Ouro do Brasil. Salvador: Edufba, 2005.

TEIXEIRA, Rodolfo. **Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)**. Salvador: Edufba, 1999.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e literatura: a Revista Brasileira como espaço de vulgarização científica. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 75-88, jan./jun. 2004. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/926/1173. Acesso em: 22 maio 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

COLONIZAÇÃO E GENOCÍDIO
O caso dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará

COLONIZATION AND GENOCIDE
The case of the Laklãnõ/Xokleng indigenous people in the Grão-Pará colony

TATIANE SOETHE SZLACHTA[1]

GEOVAN M. GUIMARÃES[2]

RESUMO

O presente trabalho aborda o genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng, durante os séculos XIX e XX, na Colônia Grão-Pará, localizada no Sul do Estado de Santa Catarina. Por muito tempo, predominaram as versões da história que trazem os indígenas como vítimas passivas do processo colonizatório e seu extermínio como fator necessário ao desenvolvimento. Os bugreiros, responsáveis diretos por sua eliminação física, foram vistos como heróis. Pouco enfoque se deu aos demais envolvidos no processo. Dessa forma, a pesquisa se faz necessária para que seja reconhecida a participação de diversos envolvidos no genocídio dos Laklãnõ/Xokleng. A pesquisa histórica de abordagem qualitativa adotou como procedimento de coleta de dados o levantamento bibliográfico, a partir das obras de autores da história regional, e a pesquisa documental com a análise nos arquivos Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) e Center for Research Libraries (CRL). O objetivo deste estudo é avaliar a participação dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX. Como resultado, avaliamos que desde o início da colonização, os dirigentes da Empresa Colonizadora sabiam da presença Laklãnõ/Xokleng nas terras pertencentes a Colônia Grão-Pará. A atuação dos bugreiros se deu com o apoio direto e/ou indireto dos colonos, Empresa Colonizadora, Estado e polícia. Embora não tenham sido encontradas provas suficientes para o estabelecimento de um padrão, é possível concluir que não houve um único responsável pelo genocídio, mas a participação de diversos segmentos sociais.

Palavras-chave: Laklãnõ/Xokleng. Colônia Grão-Pará. Genocídio.

[1] Mestranda em Ensino de História na Universidade do Estado de Santa Catarina (PROFHISTÓRIA-UDESC). *E-mail* do autor: tatianesoetheszlachta@outlook.com

[2] Arqueólogo, Doutor em Turismo e Hotelaria, pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Professor adjunto da Universidade do Sul de Santa Catarina - UniSul. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - Grupep. *E-mail* do autor: geovan.guimaraes@hotmail.com

ABSTRACT

The present study addresses the genocide of the Laklãnõ/Xokleng indigenous peoples during the 19th and 20th centuries in the Grão-Pará Colony, located in the southern state of Santa Catarina, Brazil. For a long time, prevailing historical narratives depicted the indigenous peoples as passive victims of the colonization process, with their extermination deemed necessary for development. The "bugreiros" – those directly responsible for their physical elimination – were often portrayed as heroes, while little attention was given to other actors involved in the process. Thus, this research is essential to recognize the involvement of various parties in the genocide of the Laklãnõ/Xokleng. This qualitative historical research employed bibliographic surveys, drawing from regional history authors, and documentary research, analyzing materials from the Plínio Benício Historical Documentation Center (CEDOHI) and the Center for Research Libraries (CRL). The objective is to evaluate the participation of different social segments in the genocide of the Laklãnõ/Xokleng indigenous peoples in the Grão-Pará Colony between the 19th and 20th centuries. The results indicate that, from the early days of colonization, the administrators of the Colonization Company were aware of the presence of Laklãnõ/Xokleng on lands belonging to the Grão-Pará Colony. The actions of the "bugreiros" were supported directly and/or indirectly by settlers, the Colonization Company, the state, and the police. While there is insufficient evidence to establish a specific pattern, it can be concluded that there was no single entity responsible for the genocide, but rather the involvement of various social segments.

Keywords: Laklãnõ/Xokleng. Grão-Pará Colony. Genocide.

INTRODUÇÃO

A colonização não-indígena do território sul catarinense, que abrange parte dos territórios dos atuais municípios de Lauro Müller, Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Ludgero, Braço do Norte, Armazém e São Martinho, se deu a partir da criação da Colônia Grão-Pará. Tal empreendimento foi viabilizado por meio de uma aliança entre a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, que receberam aquelas terras como dote, com o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, que se responsabilizaria pelo recrutamento e transporte de imigrantes europeus à Colônia.

Com a imigração europeia, esperava-se ocupar e desenvolver um território até então considerado "vazio", ignorando a existência de povos indígenas na região. Em decorrência da postura adotada pelos colonizadores em relação aos

nativos, a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX são marcadas por incontáveis conflitos, responsáveis, por exterminar a população Laklãnõ/Xokleng.

Por muito tempo, predominaram na história, práticas que tratam os Laklãnõ/Xokleng como vítimas do processo colonizatório e seu genocídio como fator necessário para o avanço da civilização. Os bugreiros, responsáveis diretos pela execução física desses povos, foram vistos, por algumas pessoas, como heróis, e por outras, como cruéis assassinos. Pouco enfoque foi dado à participação dos demais segmentos que contribuíram para o extermínio, entre eles os colonos — que avançavam sobre o território indígena —, o Estado e a Empresa Colonizadora, responsáveis pela regulamentação e execução das ações relacionadas à colonização.

Nesse sentido, o presente artigo propõe avaliar, por meio de fontes bibliográficas e documentais, a participação dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklãnõ/Xokleng na colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX. Para isso, num primeiro momento será apresentada uma breve discussão a respeito do processo de colonização em Santa Catarina durante os séculos XIX e XX, em especial nas terras localizadas no Sul do Estado e a Colônia Grão-Pará. Posteriormente, serão examinados os relatos de contatos e conflitos entre colonos e indígenas Laklãnõ/Xokleng no território da Colônia Grão-Pará, registrados por Dall'Alba (1973, 1986, 2003), Lottin (2002) e Dalmagro (2012). Por fim, será realizada uma análise das medidas tomadas pelos diversos segmentos no âmbito da Colônia Grão-Pará, por meio da bibliografia citada — documentos da Empresa Colonizadora disponíveis no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) e documentos oficiais do Estado disponíveis no *Center for Research Libraries* (CRL).

1. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

Ao olharmos para a história do Brasil, perceberemos que o processo de ocupação não-indígena está fortemente relacionado aos ciclos econômicos. Inicialmente, a ocupação se deu no litoral, onde era extraída a madeira do pau-brasil, com a utilização de mão de obra dos indígenas que ali viviam. Logo

depois, houve um crescente aumento demográfico na região Nordeste, promovido pela produção açucareira. As pesquisadoras Schwarcz e Starling (2015) argumentam que esta região, sobretudo, a costa pernambucana e o Recôncavo baiano, começa a prosperar a partir da segunda metade do século XVI. A região transforma-se no centro econômico da América portuguesa, desenvolvendo um lucrativo comércio colonial agroexportador. Posteriormente, com a descoberta do ouro, entre final do século XVI e o início do século XVII, fez com que um grande contingente populacional fosse deslocado para a região das minas, na região Sudeste, onde, mais tarde, também se desenvolveu a produção de café.

Em decorrência da distância das regiões que se tornaram prevalentes na economia brasileira, integrados aos grandes ciclos econômicos, no estado de Santa Catarina, a colonização se deu de forma distinta. Inicialmente, na segunda metade do século XVII, são fundados, por vicentistas, núcleos de povoamento no litoral do atual território catarinense. Pereira (2003) enfatiza que este processo fez parte de uma política portuguesa de expansão do sul do Brasil em direção ao estuário do Prata, foram criados os povoados de São Francisco do Sul (em 1658), Florianópolis (à época denominada de Nossa Senhora do Desterro, em 1673) e Laguna (em 1676). Considerando o processo de ocupação neste mesmo território, nomeadamente, a área entre o oceano Atlântico e a escarpa da Serra Geral Catarinense, no início do século XVIII, recebe um afluxo migratório de grupos originários do arquipélago dos Açores. De acordo com Pereira (2003) estes novos habitantes passam a praticar a pesca artesanal e a policultura para a sua subsistência.

Cabe destacar que, embora o estado não estivesse integrado diretamente as dinâmicas da economia agroexportadora no período colonial e, mais tarde, no Império, não o impediu que desenvolvesse uma complexidade neste setor. Penna (2005) relata que a produção agrícola de gêneros de consumo interno foi um elemento que contribuiu para construção de uma economia local complexa e dinâmica. Inclusive, conforme destacado nos estudos de Penna (2005) e Piazza (1999), esse sistema promove a chegada de novos contingentes humanos, negros escravizados, em 1866, a população catarinense era formada de 12% de escravizados.

Segundo Waibel (1949), foi a partir da independência do Brasil que os interesses de colonização se voltaram para as províncias do Sul, sujeitas a ataques dos vizinhos argentinos e povoadas por indígenas. Para tanto, seria necessário um novo tipo de colono, que apresentasse características de soldado e de agricultor: o europeu. A imigração europeia, assim, passa a ser estimulada em um contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, cujas principais preocupações eram satisfazer a necessidade de mão de obra nas fazendas de café e preencher os chamados "vazios demográficos". Ainda, acreditava-se que a imigração europeia possibilitaria o "branqueamento da população", uma visão eurocêntrica e xenofóbica, a partir da qual os intelectuais defendiam que o desenvolvimento brasileiro se daria por meio da miscigenação entre europeus e africanos (Selau, 2006).

Apesar do entendimento do governo brasileiro quanto à necessidade da imigração europeia, sua efetivação enfrentou muitos percalços. De acordo com Piazza (1994), durante o primeiro império não existiam medidas para regulamentar a ação colonizadora. No período regencial, por sua vez, os estrangeiros não eram bem-vistos, nem sequer como imigrantes. Em contrapartida, o governo de Santa Catarina entendia que apenas a colonização traria o crescimento social e econômico para a Província. Dessa forma, foram criadas as colônias: Nova Ericeira (1817), São Pedro de Alcântara (1829), Nova Itália (1835), Itajaí (1835) e Vargem Grande (1837).

A partir da posse do imperador Dom Pedro II, foram tomadas medidas de grande importância em relação à colonização. O destaque da época foi a Lei de Terras (1850), promulgada com vistas a regulamentar o regime de propriedade territorial, tornando a compra o único meio de acesso à terra. Na Província de Santa Catarina, esse foi um período de pouca expressão. Após a Lei de terras e as mudanças legislativas que a seguiram, ocorreu um novo impulso colonizador, culminando na criação da Colônia Dona Francisca (1850), Colônia Leopoldina (1852), Colônia Militar Santa Tereza (1853), Colônia Itajaí-Brusque (1860) e Colônia Nacional Angelina (1860) (Piazza, 1994).

No Sul de Santa Catarina, a medição de terras para a implantação de colônias foi aprovada em 1854, a partir do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que visava à orientação das medições de terras públicas (Selau, 2006).

Tal regulamento possibilitou o início dos trabalhos nos vales do Araranguá e do Tubarão, objetivando o levantamento de uma planta topográfica determinando a posição das terras em relação a Laguna, iniciado em julho de 1867, sob a coordenação de Manoel da Cunha Sampaio. A comissão de Sampaio foi dissolvida em 1869, quando já havia sido discriminada uma grande extensão de terras devolutas, que se estendiam do vale do Tubarão até o rio Mampituba (extremo Sul catarinense, no atual limite do estado). Tais terras seriam colonizadas seguindo as políticas oficiais de colonização e imigração (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015).

Durante a década de 1870, novas medições foram realizadas por João Carlos Greenhalgh e Manoel da Cunha Sampaio, desta vez visando ao cumprimento da Lei nº 1.904, de 17 de outubro de 1870, que garantia o dote da Princesa Isabel e de seu esposo, Conde d'Eu (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015). Em 1877, Carlos Otto Schlappal foi nomeado pelo Ministério da Agricultura para verificar as medições dos lotes existentes nos vales do Braço do Norte e do Capivari, diferenciando as terras públicas das particulares e legalizando os lotes dos 52 colonos que se estabeleceram em Braço do Norte, vindos do ex-núcleo de Theresópolis (Araújo, 1878). Desse modo, ficaram demarcadas as terras onde seriam estabelecidas as colônias sul-catarinenses.

Vale lembrar que todo esse processo de demarcação de terras e estabelecimento de colônias acontecia em territórios habitados por indígenas. A respeito disso, Santos (1973) ressalta que, desde o século XVIII, se sabia da existência dos indígenas Laklãnõ/Xokleng e dos Kaingang no planalto serrano catarinense. Por vezes, eles davam sinal de sua presença, mas não chegavam a despertar a preocupação dos responsáveis pelas povoações existentes na época. As incursões sobre as propriedades dos colonos eram raras, e sua presença na encosta da Serra foi minimizada até a primeira metade do século XIX.

No sul do Estado, Tonetto, Gihizzo e Pirola (2015) destacam que, durante as medições realizadas entre 1867 e 1869, a comissão fez ressalvas a respeito da presença de indígenas nas nascentes do Rio Mãe Luzia e do Rio dos Porcos e em Urussanga. Nos relatórios, o chefe da comissão, Manoel da Cunha Sampaio, citava que não havia política de aproximação com os indígenas e que

este seria um problema para a vinda dos colonos. Mesmo assim, a estratégia continuava sendo ocupar a região, independentemente das populações já existentes.

Vinte anos mais tarde, durante medições realizadas em 1887 e 1888, os agrimensores Gallois e Stawiarsky (1887-88) registraram o primeiro encontro com os indígenas no território que viria a ser a Colônia Grão-Pará:

> Senhor, recebi ordem de apresentar-me ao Senhor antes de entrar na mata, para o lado de Urussanga. Mas pensando que lá já estão os homens, no meio dos índios, eu não posso francamente deixá-los sós.
> Fiz o possível para encontrar camaradas, mas ninguém queria entrar se o grupo fosse menor de 25 ou 30 pessoas. Agora que consegui estes 9 a força, não posso ir falar lhe, nem sair da floresta antes de ter terminado o serviço. (Emílio Gallois).
> Os bugres bateram na turma no serviço, e a maior parte dos camaradas esmoreceram e tendo resolvido voltar para o rancho lá também achavam os mesmos sujeitos que matavam um cachorro e feriram outro.
> O Senhor Pedro de Alcântara traz a flecha. Os camaradas não quiseram mais ficar. Só ficou o agrimensor mais três homens. [...]
> Vou cair em cheio no mãe Luzia, e por conseguinte no aldeamento dos bugres. Por isto desejo levar gentes suficientes para resistir (*apud* Dall'Alba, 2003, p. 65).

Esse registro mostra que as medições avançavam em direção à Serra, numa época em que já estavam sendo estabelecidos imigrantes nas colônias criadas, inclusive na Colônia Grão-Pará, como veremos mais adiante. Tal território compreende o último refúgio dos Laklãnõ/Xokleng, que fugiam conforme a colonização avançava. Ao terem seu território invadido, eles se tornavam agressivos, fazendo com que os conflitos com os não-indígenas fossem cada vez mais frequentes. O relato do agrimensor deixa transparecer que estavam cientes de estarem em um território indígena e que os trabalhadores tinham medo de serem atacados durante as medições. Apesar de pouco aparecerem nos relatórios dos engenheiros, os indígenas Laklãnõ/Xokleng marcavam sua presença no Sul de Santa Catarina, fato comprovado nas décadas seguintes, com o estabelecimento de Colônias de imigrantes europeus.

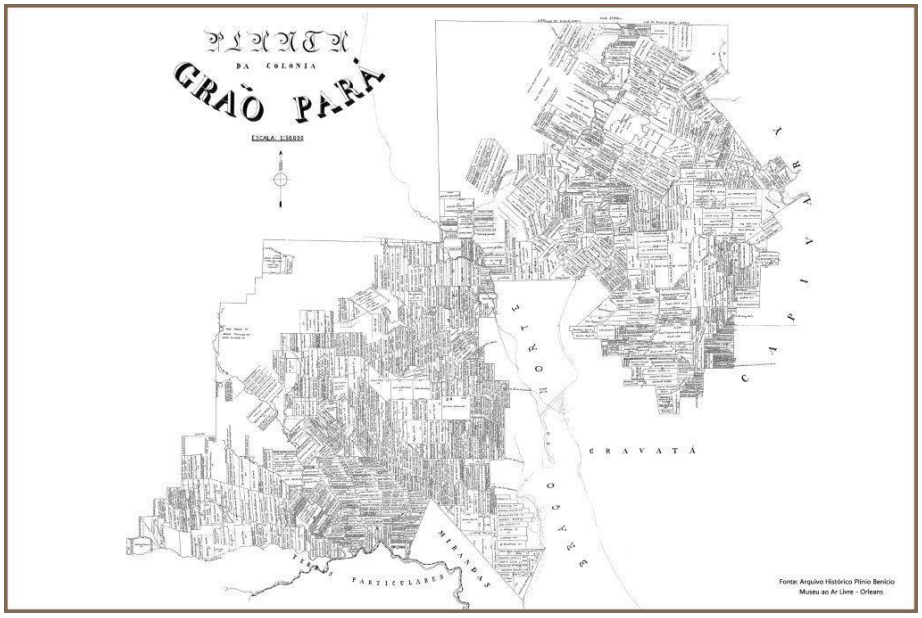
2. A COLÔNIA GRÃO-PARÁ

A criação da Colônia Grão-Pará se tornou efetiva em 1882, com o objetivo de colonizar as terras referentes ao Dote de casamento da herdeira do trono brasileiro, Princesa Isabel, e seu esposo. A designação do dote se deu por meio da Lei nº 1904/1870, promulgada pelo imperador Dom Pedro II. Em seu artigo 1º, a lei determinava:

> Art. 1º Fica estabelecido para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial; um patrimonio em terras, constante de duas porções, cada uma de 49 leguas quadradas, sendo uma na Provincia de Santa Catharina e outra na de Sergipe, ou em qualquer outra Provincia do Imperio, se porventura nesta ultima não houver porção de terras sufficiente; podendo os lotes conter no minimo até 6 leguas quadradas.
> Este patrimonio, do qual fará parte o predio comprado para habitação de Suas Altezas, será considerado como proprio nacional, com o destino que lhe é dado, e nos termos do mesmo contracto matrimonial.
> E', porém, permittida a venda de metade das terras a colonos que as venhão cultivar, sendo o producto liquido da alienação empregado em apolices da divida publica fundada do Imperio, as quaes, inscriptas como inalienaveis no grande livro, farão parte do patrimonio de Suas Altezas (Brasil, 1870).

Com a promulgação da lei, foram eleitas as porções de terras nas referidas províncias. Em Santa Catarina, foram nomeadas as terras localizadas no vale do Tubarão, que atualmente correspondem a partes dos municípios de Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Armazém, São Martinho e Braço do Norte.

FIGURA 1. MAPA DA ÁREA PERTENCENTE À COLÔNIA GRÃO-PARÁ



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC, data desconhecida.

Além de determinar o tamanho e as províncias onde se localizariam as terras do dote, a lei permitia a colonização de metade das terras do dote. O casal imperial, Princesa Isabel e Conde d'Eu, firmaram um contrato com o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, com o qual celebraram uma sociedade para a criação da futura Colônia Grão-Pará. Aprovado pelo Ministério do Império de Pedro II em 15 de novembro de 1882, o acordo determinava:

> Art. I – No que se refere a colônias, a partir indicada em seu patrimônio, SS.AA reservam para este fim, uma extensão de 12 léguas quadradas que estarão à disposição do Comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, para ser vendida, por seu intermédio a colonos (Lottin, 2002, p.20).

Além dos termos da sociedade, o contrato estabelecia algumas diretrizes sobre o estabelecimento de colonos. Nesse sentido,

> Art. X – A superfície dos lotes vendidos cada ano não deverá exceder uma extensão superior a cento e vinte e cinco mil braças quadradas, para cada família estabelecida por J. Caetano Pinto. Entende-se por família, não somente esta composta por duas ou várias pessoas mas ainda os celibatários que quiserem se estabelecer em terrenos em questão.

> Todavia, o número dos celibatários não poderá jamais ultrapassar o das famílias.
> Art. XI - Os colonos a se estabelecerem poderão ser da (escolha) de J. Caetano Pinto, brasileiros ou estrangeiros, mas o número dos primeiros não poderá exceder ou dos estrangeiros (Lottin, 2002, p.22-23).

No trecho citado, fica evidente o interesse de tornar a colônia criada um empreendimento baseado na colonização europeia, visando ao desenvolvimento de uma economia agrícola e familiar. A respeito dos imigrantes, Lottin (2002, p. 82-83) ainda traz escritos de Charles Mitchell Smith Leslie, que demonstra a preferência pelo estabelecimento de imigrantes alemães.

> [...] o alemão é o elemento mais persistente e feliz na lavoura, base primordial de uma Colônia feliz. Desenvolvendo-se a agricultura, principalmente em uma zona tão rica como a nossa, o comércio e as manufaturas e mais indústrias vão aparecendo em seu turno para suprir as necessidades dos agricultores e fundar e povoar novas vilas e cidades. O alemão tem até hoje mostrado maior predileção para a lavoura da terra; enquanto os italianos e portugueses tem-se dedicado mais ao comércio e às indústrias inclusive construções. [...]
> Os alemães sem contestação, sobressaem, comparados com os outros estrangeiros; e a diferença torna-se enorme comparados com os nacionais (Lottin, 2002, p. 82-83).

O discurso tende a uma visão de que os alemães eram considerados mais aptos ao cultivo agrícola frente a outras etnias. Tais comparações, realizadas pelo diretor da colônia e reproduzidas por Lottin (2002), soam um tanto etnocêntricas. Na execução do projeto de colonização, essa postura refletiu no tratamento dado pela Empresa aos colonos e na relação entre os indivíduos de diferentes nacionalidades. Além do obstáculo representado pelo idioma de seus respectivos países de origem, eles ainda teriam que conviver com pessoas de culturas distintas, o que poderia gerar ainda mais conflitos. Dessa forma, a Empresa ainda adotou a prática de distribuir os colonos de acordo com sua nacionalidade, formando núcleos de colonização baseados em uma divisão étnica, fortalecendo a convivência pacífica de um grupo étnico e distanciando-o de outros. Tal divisão pode ser vista em alguns pontos da antiga colônia ainda hoje.

Mesmo com a preferência por colonos alemães, a Colônia Grão-Pará

recebeu imigrantes de outras regiões da Europa, com destaque para os italianos e poloneses. Várias propagandas foram espalhadas pelo continente, prometendo transporte, terras férteis e a possibilidade de naturalização. Atraídas por essas promessas, várias famílias procuraram se estabelecer na colônia; algumas delas, vindas diretamente da Europa e parte de outras colônias (Lottin, 2002).

Segundo consta em um documento datado de 24 de agosto de 1900, redigido pelo diretor da empresa, Etienne Stawiarski, e endereçado ao Cônsul italiano estabelecido em Florianópolis,

> Os primeiros colonos estabeleceram-se no ano de 1882, eu creio. A maior parte dos colonos Italianos vieram entre os anos 1883 e 1886. A maior parte dos polacos vieram de 1891 a 1892. Poucos alemães vieram diretamente pela empresa. Quase todos os colonos alemães são provenientes das próximas colônias do governo: Braço do Norte, Capivari, Teresópolis ou São Pedro de Alcântara. Os colonos das outras nacionalidades sendo em número muito diminuto não carecem ser historiados [...] O recenseamento em 1896/97 apurou 3.140 brasileiros, 450 italianos, 112 alemães, 2 espanhóis, 160 lettos, 202 polacos, 22 austríacos [...], 2 franceses, 2 paraguaios, 3 holandeses e 8 ingleses. Os filhos nascidos no Brasil eram considerados como brasileiros (*apud* Lottin, 2002, p.142-143).

Lottin (1998) descreve todo o processo de instalação e acompanhamento dos colonos por parte da Empresa Colonizadora da Colônia Grão-Pará. Segundo o autor, no início, a empresa visitava os colonos quinzenalmente para fornecer insumos básicos para o início do trabalho na lavoura e com a finalidade de fiscalizá-los. O auxílio era prestado até que a família conseguisse produzir o suficiente para sua subsistência. Apesar disso, muitas famílias deixaram a colônia. Dentre os motivos para a emigração estariam a dificuldade de adaptação à nova vida e o medo dos confrontos que ocorriam com os indígenas.

Assim como nas demais colônias catarinenses, a preocupação do governo e da empresa colonizadora era estabelecer imigrantes, principalmente europeus, nas áreas até então consideradas despovoadas. Em contraposição à ação colonizadora, a presença dos indígenas Lakãnõ/Xokleng era negligenciada. Enquanto possível, sua presença foi ignorada, na expectativa de que o avanço da colonização os afastaria. Entretanto, o crescimento da presença

dos não-indígenas surtiu efeito oposto ao esperado.

3. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO LAKLÃNÕ/XOKLENG POR IMIGRANTES EUROPEUS

Conforme descrito anteriormente, o governo e as companhias de colonização sabiam da existência dos Laklãnõ/Xokleng no território que desejavam colonizar. No entanto, a presença deles não impediu a concretização dos empreendimentos. Com a chegada dos imigrantes, esperava-se que os indígenas simplesmente se afastassem. Prova disso é um documento escrito em 1884 pelo diretor da colônia na época, Charles Mitchell Smith Leslie, orientando os colonos a respeito dos indígenas.

> Sobre os indígenas na colônia. Durante o tempo em que os bugres estão andando pelo mato, e não estão atirando flechas contra os colonos, o colono deve ficar quieto e não fazer nada, nesse caso não descarregar a pistola (arma de fogo) contra eles, porque o bugre tem todo o direito de andar no mato, porque o mato é sua casa, eles tem todo direito de caçar no mato, porque a caça é sua vida e sustento, por isso é aconselhável do colono não caçar, porque com isso pode prejudicar a vida dos bugres, se o colono andando pelo mato de vez em quando abater um porco selvagem, será de bem que a metade seja deixada em uma árvore, assim, os bugres verão que os colonos não estão retirando seus sustento mas deixando para a sobrevivência.
> Quando encontrar um bugre pelo mato, ou pelo caminho, não perda o colono o seu bom senso, não atirem contra eles, porque em tal caso eles, os bugres, podem ficarem revoltados, e também, se ferir um bugre é ainda pior, porque um dia poderá que ele retorne e retornará com outros bugres.
> Quando um colono sai de sua casa para viajar ou procurar suas coisas ou andar nas estradas deve sempre ter uma arma a vista na cintura para fazer os outros (bugres) verem que o colono está armado, então os bugres terão medo da pistola, observar também se a arma não esteja descarregada, e sim carregada com pólvora e chumbo.
> Os bugres não atacam os colonos por somente atacar, mas se eles verem que não tem arma vão roubar a enxada, a foice o machado, porém, todos os objetos de ferro, metal e zinco, etc. etc. cuide para que estes objetos que estão em trabalho escapem (não sejam roubados). Porem nenhum colono deve estar fora de casa sem uma pistola (arma de fogo) na cintura, sempre pronta para poder usar, poderá encontrar também um bugre, não deve atirar atrás dele sua arma por duas razões:

> 1ª (primeira), se for ferido um bugre com pólvora e chumbo, ele também não esquecerá, ele vira cedo ou tarde a atirar sua flecha no colono.
> 2ª (Segunda) razão, se o colono atirar para o ar, o bugre é esperto e saberá que o colono descarregou sua arma, então é fácil que o colono venha a ser atingido por uma flecha.
> Porém, exaltado os bugres estão sabendo que não tem carregada sua pistola (arma de fogo). Então o colono não deve atirar a não ser de extrema necessidade e ser obrigado, também o bugre vendo que o colono tem uma arma de fogo terão medo de chegar perto.
> Então enfim, o colono vendo um bugre não perca o seu bom censo, como já falei, e mostrasse corajoso até o ponto onde observar que vem manejando o bugre com sua flecha, e seja corajoso com sua arma, porque o colono não deve ter medo dos bugres, mas esses, tem medo dos colonos.
> E se também gritando, cantando, e fazendo barulho os bugres não fazem mal, você não faça mal, porque eles chegaram a um ponto de acostumar e não fazer mal.
> Observação: No mato se encontra macacos que fazem barulho, porém, não se deve acreditar que tudo sejam os bugres.
> Escritório da Colônia Grão-Pará.
> Braço do Norte, 30 de setembro de 1884.
> C. M. S. (*apud* Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 43-44).

Com base nas orientações, podemos perceber que os responsáveis pelo empreendimento desejavam tranquilizar os colonos a respeito da presença dos Laklãnõ/Xokleng, pejorativamente chamados “bugres”. Num primeiro momento, chama atenção, no documento, o reconhecimento de que as terras a serem colonizadas eram parte do território indígena e os Laklãnõ/Xokleng tinham o direito de viver ali. Na prática, não há registro de nenhuma iniciativa que buscasse reconhecer e demarcar esse território indígena. Os colonizadores distribuíram áreas para as etnias europeias, mas ignoraram as etnias originárias.

A principal ideia defendida no documento era de que, se os colonos não atacassem, os indígenas também não atacariam, mas deveriam estar sempre armados, atirando apenas em caso de extrema necessidade. Além disso, os imigrantes eram orientados a evitar atividades de caça, para não prejudicar os nativos, ou então deixar parte da caça na mata, a fim de demonstrar o desejo de uma convivência pacífica.

Por outro lado, o documento ignora que os primeiros imigrantes se encontravam isolados em meio à mata, sem acesso ao comércio de alimentos. Dessa forma, os únicos meios de subsistência eram a agricultura e a caça. A

atividade praticada pelos dois grupos provocou, então, uma diminuição na população de animais da região, enquanto a mata era derrubada para a construção de casas e o cultivo de plantações, restringindo ainda mais a variedade e a quantidade de alimentos disponível para os nativos.

A respeito disso, Dall'Alba (1973, p. 292-293) esclarece que

> Chegando os primeiros moradores desta região, ao começarem as derrubadas, os índios manifestaram-se por sinais contra as mesmas. Como por exemplo, impedindo as picadas por galhos de espinhos, pedras ou outras tramoias. Aqueles, porém, não dando importância aos sinais deles, continuaram as suas derrubadas. Os índios aos poucos começaram a perseguí-los. Era mais ou menos 1890.

Conforme aponta o autor citado, houve tentativa, da parte dos indígenas, de demonstrar seu descontentamento com o avanço das derrubadas de forma pacífica, recorrendo a ações mais violentas por perceber que estavam sendo ignorados. Em concordância com o exposto, Santos (2004, p.75) acrescenta que

> O território que os índios podiam utilizar foi diminuindo e, com ele, as possibilidades de prover suas necessidades alimentares através da caça e da coleta. Assaltos começaram a ser cometidos contra a propriedade do colono. O gado era morto pelos índios ou as roças eram atacadas. Os atritos aumentaram. As companhias de colonização e os colonos passaram a exigir garantias de vida e propriedade ao governo.

Os ocorridos apontados por Dall'Alba (1973) e Santos (2004) mostram que, devido às diferentes visões de mundo dos dois grupos, sua convivência em um mesmo território tornava-se conflituosa. O conflito ocorreu a partir do choque entre culturas distintas e do direito à terra. De um lado, estavam os Laklãnõ/Xokleng, que tiravam da natureza o necessário para sua subsistência, e de outro, o imigrante europeu, que se estabelecia na região em busca de sustento e lucro. Foram inúmeros os conflitos entre os grupos, apesar de também terem ocorrido situações em que foram estabelecidas relações amistosas. Alguns desses relatos foram registrados em documentos e bibliografias sobre o tema.

Nos escritos sobre a Colônia Grão-Pará e municípios que fizeram parte dela, pouco se fala a respeito da presença dos Laklãnõ/Xokleng. Quando

aparecem, são, geralmente, abordados os conflitos, e raramente se fala dos contatos amistosos. Eles são mais raros ainda nos documentos oficiais do Estado e da Empresa Colonizadora. Entretanto, é preciso considerar esses relatos para mostrar que a convivência entre os dois grupos era possível e que o extermínio dos Laklãnõ/Xokleng não foi motivado por sua "selvageria", mas por ideais etnocêntricos e capitalistas, que não reconheciam a humanidade e os direitos territoriais dos povos originários.

Algumas informações obtidas em entrevistas realizadas por Dall'Alba (1973, 1986, 2003) e Dalmagro (2012) mostram que, em suas atividades cotidianas, os imigrantes percebiam a presença dos indígenas, que os observavam e, algumas vezes, davam sinal de sua presença. Por vezes, eles se aproximavam, a ponto de invadir as casas e plantações, mas não faziam mal aos colonos, que, por sua vez, deixavam alimentos para os indígenas, na intenção de demonstrar suas intenções de paz. Em Rio Fortuna, um dos municípios frequentemente apontados como local de enfrentamento entre os grupos, Bernardo Heidemann fala a Dall'Alba (1973, p. 357) sobre sua convivência com os nativos:

> Nunca nos fizeram mal. Só roubavam. O que achavam era deles. Mas se explica pela diferença de cultura. Nós é que temos o sentido de propriedade particular. Eles não. A gente não temia. Mesmo sabendo que os bugres rondavam, íam para a roça munidos unicamente do facão comum.

Essa fala mostra que havia pessoas que reconheciam as distinções culturais entre imigrantes e nativos, por isso respeitavam os indígenas. Outro depoimento interessante é o de Decionei Schmoeller à Dalmagro (2012, p. 59):

> Contam por aqui que certa vez um agricultor tava cortando lenha, no pasto, do lado da casa. Parou pra descansar um pouquinho. De repente, por trás dele, sem que percebesse, surgiu um índio e rapidinho pegou o machado dele e correu pro mato. Depois de um tempo, meia hora, uma hora, não se sabe quanto, o mesmo índio voltou com as duas mãos juntas, abertas, em forma de concha, cheia de corós; aqueles bichos que dá na madeira, normalmente debaixo da casca da madeira. Essa pessoa interpretou como se fosse um agradecimento pelo machado que o índio tinha tomado dele.

Esse fato teria ocorrido em Santa Rosa de Lima e mostra o interesse dos indígenas por ferramentas de metal. Nas fontes consultadas, não foram encontrados outros registros a respeito de trocas realizadas entre os indígenas. Podemos supor, então, ter sido aprendidas ao se observar a interação entre os estranhos que chegavam.

No município vizinho, Anitápolis, José Hilzendeger conta a Dall'Alba (1973) suas vivências durante as derrubadas de madeira.

> Ah! No começo vimos muito bugre. Em Vargem Grande um velho colono nos dissera: "Tiro, nunca". Assim fizemos. Quando derrubávamos paus, eles vinham olhar e imitavam o machado batendo nos tocos. No fim da raia, no morro, os bugres tinham um rancho. A gente via eles tomando banho no rio. Nunca fomos incomodados (Dall'Alba, 1973, p. 327).

Relatos como esses demonstram que, ao menos no início da colonização não-indígena, houve tentativas de convívio pacífico entre os grupos, apesar da insegurança de um em relação ao outro, das distinções culturais e da disputa por terra e alimento. No entanto, a chegada de novas famílias fez com que os ideais capitalistas prevalecessem e a existência dos Laklãnõ/Xokleng na região passasse a ser vista como impedimento ao avanço da colonização. Dessa forma, conforme as derrubadas avançavam e as invasões dos indígenas às propriedades dos colonos se tornavam mais frequentes, os conflitos aumentavam.

Assim como ocorreu em outras regiões de Santa Catarina, e conforme descrito por Dall'Alba (1973, 1986, 2003), as incursões dos indígenas às propriedades eram usadas como pretexto para que os colonos revidassem. Outro ponto a ser observado é que, geralmente, os relatos de conflito tratam os imigrantes como vítimas, apesar de o número de mortos entre os indígenas ter sido muito maior. Vários desses embates entre indígenas e colonos aparecem na bibliografia consultada. Como exemplo, citamos um dos fatos expostos por Dall'Alba (2003, p. 171-173):

> Em Grão-Pará morava uma família Meneghetti. Votando da roça ao meio dia, encontraram um veado ferido à beira da estrada... Mataram-no e toco carregaram-no para casa. De tarde voltaram para a roça. De repente são atacados por 10 ou 15 índios. O pai

> logo é ferido mortalmente. O filho consegue escapar para o mato. A filha também corre. De súbito caí dentro de um toco de maria-mole podre. O chápeu de abas grandes fica em cima. Os índios retiram-se, logo. Em pouco tempo o velho morre.
> Um pânico inenarrável apodera-se da colônia local, começam as mudanças precipitadas. Ninguém mais quer ficar. É um êxodo geral. O diretor da Empresa Leslie, não vê outra solução senão organizar uma expedição de caça. [...] Em que data? 1887, parece.

Nesse ocorrido com a família Meneghetti, temos um caso em que os indígenas revidaram após os colonos terem se apoderado de sua caça. O fato de o confronto ter vitimado um imigrante causou ainda mais medo entre os colonos, sendo apontado como justificativa para a emigração de várias famílias. Preocupados com a possibilidade de o empreendimento ser inviabilizado, os dirigentes da Colônia decidiram realizar caçadas aos nativos, assaltando seu espaço de moradia, matando e subjugando esses povos, a fim de uma pretensa intenção de tranquilizar os imigrantes. O mesmo caso é noticiado em 1900 pelo então diretor da Colônia, Etienne Stawiarski, ao Cônsul italiano em Florianópolis.

No mesmo documento, ainda, Stawiarski (1900) lista outros fatos semelhantes, também ocorridos no território da Colônia Grão-Pará. Segundo ele,

> No ano 1893 os índios mataram uma moça polaca de 20 anos de idade no Rio dos Cachorrinhos também desarmada. O efeito foi idêntico ao precedente. Algumas 15 famílias polacas saíram para o Rio Grande do Sul. Os índios, ambas as vezes foram castigados. Um rapaz acha-se atualmente em Florianópolis junto com o Reverendo Padre Francisco Topp e que foi trazido por mim do mato no ano de 1893 (*apud* Lottin, 2002, p. 143).

Observamos entre os relatos um padrão no qual o ataque dos indígenas causa a emigração de colonos e, consequentemente, a resposta da Empresa colonizadora. É interessante observar, nesse segundo caso, um documento elaborado por um dirigente da colônia descrevendo que os indígenas foram punidos por suas ações, mas o autor não deixa explícito como isso ocorreu. Esse ponto pode ser observado em outros documentos oficiais da Empresa Colonizadora e do Estado, cujas ações repressivas contra os indígenas nunca são abordadas claramente. Os relatos do que realmente aconteceu com os

indígenas são descritos pelos próprios colonos e seus descendentes em forma de depoimentos.

4. MEDIDAS QUE VIABILIZARAM O GENOCÍDIO DOS LAKLÃNÕ/XOKLENG

Ao discutirmos a ocupação do território Laklãnõ/Xokleng pelos imigrantes europeus, vimos que os conflitos se tornavam mais frequentes conforme a colonização avançava, impossibilitando a convivência entre os grupos. O modo de vida que estava sendo implantado impossibilitava a sobrevivência dos indígenas, que reagiam às transformações que ocorriam. Seu descontentamento era demonstrado por meio dos ataques às propriedades dos colonos, causando medo e prejuízo e fazendo com que inúmeras famílias deixassem a colônia. Dessa forma, para que a colonização pudesse prosseguir, o Estado, as Empresas Colonizadoras e os colonos tomaram algumas medidas contra os indígenas.

Nos relatórios dos presidentes da Província de Santa Catarina no período compreendido entre 1835 e 1930, é possível encontrar dezenas de relatos da presença dos Laklãnõ/Xokleng em regiões onde foram implantadas colônias durante os séculos XIX e XX. Assim como na Colônia Grão-Pará, também ocorreram nesses locais contatos pacíficos e conflitos entre indígenas e colonos. Não cabe aqui aprofundar a discussão sobre o tema em nível estadual, mas ressaltar que os fatos ocorridos na colônia Grão-Pará também se deram em outras colônias catarinenses. A diferença consiste nos agentes que tiveram participação nas ações contra os indígenas e seu grau de envolvimento no genocídio.

Voltando aos relatórios dos presidentes da Província, temos não apenas os relatos das incursões dos Laklãnõ/Xokleng às colônias, como também as reações desencadeadas. O discurso presente nos documentos caracteriza o indígena como selvagem e hostil. Discorre, ainda, sobre a necessidade e a dificuldade de proteger um amplo território, assim como as medidas adotadas. As ações para a “defesa” eram geralmente tomadas após a incursão dos

indígenas às áreas tomadas pelas colônias, principalmente quando ocorria a morte de algum colono ou dano material.

Inicialmente, baseados na crença de que a presença não-indígena faria os nativos recuarem, foram abertas estradas e postos de vigilância em seus respectivos trajetos. Esperava-se que, assim, a circulação no território se tornasse mais segura. Outra ação foi a criação da Companhia de Pedestres, para proteger, auxiliar e defender os colonos de furtos realizados pelos indígenas e percorrer as matas à sua procura. Vinculada a ela, também estavam os batedores do mato, considerados o braço armado da companhia de pedestres, com a função de tomar as medidas necessárias para "pacificar" os indígenas ou mantê-los afastados das colônias. No ano de 1879, a Companhia foi extinta pelo governo, e os batedores do mato transformaram-se em bugreiros, passando a percorrer as matas caçando e matando os indígenas que encontravam (Santos, 1973).

Por outro lado, medidas consideradas "mais brandas", naquele contexto, visavam à integração dos Laklãnõ/Xokleng à sociedade nacional. Tais ações consistiam na catequese, que não obteve êxito com esse grupo indígena, assim como na criação de postos de atração e aldeamentos. Para tanto, construíram roças e ranchos, buscando o auxílio de intérpretes que falassem a língua dos nativos para estabelecer contato e convencê-los a viver entre os não-indígenas.

Em conclusão, podemos afirmar que o Estado tomou medidas em defesa dos colonos e contra os Laklãnõ/Xokleng, usando a violência sempre que houve qualquer tentativa de resistência. Apesar disso, houve tentativas de executar ações consideradas pacíficas para a época, como o aldeamento e a catequese, no entanto os presidentes da Província citam no relatório a falta de verba e de pessoal especializado para contatar os indígenas e realizar a catequese, bem como a extensão do território a ser defendido. Além disso, as medidas adotadas não tiveram quase nenhum efeito na Colônia Grão-Pará, fazendo com que a Empresa Colonizadora e os próprios colonos se encontrassem em posição de eles mesmos adotarem medidas em defesa dela. Tais medidas tornaram-se concretas na atuação dos bugreiros.

Conforme a definição de Santos (1997, p. 27),

> As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham grande conhecimentos sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em seus acampamentos, de surpresa. Às vítimas poucas possibilidades havia de fuga.

Tais ações eram recorrentes dentro do território pertencente à Colônia Grão-Pará. Embora não seja possível estimar o número de incursões dos bugreiros contra os indígenas, os documentos e bibliografias consultadas demonstram que elas ocorriam quando os colonos se sentiam ameaçados com a presença dos indígenas e em resposta aos assaltos realizados pelos nativos às propriedades coloniais. A possibilidade de sobrevivência dos Laklãnõ/Xokleng, como informa Santos (1997), era mínima. No entanto, houve casos em que os bugreiros poupavam mulheres e/ou crianças, que eram exibidas como troféus de guerra, conforme ilustra a imagem abaixo.

FIGURA 2. BUGREIROS E SUAS VÍTIMAS



Fonte: Santos, 1997.

Em entrevista concedida a Dall’Alba (1973), Ireno Pinheiro, famoso bugreiro que atuou no território da Colônia Grão-Pará, descreve as caçadas com mais detalhes. Ele conta que a expedição podia durar vários dias, portanto levavam mantimentos para acampar na mata. O primeiro sinal da presença

indígena eram as trilhas. Ao se aproximarem dos acampamentos, eles conseguiam ouvi-los cantar e assoviar. O melhor momento para o ataque, segundo o bugreiro, era quando o sol estava baixo, pois os indígenas estariam reunidos nas cabanas e desarmados.

Geralmente, o grupo de bugreiros cercava a cabana por ambos os lados, para evitar fugas, o que nem sempre era possível, visto que o ataque deveria ser realizado na primeira oportunidade, antes que sua presença fosse percebida. Inicialmente, disparavam tiros de arma de fogo e prosseguiam com o facão. Finalizado o massacre, recolhiam objetos da cultura material indígena, que serviam como troféus de caça. A brutalidade exercida deixava um cenário de crueldade bastante evidente: os corpos e as cabanas eram deixados sem que nada fosse feito para apagar os rastros (Dall'Alba, 1973).

No decorrer dos anos, muitas dessas caçadas foram realizadas no território da Colônia Grão-Pará. Durante a pesquisa, foram encontrados registros dessas ocorrências nos atuais municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Grão-Pará e Orleans, que eram locais mais próximos à Serra Geral, frequentemente apontados como refúgio dos Laklãnõ/Xokleng e de atuação dos bugreiros.

Em entrevista, Roberto da Silva, filho do bugreiro Ireno Pinheiro, afirma a Dalmagro (2012, p. 52) que o pai participou da chacina de cinco grandes grupos na região de Santa Rosa de Lima: "O primeiro foi no Rio dos Índios. Nesse aí eles mataram 33 índios. Só escaparam dois ou três, me parece. Depois foi no Morro da Palha (Orleans), em seguida no Campo dos Padres, lá na Serra, mais tarde em Rio Perdido (Anitápolis) e por último no Rio Caeté". Em vida, o próprio Ireno contou a Dall'Alba (1973) essas "batidas", como eram chamados os ataques de bugreiros aos acampamentos indígenas.

> Na segunda vez que eu fui, quando chegamos no rancho os bugres haviam fugido. Depois de quatro dias é que topamos com os bichos. Estavam entocados num perau. O zé de um lado e eu do outro. Não sei a conta do Zé. Eu atirando e rindo. Do meu lado tinha uns quinze ou vinte, mas alguns fugiram. Não tinham armas na mão. Nunca chegaram a reagir, nem as outras vezes. Não dava tempo (Dall'Alba, 1973, p. 388).

Na fala do bugreiro, transparece a crueldade praticada e a desumanização dos indígenas. Um indicativo disso é a palavra "bicho", utilizada

por ele para se referir às suas vítimas, destituindo-as de sua humanidade. Outro ponto é a afirmação de que “atiravam rindo”, ficando clara a inexistência de remorso e o prazer que sentiam em matar. A impossibilidade de reação das vítimas também é reafirmada no trecho.

Em Dall’Alba (1986), também encontramos alguns relatos. Aqui, destacaremos as informações obtidas em entrevista concedida por Cipriano Volpato. O entrevistado fala a respeito de três ocasiões, ocorridas por volta de 1897, sendo a última delas comandada pelo próprio diretor da empresa. A primeira expedição teria sido motivada por ataques realizados anteriormente pelos indígenas às propriedades, causando morte entre os colonos. Em decorrência do fracasso desta, foi realizada a segunda, contando com a participação dos mesmos homens. A terceira ocorreu quatro meses depois, com o intuito de trazer crianças indígenas para serem criadas por colonos. Na ocasião, conseguiram alcançar o objetivo, levando consigo quatro crianças.

O que chama a atenção no relato de Cipriano Volpato (Dall’Alba, 1986) é a afirmação de que houve abertura de inquérito contra os bugreiros. Entretanto, a Empresa saiu em sua defesa, escondendo os bugreiros da Justiça e, depois, conseguindo o encerramento do processo. Ele também fala sobre o apresamento de crianças indígenas, uma ação comum nas expedições ocorridas na Colônia Grão-Pará e em outros pontos do Estado. Não eram raras as situações em que as crianças eram poupadas para serem adotadas por colonos, apesar de, na maior parte dos casos, acabarem morrendo, devido a doenças para as quais não possuíam anticorpos, ou pelo trauma de terem sido violentamente retiradas do convívio com seus familiares.

Além das entrevistas, o autor realiza a transcrição de trechos de documentos internos da Empresa Colonizadora, dentre os quais encontramos alguns indícios da atuação de bugreiros na colônia, assim como o posicionamento da própria empresa quanto às batidas. Em trecho datado de 25 de outubro de 1894, temos um fato que desencadeou uma perseguição aos indígenas. Trata-se da resposta à invasão de uma propriedade no atual município de Orleans. Conforme escrito pelo intérprete da colônia, Oskar Schreiber,

> O prejudicado veio avisar-me, pedindo ao mesmo tempo que o Diretor desse providências. Este (Ettore), em viagem, não se acha aqui, e devido àquele caso e mais outro, não me posso permitir de dar os passos que o caso exige. Limitei-me a mandar munição. Ontem entraram quinze homens, colonos, com chefes José Huna e Jacob Askel, no mato, em perseguição aos indígenas. Resolveram entre si este passo, e quanto a mim, o aprovo, ainda mais não havendo outra despesa, se não a munição que dei por conta da Empresa. Parecendo, pelo que soube, que, visto os vestígios, os bugres vieram das cabeceiras do rio Braço Esquerdo e imediações e para lá se retiraram. Neste ponto, há pouco, foram atropelados pelos Serranos. Não achei bom mandar ali uma turma de reconhecimento para assim cair na vanguarda dos "perseguidos" pela turma do Rio Laranjeiras" (Dall'Alba, 1986, p. 31).

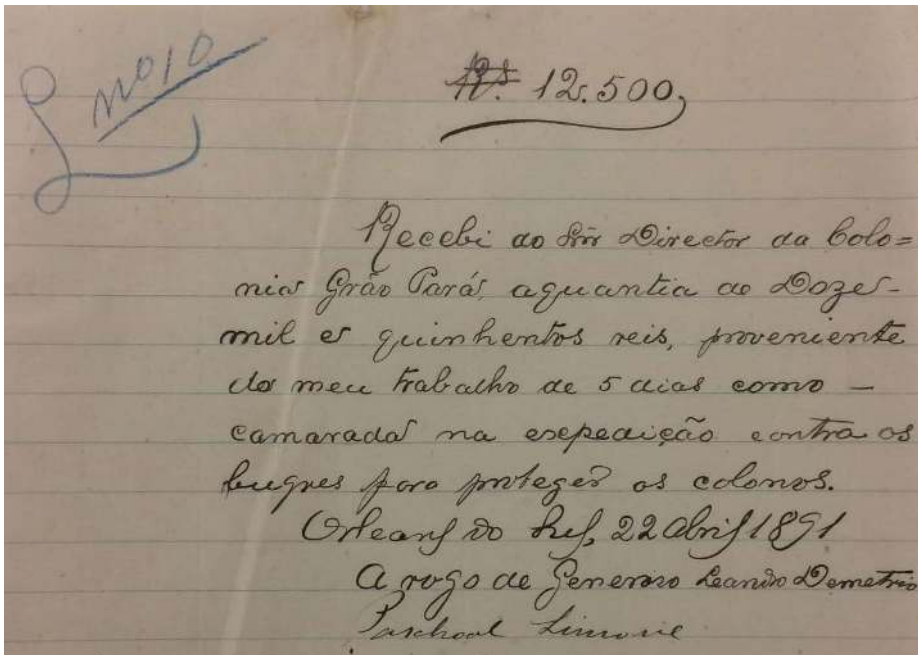
Nesse primeiro trecho, vemos que o funcionário da colônia concorda com a perseguição aos indígenas. Entretanto, ele não possuía autoridade para ordenar uma batida. Portanto, na ausência do diretor da colônia, limitou-se a atender à reivindicação de um posicionamento por parte da instituição enviando munição aos colonos que participariam da expedição. Em trecho seguinte, destinado ao presidente da Empresa, JJ Antunes Braga, o autor descreve:

> Muito maior prejuízo fizeram os indígenas ferindo primeiramente dois homens, e matando, outra vez, no Rio Cachorrinhos uma moça. Eles ficaram castigados. Eu mesmo dirigi uma expedição composta de onze homens. Ao quarto dia de minuciosa procura e marchas forçadas achamos os selvagens e fizemos o assalto. Evaluo a 6 ou 7 mortos ou feridos, e duas crianças aprisionadas. O Sr. Ettore me pediu os objetos que trouxemos do mato, arcos, flechas, etc., para mandar a V. Exa., o que naturalmente foi aceito com gratidão. Os efeitos, apesar de serem castigados, foram todavia desastrosos. Um pânico se tem produzido entre os colonos, impressionados, que não se deixam acalmar, e muitos entre eles emigraram quer ao Rio Grande do Sul, quer ao Paraná. A maior parte de nossa colônia era ameaçada de ser reduzida a um deserto (Dall'Alba, 1986, p. 33).

Além de reafirmar o que já foi exposto anteriormente, esse trecho mostra que houve casos em que a Empresa Colonizadora esteve diretamente envolvida nas expedições contra os indígenas, enviando funcionários para conduzi-las. Também, vale mencionar a existência de recibos que comprovam a remuneração dos bugreiros por parte da empresa. Durante pesquisa documental realizada no acervo do CEDOHI, em Orleans, foram localizados cinco desses recibos, datados de 1891 e 1893, nos quais constam as quantias pagas pelo

serviço de “afugentar bugres”, expressão utilizada na época para nomear as batidas.

FIGURA 3. RECIBO DE PAGAMENTO A BUGREIROS



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC. 1891

Passando aos relatos obtidos em entrevistas realizadas por Dall’Alba (1973) a respeito da relação entre a Empresa Colonizadora e os bugreiros, observamos informações divergentes. Ao falar sobre o bugreiro Zé Domingos, o funcionário da empresa na época em que aconteciam as batidas, José Dryll, nega que o financiamento de tais atividades. Segundo ele,

> A Empresa nunca prometeu terras aos bugreiros por serviços prestados em seu ofício tremendo. Prometeu, sim, dois lotes de terras ao Zé Domingos, se impedisse a invasão das terras da Empresa, lá no Faxinal de Anitápolis, cabeceiras do Rio Bravo. Não devia permitir que se derrubasse madeira de lei. Junto com o seu Guilherme Elbert, fui o mediador desta promessa. O Zé se instalou naquele sertão, e com ele toda uma parentagem de não acabar. As madeiras que eles levavam para as serrarias foi um desperdício. Daí pela falta de cumprimento da cláusula, não se lhe ter passado escritura (Dall’Alba, 1973, p. 360-361).

Vale destacar que ambas as entrevistas foram realizadas na década de 1970, em um contexto no qual a postura em relação aos indígenas havia

mudado, considerando que eles haviam começado a reivindicar seus direitos, e a postura oficial do Estado agora era protegê-los. Portanto, a negativa de José Dryll pode ter sido uma estratégia para não ser apontado como cúmplice.

Em contraposição, ao ser questionado a respeito de pagamentos realizados pela empresa, Ireno Pinheiro responde:

> Eu aqui, porque não me importei, mas a Empresa deu dois lotes para o Zé Domingos. Por causa da limpeza né. Isto tudo era dela. Isso aqui não entrava ninguém quase. Os da empresa também não entravam, porque tinham medo. Ali foi espantado, foi espantado, até eles se arretirá. O povo fecharam. Aí a Empresa deu dois lotes (Dall'Alba, 1973, p. 382).

Mais à frente, no mesmo relato, ele afirma "Nóis quase não ia sem ordem, ordem da polícia. Viraram carneá, viraram mata gente, né. Era obrigado algum ter...[...] Nóis ia com ordem. Quer dizer, não de matar, de espantar" (Dall'Alba, 1973, p. 371-372). E em outra entrevista, concedida a Santos (1997), Ireno também fala do pagamento aos bugreiros e dá pistas sobre o quanto esses fatos são recentes na história do Brasil.

> Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo, quando eu fiz uma batida (Santos, 1997, p. 28).

Em síntese, Ireno deixa claro que os bugreiros agiam com o apoio de diversos segmentos, dentre eles a Empresa Colonizadora, os colonos e a polícia. Assim, a bibliografia e os recibos de pagamentos encontrados no CEDOHI indicam que, em algumas ocasiões, a Empresa Colonizadora participou diretamente do genocídio dos Laklãnõ/Xokleng. Entretanto, as provas encontradas até o momento não são suficientes para estabelecer um padrão. Para tanto, faz-se necessária uma pesquisa mais aprofundada no acervo do CEDOHI e de outras instituições arquivísticas.

A respeito do envolvimento do Governo e dos colonos, Dalmagro (2012) concorda que isso ainda não pode ser comprovado com fontes documentais. Em

compensação, os depoimentos de pessoas que viveram tais acontecimentos mostram que havia uma autorização subentendida. Diante disso, é impossível apontar um único responsável pelo genocídio dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na Colônia Grão-Pará, pois houve a articulação e a participação direta e indireta de diversos segmentos, seja executando os indígenas, seja facilitando a atuação dos bugreiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente pesquisa, apresentamos o contexto em que foram criadas as colônias a partir da imigração europeia em Santa Catarina, no decorrer dos séculos XIX e XX, destacando o processo de criação e desenvolvimento da Colônia Grão-Pará. Vimos que os responsáveis por tais empreendimentos estavam cientes da presença dos indígenas Lakãnõ/Xokleng na região de encosta da Serra Geral, mas acreditavam que o avanço da colonização os afastaria. Na prática, conforme as famílias de imigrantes se instalavam, os nativos davam sinal de sua presença e, apesar dos relatos de convivência pacífica, crescia o medo de um grupo em relação ao outro.

Em um cenário de disputa por terra e alimento, no qual indígenas e imigrantes se encontravam de lados opostos, aumentaram os relatos de conflito. Com as derrubadas para a criação de roças e a construção de casas, o território indígena diminuiu, então os nativos passaram a invadir as propriedades dos colonos. Não foram raros os casos em que esses conflitos resultavam em morte. Na bibliografia consultada, aparecem vários relatos nos quais os indígenas destruíam e assaltavam plantações, matavam animais e, até mesmo, os colonos. Tais ocorrências serviram para caracterizar o indígena como selvagem, sendo utilizadas como justificativa para seu genocídio, concretizado por meio da atuação dos bugreiros, com o apoio de diversos segmentos sociais.

Os colonos, influenciados pelo medo e por ideais etnocêntricos, não apenas apoiavam os massacres, como também procuravam exercê-lo, fornecendo mantimentos e munições aos bugreiros e participando das batidas esporadicamente. Vale ressaltar que, apesar de os bugreiros geralmente serem colonos, nem todo colono que participou das batidas pode ser chamado de

bugreiro. Isso se deve ao fato de que o colono agia na região em que morava, geralmente motivado por algum acontecimento pessoal ou com o intuito de proteger sua família. O bugreiro tinha as batidas como atividade relacionada à sua profissão e era chamado para liderar incursões em diferentes regiões da colônia. Remunerados ou não, os bugreiros foram, por muito tempo, considerados heróis e figuras respeitadas pela sociedade naquele período.

A bibliografia e os documentos consultados mostram que houve ocasiões em que a Empresa Colonizadora participou diretamente do genocídio. Dentre suas ações, podem ser citadas o fornecimento de munição, o pagamento aos bugreiros e sua proteção da Justiça. Além disso, o discurso presente nos documentos da Empresa também leva a crer que seus dirigentes compactuavam com a visão de que a presença indígena era um obstáculo ao avanço da colonização. Como exemplo disso, temos a participação direta de dois diretores da Colônia, Ettore Parente e Etienne Stawiarski como líderes de batidas contra os Laklãnõ/Xokleng.

Apesar de não terem sido encontrados, nesta pesquisa, indícios da participação direta do Estado nos fatos ocorridos na Colônia Grão-Pará, os relatórios dos presidentes da Província mostram que em outras colônias essa interferência ocorreu por meio da Companhia de Pedestres e dos Batedores do Mato. Além disso, considerando a fama conquistada pelos bugreiros e a proporção dos massacres, seria ingênuo acreditar que o governo não tinha conhecimento das ações contra os indígenas. Os relatos da participação da polícia são poucos, mas suficientes para afirmar que esta apoiava o genocídio que acontecia, dada a ausência de ações para impedir os bugreiros.

De todo modo, as posturas dos colonos, da Empresa Colonizadora, do Estado e da polícia contribuíram para que, decorrido menos de um século da colonização não-indígena no território da Colônia Grão-Pará, os Laklãnõ/Xokleng fossem mortos ou expulsos da região. Esse genocídio representa, ainda hoje, uma mancha na história da Colônia e dos atuais municípios que fizeram parte de seu território. Prova disso é o discurso da história oficial, em que são valorizados os aspectos relacionados à colonização e à imigração europeia, mencionando a presença indígena de forma genérica e

superficial. Assim, além da eliminação física, os indígenas também sofrem, ainda, a tentativa de eliminação como sujeitos históricos.

Atualmente, os remanescentes do povo Laklãnõ/Xokleng estão concentrados na Terra Indígena Ibirama, localizada entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles, no norte do estado de Santa Catarina, e objeto da ação recentemente (setembro de 2023) julgada no Supremo Tribunal Federal, na qual rejeitou, por ampla maioria, a tese do Marco Temporal[3].

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jose Bento de. **Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1o vice-presidente passou a administração da provincia de Santa Catharina o Exm. Sr. Dr. Jose Bento de Araujo em 14 de fevereiro de 1878**. 14 de fevereiro de 1878.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PLÍNIO BENÍCIO – CEDOHI; MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL. **Recibo de pagamento a** bugreiros. Orleans/SC, 1891.

DALL'ALBA, João. Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973.

DALL'ALBA, João. Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Florianópolis: Edição do Autor, 1986.

DALL'ALBA, João. Leonir. **Pioneiros nas Terras dos Condes**. 2. ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003.

DALMAGRO, Álvaro. **Santa Rosa de Lima**: história e memória: da colonização à emancipação. Tubarão: Ed. Copiart, 2012.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000**: História e desenvolvimento. Elbert: Florianópolis, 1998.

LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial Grão-Pará**: 120 anos. Grão Pará: Prefeitura Municipal, 2002.

PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888). Dissertação https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101610

[3] A tese do Marco Temporal, rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023, propunha que os povos indígenas só teriam direito às terras que estivessem ocupando ou disputando judicialmente até a data da promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988. Após a rejeição desta tese pelo STF, parlamentares brasileiros aprovaram, no último semestre de 2023, uma lei que busca estabelecer o Marco Temporal como critério para demarcação de terras indígenas. Em resposta, parlamentares contrários a esta medida protocolaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a nova lei, aguardando, até o momento, decisão do STF.

PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil)**: gênese e transformações recentes. Geosul, v.18, n.35, 2003, p. 99-129.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. **A Escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvú/Editora Unisul, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng**: memória visual. Itajaí: Editora da UFSC; Editora da Univali, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925)**: Resistência e Extermínio. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. **Colônia Azambuja**: A imigração italiana no sul de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2015.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, [S.l], v. [], n. 2, p. 159-222, jun. 1949.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

UMA ANÁLISE HISTÓRICA ANARQUISTA DAS INSCRIÇÕES CORPORAIS NA SOCIEDADE OCIDENTAL MODERNA

AN ANARCHIST HISTORICAL ANALYSIS OF BODY INSCRIPTIONS IN MODERN WESTERN SOCIETY

BRUNO LATINI PFEIL[1]

CELLO LATINI PFEIL[2]

RESUMO

Neste artigo, temos como objetivo analisar os processos de estigmatização e patologização aos quais determinados grupos de inscrições corporais foram submetidos ao longo da história da sociedade ocidental moderna. Compreende-se como inscrições corporais todas e quaisquer modificações realizadas sobre a superfície corporal. Enquanto algumas inscrições são exaltadas e enaltecidas, outras são estigmatizadas e alvo de discriminação social. Temos como lente teórica a filosofia anarquista, no intuito de reivindicar a autodeterminação e a autonomia de sujeitos cujas inscrições são marginalizadas, desde aquelas consideradas automutilações até as modificações corporais extremas. Temos como método a revisão bibliográfica. Concluímos, após revisão teórica, que a qualificação de certas inscrições corporais enquanto aceitas e positivas em detrimento da desqualificação de outras, que são tidas como negativas e bizarras, não são processos naturais, mas sim provenientes da densa estruturação de discursos religiosos, psiquiátricos e políticos. A origem da legitimação de certas inscrições é a mesma da deslegitimação e consequente estigmatização, isto é, a autoridade, que provém do Estado, da Igreja e do Hospital, como procuramos argumentar.

Palavras-chave: Anarquismo. Inscrições corporais. Estado. Autodeterminação. Automutilação.

ABSTRACT

In this article, we aim to analyze the processes of stigmatization and

1 Psicólogo (CRP05/71525). Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Especialista em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP). Coordenador da Revista Estudos Transviades. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). *E-mail* do autor*:* brunopfeil8@gmail.com

2 Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ. Doutorando e Mestre em Filosofia (PPGF/UFRJ). Especialista em Teoria Psicanalítica (CEPCOP/USU). Coordenador da Revista Estudos Transviades. Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). *E-mail* do autor*:* mltpfeil@gmail.com

pathologization to which certain groups of bodily inscriptions have been submitted throughout the history of modern western society. Body inscriptions are understood to be any and all modifications carried out on the body surface. While some inscriptions are exalted and praised, others are stigmatized and the target of social discrimination. We have as a theoretical lens the anarchist philosophy, in order to claim self-determination and autonomy of subjects whose inscriptions are marginalized, from those considered self-mutilation to extreme body modifications. Our method is the bibliographic review. We conclude, after a theoretical review, that the qualification of certain bodily inscriptions as accepted and positive to the detriment of the disqualification of others, which are considered negative and bizarre, are not natural processes, but rather come from the dense structuring of religious, psychiatric, and political discourses. The origin of the legitimation of certain inscriptions is the same as the delegitimation and consequent stigmatization, that is, the authority, which comes from the State, the Church, and the Hospital, as we seek to argue.

Keywords: Anarchism. Body inscriptions. State. Self-determination. Self-mutilation.

INTRODUÇÃO

Modificações corporais se presentificam em inúmeros períodos e territórios; são realizadas com variadas ferramentas e possuem significados atrelados ao passar do tempo, à espiritualidade, a hierarquizações e tradições, dentre outras possíveis interpretações. Experiências físicas autoinfligidas e/ou infligidas em outrem integram a composição de se estar vivo (Soares, 2015). Designamos como “inscrições corporais” a gama de modificações e transformações corporais autoinfligidas e/ou infligidas em outrem, desde a superfície da pele até o interior do corpo. Desde o nascimento até o falecimento, aquilo que nos modifica se inscreve em nossos corpos através do tempo, do território, da família, de nossa individualidade, de nossos desejos, sexualidades, espiritualidades. De marcas de nascença até rituais espirituais de flagelação coletiva; de queimaduras acidentais até tratamentos terapêuticos de sangria: compreendemos estes e outros atos de transformação do corpo como inscrições corporais, às quais, a depender de seu contexto, são atribuídos diferentes significados.

Embora não possamos reduzir as significações de inscrições corporais a algo uno, percebemos justamente a universalização de seus significados,

especialmente em relação à emergência da psiquiatria. Na passagem do século XVIII ao XIX, determinadas inscrições corporais foram colocadas, pela emergente psiquiatria, no rol das automutilações, concomitantemente ao crescimento de instituições asilares na Europa ocidental (Foucault, 1978). As funções sociais de certas práticas de inscrição corporal foram reduzidas à categoria "mutilação", ou seja, à patologia. A partir da patologização dos corpos, instituições asilares da Europa ocidental se outorgaram o direito de regulação das vidas de determinados grupos, em detrimento da naturalização de outros. Temos, como exemplo, a normalização de cirurgias estéticas com foco em beleza e prevenção do envelhecimento em contraste com a marginalização de cirurgias estéticas que se aproximam de um imaginário considerado aberrante, monstruoso ou bizarro.

Identificamos, portanto, três tipos de inscrições corporais: as consideradas automutilações patologizadas, as modificações corporais socialmente aceitas e as modificações corporais marginalizadas. Os significados atribuídos a cada uma variam de acordo com contexto, território, cultura e individualidade. Sendo assim, questionamos: como se dá a diferenciação entre os três tipos de inscrições corporais? Como se delimita a fronteira entre o que é naturalizado e o que é aberrante? Para chegar a uma resposta, nos concentramos nas inscrições corporais consideradas automutilações, que são alvo de patologização e institucionalização.

Adotamos uma lente de análise anarquista para desenvolver o presente estudo, pois o anarquismo rechaça toda forma de institucionalização e autoritarismo, opondo-se inerentemente ao papel patologizante e controlador da psiquiatria em suas diagnosticações modernas. Como define Kropotkin (2007, p. 35-36), o anarquismo é "[…] a luta entre dois grandes princípios que, em todos os tempos, encontraram-se em oposição na sociedade: o princípio da liberdade e aquele de coerção". Há aqueles que defendem o Estado, suas instituições e sua consequente coerção, e aqueles que defendem a liberdade, a abolição do Estado e a liquidação de toda forma de opressão – estes seriam os anarquistas. Os ideais anarquistas acompanham a busca da humanidade por emancipação, diante da supressão das liberdades coletivas e individuais, políticas, sociais, ou quaisquer que sejam. Apresentando-se não como uma nova teoria (Reclus,

2015), mas como a sistematização teórica de algo expresso em toda a história da humanidade, o anarquismo é um método, uma lente de análise que divide os teóricos políticos entre aqueles que creem no Estado e aqueles que compreendem a necessidade de sua abolição - "[…] é a luta contra todo poder oficial que nos distingue essencialmente" (Reclus, 2015, p. 18).

Em suas variações, a expansão do anarquismo como teoria e filosofia política somente se deu a partir de sua prática, de sua organização pela destruição do Estado, de suas instituições, das estruturas de opressão legitimadas pelos sistemas representativos e ideologias estadolátricas (De Moraes, 2020). Se o anarquismo toma como ideal fundamental a liberdade, os meios para conquistá-la não desviam desta ordem: "todos [os anarquistas] buscaram encontrar não apenas o objetivo ideal, mas igualmente os melhores caminhos para conduzir a ele" (Nettlau, 2008), ou seja, os meios se alinham aos fins. Não defendemos liberdade por meios que não correspondam à liberdade. Este é um princípio fundamental. Não se pode defender liberdade através de sua supressão, ainda que parcial – "[…] os meios e os métodos utilizados para alcançar um determinado objetivo acabam por tornar-se o objetivo" (Goldman, 2007, p. 117).

Não por acaso, Goldman (2007, p. 33) compreende o Estado como "o aparelho legislativo e administrativo que trata de certos negócios humanos – e, na maioria das vezes, trata mal". Trata mal, pois não é capaz de abarcar a totalidade dos recursos e necessidades humanas, ou de representar o corpo social, ou de mediar os conflitos e relações firmadas entre os indivíduos de um meio. É nesse sentido que a autora compreende que as individualidades são restringidas, direcionadas, condicionadas à obediência das leis, da autoridade. As individualidades se desenvolvem, portanto, sob um prisma estadolátrico e obediente, que não pressupõe o desafio à lei, nem vislumbres de uma sociedade libertária, de um corpo em liberdade. Se compreendemos que o princípio anarquista fundamental é a defesa da liberdade, em todas as suas instâncias e expressões, e que os meios devem estar alinhados aos fins, questionamos: como podemos pensar o corpo humano, o organismo, seus órgãos, membros, suas relações e identificações, como um *corpo anarquizado*, um corpo libertário? Para desenvolver uma resposta, devemos tratar do que é ser um anarquista.

Anarquistas, segundo Reclus (2015, p. 33), "[…] não têm quem quer que seja por senhor e não são os senhores de ninguém". Para que façamos uma crítica contundente e certeira ao modo como instituições governamentais, religiosas e de saúde compreendem práticas de inscrição corporais, o anarquismo se mostra como a perspectiva ideal, por questionar não somente a organização institucional, mas também a existência das instituições em si.

Dito isso, organizamos nosso estudo em alguns momentos: um primeiro, em que explicitamos as diferenças entre as consideradas automutilações e as demais modificações corporais, tratando da produção histórica do sujeito automutilador. Neste primeiro momento, abordamos os processos de psiquiatrização de inscrições corporais, de sua generificação pela ciência moderna e de sua categorização ao decorrer dos séculos XVIII e XIX. Em um segundo momento, trazemos contribuições emergentes no século XX sobre modificações corporais, sobre os significados da dor, comportamentos autodestrutivos e patologias sexuais. Interpretamos tais contribuições com uma crítica anarquista a violências institucionais, tendo como base Malatesta (2001; 2007), que define anarquia, liberdade e questiona a legitimidade da violência; Bakunin (1975; 2015), que desafia a ciência autoritária e seu caráter quase religioso; Kropotkin (2007), em sua defesa incondicional da liberdade coletiva; e De Moraes (2018; 2020), de cujos conceitos de estadolatria e igrejismo utilizamos para compreender os fundamentos da defesa do Estado e da Igreja como instituições protetoras do corpo moderno ideal.

1. O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO MODERNA SOBRE INSCRIÇÕES CORPORAIS

Diferentes concepções sobre inscrições corporais se desenvolveram ao longo da história da medicina ocidental. Não existiu somente um significado, mas múltiplas significações e abordagens sobre práticas de modificações corporais na medicina ocidental moderna (Chaney, 2017). É comum de culturas variadas a prática de modificações físicas, desde pinturas, grafismos, escarificações, tatuagens, incisões, perfurações, realizadas em grupo ou individualmente (Strong, 1998), e tais práticas possuem datação:

> Tattoos have been discovered on a Bronze Age man whose remains were preserved in a glacier in the Alps for more than five thousand years. Mummies from ancient Egypt have also been found bearing tattoos and scarification, probably for religious or sexual reasons, and it is believed that the Egyptians also engaged in body piercing (Strong, 1998, p. 159).

O que há de comum no contexto de sociedades com Estado da Europa ocidental é o estabelecimento da autoridade psiquiátrica e de instituições de saúde, que se outorgaram o poder de determinar se tais modificações configurariam patologia ou sanidade; se significariam heresia ou normalidade; e se os sujeitos que se modificam deveriam ser considerados insanos, incapazes ou doentes. Nos concentramos, então, nesse exercício de poder, controle e tutela sobre os corpos dos governados – consideramos governados todos os indivíduos sujeitos ao poder do Estado e de suas instituições. Em meio às diferentes abordagens médicas e institucionais sobre as inscrições corporais, dois fatores fundamentais se mantiveram constantes: o controle institucional do corpo e sua patologização – que, invariavelmente, possuem fundo religioso, visto que todo Estado se ergue sob legitimação religiosa (Bakunin, 2015).

Sarah Chaney (2017) nos oferece um panorama sobre as concepções vigentes na Europa ocidental, durante a Antiguidade, a Idade Média e a Modernidade, sobre inscrições corporais. Para tanto, a autora identifica três tipos de inscrição corporal que receberam atenção especial de instituições religiosas, jurídicas e médicas: autocastração, autoflagelação e sangria (*bloodletting*). Ao investigar as práticas de autocastração, na Antiguidade do Mediterrâneo Ocidental, Chaney (2017) se depara com dois fatores: o corpo autocastrado possuía pênis e testículos; e houve grande dificuldade em saber como teriam realmente sido praticadas: pelo próprio sujeito, ou por um cirurgião com consentimento do sujeito, ou de forma forçada, como punição. Há registros da presença de homens [cisgêneros e endossexo] castrados desde a Grécia Antiga, contexto em que somente pessoas escravizadas poderiam ser castradas – como, por exemplo, quando eram designadas à função de “guardian of the bed” (Chaney, 2017, p. 22) –, e cidadãos livres não – eis uma expressão de autoridade institucional sobre os corpos escravizados.

Em Roma Antiga, o grupo religioso dos Galli realizava a castração por devoção religiosa. Já na Idade Média da Europa ocidental, a castração era etapa

de humilhação e tortura, geralmente aplicada contra homens acusados de adotar condutas sexuais criminalizadas (SKUSE, 2018). Já na tradição cristã dos séculos XVI ao XVIII, como outro exemplo, a presença dos *castrati* se fortaleceu, sendo abolida em 1902, pelo Papa Leo XIII. Assim, temos que a castração decorreu de variadas situações: como punição e tortura, sendo expressão do poder do Estado; como manutenção de serventia; como prova de devoção religiosa ou elevação espiritual.

Assim como a castração seria uma punição, dependendo do contexto, a flagelação poderia ser aplicada de forma punitiva para demarcar o corpo como imoral, de modo que o poder se medisse a partir de "la suma de dolores que es susceptible de prodigar sin que ninguna de sus prerrogativas resulte amenazada por la resistencia de las víctimas o el rigor de la ley" (Le Breton, 1999, p. 247). Em outros contextos, a flagelação poderia ser parte de rituais religiosos, para expiar pecados ou louvar santidades, coletiva ou individualmente. A autoflagelação monasterial, no contexto da Europa ocidental do século XI, era realizada em reflexo aos sacrifícios de Cristo durante sua crucificação, como possibilidade de salvação após a morte. Nesse sentido, Le Breton (1999) identifica uma forte conexão com a dor na tradição cristã, podendo significar tanto devoção divina – neste caso, a dor seria um meio de purificar a alma – como o sintoma da ocorrência de um pecado. A dívida que contraímos para com Cristo somente poderia ser paga através do sangue de seus fiéis.

Assim, a autoflagelação coletiva, com fins religiosos, se espraiou pela Europa do século XIV em procissões de flagelação grupal (Braulein, 2010). Ao se autoflagelarem e estreitarem seu laço com o divino, os corpos dos flageladores retiravam, em certa medida, o senso de onipotência da Igreja (Chaney, 2017), que deixava de ser a única instância capaz de acessar o divino. As procissões flagelantes conferiam certa autonomia a sujeitos que não compusessem o corpo clerical. Por isso, a Igreja passou a perseguir sujeitos flagelantes. A flagelação pública foi proibida a partir da segunda metade do século XIV, e sua prática somente poderia se dar sob condução de instituições religiosas. Em outras palavras, somente a Igreja poderia se responsabilizar pela flagelação, retirando de indivíduos não-institucionalizados o direito de acessarem o divino através de seus próprios corpos. Membros do corpo clerical

poderiam realizar rituais de autoflagelação; pessoas comuns, caso o fizessem, seriam perseguidas e condenadas como heréticas.

Se somente no interior das normas clericais um sujeito poderia entrar em contato com o divino, interpretamos que se estabeleceram táticas de controle igrejistas (De Moraes, 2018) sobre corpos ou comunidades que se flagelavam sem estarem subordinadas a autoridades clericais. O igrejismo designa a aliança entre Igreja e Estado para controlar, subordinar e dominar a organização social e garantir a manutenção dos privilégios das classes governantes, as elites econômicas e políticas, em detrimento da inferiorização de classes governadas. Ao proibir a autoflagelação realizada externamente às normas clericais, a Igreja conferiu a si o direito de exercê-la, de modo que o contato com o divino tivesse um preço: a associação com a Igreja somente se poderia se haver com o próprio corpo por intermédio de protocolos institucionais igrejistas. O controle sobre inscrições corporais, então, possui ligação intrínseca com a Igreja. Como analisou Bakunin (2001, p. 18) sobre a constituição dos sistemas jurídicos, "[…] contra a justiça de Deus não há justiça terrestre que se mantenha", ou seja, a justiça moderna é herdeira da noção de justiça cristã e, portanto, igrejista.

Temos, por último, a sangria, observada desde "the writings of esteemed Chinese and Tiberian physicians, to African shamans and Mayan priests" (Bell, 2016, p. 120), comumente em vistas de restabelecer o equilíbrio orgânico do corpo. A sangria poderia ser realizada por cortes nos joelhos ou cotovelos, realizados com ferramentas pontiagudas – método que se nomeia flebotomia (Bell, 2016). É interessante pontuarmos que a sangria possui caráter simbólico (Strong, 1998) e está presente em rituais espirituais, como, por exemplo, na cena da Santa Comunhão, em que os fiéis bebem a representação fictícia do sangue de Cristo. Até o século XIX, temos registros da utilização da sangria para tratar febre, hipertensão e edema pulmonar, assim como para o tratamento de "doenças mentais" (Chaney, 2017), especialmente em contexto europeu (Bell, 2016). Após a segunda metade do século XIX, a sangria perdeu popularidade e se defrontou com a oposição de personalidades médicas (Bell, 2016).

Após tais exposições, dispomos nossa argumentação: embora expressivas em contextos variados – de cura e tratamento de enfermidades, de ascensão espiritual e contato com o divino ou com entidades religiosas –, a

prática de inscrições corporais sofreu condenação igrejista e médica. Se, anteriormente à firmação da medicina moderna, a castração se vinculava ou à espiritualidade, ou à punição/tortura ou à arte, posteriormente, no campo da psiquiatria, a castração foi tida como indicativo de psicose; a sangria, anteriormente vinculada à cura de certas enfermidades, foi vinculada ao *cutting*; e a flagelação, anteriormente compreendida como um recurso de conexão com o divino e com a espiritualidade, passou a ser compreendida como indicativo de perversão sexual.

Ao compreender que somos "[…] produto de um meio social particular criado por uma longa série de influências passadas", Bakunin (1975, p. 12), nos traz uma reflexão interessante: nossas noções sobre o que é patologia e o que é ritualístico, ou sobre o que é perversão e o que é prática comum, dependem do meio social particular que nos envolve assim que nascemos. A abordagem igrejista sobre inscrições corporais moldou a abordagem supostamente laica e jurídica sobre intervenções no corpo. Malatesta (2001, p. 22) pontua que "[…] muito frequentemente as teorias são inventadas para justificar os fatos, isto é, para defender o privilégio e fazê-lo ser aceito tranquilamente por aqueles que são suas vítimas". Adaptando tal afirmação a nosso estudo, temos que as patologias categorizadas pela psiquiatria são frequentemente utilizadas para justificar a autoridade médica, para assegurar o controle sobre o que é natural e o que é aberrante, para universalizar o modo como devemos nos corporificar, transformar nossos corpos. Sendo a universalização do saber científico um dos traços centrais da ciência moderna eurocêntrica, vejamos como medicina, psicanálise e psiquiatria europeias se posicionaram historicamente em relação a práticas de inscrição corporal.

2. ATRAVESSAMENTOS DE MEDICINA, PSICANÁLISE E PSIQUIATRIA SOBRE INSCRIÇÕES CORPORAIS ENTRE OS SÉCULOS XVII-XX

O desenvolvimento da psiquiatria entre os séculos XVIII e XIX estreitou os significados de inscrições corporais, em virtude de sua patologização e de sua associação especialmente com patologias sexuais. A patologização de inscrições corporais teve relação direta com concepções diferenciadas sobre a

dor. Le Breton (1999) toma a dor como algo que extrapola a fisiologia e adentra o campo do simbólico, com variações de acordo com o contexto histórico e cultural:

> No hay una objetividad del dolor, sino una subjetividad que concierne a la entera existencia del ser humano, sobre todo a su relación con el inconsciente tal como se ha constituido en el transcurso de la historia personal, las raíces sociales y culturales; una subjetividad también vinculada con la naturaleza de las relaciones entre el dolorido y quienes lo rodean (Le Breton, 1999, p. 94-95).

Assim como anteriormente argumentamos sobre as diversas significações atribuídas a inscrições corporais, não podemos reduzir a dor a uma só significação, ou a um conjunto de poucas determinadas pela medicina ocidental (Le Breton, 1999). Se, em contextos religiosos, a dor era associada à conexão com o divino e à redenção, no meio médico anterior ao fim do século XVIII a dor era interpretada como indicação de desarmonia orgânica. A dor era tida como um processo natural de tratamento ou cura (Chaney, 2017, p. 32). A criação dos primeiros anestésicos e a construção das instituições asilares em Europa marcaram a substituição desta noção da dor como um processo natural por algo que deveria ser anulado. Modificou-se a ““mentalidad colectiva ante um dolor que cada vez menos se asocia com lo inexorable” (Le Breton, 1999, p. 203). Sem desmerecer a importância de tais avanços na medicina, compreendemos uma transformação que os acompanha: a mudança médica de concepções sobre a dor. Os significados populares e culturais sobre a dor foram suprimidos pela noção médica. Assim, ao começo do século XIX, o corpo e o sujeito que o possui sofrem uma separação, pois o corpo passa a pertencer à autoridade médica, que se lhe atribui a tarefa de combater a dor.

Enquanto algo a ser terminantemente combatido, a dor é ojerizada. Práticas que se utilizam da dor, que a tenham como etapa simbólica, por fins religiosos, sexuais, culturais, etc., passam a ser concebidos como patológicos, tal como patologias sexuais. A homossexualidade e a histeria são objeto dessa categorização. A autocastração, por exemplo, se torna tema midiático ao fim do século XIX. O *cutting* ganha amplitude a partir da década de 1960. Delineia-se a fronteira, então, entre as inscrições corporais consideradas patológicas – em relação a estas, a figura do sujeito automutilador é atrelada – e aquelas

consideradas normais. O caráter anarquista de nossa argumentação se expressa como uma crítica a essa distinção. Não há ciência neutra, universal, que não se molde a partir do meio em que se desenvolve. Assim como é falacioso um Estado "moderador das lutas sociais, administrador imparcial dos interesses públicos" (Malatesta, 2001, p. 31), é falaciosa qualquer pretensão de se afirmar uma medicina completamente intocada pela cultura de seu meio. Como argumenta Malatesta (2007, p. 40), não cremos

> […] en la infalibilidad de la ciencia, ni en su capacidad de explicarlo todo, ni en su misión de regular la conducta de los hombres, como no creo en la infalibilidad del Papa, en la moral revelada y en el origen divino de las Sagradas Escrituras.

Investiguemos, então, o que motivou a patologização de certas inscrições corporais, a invenção médica dos sujeitos automutiladores e a categorização das patologias sexuais. Antecipamos que tais patologizações foram acompanhadas da criminalização do suicídio e da definição de determinadas inscrições corporais como automutilações. Essa definição demandava a distinção entre automutilações e suicídio, ou seja, os motivos pelos quais as inscrições eram realizadas importava (Chaney, 2017). Não por acaso, a criminalização do suicídio ocorreu concomitantemente a essa distinção: o caráter criminoso do suicídio perdurou até fins do século XIX na Europa ocidental, e data desde Roma Antiga – contexto no qual soldados e pessoas escravizadas eram legalmente proibidas de se suicidarem (Minois, 1999). Em Roma Antiga, somente cidadãos livres teriam permissão legal para se suicidarem; seus servos, ao retirarem sua própria vida, estariam afrontando o poder de seus soberanos sobre seus corpos. Assim, servos que tentassem se suicidar, caso não o conseguissem, eram punidos e executados. A partir do século XV, as relações entre soberano e servo se acirram (Minois, 1999).

Em outro contexto, na Inglaterra do século XVI, o suicídio é condenado pela Igreja como pecado. Até o século XVII, o suicídio foi considerado "an affront to Love of oneself, the state, and society; it offends the God who has given us life" (MINOIS, 1999, p. 71). Se uma pessoa tentava se suicidar e não conseguia, seus bens eram confiscados pelo Estado; caso se suicidassem, os bens de suas famílias seriam confiscados. Ao fim do século XVII, a cientificização do suicídio e, por conseguinte, das automutilações, atenuou a abordagem médica e

governamental diante do sujeito suicida, que poderia, então, receber dois veredictos: *felo de se*, que o consideraria culpado por seus atos, e *non compos mentis*, que justificaria suas ações por insanidade. Este último veredicto impediria o Estado de confiscar seus bens; em vez de ser encarcerado em instituições prisionais, o sujeito seria encarcerado em instituições asilares. Em 1656, em Paris, os sujeitos que haviam tentado se suicidar eram encaminhados para o Hospital Geral. Segundo Foucault (1978, p. 108),

> Em si mesma, a tentativa de suicídio indica uma desordem da alma, que é preciso reduzir através da coação. Não mais se condena aqueles que procuraram o suicídio: internam-nos, impõe-se-lhes um regime que é simultaneamente uma punição e um meio de impedir qualquer outra tentativa.

O Hospital Geral seria, para Foucault (1978, p. 57), uma "terceira ordem da repressão", que reproduz e mantém a ordem monárquica e burguesa. Instâncias médicas, políticas, econômicas, de saúde e religiosas estão entranhadas entre si. Os princípios igrejistas (DE MORAES, 2018) de controle sobre o corpo regem a patologização das inscrições corporais, sob as dinâmicas de criminalização, de submissão às autoridades governamentais. Apesar da separação entre Igreja e Estado posterior à Revolução Francesa, a Igreja permanece em função de exercício de poder na medicalização do suicídio. Ao fim do século XVIII, havia, na Inglaterra, cerca de 126 *workhouses*, ou seja, casas de internamento, que ambicionavam a "cura" dos internados por meio do trabalho. Assim, "não era incomum que autoridades parlamentares lucrassem com o trabalho pesado e não remunerado dos moradores. [...] Ao passar dos anos, esses espaços se direcionaram, também, ao tratamento violento de indivíduos considerados loucos" (Pfeil & Pfeil, 2020, p. 139-140).

É importante nos atentarmos para a seguinte distinção (Minois, 1999): o veredicto *felo de se* era anunciado majoritariamente a pobres, e o veredicto *non compos mentis*, a membros do clero e da nobreza. A posição social, econômica, política e religiosa que um sujeito ocupa, neste contexto, seria determinante para a interpretação jurídica de sua tentativa de suicídio. O emergente saber científico está inscrito no operante igrejismo, e "o que é verdadeiro para as academias científicas, é-o igualmente para todas as assembleias constituintes e legislativas" (Bakunin, 1975, p. 48). Se os governantes legitimam sua posição por um viés

científico, e se esse viés científico herda sua legitimidade do igrejismo, então a legitimidade da posição dos governantes se sustenta, ainda que indiretamente, no igrejismo.

A disseminação de instituições médicas reduz o veredicto *felo de se,* e o suicídio passa a ser menos compreendido como crime do que como insanidade (Minois, 1999). Dentre os tratamentos à insanidade que motivaria o suicídio, temos a jaula de vime, em que o sujeito suicida seria enclausurado em uma jaula que conteria "um buraco feito na parte superior para a cabeça, e à qual as mãos estão amarradas, ou o "armário" que fecha o indivíduo em pé, até o pescoço, deixando apenas a cabeça de fora" (Foucault, 1978, p. 108). Somente a partir do século XIX, o suicídio é propriamente descriminalizado em grande parte da Europa, com exceção da Inglaterra, que somente o descriminalizou em 1931.

Como vimos, a posição social de um sujeito seria determinante para a condenação de sua tentativa de suicídio perante o Estado. Instituições asilares, para não se encobrirem de caráter prisional, de lar de criminosos e imorais, passaram a defender que automutilações seriam resultantes de insanidade (Chaney, 2017). Indivíduos praticantes de automutilações, independentemente de sua significação cultural ou contextual, seriam considerados loucos. Instituições asilares deveriam cumprir o papel de impedir que tais indivíduos se mutilassem, por meio de camisas de força, de restrição física ou de abordagens semelhantes à jaula de vime. A motivação da automutilação, assim como sua posição social e econômica, indicaria o direcionamento médico da patologização. Caso a automutilação não possuísse intenção suicida, o sujeito seria direcionado a instituições asilares, como louco. Por outro lado, inscrições corporais comumente praticadas por membros da nobreza, tais como *piercings* em genitais, na Inglaterra Vitoriana (Strong, 1998), eram aceitáveis.

Para compreender essa contradição, recorremos a Kropotkin (2007, p. 46), segundo o qual "as leis são feitas para justificar e legalizar os crimes dos poderosos e punir as faltas dos pequenos". O que determina que certas inscrições corporais sejam patologizadas, criminalizadas e consideradas pecado, enquanto outras são consideradas comuns, estéticas e incentivadas? O que determina que certos sujeitos suicidas sejam considerados loucos ou incapazes de decidir sobre suas próprias vidas, enquanto outros são

considerados criminosos, desleais? A definição de inscrições corporais como automutilações ou modificações corporais – com fins estéticos, socialmente aceitos ou não – se estabeleceu sob preceitos culturais, religiosos, econômicos e de gênero: automutilações sexuais e automutilações "sem motivo" eram atribuídas, respectivamente, a homens e mulheres [cisgêneros], no decorrer da medicina ocidental moderna (Chaney, 2017). A figura do sujeito automutilador, segundo a medicina ocidental moderna, é generificada, na medida em que o sujeito que se castra é masculino, e o sujeito que se corta é feminino.

Tendo sua formação embebida em cultura, mas apresentando-se como universal, devemos desconfiar da imperatividade da ciência. Segundo Bakunin (1975, p. 43), a ciência "é tão pouco capaz de discernir a individualidade dum homem como a de um coelho". Saber científico algum deve impor sua soberania a corpos governados, mas sim servir às necessidades da população que a demanda, à comunidade que a dispõe. O que ocorre nas academias científicas, no entanto, é a corrupção intelectual, a opressão intelectual de castas que se consideram superiores, que destituem de qualquer sujeito governado a capacidade de se autodeterminar (Bakunin, 1975).

A opressão intelectual não infere somente em inscrições patologizadas, como também naquelas criminalizadas, consideradas modificações corporais extremas. Como exemplo, temos o processo de institucionalização e medicalização da tatuagem, concomitante à sua mercantilização (Souza, 2020). A tatuagem começa a ser realizada de forma institucionalizada, ao longo dos anos de 1970 nos Estados Unidos, e utilizando-se de regulamentos, protocolos de biossegurança, contratos entre profissional/cliente. Percebe-se não apenas uma burocratização desta prática de modificação corporal, como também sua inserção 'legalizada' em um cenário político, econômico e cultural. De forma a ser social e juridicamente aceita, frente ao Estado, a tatuagem deve se submeter a certa forma de conceber a realidade, o corpo, o indivíduo. "O elemento central da institucionalização da tatuagem", escreve Souza (2020, p. 179), "é a intervenção do Estado por meio de dispositivos legais que regulam os espaços de sua produção". A regulamentação da tatuagem significa seu reconhecimento por parte do Estado e de suas instituições, não parando por aí: o reconhecimento traz consigo a penetração do Estado e sua intervenção nos espaços de

modificação corporal, configurando, portanto, um controle político, econômico e social sobre tais práticas.

A medicalização da tatuagem, e poderíamos estendê-la a outras modificações corporais, como o piercing, se percebe na biossegurança, na assepsia de materiais e do local da tatuagem, na própria delimitação de um espaço específico – institucionalizado – para tatuar, na estética higiênica dos estúdios de tatuagem – por vezes, mais semelhantes a consultórios médicos do que a espaços de produção artística. A assepsia, elemento fundamental da medicalização, é marcador das práticas de tatuagem legalmente regulamentadas e supervisionadas pelo Estado (Souza, 2020).

O que se percebe, assim, é a medicalização e a institucionalização de inscrições corporais patologizadas e criminalizadas, sempre atravessadas pela lente igrejista. Pela formulação de diagnósticos, no caso das automutilações, e de protocolos de biossegurança e assepsia, no caso das modificações, o Estado enrosca seus tentáculos no corpo, penetrando o campo das inscrições corporais de modo a controlar a prática e a existência das mesmas. As concepções de diferentes inscrições corporais, desde a Antiguidade até a Modernidade europeias, se forjaram pelos contextos socioculturais em que tais inscrições se efetuavam. Portanto, a figura do sujeito automutilador também foi forjada de acordo com tais contextos, que abarcam igrejismo, estadolatria (De Moraes, 2020), institucionalização da medicina, dentre outros fatores. Assim, oferecemos uma interpretação anarquista sobre a conceituação médica dos sujeitos automutiladores e sua inferência sobre a patologização de suas subjetividades.

3. O SUJEITO AUTOMUTILADOR COMO INVENÇÃO DA MEDICINA MODERNA

A generificação da categorização de inscrições corporais seguiu a linha da patologização de automutilações. Por exemplo, mulheres [cis] que cortassem o próprio cabelo teriam indicativo de insanidade (Chaney, 2017), pois cortar o cabelo poderia ser classificado como automutilação. Já em relação a homens [cis], a autocastração masculina foi espetacularizada ao fim do século XIX. Embora não houvesse indicativo de que a tricotilomania ocorresse com maior

frequência dentre mulheres do que dentre homens, tal prática foi associada a distúrbios da feminilidade – uma vez que desafiavam o modelo hegemônico de feminilidade e de beleza (Chaney, 2017). Tomando estes exemplos, temos que patologizações variadas, ao se conformarem no interior de sociedades generificadas, sofreram influência da divisão binária entre os gêneros. A moral antiga, "[…] baseada nas tradições patriarcais, religiosas e hierárquicas" (Bakunin, 1975, p. 90), possui a ciência moderna como reflexo fiel.

Ao fim do século XIX, no contexto da psiquiatria europeia, as associações entre automutilação e histeria originaram uma repulsa médica a prática automutilatórias, pois inscrições corporais realizadas por mulheres [histéricas] seriam interpretadas como tentativas de chamar atenção (Chaney, 2017). As pacientes histéricas estariam tentando, nessa lógica, enganar os médicos [em sua maioria, homens cisgêneros heterossexuais]. Automutilações realizadas por homens cisgêneros seriam associadas a perversões sexuais (sob exemplo da homossexualidade), e automutilações realizadas por mulheres cisgêneras seriam associadas a traços de caráter manipulativo: "Their behaviour was judged as proof that [cisgender] women were 'naturally' manipulative, indicating that approaches to selfinjury are of broad social, economic and political relevance" (Chaney, 2017, p. 104). Ou seja, haveria duas hegemônicas interpretações sobre automutilações: como patologia ou manipulação. A patologização dos pacientes automutiladores atuava por "absolvê-los" de seus atos, pois não estariam completamente conscientes sobre a gravidade de suas ações. Já o reconhecimento da automutilação como manipulação ou enganação prejudicava o tratamento legal/médico das pacientes, que eram vistas como pessoas de má índole. A patologização se direcionava majoritariamente a homens cisgêneros, e os traços de caráter manipulativo eram atribuídos majoritariamente a mulheres cisgêneras (CHANEY, 2017).

A partir da primeira metade do século XX, com a obra *Eros e Tânatos: o homem contra si próprio* (1938; 2018), Menninger inaugura seus estudos sobre comportamentos autodestrutivos, destituindo das automutilações o caráter obrigatório de perversão sexual ou manipulação. Automutilações seriam, segundo o autor, manifestações de agressividade latente, e comportamentos como o abuso de álcool, o ascetismo e comportamento anti-social passaram a

compor a gama de comportamentos autodestrutivos, tais como as automutilações. Em oposição à psiquiatria do século XIX, que diferenciava automutilações e tentativas de suicídio, Menninger contribuiu para que as automutilações, em sua ampla natureza autodestrutiva, fossem compreendidas sempre em correlação com o suicídio – mas não necessariamente para anular a vida, e sim para que parte da vida fosse ainda possível. Em outras palavras, parte do corpo seria, por vezes, sacrificado, para que o restante permanecesse vivo.

Já na segunda metade do século XX, Armando Favazza publica o estudo *Bodies under Siege: Self-mutilation in Culture and Psychiatry*. A perspectiva de Favazza (1998) é ampla: compreende que modificações corporais são parte da experiência humana. Em contextos de modificações que possuam significação de ascensão espiritual e cura, Favazza identifica a importância da dor. A dor é uma ferramenta de inscrição do sujeito em seu meio. Tal como Favazza, Le Breton (1999, p. 261) compreende a dor como presente em práticas de "circuncisão, excisão, subincisão, lima ou extração de dentes, amputação de um dedo, escarificação, tatuagens, escoriações, queimaduras, espancamento, trote, vários testes, etc." A depender do contexto e do modo de execução de uma inscrição, a dor e a modificação corporal poderiam ter variados significados. Como se poderia, então, atribuir às múltiplas formas de inscrição corporal significados tão pouco amplos, tal como "patologia"? A amplitude cultural de automutilações, por exemplo, sofreu uma redução drástica quando em contextos não-ocidentais, segundo Chaney (2017, p. 64): "descriptions of non-Western, culturally sanctioned mutilations were often compared to insane acts of self-injury in Western countries to imply the universal nature of such behaviour".

Modificações corporais realizadas em sociedades não-ocidentais eram apontadas, por cientistas autoritários e racistas europeus, como evidência de sua inferioridade, em detrimento de uma suposta superioridade civilizatória europeia – o que desconsidera que modificações corporais compõem o arcabouço cultural de toda sociedade, não somente de sociedades não-europeias. Além disso, a prática institucionalizada de modificações corporais contrasta com a prática desinstitucionalizada, que foge às rédeas do Estado. Trazendo novamente Souza (2020), o autor se refere a um processo de

sedentarização da tatuagem, que poderíamos estender ao campo vasto das inscrições consideradas modificações extremas. Ao longo dos anos de 1970, práticas de modificação corporal passam a ser implementadas em estúdios medicalizados e institucionalizados (Souza, 2020). Esse processo de sedentarização, que delimita a prática de modificação a um espaço 'adequado', entra em choque com práticas ambulantes de modificação, como tatuagens feitas na rua, ao ar livre, ou em ambientes sem a assepsia preconizada pelos protocolos de biossegurança do saber biomédico. Com a institucionalização, ocorre uma filtragem de práticas de modificação legitimadas e práticas condenadas pelo Estado. Dessa forma, como escreve Souza (2020, p. 224), "A normalização empreendida sobre a tatuagem profissional, realizada nos estúdios, foi afirmada a partir da anormalidade das tatuagens realizadas por outros sujeitos, em outros espaços".

Em outras palavras, modificações realizadas fora da supervisão governamental seriam criminalizadas, enquanto as feitas sob sua supervisão e regulamentação seria reconhecidas – até certo ponto… - por conta da legitimação do saber biomédico, da ciência moderna universalizada. Portanto, concordamos com Malatesta (2007, p. 42) em sua crítica à crença em uma ciência universalista, pois isso "[…] es el aceptar como verdades definitivas, como dogmas, todos los descubrimientos parciales". A fronteira entre automutilações patologizadas e modificações corporais socialmente aceitas segue a linha psiquiátrica de decidir "what is or is not socially sanctioned" (Chaney, 2017, p. 9), tal como ocorreu com tatuagens e piercings, que já foram compreendidos como mutilações (Angel, 2014).

Em contexto brasileiro, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela associação de modificações corporais a "[…] distúrbios mentais, insatisfações e m ódio de si e do outro" (Soares, 2015, p. 12). Como se define a fronteira entre a patologia, tabu e a auto-expressão? Tal fronteira, como argumentamos, não é algo natural da humanidade ou do saber científico, mas sim algo construído e lentamente sedimentado em nosso imaginário social, com aporte institucional e sob influência direta de categorizações raciais, de gênero, de classe. É atribuído à psiquiatria o poder de determinar se certa inscrição corporal possui como finalidade o suicídio, a manipulação, a perversão sexual, ou se não possui

ligação com nada disso, pois é algo tributário da cultura. Por isso, Chaney (2017, p. 10) compreende que definições psiquiátricas:

> […] cannot be viewed outside the lives and experienced of medical practitioners. The political and cultural ideals we all hold impact the way our research is interpreted, whether we admit to this or not: a psychiatrist is no different in this respect from a mental health service user.

Com isso, a psiquiatria passa a moldar o ideal do sujeito automutilador. Durante o século XX, por exemplo, a imagem do sujeito automutilador que praticasse *cutting* é a de uma mulher branca jovem que começa a se cortar na adolescência (Strong, 1998). Constrói-se uma narrativa complexa sobre a história do sujeito automutilador – nesse caso específico, a mulher branca jovem teria um histórico de abuso, negligência familiar e privação emocional (Strong, 1998). A imagem do sujeito automutilador não se limitaria a características físicas e recortes raciais, de gênero e de classe, como se expandiria a narrativas familiares, históricos de uso de drogas, territorialidade e sexualidade. Identificamos, então, a parcialidade científica nessas definições. Homens cisgêneros não compunham as estatísticas da prática de *cutting,* por não se encaixarem na perfilação que as instituições de saúde preconizavam (Chaney, 2017).

Com direcionamento a mulheres cisgêneras, o diagnóstico de transtorno de personalidade borderline foi associado ao *cutting*, ou seja, ambos os diagnósticos eram generificados pela psiquiatria: “Both delicate self-cutting and borderline personality disorder were characterized as inherently ‘female’, despite the existence of male psychiatric patients” (Chaney, 2017, p. 185). Seguindo em uma crítica semelhante, Favazza (1998: 18) argumenta que as automutilações “has been trivialized (wristcutting), misidentified (suicide attempt), regarded merely as a symptom (borderline personality disorder), and misreported by the media and the public”. Atualmente, a automutilação consta no DSM como sintoma de Transtorno de Personalidade Borderline (308.83, F60.3), Amnésia Dissociativa (300.12, F44.0) e Transtorno Dissociativo de Identidade (300.14, F44.81).

A cada edição do DSM e de demais manuais diagnósticos, as definições de automutilação e de modificações corporais patologizadas são atualizadas, ou

seja, não há certeza sobre essas práticas (Favazza, 2011). O distanciamento da psiquiatria e de suas instituições do meio em que se insere ou do meio que busca classificar é sintoma da ciência moderna. Somente podemos rejeitar, nesse sentido, a "[…] infalibilidade e universalidade dos representantes da ciência" (Bakunin, 1975, p. 57), pois os discursos psiquiátricos sobre inscrições corporais são "just as constructed as historical, literary or artistic narratives of self-injury" (Chaney, 2017, p. 220).

CONCLUSÃO

Desde a condenação de inscrições corporais enquanto pecado, até sua criminalização e posterior patologização, buscamos analisar como são traçadas as fronteiras entre a liberdade de se autoafirmar, de transformar o próprio corpo, e a submissão a instituições de controle sobre o corpo, de regulação da vida. Tais fronteiras, embora tratadas pela ciência moderna como atemporais e fixas, são permeáveis, frágeis, pouco sustentáveis em si mesmas. Seja por meio da patologização, que traz todo um aporte diagnóstico e categórico e protocolos de tratamento para o sujeito automutilador (Chaney, 2017), seja por meio da criminalização, que marginaliza práticas de modificação corporal ambulantes (Souza, 2020) e regula práticas sedentárias e institucionalizadas, nos é possível identificar o controle do Estado sobre o corpo, a sociedade, a vida.

Criticamos, portanto, toda ciência determinista e que se proponha universal (Bakunin, 1975), que suponha deter mais poder sobre um corpo do que o sujeito que o ocupa, ou do que o meio que o circunda. Segundo Soares (2015), o vínculo que desenvolvemos com nossos corpos depende fundamentalmente do meio em que estamos inseridos, de nossa individualidade, de nossas crenças: "o elo principal entre "os modificados" é a experiência em ter passado por algum processo de modificação e muitas vezes será somente este, pois a vida desses indivíduos não se resume a essas práticas" (Soares, 2015, p. 6).

Ao se pecaminar, inferiorizar ou criminalizar sujeitos que realizam inscrições em seus corpos, se está reproduzindo aquilo que o anarquismo rechaça, isto é, "[…] organismos autoritários que, pela força […] impõe[m] aos demais sua própria vontade" (Malatesta, 2009, p. 4). A legitimidade do saber

médico/psiquiátrico lhe é conferida pelas instituições que os protegem; são estas instituições que bebem do igrejismo, do punitivismo, anulando qualquer possibilidade de autodeterminação individual e coletiva, pois a Igreja, o Estado e a medicina se arrogam o direito de atribuir sentido aos corpos de seus governados. Argumentamos de modo contrário a toda tentativa de se tutelar um corpo, ou de se reduzir suas experiências a narrativas preconcebidas sobre sua existência. Tal como pensa Chaney (2017, p. 222), "no one meaning of self-harm can be considered more 'true' or genuine than any other". Qualquer significado a ser atribuído a inscrições corporais deve ser considerado dentro de seu meio, de um contexto específico; deve ser, portanto, assumidamente parcial.

REFERÊNCIAS

ANGEL, T. Pensando sobre as fronteiras entre modificação corporal e 'mutilação'. FRRRKguys. **Beautification, body art & body modification culture**, 2014.

BAKUNIN, Mikhail. **Conceito de Liberdade**. Porto: Edições RÉS limitada, 1975.

BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado. Portal Domínio Público: Biblioteca digital desenvolvida em software livre, 2001. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2250. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

BELL, Timothy M. A Brief History of Bloodletting. **The Journal of Lancaster General Hospital**, v. 11, n. 4, 2016.

BRÄUNLEIN, Peter J. **"Flagellation." Religions of the World, Second Edition: A Comprehensive Encyclopedia of Beliefs and Practices**. Ed. Martin Baumann, J. Gordon Melton. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2010, p. 1120-1122.

CHANEY, Sarah. **Psyche on the Skin: a history of self-harm**. London: Reaktion Books LTD, 2017.

DE MORAES, Wallace. Reflexões sobre o significado de fascismo: Pra quem sabe ler, um pingo é letra. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

DE MORAES, Wallace de. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. **Revista Teoliterária**, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 54- 78, 2020.

FAVAZZA, A. R. Introduction. In: STRONG, Marilee. **A Bright Red Scream:**

Selfmutilation and the Language of Pain. United States of America: Penguin Books, 1998.

FAVAZZA, Armando R. **Bodies under Siege: self-mutilation, nonsuicidal selfinjury, and body modification in culture and psychiatry**. 3ª ed. United Stated of America: The Johns Hopkins University Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectivas, 1978.

GOLDMAN, Emma. O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

KROPOTKIN, Piotr Alekseievch. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007.

LE BRETON, David. **Antropología del dolor**. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1999.

MALATESTA, E. A Anarquia. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Nu-Sul/Editora Imaginário; Rio de Janeiro: SOMA, 2001.

MALATESTA, E. **Pensamiento y Accion Revolucionarios**. Trad. Eduardo Prieto. Org. Vernon Richards. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

MALATESTA, E. **Anarquismo e Anarquia**. Tradução de Felipe Corrêa. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: <https://www.anarquista.net/wpcontent/uploads/2013/08/Anarquismo-e-anarquia-Errico-Malatesta.pdf.>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MENNINGER, Karl Augustus. (1938). **Eros e Tanatos: o homem contra si próprio**. São Paulo: IBRASA, 2018.

MINOIS, Georges. **History of Suicide: Voluntary Death in Western Culture**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999.

NETTLAU, Max. História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo. Frank Mintz (org. e intro.). Plínio Augusto Coêlho (trad.). São Paulo: Hedra, 2008.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Uma perspectiva anarquista sobre o suicídio, a produção da morte e a preservação da vida. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 2021, p. 121-151.

RECLUS, Elisée. Anarquia pela Educação. (Trad. Plínio Augusto Coêlho). São Paulo: Hedra, 2015.

SKUSE, Alanna. 'One Stroak of His Razour': Tales of Self-Gelding in Early Modern England. **Social History of Medicine**, v. 33, n. 2, 2018, p. 377-393.

SOARES, Thiago Ricardo. **A modificação corporal no Brasil - 1980-1990**. 1ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SOUZA, Fernando Lucas Garcia de. **História da tatuagem no Brasil: corpos, técnicas e espaços em transformação**. Dourados: Ed. UFGD, 2020.

STRONG, Marilee. **A Bright Red Scream: Self-mutilation and the Language of Pain**. United States of America: Penguin Books, 1998.

STRONG, Marilee. Preface. (2009). In: STRONG, Marilee. **A Bright Red**

Scream: Self-mutilation and the Language of Pain. United States of America: Penguin Books, 1998.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MULHERES ESCRITORAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (1790-1820)

WOMEN WRITERS AND THE FORMATION OF THE UNITED STATES (1790-1820)

STÉFANI OLIVEIRA VERONA[1]

RESUMO

Muitos debates ocorreram a respeito dos direitos políticos e da importância da educação para os cidadãos dos Estados Unidos durante o final do século XVIII. Este artigo tem como objetivo compreender de que forma os textos publicados por Judith Murray, Catharine Macaulay, Mercy Otis Warren e Phillis Wheatley contribuíram para o debate sobre igualdade política, social e educacional durante o século XVIII. O método envolve a análise dos textos publicados por elas em paralelo ao contexto da época, ao surgimento das academias femininas e da formação dos primeiros círculos literários. Concluo que o cenário contribuiu para a construção de uma identidade nacional e as publicações para importantes mudanças na percepção política das mulheres, originando a Convenção de Sêneca Falls pelos seus direitos, em 1848.

Palavras-chave: História Contemporânea. Escrita. Educação. Mulheres. Estados Unidos.

ABSTRACT

Much debate has taken place regarding political rights and the importance of education for US citizens during the late 18th century. This essay aims to understand how the texts published by Judith Murray, Catharine Macaulay, Mercy Otis Warren and Phillis Wheatley contributed to the debate on political, social e educational equality during the 18th century. The method involves the analysis of texts published by them in parallel with the context of time, the emergence of female academies and the formation of the first literary circles. I conclude the scenario contributed to the construction of a national identify and the writings contributed to important changes in the political perception of women, creating the Seneca Falls Convention for their rights in 1848.

Key-words: Contemporary History. Writing. Education. Women. United States of America.

[1] Professora de História e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail* da autora: stefaniverona909@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o lugar social das mulheres em diferentes períodos históricos é central nos estudos historiográficos e feministas. Os estudos sobre as mulheres acontecem das mais diversas formas e com diferentes abordagens, o que contribui para enriquecer a História ao mesmo tempo em que revela a multiplicidade de visões sobre o que significa ser mulher em diferentes sociedades e também em uma mesma sociedade ao longo de períodos de tempo distintos. Neste sentido, é possível entender os diferentes modos de escrever a História ao longo do tempo como parte integrante do trabalho do Historiador. Além disso, estudar as mulheres e sua produção historiográfica em seu próprio tempo nos ajuda a compreender as motivações sociais que as levaram a repensar e ressignificar suas vidas.

Historiadoras feministas como Lynn Hunt e Joan Scott contribuíram amplamente para dar visibilidade às mulheres que defenderam causas públicas no passado, questionando a passividade e o silêncio. Mesmo assim, a trajetória de escritoras políticas inglesas e americanas do século XVIII ainda é pouco explorada no Brasil. Sua importância reside no fato de que foram estas as primeiras mulheres consideradas *ativistas* no Ocidente e influenciaram amplamente a escrita de mulheres na América do Sul. Desta forma, é possível recorrer ao diálogo entre a Teoria Literária Feminista e a História da Cultura Escrita para problematizar não somente o gênero por trás da autoria de textos importantes, ainda que pouco explorados, mas também para entender o que Greicy Bellin chama de “complexas conexões com a cultura escrita” (Bellin, 2011, p. 02), aspectos que transformam o lugar das mulheres como leitoras e escritoras.

Judith Sargent Murray, Mercy Otis Warren, Catharine Macaulay e Phillis Wheatley foram mulheres que não se intimidaram e tornaram públicas as suas ideias sobre as injustiças sofridas, contrariando as representações de feminilidade que as limitavam ao casamento e à maternidade. Em suas publicações, durante a segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX, elas escreveram sobre a necessidade de educar as mulheres para que pudessem exercer papéis políticos na nascente República dos Estados

Unidos, o que reivindicavam escrevendo nos jornais de maior circulação do período.

Este artigo propõe inicialmente compreender o contexto da sociedade pós Revolução Americana, que gerou um cenário cultural específico no qual as autoras publicaram seus textos. O objetivo é enxergar os questionamentos e entender os reflexos da escrita política de mulheres nos ensaios e artigos publicados por elas enquanto buscavam seus direitos. É necessário compreender a motivação e os efeitos causados por elas enquanto importantes eventos aconteciam, e ao mesmo tempo ressaltar a coragem ao publicar, especialmente considerando que elas eram parte atuante e também estavam sujeitas aos importantes acontecimentos do período.

Entender o impulso das mulheres em prol de mudanças, presente em suas experiências pessoais e principalmente na reflexão sobre suas experiências por meio da produção escrita se faz necessário para entender "como a sociedade reage ante a ideia de que as mulheres passem a se pensar com autonomia, como podendo figurar por conta própria na História, recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens" (Rago, 2001, p. 59). Neste sentido, é possível pensar a formação de uma identidade *política* e *feminina* nos Estados Unidos utilizando a escrita e a leitura como ferramentas.

1. A PALAVRA ESCRITA COMO FERRAMENTA POLÍTICA PARA AS MULHERES

O ideal de feminilidade, no caso dos Estados Unidos, era questionado pelas mulheres quando utilizavam os conceitos de igualdade e de cidadania, os mesmos que ajudaram a mobilizar a população durante a Revolução Americana contra o domínio britânico. Com o término das guerras e a vitória americana, as ideias de cidadania só se tornaram reais para os grupos dominantes, dos quais mulheres e negros não faziam parte. Motivadas por esta situação, algumas mulheres passaram a refletir sobre suas realidades e incentivarem umas às outras a escrever sobre uma identidade pautada nas diferenças de gênero em uma sociedade que não encarava homens e mulheres da mesma forma. Elas haviam assumido importantes papéis na ausência de seus maridos enquanto

eles lutavam nas guerras, mas foram novamente reduzidas ao espaço doméstico (McMahon, 2012).

Essa realidade de intensas contradições é bastante evidente conforme Anadir Miranda coloca em sua análise sobre as sociedades americana e inglesa da época:

> Como explicar essas discrepâncias? Por que negros e mulheres não foram incorporados na categoria de humanidade responsável, tendo que lutar por seus direitos? Não eram considerados indivíduos pensantes? [...] Ou ainda, como a sociedade democrática e liberal manteve sua legitimidade, apesar de tais incoerências? Para responder a tais questões, precisamos voltar nosso olhar para o século XVIII, contexto de surgimento da nascente sociedade civil. [...] Foi nessa época que se fortaleceu a ideia de que os seres humanos, por serem igualmente dotados de razão, deveriam ser portadores dos mesmos direitos, capazes de opinar e decidir sobre o que é mais adequado para eles mesmos. Mas foi também no Século das Luzes que os discursos que legitimam a exclusão das mulheres dos ideais de cidadania foram produzidos no interior de um intenso debate (Miranda, 2010, p.9-10).

Entre a maioria dos pensadores do século XVIII persistia a convicção de que as mulheres não seriam adequadas para participar ativamente da sociedade política e civil por não possuírem entendimento e razão suficientes. Ao mesmo tempo, porém, a educação formal era muito limitada para elas. Isso se dava também pela crença muito disseminada na cultura e na ciência de que a razão feminina era inferior à dos homens e que seu estado de dependência era natural devido à sua *futilidade*, o que impedia a elas a autonomia necessária para se engajarem como sujeitos politicamente ativos. Além disso, deveriam permanecer ligadas às responsabilidades domésticas e à educação dos filhos. Mas como poderiam educar seus filhos sem elas mesmas serem educadas?

Apesar deste cenário, foi também no decorrer do século XVIII que ocorreu uma mudança significativa na relação das pessoas com a palavra escrita. A leitura da Bíblia abriu caminho experiências mais variadas. Vários grupos sociais foram impactados na sociedade americana, sendo que o campo da educação foi um dos mais transformados. As influências da leitura foram abrangentes e as classes burguesas e de elite tiraram amplo proveito da situação por conta da dedicação que tinham para o conhecimento. A expansão da leitura também foi

significativa para as mulheres americanas das classes mais altas, porque as transformaram em leitoras mais ativas e permitiu que se engajassem nas discussões de seus círculos sociais, originando uma transformação cultural. Consequentemente, "a palavra impressa tornou-se pura e simplesmente a representante burguesa de cultura" (Wittman, 1999, p.138).

Neste mesmo período as revistas passaram a aconselhar a formação de bibliotecas domésticas femininas para ampliar o repertório de leitura das mulheres, mesmo que elas ainda estivessem limitadas aos temas de administração da casa, aos relatos de viagem, fábulas e alguns romances. Essas transformações sociais, porém, marcaram o início do maior alcance das mulheres à palavra escrita e ao desenvolvimento de habilidades que até então haviam sido tradicionalmente prerrogativa masculina.

Dessa forma, novas ideias sobre a igualdade entre homens e mulheres passaram a circular, afinal, se considerava que as mulheres eram as responsáveis pela educação dos filhos que seriam os futuros cidadãos dos Estados Unidos, conforme tanto se sublinhava nos discursos da época. Lucia McMahon (2012) explica que as mulheres tentavam participar cada vez mais dos espaços intelectuais masculinos, levantando questões fundamentais sobre a igualdade e a diferença, já que seus esforços aconteciam em uma época de fluxo de novas ideias sobre identidade de gênero que exigiam respostas às mudanças sociais e políticas do período revolucionário. Apesar do ideal da igualdade, a nação permanecia permeada pelas diferenças sexuais, sociais e raciais (McMahon, 2012).

Linda Kerber (1980) ecoa estas preocupações ao levantar ainda algumas questões sobre a própria ideia de cidadania, pois ela questiona a posição de cientistas da época que buscavam descobrir se as mulheres poderiam ser pessoas políticas (Kerber, 1980). Apesar da diferença entre as prescrições culturais de gênero, formou-se nos Estados Unidos uma orientação para a conduta feminina baseada na dualidade e no equilíbrio entre o saber intelectual que era apropriado a elas - saber histórico e de administração da propriedade - e o auxílio que elas proporcionavam aos homens, seus maridos e filhos.

As academias femininas[2] começaram a ser criadas e adquirir fama a partir dessa ideia de equilíbrio entre saber e responsabilidade, pois elas eram voltadas para o preparo das moças a quem não era recomendada total dedicação aos estudos (pejorativamente chamadas de *pendatic*) ao mesmo tempo em que as direcionava para longe do que eram consideradas futilidades femininas, como a leitura dos romances e os flertes (mulheres *coquette*). Entre os anos de 1780 e 1820, as mulheres americanas foram educadas durante um estágio de experimento social, quando as academias femininas se espalharam em meio à confusão sobre o que era "adequado" a elas e o que traria os melhores benefícios sociais.

Apesar da proposta inicial de algumas destas academias de ensinar apenas o essencial às moças, outras começaram a estender os campos de conhecimento utilizando um conceito de ampla circulação no período: a palavra "*mere*", pois

> *"Mere"* era a noção persistente de que as mulheres eram diferentes dos homens e que ainda, se tornarem *meramente* iguais aos homens representaria uma perda do poder e da influência das mulheres como *mulheres*. O uso da palavra "*mere"* descrevia e sustentava noções de diferença sexual. Ao mesmo tempo, *Igualdade* era, é claro, um poderoso conceito na jovem nação, tão poderoso que não era inconcebível que mulheres poderiam muito bem desejar um pouco dos benefícios econômicos, sociais e políticos que a igualdade prometeu. A mera igualdade tentou reconciliar a crença persistente na diferença de gênero da época com as ideias mais liberais e ilustradas sobre igualdade (McMahon, 2012, p. 10).

Enquanto as mulheres defendiam cada vez mais a igualdade, surgiram contra-argumentos que prezavam pela existência de esferas separadas para os dois sexos, pois segundo a visão tradicional, os diferentes papéis seriam importantes e fundamentais para o bom funcionamento do novo sistema social e de governo. De acordo com esta forma de pensamento, a busca pela "mera" igualdade seria algo ruim para as próprias pretensões das mulheres (McMahon, 2012).

Igualmente importante foi a crescente discussão sobre a esfera pública

[2] As academias femininas propiciavam uma educação mais sofisticada do que a doméstica, mas não tinham estatuto de faculdade. A primeira faculdade americana feminina foi a atual *Wesleyan College*, na Geórgia, fundada em 1836 como *Georgia Female College*.

literária. Os editores das revistas possibilitaram uma maior circulação das críticas políticas "publicando ensaios sobre educação das mulheres e relatos de cerimônias iniciais realizadas em academias femininas" (McMahon, 2012, p. 09). Essas publicações contribuíram ainda mais para o debate, porque revelaram que "até os apoiadores mais fervorosos da educação das mulheres não podiam resolver as tensões entre igualdade intelectual e diferença sexual que informava o entendimento da época sobre sua educação" (McMahon, 2012, p. 09), de maneira a evidenciar a falta de consenso quanto ao que era a cidadania em relação aos diferentes atores sociais.

Entre os anos de 1785 e 1825 houve um avanço em termos de acesso à educação com a popularização das academias femininas, mesmo que o acesso às universidades ainda não fosse possível. Esse avanço está relacionado ao fato de que até as primeiras décadas do século XVIII a leitura e a escrita não eram incentivadas às mulheres e escrever seria importante apenas para a assinatura de seus nomes, para manter as contas da casa em ordem e para a escrita de cartas familiares, mas com a chegada das guerras de independência elas assumiram tarefas que exigiam maior conhecimento literário. Isso contribuiu para que "o senso delas mesmas, suas lutas pessoais com a identidade, permanecessem desconcertantemente persistentes durante todo o período colonial" (Scheick, 1998, p.123).

As novas possibilidades de educação foram apoiadas por educadores na época por serem consideradas essenciais para a construção política do país. Para os homens a exigência era bastante sublinhada quando se tratava da esfera política, mas as mulheres tiveram mais dificuldades, mesmo no âmbito social. Os educadores defendiam que a educação feminina apropriada seria o meio para estabelecer e assegurar a felicidade doméstica e social no presente e para as futuras gerações, sendo que a abertura de academias também teve que enfrentar o argumento do que seria esta "educação apropriada", ao exigir que os estudos das mulheres fossem inicialmente voltados para a gramática, aritmética e administração doméstica.

Apesar da diferenciação inicial, as academias foram revolucionárias ao seu modo por destacarem as capacidades das mulheres, pois "educadoras afirmavam que as mulheres eram seres dotados de razão, que possuíam

capacidade intelectual e igualdade de mente com os homens" (McMahon, 2012, p. 03-04). Por isso é importante entender como as academias e as publicações femininas da época criticavam as tensões entre razão, educação, igualdade e a ideia de feminilidade, para explorar como as realidades e pensamentos das mulheres foram refletidos em suas experiências coletivas.

Para isso, devemos levar em consideração que os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas, repletas de significados e constitutivas das relações de poder, que são "incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas" (Miranda, 2010, p.120). Desta forma, quando se trata do reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens para elas construírem uma consciência de si mesmas, a experiência coletiva acaba ligando as escritoras umas às outras. Essa discussão é ampliada quando observamos os debates sobre identidade no cenário republicano dos Estados Unidos. Perguntas importantes para entender esse cenário são:

> Como uma sociedade comprometida com a igualdade mantem o que é percebido como diferenças necessárias? Se mulheres propriamente educadas eram capazes de se tornar iguais intelectualmente aos homens, como os americanos continuariam a justificar a exclusão formal das mulheres da política e das outras profissões dominadas pelos homens? Se as mulheres alcançassem igualdade intelectual, quais outras formas de igualdade iriam buscar? As mulheres educadas abandonariam, como os críticos alertaram, suas responsabilidades domésticas e competiriam com os homens por poder econômico e político? A igualdade intelectual das mulheres desafiaria a própria noção de diferença sexual sustentada pela diferença de gênero e hierarquia? (McMahon, 2012, p. 09).

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, surgiram publicações específicas sobre o assunto. Entre elas está um manifesto anônimo intitulado *Plan for the Emancipation of the Female Sex* (1802), em que se defende uma reorganização em torno do conceito de *autoridade*. Esta publicação foi contestada pela educadora Emma Willard, que reforçou alguns dos pontos defendidos no ensaio, mas propôs o seu próprio *Plan for Improving Female Education*. Emma Willard pediu apoio ao governo de Nova York para dar a

educação “apropriada” às mulheres, revelando a dualidade da palavra e a dificuldade em defini-la, pois para Willard as mulheres deveriam se educar, mas apenas em certas áreas e visando o futuro da família. Willard escreveu também que não era correto chamar os centros educacionais para as mulheres de *colleges*, já que a possibilidade de receber mulheres nas faculdades soava absurda. Ela insistiu em usar “seminário feminino”, para não suscitar as rivalidades masculinas e “foi cuidadosa ao insistir que não tinha desejo de oferecer uma educação masculina, enfatizando que a educação precisava refletir a diferença de caráter e deveres de homens e mulheres” (McMahon, 2012, p, 02).

Em conformidade também estava John Burton, autor de *Lectures on Female Education and Manners* (1794), que defendeu que as mulheres, de fato, tinham as mesmas capacidades intelectuais que os homens e que esse desenvolvimento se dava através da educação, mas que ao mesmo tempo não havia a necessidade delas terem acesso à igualdade política e econômica. Essa conformidade com os papéis de gênero defendida por Burton permeou a concepção da época do início da República Americana de que a educação seria proveitosa, mas sempre em sintonia com as primeiras responsabilidades femininas para com a esfera doméstica.

Esta posição, porém, não impediu as mulheres de aumentarem cada vez mais seu escopo de leituras e buscar constantemente os estudos. A atividade de publicação não era inteiramente nova na República, mas era mal vista quando feita por mulheres, especialmente antes da Revolução Americana. Entre os livros e autoras que foram lidos pelas mulheres durante o século XVIII estão: *Poems* (1664) de Katherine Philips, *Several Poems Compiled with Great Variety of Witand Learning* (1678, 1758) de Anne Bradstreet, *Poems on Several Occasions* (1696) *e Letters, Moral and Entertainingy in Prose and Verse* (1729-33) de Elizabeth Singer Rowe, *Ana Miscellanies in Prose and Verse* (1752) de Mary Jones (Scheick, 1998).

Foi durante o período iluminista de importantes transformações sociais que nasceu a escritora americana Judith Sargent Murray, em 1751, vinte e cinco anos antes da Declaração de Independência ser redigida. Ela vivenciou as contradições políticas e sociais do final do período colonial e da época

revolucionária dos nascentes Estados Unidos (1775-1783), além das mudanças envolvidas no processo de construção nacional de uma nova República. A educação de Judith se deu por meio de leituras, da escrita e principalmente do aprendizado das tarefas domésticas, como era esperado para as moças da sua classe social. O mesmo não aconteceu com seu irmão, que foi preparado por um tutor para estudar na prestigiada Universidade de *Harvard*. Esta diferença na educação dos irmãos incentivou Judith a ampliar suas leituras utilizando a biblioteca da própria família, além de se engajar na escrita de poemas e artigos históricos até se casar, um pouco antes das Guerras de Independência (ArezkiI; Mahmoud, 2013).

A mesma diferença nas expectativas educacionais de jovens mulheres das elites pode ser verificada nas trajetórias de Mercy Otis Warren e Catharine Macaulay. Warren também nasceu em *Massachusetts* e foi uma escritora política na época da Revolução Americana. Segundo Kate Davies (2005), ela foi muito próxima de seu irmão e educada com ele em casa por seu tio, apesar de não ter sido preparada para *Harvard* como ele e como o irmão de Judith.

> Apesar dela (Mercy) não ter sido apresentada às linguagens clássicas que qualificariam os homens da família Otis para sua educação em *Harvard*, Warren leu muito, foi encorajada a escrever criativamente e desenvolveu aquele interesse na teoria e história política republicana que permaneceriam preocupações por toda sua vida (Davies, 2005, p.5).

Kate Davies também escreve sobre a experiência da historiadora inglesa e feminista Catharine Macaulay, com quem Mercy Otis Warren se correspondeu durante boa parte de sua vida, e com quem teve debates através destas cartas sobre a realidade feminina e de como o desenvolvimento da razão acontecia de maneiras diferentes para meninos e meninas. Catharine Macaulay e sua irmã também foram outras duas mulheres que recorreram à biblioteca da própria casa para estudar história clássica e política, porque assim como Warren e Murray, “Macaulay e sua irmã foram deixadas aos cuidados de uma governanta e foi dito mais tarde que nunca foram encorajadas em nenhuma atividade além das expectativas de sua posição e sexo” (Davies, 2005, p.5).

A percepção destas três escritoras sobre a necessidade de educação

feminina mais atenciosa as levou a escrever sobre o assunto. Foi assim que Judith Murray passou a escrever diversos poemas para a revista *Massachusetts Magazine*[3], com o pseudônimo de *Constantia*. Após o nascimento de seu filho, em 1789, enquanto estava acamada, ela submeteu a esta mesma revista o seu mais famoso ensaio, intitulado *On the Equality of the Sexes*, publicado em 1790. Nele, ela defendeu que homens e mulheres tinham almas e mentes iguais, o que seria a base de seus argumentos futuros em prol da educação igualitária que deveria existir para todos nos Estados Unidos (Murray, 1790).

Nesta publicação, Judith falou também sobre as injustiças enfrentadas pelas mulheres no campo da educação e se preocupou com sua marginalização social. Ela retratou a mulher desta época como subordinada e alguém a quem os direitos não foram estendidos após as guerras por independência. Seu texto tem certo caráter de denúncia também por deixar claro que "as oportunidades das mulheres eram rigidamente restritas; elas não podiam ter cargos públicos nem votar. Elas eram forçadas a ser obedientes com relação aos seus maridos. Essa atitude submissa era para ser aceita sem ser questionada" (Arezki; Mahmoud, 2013, p. 03).

Murray assinou seu ensaio com o pseudônimo de *Constantia* e após o sucesso desta publicação, passou a utilizar o pseudônimo masculino *Mr. Gleaner* para escrever uma coluna permanente na revista. Nesta coluna ela discutia questões sociais e políticas que foram bem recebidas pelos leitores da época, que mandavam cartas para os editores falando das publicações. É possível considerar que o uso da autora de ao menos dois pseudônimos tem outros significados para além do temor de se expor, porque ao não revelar sua identidade feminina, talvez Murray tenha usufruído de maior liberdade com relação aos seus temas e argumentos. Escrever em um jornal de ampla circulação em *Massachusetts* fez com que seus textos fossem lidos por muitas pessoas e devido ao espaço restrito cedido às mulheres nas discussões públicas, seria interessante manter-se no anonimato. Isso também revela certa consciência de Judith com relação ao espaço limitado delas nas discussões

[3] A revista *Massachusetts Magazine* circulou em *Boston* (1789-1796) e trazia ensaios de filosofia, história, críticas literárias, romances e contos. Foi a revista que circulou pelo maior período de tempo nos Estados Unidos no século XVIII, publicando oito volumes.

sobre educação e igualdade e sua percepção da necessidade de alcançar as classes sociais letradas (McMahon, 2012).

Murray fazia parte de uma classe abastada e teve contato com intelectuais e escritores que possibilitaram a ela participar de espaços de debate e exposição de ideias após sua limitada educação doméstica. Os chamados círculos literários femininos foram inspirados nos salões literários da Europa iluminista, mas davam maior foco para a discussão de textos e livros que circulavam no período nos Estados Unidos e para a produção de textos das mulheres que participavam dos círculos para publicação em revistas. Os círculos literários foram criticados por supostamente afastar as mulheres de suas responsabilidades domésticas, mas podemos constatar que isso não se provou verdadeiro no caso de nenhuma das escritoras mencionadas, porque além de se comprometerem com a educação, Murray, Warren e Macaulay também cumpriram seus papéis na formação de suas famílias.

Judith Murray se casou duas vezes e foi com o apoio de seu segundo marido, o reverendo John Murray, que ela começou a publicar na *Massachusetts Magazine*. John Murray foi um dos responsáveis por trazer uma nova vertente religiosa aos Estados Unidos, o Universalismo. Ao lado de Elhanan Winchester ele é considerado uma das pessoas mais importantes da época para este movimento. Sua vertente universalista teve fortes influências dos pregadores James Relly e George Whitefield e seu principal argumento religioso era o de que as pessoas podiam encontrar redenção para suas almas apenas agindo corretamente. Seu grande objetivo era trazer conhecimento a todos. Sua esposa, Judith, também defendia este conhecimento para todos, mas defendia especialmente a causa das mulheres por elas serem metade da população e estarem unidas pela condição do “ser mulher”, apesar das diferentes etnias e classes sociais (McMahon, 2012).

O marido de Mercy Otis Warren, James Warren, também a incentivou na publicação de duas peças de teatro políticas, além de participar das reuniões organizadas por ela na casa da família para discutir o cenário nacional. James Warren foi um político proeminente da época. Já o marido de Catharine Macaulay, George Macaulay, foi um médico escocês sem muita influência política. As três mulheres tiveram casamentos bastante diferentes, com mais ou

com menos influência política e apoio aos seus textos. No caso de Murray e Warren, é possível perceber a vantagem do apoio que recebiam dos cônjuges, pois elas permaneceram por muitos anos no centro dos encontros políticos informais da região de Boston. Na Inglaterra, porém, Macaulay conseguiu este feito com a publicação de sua "História da Inglaterra".

O apoio dos maridos ou sua falta, porém, não deve ser considerado aspecto decisivo no sucesso destas escritoras, porque Judith nunca revelou sua verdadeira identidade, utilizando apenas pseudônimos para publicar nas revistas. Warren participava de inúmeros círculos literários apenas para mulheres de onde saíram muitos de seus textos mais famosos e Macaulay publicou sua "História da Inglaterra" em diversos volumes mesmo sem o entendimento mais sofisticado de seu marido sobre política. É inegável, porém, que o apoio dos cônjuges à escrita destas mulheres foi vantajoso para suas vidas pessoais (McMahon, 2012).

Ainda neste cenário de questionamentos acerca da concepção de cidadania, outra escritora se destacou: Phillis Wheatley, ex-escravizada, negra e crítica dos direitos das mulheres. Retomando o conceito de igualdade, ela também elaborou uma crítica da escravidão nos Estados Unidos. Sua conexão com a religião e a igreja lhe rendeu várias passagens nas quais ela fez alusão aos episódios bíblicos para defender a igualdade intelectual, como também fez Judith Murray em *On the Equality of the Sexes* (1790). A inspiração bíblica estava bastante presente nas publicações femininas, pois era positivo que as mulheres usassem suas habilidades para ler a Sagrada Escritura e para transmitir os conhecimentos religiosos aos filhos. Entre as principais leituras bíblicas que a sociedade americana fazia, o livro do Gênesis tinha importância especial.

> De acordo com as leituras tradicionalmente hegemônicas e seletivas do Gênesis, a mãe da humanidade não foi apenas criada da costela de Adão, mas por uma fraqueza de mente ela arruinou o paraíso e gerou a mortalidade. Reforçado pela autoridade patriarcal, monárquica e social, o ministério colonial do nordeste do país incentivou essa leitura do Gênesis [...] como principal guia para o segundo sexo (Scheick, 1998, p.7).

Essa tradição masculina de leitura e interpretação do Gênesis em desfavor das mulheres contribuiu para as discussões do período, porque elas

mesmas buscaram dar novo significado às passagens exatamente através da escrita e do exercício da razão. Os discursos religiosos e políticos motivaram as mulheres a questionar as interpretações das Escrituras. No caso de Phillis Wheatley, isso foi feito com a passagem sobre Davi e Golias. A escritora considerou Davi a figura que representava os escravizados e as mulheres por serem menores e intimidados por um poder maior: o de Golias, que representava a dominação masculina e escravista. A pedra que Davi usou para derrotar Golias era, para a escritora, o conhecimento que as mulheres e os escravizados deviam manejar em favor da liberdade. Em sua crítica, Wheatley também fala sobre a hipocrisia dos homens que se diziam cristãos, mas que escravizavam outros homens e relegavam as mulheres como apenas seu complemento, sem o direito ao conhecimento que não estivesse dependente deles (Wheatley, 1773).

Phillis Wheatley foi escravizada quando tinha sete anos e chegou aos Estados Unidos logo depois, onde aprendeu a ler e escrever. Ela conseguiu escrever diversos poemas, mas eles foram rejeitados pelas revistas que suspeitavam que ela não era a autora dos textos por serem refinados. Apenas após passar por um exame oral ela foi aceita como a verdadeira autora dos poemas. Mesmo assim, ela só conseguiu publicar a primeira versão de seu livro em Londres, no ano de 1773, com o apoio da condessa de Huntington.

> Wheatley tornou-se, assim, a primeira mulher de descendência negra a publicar um livro de poemas e ganhar prestígio internacional, marcando, dessa forma, o início de uma tradição literária afro-americana. Embora desconhecida em Boston, a publicação em Londres lhe pôs em contato com importantes figuras do mundo literário, eclesiástico e político, fatos que contribuíram para sua liberdade após o retorno a Boston (Santos, 2018, p.85).

Judith Murray recorreu ao uso de pseudônimos para publicar seus textos, mas assim como Wheatley, em *On the Equality of the Sexes* (1790), recorreu à crítica de uma passagem do Gênesis, a passagem da tentação de Eva. Murray explicou neste texto que o pecado de Eva aconteceu porque ela aceitou a oferta de conhecimento que a serpente fez. Ao contrário de Eva, Adão recusou essa oferta por falta de coragem. Murray também defendeu o intelecto das mulheres como igual, senão superior ao dos homens:

> É verdade que alguns ignorantes nos informaram absurdamente que a bela do paraíso foi seduzida de sua obediência, por um demônio maligno, disfarçado de serpente desagradável; mas nós, que estamos mais bem informados, sabemos que o espírito caído se apresentou à sua visão, era um anjo ainda brilhante; pois assim, dizem os críticos na língua hebraica, a palavra deve ser traduzida. Vamos examinar o motivo dela - Ah! O serafim declara que ela deverá alcançar a perfeição do conhecimento; pois há algo que não é compreendido sob um ou outro dos termos *bem* e *mal*. Não parece que ela era governada por qualquer apetite sensual; mas meramente pelo desejo de adornar sua mente; uma ambição louvável despertou sua alma e uma sede de conhecimento impeliu a predileção tão fatal em suas consequências. Adão não podia invocar o mesmo engano; certamente ele não foi enganado (Murray, 1790, p.225).

Murray demonstrou ter consciência de que o lugar das mulheres estava fortemente determinado ao sexo e ao complemento da figura masculina. Ela também demonstrou estar consciente de seu posicionamento crítico a esse lugar comum e de fazer parte de uma estrutura social que ela buscava revisar em termos de participação e conhecimento para desmistificar o papel feminino. Este aspecto pode ser encarado como "*transculturação,* um processo no qual um grupo social subordinado apropria e revisa questões culturais transmitidas por uma comunidade social dominante" (Scheick, 1998, p.13). O movimento de buscar um diálogo com a cultura dominante faz parte da formação da autoconsciência e da identidade coletiva que permeou os escritos de Murray. Igualmente importante é o fato de que os periódicos se tornaram muito relevantes durante o século XVIII, especialmente na formação do "espaço público" como espaços coletivos de debates.

> Foi no século XVIII que o conceito se firmou na versão da era moderna. Se, de início, o espaço público era o local das discussões políticas, da formação de opinião e da legitimação do poder, com a imprensa ocorreu o deslocamento desse espaço para os jornais. A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças (Melo, 2005, p.27).

A nova noção de espaço público contribuiu para que Murray construísse um caminho possível ao questionar os papéis de gênero em suas publicações. O alcance dos periódicos e das revistas era muito maior do que o alcance dos

romances, pois estes eram lidos mais pelas mulheres e não muito recomendados aos homens. Assim, Murray aproveitou o espaço da imprensa para aquecer o debate político nos Estados Unidos e possivelmente influenciar mudanças nas realidades femininas.

Esta posição também está presente nos textos de Mercy Otis Warren e Catharine Macaulay, escritoras de Massachusetts e Londres, respectivamente. Elas escreveram entre os anos de 1760 e 1770, sendo que ambas participavam de reuniões e de debates políticos e sociais em seus países. Warren e Macaulay eram bastante próximas e trocaram cartas de cunho pessoal e político durante grande parte de suas vidas, até a morte da Macaulay em 1791 (McMahon, 2012).

A amizade epistolar das duas escritoras retrata a constância desta prática durante o século XVIII, não apenas do ponto de vista pessoal, mas também do político e social que caracterizava diversos escritos da época. Estas cartas podem ser encaradas como um primeiro passo para que os argumentos das duas escritoras passassem para a esfera pública. Em contrapartida, a troca de cartas pessoais também revela a dificuldade das mulheres em ultrapassar a barreira do privado, mesmo no caso de escritoras que publicaram seus trabalhos.

> Ao internalizar a naturalidade da discriminação, impostas pelas representações e discursos, torna-se difícil para a mulher romper com essa imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se través dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina, indo ao que chamamos de *consentimento* (Tedeschi, 2016, p.159).

Catharine Macaulay e Mercy Otis Warren romperam essa barreira com um extenso repertório de publicações políticas. Macaulay publicou diversos panfletos que resultaram das reuniões que ela promovia para discutir questões intelectuais em sua casa, mesmo após a morte de seu marido. Entre os republicanos ingleses ela ficou conhecida como *Female Patriot*. As duas escritoras tinham profundo conhecimento de história antiga e história política, mas ao contrário das recomendações de leitura histórica para desenvolvimento "apropriado" da razão feminina, Macaulay, em especial, utilizou seus estudos para escrever história e não só aprender sobre o passado. Entre 1763 e 1783,

ela produziu os oito volumes da *História da Inglaterra, da Ascensão de Jaime I até a Linhagem de Brunswick.* Assim como mais tarde fez Judith Murray, também publicou seus pensamentos sobre a educação em 1790, com o título de *Letters on Education,* em que escreveu sobre o poder e a oportunidade que as mulheres teriam para contribuir na sociedade com a devida educação (Macaulay, 1790).

Já com relação à Mercy Otis Warren, é destacado que "ela insistiu no estudo de história e política para suas sobrinhas e netas, desconsiderando como preconceito as concepções culturais e de gênero que poderiam tê-las desencorajado" (Davies, 2005, p.16). A relação entre as ideias de Catharine Macaulay e Mercy Warren também se dava na conexão que estabeleceram entre o sentimento pessoal e o caráter político que reivindicavam como mulheres republicanas.

Ao final do século XVIII os textos de Macaulay e de Warren revelaram uma linguagem política até então muito pouco conhecida e explorada pelas mulheres, especialmente porque consideravam que elas podiam exercer com talento o papel de escritoras políticas (Macaulay, 1790). Esta declaração foi feita por Catharine Macaulay e deu início ao debate sobre os direitos civis das mulheres britânicas. Suas publicações levantaram novamente a questão da identidade e da auto percepção da subjetividade feminina, pois ao contrário de ver uma descontinuidade entre gênero e política, foi através da síntese de suas ideias que Macaulay e Warren propuseram uma precursora leitura feminista das mulheres republicanas (Davies, 2005).

Isso significa que elas possivelmente se viam como parte de um coletivo com outras mulheres e desenvolveram um senso de identidade como sujeitos intelectuais. Ao questionar a exclusão das mulheres do pensamento racional e das instituições democráticas, elas explicam que a posição feminina era fruto da experiência histórica e social, a não da "natural" inferioridade feminina. A crítica com relação ao modelo dominante de feminilidade foi crucial, especialmente para responder os meios de comunicação da época que divulgavam a imagem da mulher republicana perfeita.

Com este mesmo objetivo, Judith Murray publicou *On the Equality of the Sexes* em 1790, na revista *Massachusetts Magazine*, onde conseguiu uma coluna permanente para publicar seus ensaios. Um ano depois, em 1791, a capa

desta mesma revista apresentou um modelo de feminilidade para servir de guia para as mulheres educadas. Esta imagem da figura feminina estava cercada por duas figuras mitológicas que faziam referência à educação e à feminilidade.

> As Belas Filhas de Massachusetts são representadas coletivamente pela figura simbólica de uma jovem elegante e talentosa, sentada em sua sala de estudos, contemplando as várias páginas da Revista. A familiaridade geral com os ramos necessários da leitura e da escrita e com os ramos mais ornamentais da História e da Geografia é retratada pelos instrumentos da Ciência que adornam o Salão da Meditação. Minerva, a Deusa da Sabedoria, assistida por Cupido, coroa-a com um terço de Laurel: a tocha ardente do Hímen é exibida no alto - uma delicada sugestão de que o conhecimento, combinado com a beleza, acende as chamas mais puras do amor. Nessa representação, amor e aprendizado foram combinados perfeitamente, e tanto Cupido quanto Minerva coroaram as conquistas dessa figura simbólica. Conhecimento, combinado com beleza (Macmahon, 2012, p.7).

FIGURA 01. CAPA DA *MASSACHUSETTS MAGAZINE* (1791)



Fonte: Domínio público.

Foi assim que os homens americanos começaram a explorar nos jornais

o cenário das responsabilidades femininas, sendo que as habilidades racionais das mulheres deveriam coexistir com suas habilidades "naturais" de gestão da família. Em resposta a essa nova disposição das responsabilidades, as mulheres continuaram a publicar suas críticas, demonstrando mais uma vez estarem cientes de suas condições sociais. Judith Murray fez isso na própria *Massachusetts Magazine* como *Mr. Gleaner*, ao escrever sobre os ideais de beleza e conhecimento esperados das mulheres entre os anos de 1792-1794.

Ironicamente, uma das principais obras publicadas à época que alertava as mulheres sobre os perigos da futilidade era um romance de Hannah Webster Foster, *The Coquette*. A personagem principal do livro, Eliza, recusava um casamento conveniente para dar vazão à paixão, mas acabava sendo seduzida e abandonada. Apesar disso, novos olhares sobre a trama permitem a concepção de que

> O problema de Eliza não era meramente ela ser uma *coquette*, como sugerido pelo título do romance. De acordo com Kristie Hamilton, estudiosa literária, Eliza é percebida por muitos como *coquette* porque ela tenta medir todas as suas oportunidades, até que uma se apresentasse como a que mais a satisfaria em sua busca por felicidade (McMahon, p.13-14-15).

Eliza também é descrita como uma jovem educada, então é possível encará-la como o reflexo da mulher que não aceita seus limites sociais justamente por ter sido bem educada. Apesar disso, foi perigoso e fatal para ela não ter se conformado com seu esperado papel de esposa, dedicando-se a explorar sua independência, o que a levou a ser vítima de seus desejos por "igualdade" ao fazer suas escolhas passionais. Não saber equilibrar o conhecimento com a aptidão "natural" de esposa foi decisivo para sua ruína e a tornou um contraexemplo para as moças do que não era aceitável, pois a oscilação de Eliza entre *pendatic* (muito educada) e *coquette* (muito fútil) acabou definindo-a como uma jovem perdida. Assim, as mulheres precisavam do equilíbrio.

A leitura de romances seria caminho para a "coqueteria", porque desviavam a atenção das mulheres da importância do casamento e as levavam a imaginar mundos inexistentes. Apesar disso, as mulheres continuaram a

buscar as academias para estudar diversos conteúdos, mesmo aqueles que eram antes ensinados apenas aos homens. A diferença era que elas também tinham que estudar matérias como música, dança, costura, desenho e pintura, que as ajudava a desenvolver um comportamento refinado e o bom gosto (McMahon, 2012).

Mesmo assim, "oferecendo rigorosos cursos às estudantes, as academias femininas ajudaram a transformar o cenário institucional da educação das mulheres na formação da América nacional" (McMahon, 2012, p.27), pois apesar de ensinar os atributos de uma "dama", as academias abriram espaço para o pensamento crítico e contato com o mundo intelectual que permitiu às mulheres se interessar pela política e almejar a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Murray, Warren, Macaulay e Wheatley foram motivadas a transformar a posição das mulheres nas sociedades patriarcais e enfatizar o fato de que o julgamento social a respeito delas deveria ser baseado no pensamento crítico, e não no fato de serem mulheres. A educação e a razão fariam delas participantes ativas na política. Em conjunto com as mulheres presentes nos círculos literários, elas discorreram sobre a concepção de que todos os seres humanos foram feitos para viver juntos e ter os mesmos direitos, por terem sido agraciados com as mesmas capacidades intelectuais.

As discussões sobre a oposição entre igualdade e diferença são fundamentais para entender as lutas do passado pelo espaço feminino, mas também para avaliar os resultados alcançados por essas lutas através das tensões e dos conflitos. No caso das tensões de gênero e do espaço criado pelas mulheres por meio da escrita, é interessante constatar os limites e as rupturas femininas, bem como a forma como os homens lidaram com suas reivindicações na sociedade dos Estados Unidos, que durante todo o século XVIII reforçou uma necessidade intensa de complementação entre os papéis de gênero nas esferas políticas e sociais.

> Não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos

> individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos (Scott, 2005, p.12).

Os textos das quatro autoras citadas foram de importância significativa especialmente por terem contribuído para a formação da Convenção de Sêneca Falls, de 1848, a Primeira pelos Direitos das Mulheres. Na época em que foi realizada, Wheatley, Murray, Macaulay e Warren já haviam falecido, mas a principal oradora da Convenção, Elizabeth Cady Staton, demonstrou ter diversos pontos em comum com as outras autoras, o que revela uma certa linha de pensamento em comum sobre os direitos femininos nos Estados Unidos. Staton fez a leitura de uma Declaração de Sentimentos na qual enumerava as discrepâncias entre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, que pregava a liberdade e a igualdade, e a realidade de grupos como os das mulheres, das classes trabalhadoras e dos escravizados, que não gozavam dos mesmos direitos.

A autora e ativista faz um apelo ao papel político das mulheres e à necessidade de educação, o que também permeou os textos de Wheatley, Murray, Macaulay e Warren, revelando certa identidade de grupo que se misturava com a experiência individual do ser mulher. Desta forma, defender posicionamentos políticos por meio da escrita no século XVIII passou a ser um recurso valioso para as mulheres, pois o cenário de transformações sociais e políticas tornou possível pela primeira vez a realização de eventos políticos de alcance nacional, como a Convenção de Sêneca Falls, que daria origem às convenções em diversas outras partes do mundo e pode ser considerada pioneira para a formação da Primeira Onda Feminista nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

AREZKI, Khelifa; MAHMOUD, Katia. American Women of the Colonial Period and of the Nineteenth Century City: in Judith Sargent Murray's On the Equality of Sexes, Edith Wharton's Roman Fever and Hamlin Garland's Mrs. Ripley's Trip. **Multilinguales**, Bejaia, v. 2, n. 2, p.171-182, 2013.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, p.1-11, dez/2011.

BROWN, Herbert R.. Richardson and Sterne in the Massachusetts Magazine. **The New England Quarterly**, New England, v.5, n.1, p.65-82, jan./1932. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/359491.pdf?refreqid=excelsior%3A3526ea84bbed3c898959523a969b0601>.

DAVIES, Kate. **Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren**: The Revolutionary Atlantic and the Politics of Gender. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2005.

KERBER, Linda. The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective. **American Quarterly**, Iowa, v.28, n.2, p.187-205, jan./1976.

KERBER, Linda. **Women of the Republic**: Intellect and Ideology in Revolutionary America. 1. ed. Virginia: University of North Carolina Press, 1980.

MACAULAY, Catharine. **Letters on Education: with Observations on Religious and Metaphysical Subjects**, 1790. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MCMAHON, Lucia. **Mere Equals**: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v.8, n.1 p.26-38. jan/jun. 2005.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MURRAY, Judith. **On the Equality of the Sexes**. The Massachusetts Magazine, Mar-Abr 1790. In: HARRIS, Sharon (org.). Selected Writings of Judith Sargent Murray. 1ªed. Oxford University Press, 1995.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista São Paulo em Perspectiva:** v.15, n.3, p.58-66, 2001.

SANTOS, José de Paiva dos. Nação, raça e identidade em Poems on Various Subjects, Religious and Moral, de Phillis Wheatley. **Aletria**, v. 28, n. 3, 2018, p. 83-102.

SCHEICK, William. **Authority and Female Authorship in Colonial America**. 1. ed. Kentucky: University Press of Kentucky, 1998.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan-abr/2005.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da Escrita feminina na História das Mulheres. **Revista Raído**, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan./jun. 2016.

WESLEYAN COLLEGE. **The History of Wesleyan College**. Disponível em <https://www.wesleyancollege.edu/about/history/wesleyan-college-history.cfm>.

WHEATLEY, Phillis. **On Being Brought from Africa to America**. 1773 *In*: HILL, Patricia L. (Ed.). Call and Response: the Riverside Anthology of the African American Literary Tradition. New York: Houghton Mifflin Company, 1997.

WITTMANN, Reinhard. **Existe uma Revolução da Leitura no final do século XVIII?** In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Gugliemo (orgs.). História da Leitura no Mundo Ocidental. Vol.2. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM SOLEDADE (RIO GRANDE DO SUL, 1989- 1990)

THE USE OF AGROCHEMICALS IN SOLEDADE (RIO GRANDE DO SUL, 1989-1990)

MÁRCIO COMIN[1]

RESUMO

O artigo tem o objetivo de investigar a utilização dos agrotóxicos em Soledade, munícipio do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1989 e 1990. O uso intensivo de químicos nas lavouras foi historicamente associado à disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, adotado no Brasil na década de 1950. Esta tecnologia fez parte do processo de modernização da agricultura que tinha como premissa o aumento da produção e da produtividade. Para a presente investigação, o estudo emprega os referenciais conceituais e metodológicos da História Ambiental, bem como utiliza fontes jornalísticas e fontes orais. Concluiu-se que variados problemas ambientais importantes estiveram ligados ao uso intensivo dos agrotóxicos na referida região, tais como a contaminação de pessoas, animais e mananciais hídricos, colaborando na estigmatização do agricultor que foi socialmente responsabilizado pelos acidentes com químicos.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Imprensa. História Ambiental. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The article aims to investigate the use of pesticides in Soledade, a municipality in Rio Grande do Sul, between the years 1989 and 1990. The intensive use of chemicals in the fields has historically been associated with the spread of the technological package of the Green Revolution, adopted in Brazil in the 1950s. This technology was part of the modernization process of agriculture, which aimed at increasing production and productivity. For the present investigation, this study employs the conceptual and methodological frameworks of Environmental History, using press and oral sources. It was concluded that various significant environmental problems were linked to the intensive use of pesticides in the mentioned region, such as the contamination of people, animals, and water sources, contributing to the stigmatization of the farmer who was socially held responsible for chemical accidents.

[1] Professor da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Soledade/RS, Pós-graduado em Gestão Democrática Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF, na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade. *E-mail* do autor: cominmarcio1@gmail.com

Keywords: Pesticides. Press. Environmental History. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Os avanços na agricultura nas últimas décadas podem ser atribuídos a fatores como o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas e amplo emprego da mecanização. A disseminação desse pacote tecnológico esteve vinculada à expansão das ideias da Revolução Verde pelo mundo, ocorrida na segunda metade do século XX.

O termo "Revolução Verde" surgiu em 1968, citado por William S. Gaud, que trabalhou na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Gaud utilizou o termo em uma comunicação realizada à Sociedade para o Desenvolvimento Internacional e logo a nomenclatura se popularizou se disseminando nos anos seguintes. Norman Borlag, um dos diretores das pesquisas agrícolas patrocinadas pela Fundação Rockfeller no México, também utilizou o termo na ocasião do recebimento do Prêmio Nobel da Paz, potencializando o reconhecimento internacional da expressão (Picado, 2011).

O termo foi adotado no Brasil sob o estigma de modernização da agricultura, um processo modernizador para o campo brasileiro que tinha como premissa a necessidade de aumentar a produção e a produtividade das lavouras. No entendimento do governo brasileiro, o campo estava atrasado, produzindo de forma obsoleta frente a outros países. Não havia nenhuma cultura de destaque para a exportação, como ocorreu em outros momentos históricos com culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Nessa perspectiva, o atraso do campo poderia ser superado, de acordo com a visão governista, com a introdução de métodos mais modernos que promovessem o desenvolvimento da agricultura através de novas tecnologias e prometiam trazer o progresso para os agricultores.

As modificações trazidas pela modernização agrícola a partir da segunda metade do século XX foram sentidas também no município de Soledade. É possível constatar que as transformações na agricultura, com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, foram aos poucos sendo integradas na

realidade local. O uso de agrotóxicos foi uma peça fundamental no controle de pragas, doenças e fertilização das áreas de cultivo. Notamos que o uso desses insumos modernos foi se popularizando na referida cidade ao longo do período histórico estudado, devido ao trabalho da extensão rural, aos projetos e campanhas articulados pelo Estado e ao papel desempenhado pela imprensa jornalística, que se empenhou em noticiar as novas tecnologias disponíveis.

Realizadas essas considerações, destacamos que o objetivo central deste artigo é interpretar como o jornal Folha de Soledade noticiou a utilização de agrotóxicos nas lavouras de Soledade entre os anos de 1989 e 1990. O estudo parte de uma questão problematizadora, que buscou responder como o jornal se posicionou diante dos impactos ambientais causados pela ampliação do uso dos agrotóxicos nas plantações.

Justifica-se a importância dessa pesquisa como forma de ampliar a compreensão da história rural na região norte do Rio Grande do Sul, através da interpretação das fontes jornalísticas e orais, que demonstram a relevância da atividade agrícola no município. Portanto, trata-se de uma oportunidade para colaborar com os esforços na pesquisa histórica, contribuindo para estender o conhecimento sobre a história local e regional. Não obstante, a cidade de Soledade tem especial interesse para o pesquisador que, atualmente, trabalha como professor em escolas do campo e teve a família vinculada à produção agrícola e que, portanto, viveu e presenciou o trabalho e as dificuldades do dia a dia do homem e da mulher rural, testemunhando a perda das propriedades rurais familiares ao longo dos anos 1980 e 1990. Considera-se, portanto, o presente estudo, uma oportunidade de se compreender historicamente os eventos regionais de Soledade a partir de sua inserção no quadro mais amplo das transformações da produção agrícola em âmbito nacional.

Quanto à metodologia empregada para interpretação das fontes de imprensa, utilizou-se a análise de conteúdo, que possibilita a interpretação quantitativa e qualitativa dos dados. Em termos teóricos conceituais, a escolha foi pela abordagem da História Ambiental, que nos traz elementos para articular o resultado da pesquisa com a interpretação do processo histórico em foco.

Como fonte principal para a pesquisa, está o jornal *Folha de Soledade,* no qual podemos acessar informações que nos auxiliaram a recompor o processo

de modernização da agricultura em Soledade. Disponível na forma impressa no Arquivo Histórico Municipal e de modo geral, se apresentava em bom estado de conservação. Utilizou-se ainda, como fonte de pesquisa, a História Oral, que possibilitou reconstruir a memória, partindo do ponto de vista daqueles homens e mulheres que viveram o processo de modernização da agricultura. Esse recurso expressa uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de equipamentos eletrônicos, destinados a recolher os testemunhos, promover a análise dos processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. Além disso, é um recurso para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos de pessoas ou grupos sociais (Meihy, 2005).

1. OS JORNAIS COMO FONTE DE PESQUISA

A documentação oficial, produzida por vários órgãos e instâncias dos governos são fontes de pesquisa clássicas e seguem sendo referências importantes para a investigação histórica e são utilizados pela História Ambiental (Gallini, 2004, p. 155), porém não é a única. A utilização de fontes jornalísticas como *corpus* documental para a pesquisa no campo da História é um fenômeno relativamente recente, e vem ganhando espaço cada vez mais amplo entre os pesquisadores que podem se utilizar de uma gama variada de informações disponibilizadas por acervos espalhados pelo país. Uma parte desses, pode ser acessada livremente, de forma remota, através do uso da rede mundial de computadores facilitando o acesso entre pesquisador e fonte. Por outro lado, é comum a necessidade de agendamento e o deslocamento até os locais onde se encontram os acervos.

Enquanto objeto do estudo ou mesmo como fonte de pesquisa, os jornais têm fornecido muitos subsídios à História com uma quantidade extensa de edições que desde o século XIX foram produzidas em nosso país. Variando de jornais locais, regionais, especializados, militantes, de humor, entre outros. Os jornais podem ser estudados por meio da análise de suas mais variadas sessões: editoriais, colunas, artigos de opinião, cartas dos leitores, comunicações oficiais; dentre diversos outros campos conforme a configuração editorial encontrada. Permitem ao historiador a possibilidade de análise de um

campo vasto, conforme o recorte a que a pesquisa se propõe a estudar (Ferreira Leite, 2015, p. 04).

O acesso às fontes jornalísticas tem proporcionado a disseminação cada vez maior do conhecimento histórico. Tornando-se comum sua utilização em trabalhos acadêmicos variados. Trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado que explicam não só a sua importância como documentação de pesquisa, como sua importante contribuição para o registro da História do Brasil.

Como apontam Ana Luiza Martins e Tânia de Luca (2006, p. 8) "os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país". Para as autoras "a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente".

A tendência no crescimento do uso dos jornais, vincula-se à inserção de novas metodologias e abordagens que os historiadores passaram a adotar. Em nosso país, tem como marco a década de 1970, período em que emergiu novas perspectivas na incorporação "de novos problemas, objetos e abordagens e redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano" (Ferreira leite, 2015, p. 6). Esses novos olhares compõe a ampliação dos campos de pesquisa do historiador que, influenciados pela Escola dos Annales, posteriormente chamada de Nova História, pode superar as amarras que inicialmente ligava a História ao campo político e econômico onde levava-se em consideração apenas documentos considerados oficiais (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 2). No campo da História Ambiental latino-americana o uso de jornais, como fonte, foi ampliado consideravelmente com o crescimento de registros jornalísticos sobre o homem com os ecossistemas (Gallini, 2004, p. 151-154).

Muitas vezes, os discursos alavancados pela mídia jornalística tendem a realizar narrativas conservadoras, geralmente apontando com eloquência para o crescimento e o desenvolvimento econômico. No entanto, esquecendo-se seguidamente dos problemas ambientais causados por esse processo de desenvolvimento (Gallini, 2004, p. 155). Nesse sentido, Pádua é enfático ao afirmar que a História não se dá no ar, mas em espaços ecológicos reais, transformados pela interação das sociedades (2010, p. 83). Ou seja, o homem,

ao se apropriar da natureza, cria as condições para a manutenção de seu modo de vida. Ao mesmo tempo, modifica, adapta e destrói os ecossistemas.

Todavia, essa trajetória da ascensão dos jornais como fonte de pesquisa histórica também é marcada por questionamentos. Como aponta Tânia de Luca:

> Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (De Luca, 2005, p. 112).

Além disso, até o início do século XX, era possível identificar posições opostas quanto ao uso de jornais como fontes históricas. Para Capelato (1988, p. 21) "os historiadores brasileiros assumiam posturas distintas com relação ao documento jornal: O desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou, o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade". Essa tendência permaneceu latente até as últimas décadas do século XX.

O posicionamento limitante do uso dos jornais como fonte até então, esteve atrelado à ideia de que esse veículo de comunicação retratava as ideologias e os interesses econômicos, políticos e culturais, enfim, a dimensão dos valores de determinada parcela da sociedade que detinha esse meio para divulgar, a seu modo, seus pontos de vista sobre os variados aspectos do cotidiano. Isso contribuía para formação de um pensamento coletivo, pois, como lembra Sônia Menezes (2012, p. 36) há "um complexo trabalho de sistematização e reflexão a qual estão submetidos os eventos antes de se tornarem objetos de apropriação através de sua escritura no espaço público", ou seja, existe uma elaboração subjetiva daquilo que vai ou não ser noticiado.

Embora considerando a sua natureza tendenciosa, não se nega a importância da imprensa para o estudo da História do Brasil. Nesse sentido, argumenta Ferreira Leite (2015, p. 09) que "por meio dos jornais é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes". A partir dos questionamentos e das novas possibilidades de pesquisa histórica utilizando novas metodologias dimensionados pela perspectiva da escola dos Analles, a imprensa tornou-se uma possibilidade rica e variada para a construção do conhecimento histórico. Para Kreniski e Aguiar:

> As pesquisas realizadas na história abrem-se para novas possibilidades, tendo uma nova abordagem para os acontecimentos históricos, estamos tratando agora da história de gênero, da criança, do operário das mulheres, não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história, é o partir do micro para o macro. E são estas modificações nos temas a serem abordados que remetem o historiador a novas fontes, a novos questionamentos e novas interpretações e reflexões por parte dos historiadores (2011, p. 03).

Sendo assim, o uso da imprensa jornalística como fonte de pesquisa teve que superar determinados preconceitos do desenvolvimento inicial da historiografia, o que possibilitou novas perspectivas e ampliou o campo temático e documental para o historiador preocupado em reconstruir a História, dentre elas, a História Ambiental.

2. OS AGROTÓXICOS NAS LAVOURAS DE SOLEDADE/RS

O jornal local *Folha de Soledade,* fonte histórica principal desse estudo, foi fundado em 1984 por Paulo Diógenes Quevedo Borges que, além de proprietário, foi o editor do veículo de comunicação até 1997. Além disso, atuou como radialista e diretor, por mais de 30 anos, da Rádio Cristal de Soledade. Envolveu-se na política, em que foi vereador, assessor e chefe de gabinete. Trabalhou também como professor universitário e da rede estadual de ensino, editou obras voltadas para a história local, sendo um dos fundadores da Academia Soledadense de Letras.

Trata-se de um jornal por assinatura, que se encontra em funcionamento, com edições semanais e com circulação local, apesar de chegar a alguns municípios vizinhos e se destinava a uma gama variada de leitores desde sua fundação. As notícias presentes no recorte temporal estudado, apresentaram uma multiplicidade de temas em que podemos observar a ocorrência de propagandas, anúncios, notícias informativas, reportagens com teor político, econômico e cultural e alguns artigos de opinião. Portanto trata-se de um veículo de comunicação de temática livre (Silva; Franco, 2010, p. 07), ou seja, abrangia vários gêneros textuais.

A análise a que nos propomos limitou-se ao período de dois anos, desde 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1990, correspondente a um contexto histórico conturbado politicamente, e de grave crise econômica em nível nacional. Desse modo, examinamos noventa e seis edições da *Folha de Soledade*, sendo possível vincular dezesseis notícias ao nosso problema de pesquisa, porém, com intervalos espaçados, o que conferem um rol de narrativas fragmentadas e desconexas no que diz respeito a continuidade da notícia, tornando esse estudo bastante desafiador no sentido de reconstrução da História.

Antes de passarmos ao quadro de análise do jornal especificado, é importante estabelecer o conceito de agrotóxicos utilizados nesse trabalho. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Lei Federal 7.802 de 11.07.89, os agrotóxicos são definidos como:

> Produtos ou agentes de processos físicos, químicos ou biológicos utilizados na produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagem e proteção de florestas […] cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos (Brasil, 1989).

Ou seja, são produtos que, quando aplicados, atuam na agricultura modificando a produção. De acordo com Peres, Moreira e Dubois (2003 p. 25), os agrotóxicos podem ser enquadrados em algumas categorias, de acordo com o seu alvo sendo: a) fungicidas, usados no controle de fungos, b) inseticidas; realiza o controle de insetos, c) herbicidas; controlam as ervas invasoras, d)

desfoliantes; combatem as folhas indesejadas e, e) os fumigantes; combatem as bactérias do solo.

Ademais, esses agentes possuem potencial não apenas para atuarem no controle de pragas e ervas daninhas, mas também, representam perigo à saúde humana, animal e a contaminação do solo e mananciais. Conforme Peres, Moreira e Dubois (2003, p. 28) foram classificados quanto a sua periculosidade ambiental em classes que variam de I a IV. Os produtos altamente tóxicos e prejudiciais à saúde a ao meio ambiente são considerados classe I e possuem, na embalagem, uma faixa vermelha. Os de classe II, considerados muito perigosos, com marcação amarela; Classe III, são produtos perigosos ao meio ambiente e saúde humana, sinalizados com a cor azul. Por sua vez, os de classe IV são entendidos como pouco tóxicos recebendo a cor verde.

Para Veiga (2007, p. 146) o modelo produtivo agrícola brasileiro baseia-se na utilização ampla de agrotóxicos que foram introduzidos no Brasil na "tentativa de corrigir os problemas relacionados ao solo, prevenindo e eliminando as pragas que pudessem colocar em risco a produção". Buscava-se, assim, o aumento da produção e da produtividade". Esse mesmo autor afirma que o Brasil é atualmente o país que mais consome agrotóxicos no mundo, colocando em contato direto com esses produtos ao menos 12 milhões de pessoas em nosso país.

A disseminação de agrotóxicos esteve associada a Revolução Verde e a promoção de uma agricultura agroindustrial, que se propagou por nosso país, a partir de 1950 e também, da implementação de um modelo de desenvolvimento conhecido como desenvolvimentismo. Este, se amparava no capital privado nacional e internacional e do Estado brasileiro, que direcionava as ações (Lignani, 2022, p. 339). Dessa forma, havia múltiplos interesses envolvidos que sustentavam a ideia comum de que a disseminação dos agrotóxicos compunha uma das etapas do desenvolvimento da ciência, da agricultura e da economia brasileira.

Nas linhas descritas do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, realizados no governo de João Goulart e de Castelo Branco, percebia-se a importância dos agrotóxicos e dos fertilizantes, considerados peças chave para a expansão da produtividade agrícola no país (Lignani, 2018, p. 2).

Nesse sentido, no contexto brasileiro, buscou-se fomentar a instalação de indústrias e pela introdução de um maior número de produtos (agrotóxicos), que ficariam disponíveis aos agricultores. Além disso, através do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, de 1975 (PNDA), buscou-se ampliar a atuação de subsidiárias de empresas transnacionais e nacionais para produzir e distribuir os químicos. Ademais, o fornecimento de crédito subsidiado, através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, garantiram as bases para o aumento do desempenho produtivo da agricultura (Lignani, 2018, p. 3-4).

Segundo Lignani (2021, p. 338), o PNDA teve duração de cinco anos e tinha como objetivo aumentar a produção de agrotóxicos no Brasil, diminuindo a dependência das importações. Nesse sentido, as empresas de químicos eram contempladas com financiamentos e isenções fiscais por parte do Estado brasileiro.

Nesse complexo cenário, surgem também estudos sobre os impactos ambientais e de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos. É o caso, por exemplo, do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, que denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente o DDT e sua capacidade de permanência no meio ambiente e nos animais, incluindo os humanos.

Conforme entende Lignani (2018, p. 1), essa obra foi considerada um ponto de inflexão na forma como nos relacionamos com os agrotóxicos, sendo essa mudança, o cerne do movimento ambientalista nos anos de 1960.

O jornal *Folha de Soledade,* noticiou ao longo do período histórico pesquisado a utilização dos agrotóxicos que se popularizaram na região de Soledade devido a modernização da agricultura. Esse processo que modificou a base técnica da atividade agrícola, vinha ocorrendo desde pelo menos 1960, no município, proporcionando aos agricultores o uso dos químicos como forma de melhorar as condições de produtividade da lavoura. Ao ganhar espaço no cotidiano dos agricultores, sob a propaganda da Revolução Verde de desenvolvimento econômico e aumento da produtividade, o uso intensivo dos agrotóxicos proporcionou experiências negativas sob o ponto de vista ambiental e humano.

Ao relatar sobre o uso de agrotóxicos, Morais, rememorou que:

> Não gosto nem de lembra das porcarias que a gente passava, eu e o meu irmão, o Elmo; é o mais velho, estávamos passando veneno no trigo, na frente da nossa casa e era um veneno em pó, ia passando com aquela máquina manual para matar o pulgão, porque dava muito pulgão no trigo e era um dia de vento forte, meu irmão começou a respirar aquele pó; eu lembro até hoje o nome, Perfekthion, era um resíduo de outros países, que não prestava lá e mandavam para cá para nós passar. Meu irmão saiu lá de fora, chegou no hospital em Soledade quase morto, o médico daqui tinha atendido um rapaz com o mesmo problema, era o Perac Valandro, filho do finado João Valandro, ele tratou o meu irmão que teve de ser entubado e conseguiu salvar o Elmo. Conseguiu salvar meu irmão que é vivo até hoje, têm 66/68 anos, mas ficou com sequelas para o resto da vida. É assim que a gente fazia porque não tínhamos instrução de uma pessoa que tivesse estudo sobre aqueles produtos químicos (Morais, 2022, p. 04).

Percebe-se pelo depoimento de Morais (2022, p. 4) que os acidentes causados pelo contato com agrotóxico derivam, em parte, pela falta de orientação técnica adequada e do uso de equipamentos de segurança. Além disso, o agrotóxico citado por Morais, era um inseticida organofosforado de classe toxicológica I, extremamente tóxico, produzido pela Basf e causador de uma série de complicações à saúde, como irritação cutânea e ocular grave, potencialmente nocivo por inalação e ingestão. No que se refere ao meio ambiente, a bula afirma ser perigoso para a fauna, incluindo abelhas e outros insetos polinizadores. É um produto altamente móvel, podendo afetar áreas vizinhas e recomendava, ainda, que o agricultor não voltasse à área de aplicação até sete dias e após 15, poderia ir ao local usando equipamentos de proteção (Perfekthion, 2012). Esse exemplo, contribui para mostrar o perigo a que estavam submetidos os agricultores que aplicavam esse químico.

Como informou o jornal pesquisado, no ano de 1989 houve uma denúncia, exposta nas páginas da *Folha de Soledade*, na qual um morador de Água Branca, interior do município, declarou à Associação dos Engenheiros Agrônomos a contaminação de um rio chamado popularmente de *Taquara da Lixa.* Conforme mencionou a reportagem de 25 de março de 1989, intitulada "Outro rio contaminado", houve morte de peixes, caranguejos e tartarugas e um forte cheiro na água. Pontuou também que, nas comunidades do interior, a alocação dos recipientes de agrotóxicos constituía-se em um problema, pois não

havia um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebia os vasilhames vazios e que exalavam cheiro. Além disso, um agravante, pois as águas desse rio eram utilizadas por moradores próximos para “dar água aos animais e até mesmo para a higiene pessoal”. A explicação dada pelos agrônomos quanto ao incidente é que “a grande maioria dos produtores rurais tem consciência dos problemas que podem resultar de um descuido na manipulação dos agrotóxicos e mesmo sendo maioria, sofrem pela minoria, que não acredita em preservação”.

No cerne da narrativa jornalística apresentada estão duas questões de fundamental importância para o entendimento da utilização dos agrotóxicos, às quais devemos atentar. A primeira, diz respeito à forma com que esses produtos são utilizados pelo agricultor. E na segunda, à destinação das embalagens vazias. Na visão expressa pelo jornal, o incidente ocorrido que contaminou as águas do rio deveu-se ao “descuido” do produtor rural, considerando também que se tratava de m grupo minoritário que foi capaz de produzir a contaminação da água e a morte de parte da fauna.

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado ou “descuido” era bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Colocava-se sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio, ao mesmo tempo que eximia o fabricante e a substância contaminadora. Tratava-se de uma explicação simplista, pois havia outros fatores determinantes para que houvesse contaminação por agrotóxicos, sendo importantes, as variantes como o nível educacional, o acesso à orientação técnica, e uso de máquinas e equipamentos adequados (Garcia, 1996, p. 03).

Quanto a ser um grupo minoritário de agricultores que promoveu o incidente devido a inexistência de uma “consciência preservacionista”, maquiava o que era uma tendência à época. Ou seja, a captação da água de rios, riachos e sangas para a aplicação dos agrotóxicos era, em geral, um costume partilhado rotineiramente pelos agricultores. Nesse sentido, houve a intenção do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Soledade em direcionar uma campanha de conservação do solo e do meio ambiente. Uma das ações realizadas entre esse órgão e a prefeitura municipal era a de colocar máquinas da prefeitura, como retroescavadeiras e moto niveladoras, para que os

agricultores pudessem realizar a construção de açudes para captação de água para os pulverizadores (*Folha de Soledade*, 12 ago. 1989, p. 9).

Em novembro de 1989, na mesma localidade (Água Branca), outra reportagem do jornal pesquisado estampava em sua capa: “Agrotóxico mata” reforçava a visão da culpabilidade do agricultor por acidentes com agrotóxicos. Segundo essa:

> Sai ano, entra ano e a mesma coisa se repete, a região do Mormaço, é sem dúvida a mais afetada pela falta de controle e irresponsabilidade dos produtores rurais, os quais comprometem o meio ambiente com a contaminação por agrotóxicos. Henrique Hein [...] é sem dúvida a pessoa que mais tem sofrido pela irresponsabilidade de outros agricultores que não obtiveram ainda a consciência da preservação. Pelo terceiro ano consecutivo, a propriedade desse produtor é invadida por resquícios de agrotóxicos afetando diretamente seus bens (*Folha de Soledade*, 16 nov. 1989, p. 1).

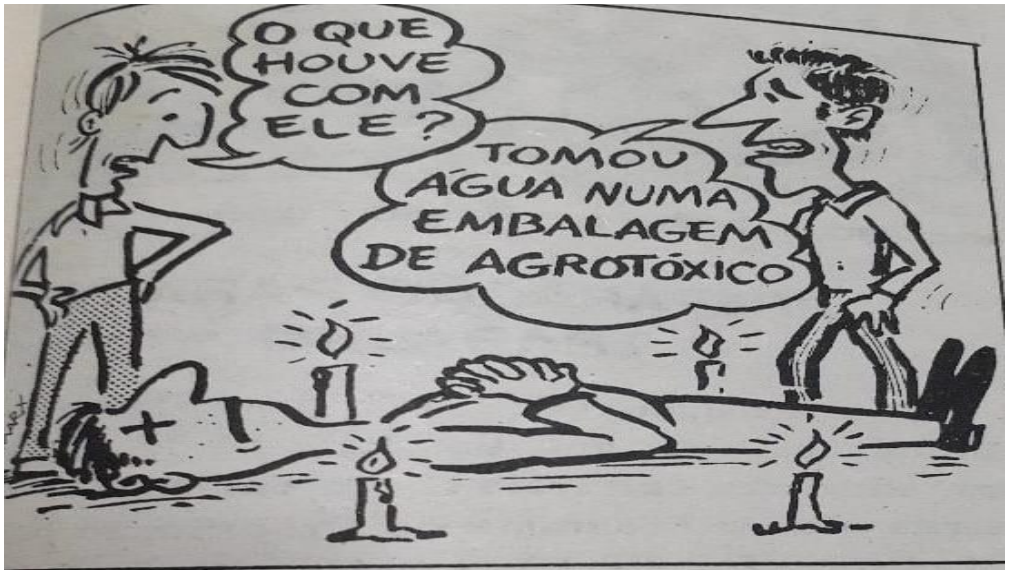
Na sequência da mesma reportagem, a *Folha de Soledade* mencionava ainda que foram encontrados ao longo do leito do rio *Taquara da Lixa* e arredores muitas latas e vidros de agrotóxicos, dentre os quais a Trifularina, Scepter e Muracran. A Trifularina, é um composto químico do grupo da dinitroanilina, indicada para o controle de ervas daninhas, assim como a herbicida Scepter pertencente ao grupo químico imidazolinoma (Embrapa, 1983, p. 34). Ambos são usados antes do plantio da soja e possuem classe toxicológica III (pouco tóxico), embora existisse na bula de ambos a ressalva de que eram produtos perigosos ao meio ambiente, altamente móveis e apresentavam um alto potencial de deslocamento no solo, podendo atingir, principalmente, águas subterrâneas (Dinitroanilina; Imidazolinoma, 1989). Quanto ao terceiro composto químico citado na reportagem, não foi encontrada nenhuma referência na bibliografia pesquisada.

A *Folha de Soledade* registrou que “os agrotóxicos têm sido a solução para a lavoura se usados de modo correto ajudam resolver o problema das pragas, doenças e ervas daninhas” (*Folha* de *Soledade,* 15 dez. 1990, p. 11). No geral, a posição do veículo de comunicação remetia ao pensamento de que os agrotóxicos eram necessários ao desenvolvimento das lavouras, mas traziam problemas sérios a saúde humana, animal e ao meio ambiente. Na notícia

divulgada em dezembro de 1990, acompanha uma caricatura significativa com o título “Veneno continua a fazer vítimas”.

Nela, existem três personagens adultos, todos homens, e um deles está morto, deitado ao chão com velas ao redor. Segue um diálogo no qual se constatou como a causa da morte foi pela ingestão de água numa embalagem de agrotóxico.

FIGURA 1. REUTILIZAÇÃO DE EMBALAGENS



Fonte: Folha de Soledade, 15 dez. 1990.

A hipotética situação chama a atenção para a discussão sobre destinação das embalagens vazias e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. Revela, ainda, uma visão estereotipada do homem rural, remetendo a ideia de um agricultor leigo quanto aos perigos da reutilização de recipientes de agrotóxicos. Como relatou Madalena Maria dos Santos Telecken, agricultora de Posse Generoso, comunidade rural de Soledade:

> Meu marido, depois que passava o veneno na lavoura, costumava trazer alguns galões para casa. Para nós, era útil porque dava para fazer baldes para tratar os animais. Então nós lavávamos bem, abria eles no meio para fazer de cocho para o trato, ou então, abria só a tampa em cima, assim, era possível carregar a comida dos animais e a água (Telecken, 2022).[2]

[2] Madalena Maria dos Santos Telecken. Entrevistada em 07 de abril de 2022. Acervo do autor.

O uso de embalagens de químicos para outros fins era praticado, principalmente com os galões de plástico. Entretanto, entre os relatos que recolhemos dos entrevistados, não há nenhum que mencione algum acidente relacionado com esse tipo de procedimento que tenha causado contaminação de pessoas ou animais. Um outro meio que pode estar ligado a essa problemática, no entender do agricultor entrevistado Valdir Pimentel:

> A máquina de passar veneno que nós usávamos era uma Hatsuta, para puxar a água para encher, era uma bomba (motor) que fazia o serviço, ligada no cardã do trator, quando nos acionávamos, começava a encher o tanque. Ás vezes, quando o tanque estava cheio, a bomba era desligada e um pouco da água do cano voltava (Pimental, 2021).[3]

A opinião de Pimentel colabora para inferir que a contaminação nas águas de rios e sangas poderia ser gerada pelo equipamento utilizado pelo agricultor, no caso, o pulverizador. Portanto, nem sempre as máquinas e implementos, símbolos de eficiência no trabalho agrícola e um dos pilares da modernização da agricultura, garantiam a segurança ambiental.

Conforme Nodari *et al*. (2017, p. 82) a legislação era bastante permissiva com relação às intoxicações causadas a humanos e aos danos ao meio ambiente relacionados aos agrotóxicos; não existia nenhuma fiscalização quanto aos procedimentos mínimos de segurança. Pontua-se, ainda, que o jornal, embora crítico ao uso de agrotóxicos, corrobora com o argumento da indústria. Colocou o agricultor no centro, como responsável pelos incidentes e desconsiderou os milhões de toneladas de agrotóxicos que eram produzidas e lançadas anualmente nas lavouras, como forma de atender uma agricultura de mercado que tem no lucro seu principal objetivo.

O uso intenso de agrotóxicos em Soledade, principalmente nas lavouras de trigo, milho e soja, com destaque para a oleaginosa que em 1960, apresentou 80 hectares de área plantada e 84 toneladas colhidas (IBGE, 1960, p. 136), para 37.141 hectares de área plantada e 55.259 toneladas colhidas em 1985 (IBGE,

[3] Valdir Pimentel. Entrevistado em 19 de novembro de 2021. Acervo do autor.

1985, p. 581), e produziu também uma grande quantidade de vasilhames, cujo descarte era problemático, trazendo perigos à natureza.

No período anterior ao pesquisado nesse artigo,1989-1990, não havia ainda em nosso país uma legislação específica que orientasse o agricultor quanto aos procedimentos para o descarte das embalagens de agrotóxicos. O que normalmente se fazia era a escavação de uma vala simples, onde esses objetos eram colocados. Essa forma de descarte era inadequada porque não existia proteção ao lençol freático ou aos mananciais hídricos próximos; os recipientes ficavam expostos ao sol e às chuvas. Quando o local estava repleto de embalagens, a vala era coberta com terra. Era comum também o acúmulo desses itens na propriedade dentro de galpões ou mesmo ao ar livre, ou então deixados ou jogados na beira de sangas e rios.

As leis que regulamentaram a utilização de agrotóxicos são do final da década de 1980 e início dos anos 2000. Destaca-se a Lei nº 7.802 de 1989 que, entre outros pontos, dispunha sobre o transporte, armazenagem, controle, fiscalização, comércio, utilização, propaganda comercial, pesquisa e experimentação (Reinato, 2012, p. 85). Quanto à regulamentação das embalagens vazias de agrotóxicos, houve a alteração da Lei nº 7.082/89, através da Lei nº 9.974/2000 que, responsabiliza o agricultor, que deve realizar a tríplice lavagem, inutilizar as embalagens e guardá-las em local seguro, até a devolução no mesmo local onde comprou o produto (REINATO, 2012, p. 86).

A *Folha de Soledade*, ao assumir uma posição aberta e crítica com relação a utilização de agrotóxicos nas lavouras de Soledade, também deixava espaço para reportagens que mostravam a possibilidade de uma agricultura alternativa. Nesse sentido, o jornal acolheu artigos de opinião e notícias gerais. Em um dos artigos, o engenheiro agrônomo Ângelo Ribeiro concedeu seu ponto de vista destacando a necessidade de uma agricultura que oferecesse outros caminhos:

> O esquecimento de um dos princípios básicos da agricultura antiga, de que a praga é um indicador biológico, resultou num comportamento que está transformando a agricultura moderna em um veículo biocida (assassino da vida). O uso indiscriminado de químicos na lavoura, a derrubada de florestas, a agressão aos nossos solos causando a erosão e a destruição de nossa

> fauna e flora, depõe contra a moderna agricultura [...] sem esquecer que essa opção pela degradação da vida está a serviço do grande capital nacional e internacional (Folha de Soledade, set. 1989, p. 04).

Para reverter esse quadro, o autor do artigo apontava outros rumos à agricultura, indicando a "rotação de culturas, consorciação, cobertura verde consorciada a uma nutrição adequada à planta, evitando-se adubos químicos e priorizando os orgânicos". Assim na visão do autor seria possível "modificar o esquema montado pelo capitalismo", no sentido de que a agricultura dependia da química industrial para continuar produzindo o que "contrariava os ciclos da natureza".

O jornal destacou a novidade à época no controle da lagarta-da-soja, ressaltando a possibilidade de um controle biológico que diminuiria a necessidade do uso de agrotóxicos. Tratava-se do Báculovírus *(Baculoviridae*)*,* tecnologia criada na Embrapa Soja de Londrina, na década de 1980 e utilizada pela primeira vez, no Rio Grande do Sul, na safra de 1981/82. Consiste na aplicação de um vírus que ataca de forma seletiva a lagarta-da-soja permitindo o seu controle (Secchi, 2002, p. 50).

A reportagem, exibida nas páginas da *Folha de Soledade,* enfatizava ser uma técnica simples, mas ainda pouco usada pelos agricultores locais. Apesar disso, a matéria reiterou os dados positivos dessa nova prática de controle de pragas; chamou a atenção para diminuição no uso de agrotóxicos se a nova técnica fosse posta em prática; alertou para os efeitos satisfatórios realizados até então e, quanto ao manejo do produto, em que se recomendou a realização de amostragem conhecida como "pano-de-batida". O agrônomo citado na reportagem, Ademir Corbelini, explicou que "quando houver uma média de até 40 lagartas pequenas (com até 1,5 cm) ou até 10 lagartas grandes (4 cm), por batida, era o momento certo para a aplicação do Báculovírus" (18 nov. 1990, p. 3).

É preciso pontuar que a postura assumida pelo jornal, que destacou em suas páginas a possibilidade de os agricultores utilizarem uma agricultura alternativa, também deve ser pensada a partir do avanço do movimento ecológico no Brasil, em 1980. Nesse sentido, a possibilidade de maior organização e comunicação dos movimentos populares com a abertura política

e simultaneamente, o surgimento de grupos contestatórios à moderna agricultura e seus impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, tiveram influência na expansão das ideias em torno de uma agricultura agroecológica (Montero; Londres, 2017, p. 57-58). Conforme se verificou, se tratou de uma discussão importante, pois, ecologia, saúde e agricultura buscavam alternativas capazes de estabelecer uma relação entre si.

Considerações finais

Diante do exposto, os agrotóxicos representaram um importante recurso para o desenvolvimento das lavouras, estando associados ao pacote tecnológico da Revolução Verde; sendo difundidos pelo mundo com a internacionalização da agricultura. No Brasil, com o processo de modernização da agricultura, essa tecnologia ajudou a controlar as pragas e doenças, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade agrícola, tendo a sua utilização se popularizado entre os agricultores locais no período estudado.

Em Soledade/RS, o jornal *Folha de Soledade* noticiou o uso dos agrotóxicos, mostrando os impactos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, constatou-se que o semanário, no recorte temporal entre os anos de 1989 e 1990, apresentou um posicionamento crítico, uma vez que denunciou em vários momentos os problemas ambientais diretamente relacionados a eles, como a poluição da água, solo e a morte de animais, ao mesmo tempo, acolheu e publicou artigos de opinião e notícias que contemplavam a relevância dos agrotóxicos para efetivação de um bom rendimento produtivo.

Pontua-se, ainda, que embora crítico com relação ao uso dos agrotóxicos, propagando ideias de uma agricultura alternativa, o veículo de imprensa analisado colocou o agricultor como principal responsável pelos incidentes que causaram danos ambientais, reforçando, portanto, o discurso da indústria química e ajudando a construir e estigmatizar a imagem de um agricultor leigo e inconsequente.

Ao findar esse trabalho de pesquisa, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos

concedida que, juntamente Arquivo Histórico Municipal de Soledade, tornaram possível esse estudo, propiciando novas interpretações sobre a agricultura local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei Federal 7.802**, DF, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/
EDUSP, 1988.

DINITROANILINA: Líquido. Responsável técnico Nortox S.A. Paraná: Nortox, 1989. **Bula.** Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/trifluralina_nortox.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

DUBOIS Gaetan; MOREIRA Josino Costa; PERES, Serge Frederico. Agrotóxicos, saúde e ambiente: Uma introdução ao tema. In: MOREIRA, Josino Costa; PERES, Frederico. **É veneno ou é remédio:** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 21-43.

EMBRAPA. **Informações sobre os herbicidas recomendados para a cultura da soja no RS e SC.** Passo Fundo: Embrapa, 1983.

FERREIRA LEITE, Carlos H. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Araguaianas, v. 7 n. 1, p. 3-17, 2015.

FOLHA DE SOLEDADE. Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.

GARCIA, Eduardo. **Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo agropecuário de 1960** – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo agropecuário de 1985** – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

IMIDAZOLINONA: granulado. Responsável técnico Basf S.A. Rio de Janeiro: Basf, 1989. **Bula.** Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/scepter_70_dg.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR Maria do Carmo P. O jornal como fonte histórica: A representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011. p. 1-14. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana L; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade.** São Paulo: UNESP, 2006.

MENEZES, Sônia. A mídia, a memória e a história: A escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

NODARI; Eunice S.; NODARI, Rubens O.; CARVALHO, Miguel Mundstock X. de. Defensivos ou agrotóxicos? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciência e Saúde,** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan./mar. 2017.

REINATO, Rosicler Aparecida de Oliveira; GARCIA Roberta Bonamichi Guidi; ZERBINATTI, Oberdan Everton. A situação atual das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 4, p. 079-094, out./dez. 2012.

SECCHI, Valdir Antônio. Baculovírus, mais do que uma grande descoberta: Uma revolucionária alternativa aos agrotóxicos. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 49-54, jul./set. 2002. Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_alternat_ecolog.pdf. Acesso em 29 dez. 2021.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

VEIGA, Marcelo Motta. Agrotóxicos: Eficiência econômica e injustiça socioambiental. **Ciência e saúde coletiva**, Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 145-152, abr./jul. 2006.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA SOCIAL DOS TRABALHADORES
As experiências dos trabalhadores no município de Bragança (PA)

SOCIAL HISTORY OF WORKERS
The Experiences of Workers in the Municipality of Bragança (PA)

GLEYSON CARLOS S. MORAES [1]

UARLEY IRAN PEIXOTO [2]

RESUMO

Com o propósito de analisar a trajetória percorrida pela historiografia em relação à história dos trabalhadores no Brasil a partir de 1930, este estudo reflete sobre a exploração, as lutas e as conquistas dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Simultaneamente, busca evidenciar as experiências e perspectivas dos trabalhadores na cidade de Bragança, no Estado do Pará, que não ficaram à margem desse contexto social. O artigo destaca a importância desses indivíduos para o desenvolvimento agrícola e econômico, elementos fundamentais para o crescimento urbano de Bragança. Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas fontes primárias como ofícios, cartas, jornais, projetos de leis e mandados de segurança, que possibilitaram a compreensão do perfil tanto da cidade de Bragança quanto dos trabalhadores. Através dessas fontes, foi possível identificar os trabalhadores bragantinos e compreender seu cotidiano no contexto social brasileiro.

Palavras-Chave: Historiografia. Trabalhadores. Organização. Desenvolvimento.

ABSTRACT

With the purpose of analyzing the trajectory traced by historiography regarding the history of workers in Brazil from 1930 onwards, this study reflects on the exploitation, struggles, and achievements of workers in their workplaces. Simultaneously, it aims to highlight the experiences and perspectives of workers in the city of Bragança, in the state of Pará, who were not left on the sidelines of this social context. The article emphasizes the importance of these individuals for agricultural and economic development, fundamental elements for the urban growth of Bragança. In the composition of this work, primary sources such as

[1] Mestrando em Historia pela Universidade Federal do Pará, Especialista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará. *E-mail* do autor: cpumoraes@gmail.com

[2] Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará. *E-mail* do autor: uarley.iran@gmail.com

official documents, letters, newspapers, legislative projects, and court orders were used, enabling an understanding of the profile of both the city of Bragança and its workers. Through these sources, it was possible to identify the workers from Bragança and comprehend their daily lives within the Brazilian social context.

Keywords: Historiography. Workers. Organization. Development.

INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, foi instituída a maior legislação trabalhista do país, a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, na qual as normas do trabalho estão consolidadas na Constituição Federal, na própria CLT e, de maneira mais representativa, na popular carteira de trabalho. Através desses instrumentos, o trabalhador brasileiro passou a ser reconhecido e possuir benefícios, como férias, aposentadoria e décimo-terceiro salário.

A CLT tem passado por frequentes modificações para adaptá-la às mudanças sociais. As primeiras normas foram implementadas pelos estados europeus, abrangendo o reconhecimento do sindicato, o direito de greve, os seguros sociais e as normas relacionadas a acidentes de trabalho. A partir desses princípios, os direitos trabalhistas foram adaptados em cada país, buscando valorizar o indivíduo e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico (Hobsbawn, 2000).

A partir do século XX, o Brasil passou por uma transformação profunda em sua base produtiva, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, marcada por uma intensa racionalização e flexibilização no modo de produção do trabalho. Essas mudanças resultaram na diminuição do potencial de trabalho disponível no mercado, impulsionando o crescimento do trabalho informal e a consequente perda de direitos trabalhistas. Desde a década de 1970, a historiografia do trabalho tem expandido suas abordagens, concentrando-se especialmente na cultura dos trabalhadores, em seus cotidianos e práticas. Essa renovação representou um avanço notável, especialmente nos estudos que exploram as práticas de resistência e negociação por parte daqueles que não se conformam com os modelos tradicionais de lutas de classes.

Nesse contexto, as políticas econômicas adotadas na década de 1990 mostraram-se pouco eficientes na proteção dos trabalhadores brasileiros, durante esse período, observou-se uma redução significativa nos postos de trabalho formais, desvalorização da renda do trabalhador e uma queda expressiva no poder de negociação dos sindicatos. Essas transformações levaram muitos trabalhadores a se inserirem no mercado informal, onde enfrentam sérias dificuldades de sobrevivência. Além disso, a perda de benefícios estatais, como aposentadoria e seguro-desemprego, deixou-os à mercê da própria sorte.

Neste trabalho buscaremos enfatizar as vivências e organizações dos trabalhadores na Amazônia, em especial na cidade de Bragança-Pará, que passaram por um processo de progresso econômico oriundo da agricultura, de fundamental importância para o desenvolvimento urbano da cidade e para as movimentações no seu comercio. É a partir dessas movimentações que podemos localizar os trabalhadores bragantinos e seu cotidiano. Assim, pretendemos inserir essas experiências e vivências desses sujeitos no contexto historiográfico brasileiro, uma vez que onde há trabalhadores, há luta, história, protagonismo, organização e resistência.

1. UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA DÉCADA 30: SOBRE OS TRABALHADORES DO BRASIL E DA CIDADE DE BRAGANÇA.

Compreendendo que a História Social amplia o campo de investigação no mundo do trabalho abordando questões de exploração e dominação, propomos examinar o cotidiano e as lutas dos trabalhadores urbanos da cidade de Bragança, fora de suas organizações sociais. Vale ressaltar que nossa intenção não é criar uma cronologia do período que se estende desde 1930 até os dias atuais, mas sim mostrar as mudanças ocorridas na história dos trabalhadores ao longo do tempo, evidenciando que a cidade de Bragança não ficou à margem desse processo.

A organização dos grupos de trabalhadores no Brasil evidencia a crescente luta em prol da garantia dos direitos trabalhistas conquistados ao longo da história. Assim, a historiografia do trabalho está vinculada ao contexto

mundial, e as produções de inúmeros historiadores, como Eric Hobsbawm e Edward Thompson, influenciaram a produção nacional.

O trabalho destacado de Eric Hobsbawm, "A Era dos Impérios", no capítulo intitulado "Trabalhadores do Mundo", faz um balanço do cotidiano da classe trabalhadora no mundo pós-revolução industrial e nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Portanto, percebemos, através de sua análise, como se encontrava a real situação de organização dessa classe em meio a essas mudanças sociais decorrentes do desenvolvimento das indústrias e da modernidade. Considerando que essas classes não ficaram à margem desse "desenvolvimento", seria inquestionável negar o protagonismo e a autodeterminação desses trabalhadores no processo eleitoral, segundo Eric Hobsbawm (1998):

> “Dada a inevitável extensão do eleitorado, a maioria dos eleitores, era fatalmente ou pobre, ou insegura, ou descontente, ou tudo isso. Não podiam deixar de estar dominados por sua situação econômica e social e pelos problemas dela decorrentes; em outras palavras, pela situação de sua classe. E a classe cujos números cresciam de modo mais visível, à medida que a onda de industrialização engolfava o Ocidente, cuja presença se tornava sempre mais iniludível e cuja consciência de classe aparentemente ameaçava de modo mais direto o sistema social, econômico e político das sociedades modernas, era o proletariado (Hobsbawn, 1998, p. 164).”

É possível perceber que o “boom” da classe trabalhadora nas revoluções teve grande mudança no cotidiano da própria classe, e em meio a este cenário seria inquestionável negar o grande crescimento da consciência desses sujeitos, que independente da posição social, não deixararam de acompanhar o desenvolvimento da sociedade que estavam inseridos.

Eventualmente, a consciência de classe dos trabalhadores seria uma grande preocupação para o sistema socioeconômico e político. Já que uma vez conscientes, se tornavam mais suscetíveis de se organizarem na luta contra o próprio sistema que os oprimia. Essa emergência da consciência de classe dos operários deu uma grande abertura para que algumas organizações, como os partidos socialistas, crescessem e se tornassem novo mecanismo de organização social da luta coletiva dos trabalhadores. Como afirma Hobsbawn (1998):

> O maciço avanço eleitoral dos partidos socialistas e operários era agora auxiliado pela difusão do sufrágio democratizado, que lhe permitia ser eficazmente registrado. Ao mesmo tempo, ondas de agitação operária produziam um avanço ainda maior na força do sindicalismo organizado. Embora os por meio variassem enormemente com as circunstâncias nacionais, essas duas ondas de rápido avanço operário podem ser encontradas, de um ou de outro modo, em quase toda parte. (Hobsbawn, 1998, p. 174).

Outra analise com relação a historiografia dos trabalhadores é o trabalho de Edward Thompson (2011): "*A Formação da Classe Operária Inglesa*". O autor deixa claro que a classe social é compreendida por sua relação histórica e que a classe trabalhadora é fruto das mais diversas experiências comuns, sejam elas herdadas ou partilhadas, que podem ser articulardas entre si, ou contra posicionamentos divergentes. Como afirmar Thompson (2011):

> Em realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. Para expressar claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em sua sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de se manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer esse descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real (Thompson, 2011, p. 37).

Portanto, Thompson aponta que para compreendemos as características da classe trabalhadora é preciso analisar a relação histórica, em especial a luta de classe, no viés do processo dialético entre o ser social e a consciência social. É claro que tudo isso perpassa pela análise do cotidiano desses trabalhadores, que através de suas organizações travaram sérios conflitos com seus exploradores por melhores condições, e que a partir de suas experiências como sujeitos, em meio ao processo de luta, se identificam como uma classe.

Em seu provocativo artigo intitulado "*Luta de classes sem classes?*", Thompson (1989) aborda seu trabalho anterior como uma análise de "um momento particular do processo de formação de classe". O autor responde as críticas acerca da suposta "ingenuidade" de suas afirmações de que "a classe é

definida pelos homens ao viver sua própria história", enfatizando que a classe é uma categoria histórica derivada da observação dos comportamentos coletivos. Assim, a visão de que ela representa apenas uma expressão de relações de produção preexistentes, bem como a ideia de que pode ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações, não correspondem à realidade.

Utilizamos como referenciais teóricos esses autores para reafirmar a grande influência dos mesmos na historiografia sobre o processo de luta dos trabalhadores no brasil e no mundo. A historiografia brasileira que versa o processo de luta dos trabalhadores, produzida na década de 80, sobre as décadas de 1920 e início de 1930, vem sendo cada vez mais revisitadas e ganhando espaço dentro das discussões mais amplas sobre a formação da classe trabalhadora brasileira. É necessário apontar também que novas análises sobre o periodo varguista acabam trazendo problemáticas já conhecidas para o campo da história dos trabalhadores no Brasil. Como afirma Freitas (2003):

> Para muitos esses são os “anos Vargas”, período temporal que constituiria uma totalidade marcada por essa forte presença política e que por ela, em última instância, se explicaria. Embora se encontre frequentemente essa periodização, a história pelas grandes figuras está há décadas proscrita nas universidades; entretanto, com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar (Freitas, 2003, p. 159 - 160).

A historiografia que problematizou esta periodização do governo Vargas nos traz interpretações essenciais para o entendimento da emergência da classe trabalhadora: Como exemplo, citamos os estudos de Alcir Lenharo (1986), que mostrou que o Estado continuava tendo uma poderosa arma: A propaganda. Se censura e a tortura foram utilizadas para “acalmar” os ânimos sociais, departamentos específicos de promoção e divulgação de valores caros ao governo foram criados para tal fim, como o conhecido Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que conseguia até mesmo promover e controlar manifestações cívicas e culturais específicas, além de divulgar projetos e feitos

governamentais. Lenharo (1986) também fala dos processos que aconteceram no brasil na epoca,e que foram decisivos na emergencia de aspectos relativos a classe trabalhadora na sociedade brasileira. Segundo o autor:

> É nas leis trabalhistas que emerge o operário. Nas leis sindicais que emerge a classe, nas corporações industriais e nos conselhos de Estado que se delineia a burguesia, nos planos de urbanização, que aparecem as cidades, na Justiça do Trabalho que aparecem os direitos sociais e civis, na oficialização de datas comemorações que aparece a cultura, na regulamentação do trabalho (Lenharo, 1986, p.24).

Sem dúvida a Revolução de 1930 foi um marco histórico que inicia uma nova fase no processo evolutivo dos direitos sociais no Brasil, rumo à mudança do paradigma constitucional. Segundo Ângela de Castro Gomes (1999):

> Os anos 30 inauguraram-se sob esse legado, e as medidas que então se implementam são bem uma demonstração da intensidade e atualidade do problema que se enfrentava. É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar — em especial durante o Estado Novo (1937-45) — toda uma estratégia político-ideológica de combate à "pobreza", que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho (Gomes, 1999, p.243).

Nesta perspectiva, compreendemos que do final do século XIX às primeiras décadas do XX, "o movimento operário no Brasil" se estruturou em torno das questões "mais candentes" relacionadas à jornada de trabalho de 8 horas diárias, melhorias salariais, liberdade de organização e legislação trabalhista que definisse de maneira clara os direitos e obrigações de trabalhadores e patrões, e que a justiça mediasse de maneira imparcial os possíveis conflitos.

Para Belucco (2000), a famosa Era Vargas (1930-1945), adotou um conjunto de medidas destinadas a operar uma crescente limitação nos níveis de autonomia das classes trabalhadoras[3], objetivando afetar a dinâmica de vida dos

[3] Com a renovação do campo Marxista outro grande trabalho de E. P. Thompson, ao estudar a atuação da classe operária inglesa como agente histórico principal de sua formação. Com sua

segmentos sociais subalternos, tanto no âmbito público como privado, de modo a conformá-los aos padrões condizentes com os hábitos e valores prescritos e/ou tolerados pelos grupos privilegiados, no interior da ordem burguesa em questão.

Portanto, a resposta a essa questão implica levar em conta o contexto interno e externo que motivaram a proliferação dos estudos no campo da história dos trabalhadores no Brasil, o qual, estas questões dos trabalhadores a partir deste momento estão muito mais presentes na sociedade brasileira, que se dedica à formação e as lutas destes trabalhadores. A ênfase demasiada no Estado-nação deve ser superada em favor de abordagens que atentem para os diferentes aspectos que conectam a classe trabalhadora dentro de uma escala transnacional e transcontinental, bem como o direito de serem respeitados pelos seus patrões e a luta para terem uma dignidade no trabalho[4].

Se as leis trabalhistas existiram, e não eram poucas, antes do governo de Getúlio Vargas, especialmente em São Paulo, foi em seu governo, com a criação do Ministério do Trabalho, que elas ganharam maior relevância. A "Questão Social" tratada durante a República Velha como um "caso de polícia", recebeu de Vargas grande atenção, como parte de sua estratégia populista de governo. Com a maior urbanização do país e o crescimento da industrialização, as leis trabalhistas acabaram como verdadeiro instrumento para conter o avanço do movimento operário e para o controle social das classes trabalhadoras.

Outra abordagem feita sobre a história dos trabalhadores brasileiros que nos deixa claro sobre questões de "legislação trabalhista no Brasil", e que se fez muito presente na primeira metade do século XX do período Varguista é acerca de como a cidade passou a ser um espaço ocupado pelas "relações de trabalho", uma vez que nesse espaço passaram a se abrir novas oportunidades para os

pesquisa o historiador inglês abriu novas perspectivas para a História Social e mais ainda ele colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano. Para concretizar o objetivo, este trabalho faz um exame do trabalho clássico "A formação da classe operária inglesa". Nela apontando aspectos centrais e analisando como, nesta narrativa sobre a história dos operários ingleses, o autor operaliza seus conceitos e se diferencia de outros paradigmas historiográficos. Ver THOMPSON, E.P. A Formação da Classe operária Inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

[4] Entretanto, mesmo que este marco histórico tenha perdido seus sentidos em detrimento de novas visões ou interpretações, estas ainda são recorrentemente utilizadas pelos historiadores e demais pesquisadores do tema. Por este motivo, iremos utilizar estas frente à possibilidade de facilitar a análise aqui empreendida. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*, Campinas. 2º edição São Paulo: Papirus, 1986; MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981.

trabalhadores, estes passaram a ocupar maciçamente grandes indústrias e empresas, ocupavam bairros inteiros de cidades e passavam a ser notados como grupo singular por outros setores da sociedade. Ao mesmo tempo, as leis de regulamentação do exercício desses trabalhadores passavam a ser cada vez mais consideradas como essenciais para a manutenção dos seus ofícios. Sobre esse aspecto, o autor Kazumi Munakata em "*A Legislação Trabalhista no Brasil*" afirma que:

> Esta afirmação é bastante representativa, não só desta corrente do movimento sindical, mas de amplas parcelas da opinião pública. Apesar de todos (ou quase) concordarem que a legislação trabalhista no Brasil, e em particular a legislação sindical, seja um plágio das leis fascistas, também todos (ou quase) concordam que na legislação estão as marcas das lutas e das conquistas dos trabalhadores. Trata-se então de retirar da atual legislação trabalhista o seu "desvio" fascistizante e autoritário. E, de fato, quem pode afirmar que o 13º salário, as férias, etc. sejam prejudiciais aos trabalhadores (Munakata, 1981, p. 08).

Todas essas questões em torno da legislação trabalhista são pertinentes, uma vez que as leis trabalhistas garantiam aos trabalhadores os direitos sociais e de estabelecimento de um "sistema de proteção social" para que as pessoas pudessem se manter, e sobreviver, usufruindo em algum grau da riqueza socialmente produzida. Isto significa o reconhecimento da necessidade de proteção dos indivíduos. Munakata (1981) também comenta:

> [...] a legislação trabalhista, no seu espírito e no processo de seu implemento, carrega as marcas das lutas operárias, mas também as de sua derrota. Por isso, a consolidação das Leis do Trabalho (Decreto n.º 5 452 de 1943) – a famosa CLT -, reunindo de modo organizado e sistemático o conjunto das leis trabalhistas, apenas consolida esta derrota dos trabalhadores. As alterações que nela ocorreram até os dias de hoje, principalmente a partir de 1964, preservam o essencial desse espírito e apenas aprimoram os dispositivos que expropriam do trabalhador a capacidade de decisão e controle sobre sua vida (Munakata, 1981, p.105).

Refletir sobre estas questões a partir de seus fundamentos históricos nos possibilita entender que foi através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que a legislação trabalhista foi sistematizada. Portanto, com a política trabalhista de Getúlio Vargas houve uma maior aceitação às ideias da intervenção nas

relações de trabalho com o Estado desempenhando papel central, grandemente influenciado pelo modelo corporativista italiano.

Entretanto, mesmo que estes marcos históricos tenham perdido seus sentidos em detrimento de novas visões e interpretações, estas ainda são recorrentemente utilizadas pelos historiadores e demais pesquisadores do tema. Por este motivo, iremos utilizar esta frente à possibilidade de facilitar a análise aqui empreendida.

Esta perspectiva historiográfica aponta sua atenção as grandes organizações sociais de dominação e resistência, a saber; o Estado, os sindicatos e os trabalhadores, como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade brasileira. Podemos observar nas obras de Ângela de Castro Gomes, Alcir Lenharo e Kazumi Munakata que a partir da criação dos sindicatos os trabalhadores se organizavam para reivindicarem seus direitos trabalhistas, sendo o "movimento grevista" a grande arma da classe trabalhadora na luta por seus direitos. Ao se recusar a vender a sua força de trabalho pelas condições impostas pelos donos dos meios de produção ela se coloca como classe social e, durante um significativo período do século XX conseguiu ampliar o preço da única mercadoria que possuía: a força de trabalho.

A compreensão de Barreiro (2002) destacou a evolução dessas concepções ao longo do tempo e como a luta social se transforma em questões mais específicas relacionadas às condições de trabalho no século XX, já que concepções liberais de propriedade, tempo linear e trabalho disciplinado da sociedade liberal só seriam incorporadas pelos trabalhadores brasileiros no século XX. Nesse período, o movimento de trabalhadores passou por cima do protesto popular do século XIX, e nos centros urbanos a luta social vai circunscrevendo-se cada vez mais à diminuição da jornada de trabalho, ao aumento de salários e à criação de sindicatos livres.

Mas a história da classe trabalhadora deixou de ser unicamente a história do movimento organizado, e novos temas também foram contemplados, tais como processo de trabalho, condições de vida e mulheres trabalhadoras. A história operária deixou também de ter como principal centro as cidades da região sudeste tais como: Rio de Janeiro e São Paulo, alargando suas fronteiras para outras regiões do país. De lá para cá, houve ainda há ampliação do campo

no campo historiográfico.

É importante salientar que as Leis trabalhistas não abrangem todos os trabalhadores, um reflexo disso são os próprios trabalhadores rurais, pois só nos anos 50 e início dos anos 60, os conflitos no campo se generalizaram, adquirindo caráter nacional, não só no sentido de que em praticamente todos os estados do país poderiam ter várias formas de lutas nesse processo, onde a diversidade de sujeitos no campo ("moradores", "colonos", ou "camponeses", etc.) passou a ser sintetizada nos termos generalistas de "trabalhadores agrícolas" e "lavradores". É neste período que ergue-se, como um caminho alternativo de organização e mobilização das massas de trabalhadores rurais as Ligas camponesas.

Consideramos que esse marco histórico está relacionado à formação da classe trabalhadora no campo, com seus diversos movimentos sociais, organizações e lutas sindicais e políticas, nas últimas décadas do século XX. Como indica Márcia Motta e Carlos Esteves: *"*A existência de uma das mais importantes formas organização de trabalhadores rurais no Brasil – as chamadas Ligas Camponesas, entre1954 e fim de 1964 – surpreende até nossos dias*".*

Segundo Motta e Zarth (2009), o período que vai desde a criação das Ligas Camponesas, até o golpe militar de 1964 colocou as lutas sociais do meio rural em evidência na imprensa nacional na qual as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorrem no Brasil e no mundo durante o século XX estão intimamente relacionadas às "tendências interpretativas" daquilo é produzida sobre determinado tema ou período.

Pois, o que podemos perceber que nos anos de 30, predominou nessa esfera uma concepção genérica, produto de uma intensa disputa política que permeou os anos 30, que negava o estatuto de "classe" ao trabalhador rural. O debate de então procurava afirmar a impossibilidade de levar ao campo (por serem inadequadas) as divisões políticas entre "operários" e "patrões" que marcavam o mundo urbano.

O município de Bragança está localizado no interior do Estado do Pará, e é especialmente na década de 50 e início de 60, que podemos perceber que houveram muitas mudanças no cotidiano da sociedade bragantina, em especial nos conflitos e cotidianos dos trabalhadores que se encontravam nesse

município.

Edilza Fontes em seu trabalho "*O pão nosso de cada dia (um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954)*", formulou sobre as questões trabalhistas dando-se importância não só a história coletiva, mas também a história individual e a subjetividade na interpretação dos fatos. Já que sua existência não é, portanto, sem propósito ou sentido, mas se vincula a mudanças mais amplas no papel dos trabalhadores. Assim, é possível constatar que diferentes grupos e movimentos sociais, antes ignorados, passam a fazer parte da história.

Ao analisar este estudo, observamos que tradicionalmente, no estado do Pará, foram registrados conflitos trabalhistas frequentes, muitos dos quais foram levados à Justiça Trabalhista. No âmbito desses conflitos, as leis trabalhistas tornaram-se pontos de embate entre empregadores e empregados. A autora demonstrou que o excessivo número de reclamações trabalhistas resultou em uma resolução desses processos nos tribunais, acarretando um considerável custo econômico para a sociedade.

Esse custo abrange diversas facetas. Não apenas envolve os custos legais diretamente ligados aos processos trabalhistas, que por sua vez impactam os custos de contratação e demissão, aumentando a taxa de desemprego. Além disso, há também custos indiretos associados a esses conflitos.

Nesse sentido, trabalhamos com a História Local, que nos permite ter uma ideia mais imediata do passado destes trabalhadores, onde os próprios colocam para si mesmas questões relacionadas ao local onde trabalhavam o que ocasionou que município de Bragança uma vez que, onde existir trabalhadores haverá luta dos mesmos pelos seus direitos, o que nos revela os conflitos entre trabalhador e patrão, como nos aponta a professora Edilza Fontes, que a História dos Trabalhadores do Pará ainda precisa sim ser analisada, uma vez que ela tem muito há nos revelar. Segundo a autora:

> O estudo sobre a história social do trabalho na historiografia paraense é ainda insuficiente. Não tem como objeto central de estudo os trabalhadores, os quais são estudados neste trabalho que privilegia novas perspectivas de investigação, principalmente por trabalhar fontes ainda não utilizadas na historiografia regional (Fontes, 1993, p. 231).

Portanto, as várias tensões de diferentes naturezas, na qual Fontes revela podem constituir uma nova identidade e uma linguagem comum que passa a agregar o debate dos trabalhadores regionais. Vale ressaltar que a própria criação das Leis Trabalhistas mascara o cotidiano dos trabalhadores, no qual esse discurso foi reafirmado no governo de Getúlio Vargas com a criação do Ministério do trabalho, ao instituir a CLT.

2. PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS TRABALHADORES BRAGANTINOS: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DA SOCIEDADE BRAGANTINA NA DÉCADA DE 50

Um dos marcos da história da formação social da cidade de Bragança foi o período da construção da estrada de ferro de Bragança, que marcou o processo de desenvolvimento do Pará. A ferrovia moldou o processo de ocupação e exploração da cidade de Bragança, uma vez que marcava também a chegada de imigrantes europeus, e logo em seguida os nordestinos, mudando então a dinâmica do município. Bragança virou o palco de discussões das autoridades locais, nacionais e internacionais. Uma vez que o objetivo da ferrovia era tornar da cidade de Bragança um grande "celeiro agrícola" da Amazonia.

Nesse sentido, a Estrada de Ferro de Bragança é destacada como um exemplo central dessa dinâmica de ocupação e exploração na região Nordeste do Pará. Tendo suas obras iniciadas a partir de 1883, na qual a economia da borracha e o interesse no superfaturamento da agricultura eram fatores prioritários nas diversas reconfigurações dos territórios da zona bragantina e nas variadas experiencias sociais que a cidade de Bragança enfrentaria com a chegada da ferrovia no município.[5]

As mobilizações oriundas da estrada de ferro de Bragança, trouxe consigo diversos cenários que demostram a mobilização, organização e movimentação de trabalhadores no meio rural, pois a zona rural se tornou grande fonte de renda para o município através da comercialização e exportação de produtos agrícolas

[5] Ver: Conceição, Maria de Fatima Carneiro da. Bragantina: um trem, a terra e a mandioca. 1edº. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2022.

e outros. Em meados 1950 Bragança era formada por seis Distritos: Distrito Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Tracuateua, Imboraí e Tijoca e colônias agrícolas eram de suma importância para o desenvolvimento comercial que podemos destacar a Colônia de Benjamim Constant e a colônia de Augusto Montenegro.

> Possuímos duas Colônias Agricolas importantes: a de Benjamim Constant, servido por um ramal da Estrada de Ferro de Bragança e a Colônia Augusto Montenegro cuja sede dista desta cidade 36 quilômetros, ligada por uma estrada de Rodagem estadual.
> Fator imprescindível para desenvolver a produção agrícola destas zonas, é sem dúvida, a construção de estradas de penetração, para os centros mais distantes nas mesmas. Vias de comunicação e transporte fácil por si só estimula o lavrador a produzir o máximo, sem receio de perder suas safras, porque, quando não as vende na porta de sua casa, as leva ao centro comprador, conseguindo melhor preço.[6]

Já que o município tinha como principal base econômica a agricultura, essa base foi de fundamental importância para desenvolvimento urbano da cidade, uma vez que esse setor economico lhe dava destaque como um dos principais centros urbanos de exportação de produtos agrícolas dentro e fora do estado, como mostra o autor César Pereira:

> Dotado de terras fértis, Bragança, desde o início de seu povoamento concentrou na agricultura o fator fundamental de seu desenvolvimento. Até 1888, cultivavam-se café mamona, algodão, mandioca, arroz, feijão, milho, fumo, gergelim e cana-de-açucar (...) Bragança exporta s".eus produtos agrícolas para Belém, Amazonas, Maranhão, Ceará, territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá, Estado do Rio de Janeiro e Municípios da Zona bragantina (Pereira,1962, p.63-64).

Assim, Bragança aparece como grande polo agrícola e além dos seus distritos, temos as colônias agrícolas que passaram a ter uma grande importância para desenvolvimento econômico, e foi em meio a este contexto da década de 50, evidenciamos que a cidade passa por um processo de construção de várias estradas principalmente a estrada de rodagem, movimentação e valorização da produção agrícola, criação de projeto de lei municipais no diz a respeito dos trabalhadores, registros de aberturas de firmas e é em meio deste

[6] Oficio nº 64 de abril de 1952, Arquivo Municipal na Prefeitura.

contexto que identificamos o cotidiano e a luta e até mesmo a resistência vivenciadas pelos trabalhadores bragantinos[7].

O processo de construção de estradas, aberturas de firmas, desenvolvimento da agricultura e até no serviço público, precisasse de mão-de-obra para trabalhar nas mesmas, então podemos dizer que se abre diversas oportunidades de empregos na região bragantina. A partir da investigações de fontes documentais que podemos analisar diferentes abordagens e preocupações que marcaram a produção historiográfica, de um determinando tema aparece e a caracterização construída para a História social dos trabalhadores de Bragança uma vez que as abordagens feitas sobre a história dos trabalhadores brasileiros têm muito a nos revelar, principalmente quando se diz a respeito da "legislação trabalhista no Brasil" e através desta análise que podemos destacar a Classe Trabalhadora Bragantina dando destacando-se as seguintes categorias trabalhadores Público (municipal), Formal (privado) e informal (autônomo).

A cidade de Bragança não foi muito de diferente de outras cidades no Pará (na década de 1950) vivenciava os processos de Urbanização e progresso voltada para o desenvolvimento econômico e comercial desde município, uma vez que neste período a cidade de Bragança vivenciava um momento de desenvolvimento meio rural que é de suma importância para o desenvolvimento econômico desta cidade.

> (...) O município de Bragança, pode-se afirmar, está na Vanguarda dos municípios agrícolas de produtos de ciclo rápido; e pelo valor comercial de exportação da fibra de cr 6.015.693,00, de fumo de valor cr 6.015.693,00, de farinha de mandioca no valor de 4.335693,00, de arroz no valor .....cr 3.614.488,00 etc.[8]

Portanto, evidenciou-se que há uma diversidade de trabalhadores que fazem parte desse cenário bragantino. Destacamos aqui os trabalhadores rurais e os da informalidade, os quais existem e são de suma importância para o

[7] Com base em fontes tais: Ofícios, Projetos de leis, mandados de segurança, processo de reclamações trabalhistas e outras, encontradas no Arquivo Municipal na Prefeitura de Bragança e Arquivo do Fórum de Bragança.

[8] Oficio nº 64 de abril de 1952, na qual os vereadores fazem um balanço da situação financeira do município de Bragança e este oficio foi um comunicado para o prefeito desse município.Este oficio encontrasse no Arquivo Municipal na Prefeitura.

desenvolvimento econômico no município. Isso ocorre porque os trabalhadores informais e rurais desse município estão se destacando no meio econômico através da venda de produtos agrícolas.

Diante disso, os trabalhadores rurais estão diretamente ligados a produção agrícola e nos distritos da cidade, alguns lavradores dos distritos bragantinos tinham destaque nas suas produções para economia deste município. E estes trabalhadores também eram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e comercial do município, uma vez que são estes agricultores que trabalham na venda de seus produtos agrícola outros trabalhadores bragantinos que revendiam os mesmos produtos na feira de Bragança. A tabela abaixo estar descritos os nomes dos lavradores que tiveram destaque trabalhando em suas terras próprias. Estes se destacaram pela grande produção na agricultura e, transportavam muitos de seus produtos para a capital do Estado.

TABELA 01. NOMES DOS LAVRADORES QUE SÃO DESTAQUE NOS DISTRITOS DE BRAGANÇA (PA)

Distritos	**Nomes dos Trabalhadores**
Distrito de Almoço	Francisco Moreira Filho, José Moreira Ramos, João Antônio do Nascimento, José Freire de Almeida, Candido Joaquim Oliveira, Isidoro de Sousa Gama, Cassiano de Sousa Gama, Manoel Alves Filho e Antônio Vidal de Sousa.
Distrito de Caratateua	José Paulino de Matos, Lourival Matos, Orlando Matos, Carlos Matos, Manoel Antônio dos Reis, Francisco Júlio do Rosário, Manoel Rosário de Matos, Antônio Segismundo Pereira, João Pereira Vieira.
Distrito de Nova Mocajuba	Cicero Silva, Pedro Gomes da Silva, José Gomes da Silva, Manoel Quirino de Sousa, Esmerindo Rodrigues, Manoel Salviano Silva, Aprígio Severo da Silva, João Cirilo da Silva.
Distrito de Tracuateua	Manoel Assunção de Aviz, Estevam Castelo Branco, Joaquim Rodrigues Mesquita, Manoel Aguiar, Antônio da Silva Melo, Clemente Ferreira, Francisco Romão Gomes, João Lourenço Filho, Pedro Ferreira Maciel, Raimundo Hermínio da Silva.
Distrito de Imboraí	Antônio Cardoso de Brito, Francisco Cardoso de Brito, Patrício Ferreira costa, Antônio Pereira Araújo, Benedito José Ribeiro, Manoel Bento, Martinho Tavares, Pedro Simão, José Caio.
Distrito Tijoca	Francisco Ramalho, João Paulo Lima, Alberto Fernandes de Alencar, Lauro Fernandes de Alencar, Francisco Rosa, Manoel Borges dos Reis, Prudente José Alencar, Simeão

	Fontele, Carlos Antônio Fernandes, Pedro Rodrigues Muniz, José Rocha Bezerra, Olivio Rodrigues Muniz, José Ferreira Aguiar, Sebastião Serafim, Manoel Serafim, Sebastião Pereira Oliveira, Manoel Aires de Oliveira, Raimundo Fernandes Martins, Francisco Risuenho Sanches, Henrique Risuenho Sanches.

Fonte: O autor, 2017, feita a partir dos dados coletados no arquivo público.

Essses, trabalhadores da informalidade eram bastante significativos, trabalhadores estão diretamente ligados a venda de desses produtos agrícolas no centro comercial (Feira-Livre), pois na feira trabalhavam: vendedor de produtos agrícolas, carpinteiros, armadores de barcos a motor ou lanchas de fretes, padeiros ambulantes comprador de aves, fumo, fibra e ambulantes vendedores de peixes, hortaliças, frutas, dentre outros uma vez que comércio bragantino é bastante diversificado. Todavia estes trabalhadores além de não terem direitos trabalhistas por trabalharem na informalidade e não tem a que órgão recorrer, os mesmos ainda tem que pagar impostos para a Prefeitura Municipal uma vez que este órgão cria o imposto de licença (comércio Volante):

> Imposto de Licença (Comércio Volante)
> Artº 28º As licenças para o comercio ambulante e outras atividades, serão cobradas de acordo com a tabela abaixo, a requerimento escrito daqueles que o pretenderem ou independentemente de requerimento mas serão sempre anuais, embora expedidos no ultimo trimestre do âno.
> Artº 29º Quando a licença depender de alvará, o contribuinte será obrigado a exibi-lo aos fiscais, mestre de obras, e qualquer funcionário que o exigira serviço da finalização dos serviços públicos.
> Artº 30º Niguem poderá exercer ramo algum de comercio, previsto na tabela sôbre êste titulo, sem que requeira e pague os devidos imposto".[9]

Portanto, esses trabalhadores, além de não terem nenhum direito, são obrigados a pagar impostos. Geralndo, prejuízos aos mesmos, uma vez que suas vendas nem sempre têm grandes lucros, são evidente. Visto que, esses vendedores dependem diretamente de compras da população, que nem sempre frequenta o comércio para comprar esses produtos. Entretando, o foco do nosso estudo não terá como principais sujeitos os trabalhadores rurais ou informais,

[9] Oficio Nº 62 de 30 de junho de 1952, encontrado no Arquivo Municipal na Prefeitura na qual fica aprovado o imposto de licença (comércio Volate)

mas vale ressaltar que esses trabalhadores existem e são de suma importância para o desenvolvimento econômico no município.

Segundo Edilza Fontes (1993), somente em 1940 iniciaram-se as atividades da justiça trabalhista no Pará, e apenas em 1950 é que os trabalhadores rurais conquistaram seus direitos trabalhistas. Dessa forma, compreendemos que o município de Bragança não ficou fora desse processo, uma vez que está localizado no interior do Estado do Pará.

Havia no município alguns meios de comunicações tais como: Jornais locais e um Rádio de comunicações, no qual dou destaque ao "Jornal do Caeté" nome do jornal que circulavam pela cidade, que traziam não só notícias de Bragança mais de um contexto nacional e alguns noticiários sobre as questões de lutas de trabalhadores nacionais no Brasil, pois o jornal mostrava relatos das greves por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pela regulamentação do trabalho feminino e infantil, pelo descanso semanal, e possivelmente, estas notícias que vinham nos jornais poderiam influenciar mais ainda estes trabalhadores em prol de seus benefícios. Como essa própria notícia relatada no Jornal do Caeté[10]:

> Milhares de trabalhadores deixam de comparecer aos locais de produção, reivindicando melhores salários, com que farão a frente ao alto custo dos gêneros de primeira necessidade. E dizem êles que os pobres, explorados nos seus esforços, mal remunerados, terão de achar, por êles próprios uma solução mais viável mais justa para poderem, com suas famílias, pelo menos um minimo de vida humana e honesta.[11]

Podemos observar, através da propaganda, notícias e imagens divulgadas nos jornais, como as questões dos trabalhadores eram relatadas e como a própria imprensa e a sociedade abordavam essas questões. Apesar das muitas lutas, as reivindicações nas greves eram frequentemente as mesmas, dada a limitação das conquistas obtidas e a pouca mudança em relação à opressão imposta pelos patrões aos trabalhadores. Entretanto, percebe-se que

[10] Vale ressaltar que esse jornal tinha como diretor- proprietário o Senador Leandro Lobão da Silveira e, secretário o Dr. Jorge Ramos, pois estes foram prefeitos do município de Bragança, ou seja, os meios de comunicação estavam atrelados há pessoas do governo.
[11] Arquivo do Fórum de Bragança. Jornal do Caeté (1953). Edição Nº 356 pág. 2, em 26 de abril de 1953.

é nesse contexto que os trabalhadores começam a buscar melhores condições para o seu trabalho.

Como em qualquer lugar, os conflitos surgidos no cotidiano do trabalho muitas vezes ficavam sem solução ou acabavam prejudicando os operários. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais demandas trabalhistas chegaram à justiça e passaram a ser arbitradas por ela.

É nesse novo momento da legislação trabalhista no Brasil que focalizamos os principais sujeitos a serem analisados que são os trabalhadores do setor Privado e do Público que mostram algumas inconformidades com seus locais de trabalhos o que gerou conflito direto com seus patrões.

Nesse período, Bragança passou por diversas aberturas de indústrias, tais como casas comerciais, fábricas de calçados, firmas de caminhões, barbearias, bazares de proprietários locais, entre outras que se instalaram na cidade. A firma Sapataria Protetora dos Pobres foi a mais importante no município, destacando-se pela produção dos melhores calçados de couro da região e por empregar mão-de-obra significativa. Abaixo, destacamos algumas das empresas que se destacavam. No entanto, é importante ressaltar que havia muitas outras empresas locais nesse município.

TABELA 02. EMPRESAS DE MAIS DESTAQUE COMERCIAL.

Empresas	**Quantidades**
Fábrica de calçados	4
Casas comercias	20
Farmácias e drogarias	4
Ourivesarias	3
Barbearias	2
Cinemas	1
Hotéis	2
Panificadoras	6
Fábrica de refrigerantes	3
Posto de gasolina	2

Fonte: O autor, 2017, feita a partir dos dados coletados no arquivo público.

Então, aqui encontramos os trabalhadores do setor privado, uma vez que alguns deles trabalhavam com carteira assinada e contavam com o amparo da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Nessas indústrias, homens e mulheres desempenhavam diversas funções, tais como industriários,

vendedores, serventes, auxiliares de armazém, motoristas de caminhão e caçamba, operários, entre outras. Essas indústrias ocupavam um papel de destaque na economia bragantina, e seu destaque era possível graças aos trabalhadores, que constituíam a força produtiva dentro das indústrias bragantinas. No entanto, percebe-se que os trabalhadores dessas indústrias não recebiam o devido reconhecimento, uma situação comum na época, onde as massas muitas vezes não eram valorizadas.

Outro ponto importante que deve ser destacado é o poder municipal, o qual não ficou fora desse processo. Uma vez que ele cria projetos de leis que estabelecem o código tributário do município e lançam o imposto da indústria e profissão.

> Artº 20º - Estão sujeitos a êste imposto, tôdas as pessôas que explorarem a indústria ou comércio em qualquer de suas modalidades ou exercerem profissão quais-arte, oficio ou função fixa e será lançada e arrecadado de acordo com a presente lei(...).[12]

Percebemos que, além da exploração por parte dos patrões dentro das indústrias, há também a exploração por parte do poder municipal em relação a essa categoria. O que podemos evidenciar é que os trabalhadores do setor privado não tinham uma vida fácil no dia a dia, pois nota-se uma constante exploração sobre eles.

No setor público, havia funcionários que se dirigiam ao comércio bragantino em busca de pagar impostos sobre a indústria e profissão, assim como o imposto de licença (comércio volante). Além disso, havia servidores que trabalhavam nas estradas de rodagem. No entanto, nosso foco não está ligado apenas a esses trabalhadores do município, mas sim a todos os trabalhadores que fazem parte da prefeitura municipal, os quais, não diferentemente de outros trabalhadores do município e do Brasil, lutam por seus direitos.

A prefeitura, por sua vez, cria projetos de leis que podem beneficiar ou não as demandas desses trabalhadores. É notável que a existência de contratos flexíveis e a contratação ilegal (sem carteira assinada) são crescentes. A

[12] Oficio Nº 62 de 30 de junho de 1952, encontrado no Arquivo Municipal na Prefeitura na qual fica aprovado o projeto de lei através dos membros da câmara municipal que nos mostrar: *"Para ser submetido à apreciação de V.Exia., juntamente com a dos ilustres membros da Câmara Municipal de Bragança, junto a projeto de lei que estabelece o Código Tributário deste Município".*

prefeitura adota diversos tipos de contratos de trabalho, conseguindo flexibilizar a relação contratual. Isso se torna um campo de manipulação e um marco de aprofundamento da exclusão, precariedade dos vínculos de trabalho e pauperização da vida. Essa situação evidencia a ausência de parâmetros que regulam a vigência dos direitos e a responsabilidade política.[13].

Paralelamente a esse contexto, no qual era necessário impulsionar a economia do município, percebemos que nunca foi plano do governo municipal oferecer amparo aos trabalhadores no que se refere a benefícios para esta categoria, que era de suma importância para o desenvolvimento econômico. O governo cria impostos para que esses trabalhadores tenham que pagar. Ora, são esses trabalhadores que desempenham suas atividades nas indústrias, no comércio e até mesmo no órgão público (Prefeitura), e não recebem o devido respeito. Embora alguns pudessem silenciar suas vozes diante de algumas regras, isso não impedia suas ações.

Diante da exploração e do não cumprimento do que consideravam ser seus direitos, muitos desses trabalhadores recorriam à justiça ou a qualquer órgão que fosse cabível. Havia também aqueles que não tinham onde recorrer, uma vez que trabalhavam por conta própria. Foi, em meio a este cenário de desenvolvimento urbano, que podemos identificar um contato cotidiano e intenso com a realidade da classe trabalhadora a partir dos mais diversos setores do mercado de trabalho bragantino, uma vez, que esses aparecem como elemento essencial para a sobrevivência social e econômica da cidade de Bragança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre a história dos trabalhadores no Brasil abre um leque de possibilidades, e a análise dos dados revela que, entre 1950 e 1960, no município de Bragança-Pará, houve uma agitação no cotidiano dos trabalhadores devido às mudanças experimentadas por essa classe durante as agitações comerciais no município. Esses eventos colocaram esses sujeitos no

[13] Uso dessas palavras para dizer que foram encontradas fontes de mandado de segurança, projeto de lei, atestado de funcionários e até folha de pagamentos desses funcionários encontradas no arquivo Municipal de Bragança.

centro do protagonismo social.

Através das documentações, percebemos que os trabalhadores dessa região poderiam estar insatisfeitos com a forma como eram tratados e recorriam à justiça em busca de seus direitos. Essa documentação é de fundamental importância para nossa pesquisa, destacando a riqueza de detalhes e a complexidade de uma realidade histórica. É por meio dela que podemos demonstrar como os trabalhadores lutavam por seus direitos.

Este estudo contribuirá para uma melhor compreensão da sociedade bragantina, especialmente da classe trabalhadora, no processo de construção de sua organização. Busca superar a cultura da reivindicação e da delegação, criando um ambiente propício para que esses trabalhadores se tornem sujeitos conscientes e ativos em seu próprio desenvolvimento. Além disso, há uma mudança no enfoque da qualidade total, antes voltada apenas para o aspecto organizacional, agora direcionada para a qualidade de vida no trabalho. Isso envolve uma maior participação dos trabalhadores, descentralização de decisões, ambiente físico seguro e confortável, e oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal.Tais aspectos são influenciados pelas mudanças nas relações trabalhistas contemporâneas, tendo como referência a Constituição, a Lei Maior do país.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BELLUCCO, H.; GONTIJO, R. **Sobre a historiografia do movimento operário**. Tempos Históricos, [S.l.], v.2, n.1,p.159–193, 2012. DOI:10.36449/rth.v2i1.6864.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930 – 1942: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas**. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

Conceição, Maria de Fatima Carneiro da. **Bragantina: um trem, a terra e a mandioca**. 1edº. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2022.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O pão nosso de cada dia (um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Capinas – S.P. Campinas 1993.

FREITAS, Marcos Cezar. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES. Ângela de Castro (Coordenadora). **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada** - Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Trabalhadores do mundo. A Era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Rebeldes primitivos. Estudos das formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1996.

MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol.2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960).** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

PEREIRA, César. **Sinopse da História de Bragança. 1ª edição**- Bragança-PA, 1962

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ZECA VACCARIANO
Ascensão mediante banditismo social no Sul Brasil da Primeira República

ZECA VACCARIANO
Rise through social banditry in the South of Brazil during the First Republic

HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA[1]

ERNOI LUIZ MATIELO[2]

RESUMO

Este artigo aborda a trajetória de José Antonio de Oliveira, conhecido como Zeca Vaccariano, executor do assalto ao grupo de pagadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ocorrido em 24 de outubro de 1909, no interior do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. Teoricamente, o trabalho se orienta pela perspectiva do banditismo social, tendo como pano de fundo um contexto histórico da República Velha em que um processo de modernização se articula na região sob a égide do mandonismo. Isso é desenvolvido metodologicamente apoiado em pesquisa bibliográfica e documental. Como objetivo central, o texto discute como o banditismo social representa elemento inerente à dinâmica social daquele espaço-tempo propiciando ao protagonista uma ascensão de assaltante a delegado de polícia.

Palavras-Chave: Banditismo Social. Zeca Vaccariano. Mandonismo. Ferrovia. Fronteira Sul-Brasileira.

ABSTRACT

This article addresses the trajectory of José Antonio de Oliveira, known as Zeca Vaccariano, who carried out the assault on the group of payers on the São Paulo-Rio Grande Railroad, which took place on October 24, 1909, in the interior of the state of Santa Catarina, in southern Brazil. Theoretically, the work is guided by the perspective of social banditry, against the background of the historical context of the old republic in which a modernization process is articulated in the region under the aegis of mandonism. This is developed methodologically supported by bibliographical and documental research. As a central objective, the text discusses how social banditry represents an element inherent to the social dynamics of that space-time, providing the protagonist with

[1] Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFFS). *E-mail* do autor: humberto.rocha@uffs.edu.br

[2] Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFFS). *E-mail* do autor: ernoy4@hotmail.com

an ascent from robber to police chief.

Keywords: Social Banditry. Zeca Vaccariano. Bossiness. Railroad. South-Brazilian border.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a trajetória de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, executor do assalto ao grupo de pagadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – (EFSPRG), ocorrido em 24 de outubro de 1909, no interior do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. O caso conferiu notoriedade ao protagonista que ficou conhecido como o primeiro assaltante a trem pagador a ser registrado na historiografia sul-brasileira.

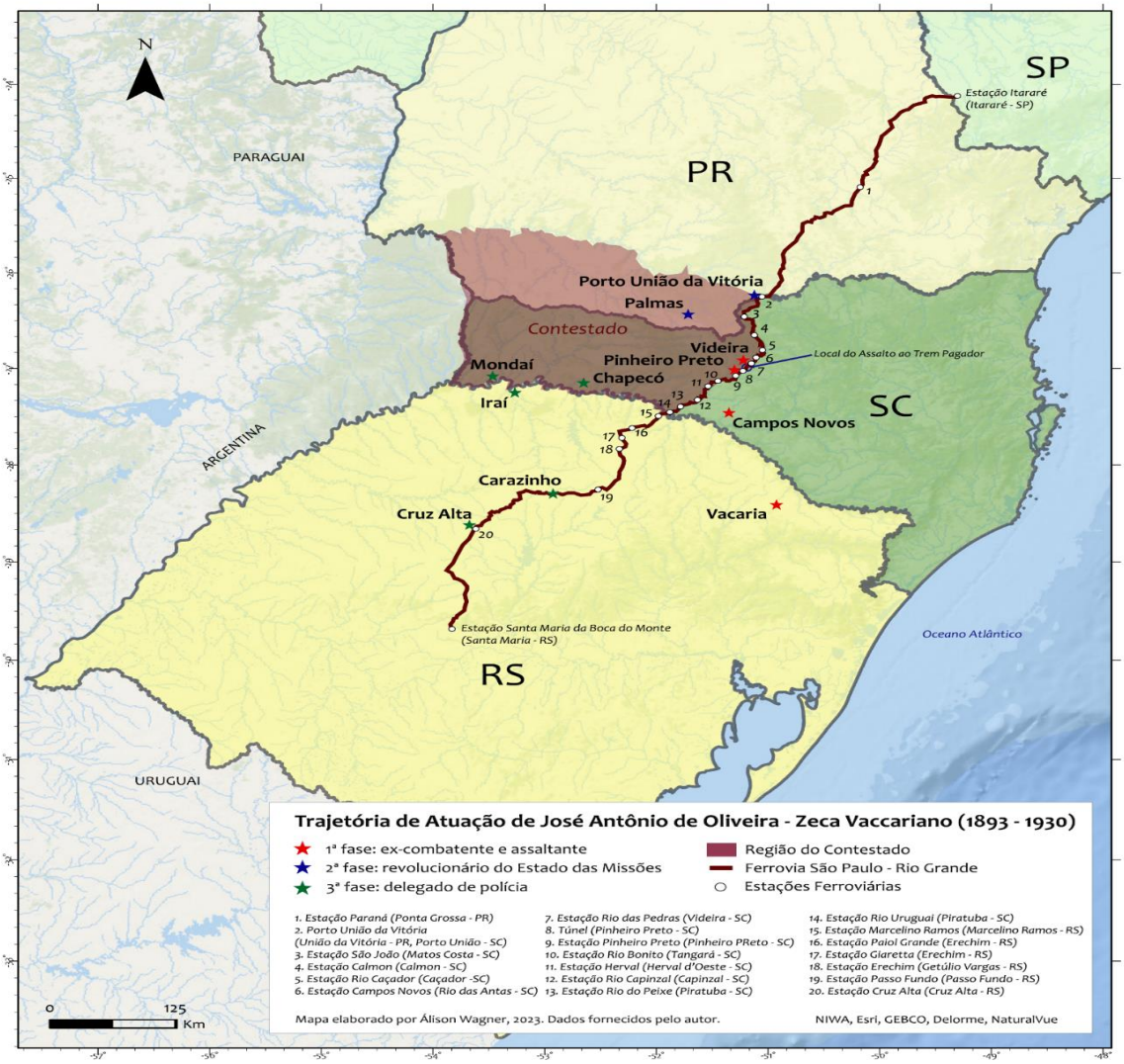
A "região do contestado", assim conhecida em função das disputas territoriais entre Brasil e Argentina, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e palco da Guerra do Contestado (1912-1914) corresponde a um espaço no qual acontece o caso em estudo que se caracteriza geograficamente como uma região de Floresta Ombrófila Mista, originalmente composta por imponentes árvores seculares, como o cedro, o angico, a imbuia, a canjarana, a canela preta e a grápia. A araucária, que fornecia o pinhão como principal constituinte da dieta das populações locais além de madeira para construções e a erva mate, importante produto econômico para o mercado catarinense da época, se destacam nesse aspecto da configuração do espaço. Estando em zona temperada, trata-se de uma das áreas mais frias do país, onde o relevo predominante de serras (Serra Geral) caracteriza uma região de sertão serrano que vai amenizando em direção ao litoral, caracterizando a outra configuração de relevo no estado de Santa Catarina. Complementarmente, essa região planáltica se encontra entre duas bacias hidrográficas importantes, a norte, a bacia do Iguaçu que tem como principais afluentes o rio Jangada, o rio Timbó, o rio Paciência e o rio Negro, todos alimentando o rio Paraná. Ao Sul, a bacia do rio Uruguai, sobretudo o Vale do rio do Peixe e o desemboque do rio das Antas, formam o palco principal do caso aqui estudado.

Sob essa configuração geográfica, estabeleceu-se uma ocupação do espaço em que inicialmente predominaram os indígenas (Kaingáng e Xocklén̄g),

seguidos dos caboclos que se miscigenaram em função das incursões a partir do sudeste brasileiro e pelas tropeadas a partir do século XVIII. Sucederam neste processo a chegada tanto de imigrantes estrangeiros (alemães, italianos e poloneses), quanto dos rio-grandenses evadidos daquele estado em função principalmente da Revolta Federalista (1893-1895), elemento fundamental para a compreensão da presença e atuação de Zeca Vaccariano na região do Contestado.

Na Revolta Federalista, ocorrida a partir do Rio Grande do Sul, é preciso destacar a presença do Coronel Manoel Fabrício Vieira, que lutou ao lado dos chimangos governistas provavelmente por sua ligação com José Gomes Pinheiro Machado que na época era senador da república pelo Rio Grande do Sul. Coronel honorário na revolta de 1893 foi nomeado coronel da Guarda Nacional em 1902 e alçado a delegado de polícia em Vacaria. Com o final da revolta e por motivos pessoais, o coronel deixou o Rio Grande do Sul se instalando na Fazenda Chapéu do Sol (região do atual município de Paula Freitas - PR, nas proximidades do Rio Iguaçu), de onde comercializava as já mencionadas araucárias e erva mate, além do notório envolvimento nas questões políticas do Estado das Missões, da Guerra do Contestado e da Revolta Federalista de 1923. E foi por intermédio de Fabrício Vieira – comandante na federalista e amigo – que Zeca Vaccariano também deixou o Rio Grande do Sul e se instalou no vale do Rio do Peixe numa parte da fazenda Rio das Pedras, de propriedade de uma família (Pontes) das relações de Fabrício Vieira na região do atual município de Videira - SC, a partir de onde se desenvolve o caso aqui estudado.

FIGURA 01. REGIÃO DO CONTESTADO DESTACANDO OS LOCAIS DE ATUAÇÃO DE ZECA VACCARIANO



Fonte: Matielo (2023, p. 107).

Essa relação entre o coronel e o subordinado pode ser compreendida no Âmbitos das relações de políticas próprias do período do final do império e início da república brasileira. Sob o espectro das relações de mandonismo, Zeca Vaccariano se inscreve como gente de Fabrício Vieira, a partir do que é possível compreender as relações de poder que permeiam a trajetória de ambos, sobretudo do protagonista deste estudo, mas também da dinâmica social daquele período histórico, naquela parte do Brasil. É sob essa perspectiva que, teoricamente, o banditismo social sobretudo na perspectiva de Anton Blok (1972), fundamenta a discussão que tem como pano de fundo aspectos

concomitantes como o mandonismo e a modernização do período da transição entre o império e a república.

A trajetória de Zeca Vaccariano sob a perspectiva do banditismo social é apresentada neste trabalho sintetizando de um trabalho de dissertação de mestrado recentemente defendido e recomendado para publicação. Metodologicamente, o texto se apoia em revisão de literatura e documentos oficiais acessados mediante pesquisas nos arquivos do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Cúria Diocesana de Vacaria - RS e na Casa da Cultura de Campos Novos - SC, de onde se destaca o processo-crime nº 1521 de 1918, instaurado para apurar o assalto ao trem pagador. A pesquisa bibliográfica e documental foi complementada com a análise de periódicos da época, além de entrevistas com estudiosos e populares de maneira a buscar preencher lacunas e considerar perspectivas diferentes sobre os fatos estudados.

O texto está estruturado em três partes: além dessa breve introdução, a primeira sessão aborda o período em que o protagonista combateu na Revolta Federalista ao lado dos chimangos até seu estabelecimento na região do Contestado catarinense; a segunda sessão aborda o fato do assalto ao trem pagador, evento que alçou Zeca Vaccariano ao banditismo social; a terceira sessão discute tanto o julgamento e absolvição do acusado quanto a sua surpreendente promoção a delegado de polícia no interior de Santa Catarina. Nas considerações finais é apresentado um apanhado das três sessões de maneira a demonstrar o banditismo social enquanto dimensão inerente da sociedade em questão.

1. UM EX-COMBATENTE NAS REDES DO PODER

Natural de uma região localizada entre Passo Fundo - RS e Vacaria - RS, José Antônio de Oliveira nasceu em 13 de janeiro de 1865, filho do de Cypriano Antônio de Oliveira e de Antônia Maria de Oliveira. Zeca Vaccariano, apelido que recebeu em função da sua origem de Vacaria, seguira os passos de seu então comandante revolucionário, o Capitão Manoel Fabrício Vieira, após ter sido soldado do Exército de Linha das tropas pica-paus (chimangos). Nos anos finais

do Século XIX, Zeca Vaccariano e um grupo de ex-combatentes apossam-se de uma quantia de terra da Fazenda Rio das Pedras, o que seria uma antiga sesmaria pertencente à família Pontes, que até onde se sabe, apresentava laços de parentesco e amizade com a família Vieira. Naquele local, ergueu morada temporária e, em seguida, abriu um armazém com o objetivo de atender aos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) bem como servir de ponto de parada de tropeiros vindos da região dos Campos de Palmas e Guarapuava-PR. Ao que tudo indica a ocupação teria sido de maneira pacífica e consentida, já que não há registros de animosidades ou exasperações sobre o ato (Thomé, 2009).

Com a construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) Vaccariano passou a liderar um dos grupos de empreiteiros, os chamados tarefeiros os quais contratavam trechos de roçada às margens do rio do Peixe, local que mais tarde receberia os trilhos da Estrada de Ferro. Zeca Vaccariano pactuou um trecho de abertura de picadas entre a região de Taquaral Liso (atual interior do município de Calmon-SC) e as imediações do que seria mais tarde a vila de Herval, no interior de Campos Novos (atual cidade de Herval d'Oeste - SC). Entretanto, no acerto de contas, o engenheiro Ernesto Kaiser, teria se desentendido com Vaccariano quanto aos valores a receber. Os recorrentes os atrasos nos pagamentos dos operários e casos de corrupção geravam revolta na região, nesse contexto, Vaccariano adentraria ao banditismo social.

O vocábulo “bandido” origina-se no latim (*bannitus*); o que no conceito italiano, *bandito* refere-se ao homem banido, o que independendo a razão, é posto como um fora da lei. A perspectiva comparativa como metodologia de análise para o banditismo constitui-se de um importante instrumento na detecção de importantes variáveis as quais tendem a aparecer, como é a questão do nível de controle estatal diante do monopólio da violência, o sistema de distribuição e legitimação da propriedade, o nível de desenvolvimento da sociedade civil, a natureza dos processos políticos, as formas de acumulação do capital, a relação entre as elites e o Estado e a condição de insegurança e miséria nas sociedades em que os casos são objeto de estudo (Saint Cassia, 2001).

Considerando o recorte espeço-temporal deste trabalho, política e violência se articulam com base no que Vitor Nunes Leal (1975, p. 20) explica

sobre o coronelismo como uma "forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa". A partir dessa coexistência, tais vínculos geram "um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras" (Leal, 1975, p. 20).

Sob este pano de fundo, o banditismo social é abordado partindo dos estudos pioneiros de Eric Hobsbawm, mas não sem alguma relativização, sobretudo mediante os escritos de Anton Blok, de maneira a enquadrar o caso em questão sob essa perspectiva teórica. No capítulo em que procura responder "o que é banditismo social", Hobsbawm assinala que o fator principal na análise é entendê-los como "proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados" (Hobsbawn, 2015, p. 36).

Na medida em que se estudam casos no sul do Brasil, mais forte se apresenta a tendência de relativização deste modelo original proposto por Hobsbawm. A natureza ambígua do caráter do bandido, sob a perspectiva do Estado e da comunidade, talvez seja o ponto central de inflexão na conceituação. Neste sentido, é sobre a segunda parte da afirmativa de Hobsbawm, quando ele menciona a admiração e o apoio da comunidade, que se dirigem as críticas mais contundentes ao modelo de Hobsbawm (2015). A crítica imediata feita por Anton Blok ressalta que "o que parece errado com a percepção de bandido de Hobsbawm é que ele presta muita atenção aos camponeses e aos bandidos. Antes de olhar para eles, é necessário olhar para a sociedade maior em que as comunidades camponesas estão contidas" (Blok, 1972, p. 498).

Avançando nesta relativização conceitual, o conteúdo político do banditismo, é destacado inferindo que o surgimento do banditismo político remete à costa do mediterrâneo, mais especialmente à Itália do século XVIII, onde o "*brigantaggio político",* ou seja, o "banditismo político", representava a categoria de bandidos sociais operando aliada a discursos políticos regionalistas

e nacionalistas. Nessa linha, é fundamental compreender o banditismo considerando as redes de grupos e classes, uma vez que, para atuarem, bandidos conjugavam diferentes tipos de forças protecionistas que se alternavam entre apoio de parentes e camponeses até a proteção de políticos e autoridades constituídas. Dessa forma, a abordagem relativiza a categoria revolucionária do bandido, uma vez que ao se aliar com o *status quo*, transita politicamente entre uma ala conservadora contrastante com posições próximas a grupos contestadores mais afeitos ao universo revolucionário (Blok, 1972, p. 498-500).

Isto é o foco central da linha argumentativa a qual configura o perfil de Zeca Vaccariano na definição e categorização de sua identidade bandida, embora ao referir-se ao Sul do Brasil, Loiva Otero Félix (1996, p. 35) reitera uma sensível diferença entre o modelo geral do coronelismo que marcou a política brasileira e o conceito de caudilhismo na condição de uma especificidade Sul-Brasileira. Para a autora, o perfil carismático no exercício militar de liderança e a condição de transitoriedade no caudilho, se contrapõem à fase de função política e do estilo mais permanente da ação coronelista sinalizando a tênue diferenciação entre os referidos contextos.

Nessa condição, o "banditismo político" pode ser entendido como uma variável daquilo que se conceitua amplamente como "banditismo social", uma vez que não seja possível separar do mesmo os componentes da violência e o uso do bélico. Nos preceitos do literário, tal categoria se estabelece a partir da estruturação do "mandonismo" e "filhotismo", as quais são inerentes ao coronelismo dos séculos XIX e XX, que na região Meridional é acrescida pelo caudilhismo. Esse modelo, além de catalisar a natureza "semiprivada" das relações sociais, evidencia o caráter belicoso dos homens de guerra e fronteira sulina.

As definições de Vaccariano, nessa perspectiva, também obedeciam a uma lógica que a conduzia para a priorização em atuar para um dos lados e a conveniência o atraia para a concentração dos poderosos, atrelado aos coronéis e políticos locais, como amplamente versado ao longo deste trabalho. Distante dos falsos ares de justiceiro vingador, é possível afirmar que embora pudesse sentir as agruras inerentes aos processos de transformação social e econômica,

José Antônio de Oliveira havia superado a condição de ervateiro, profissão que segundo Gaertner (1974), assegurou-lhe ganhos econômicos em um primeiro momento no Contestado, para associar-se ao poder de coronéis.

2. O ASSALTO AO TREM PAGADOR

Era domingo, 24 de outubro de 1909, quando por volta das nove horas da manhã o aparelho de telégrafo que ficava no escritório central da construção da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, localizado ao lado da Estação de Calmon, recebeu uma mensagem em regime de urgência do escritório que ficava na 2ª Residência da 7ª Divisão de Obras da Linha Sul. Por meio de código Morse, Pedro de Castro, chefe da residência baseada no quilômetro 150, comunicava ao engenheiro Achilles Stengel que instantes mais cedo um grupo armado realizara disparos com armas de fogo contra a comitiva pagadora da EFSPRS deixando dois mortos. Dois operários da ferrovia que passavam pelo local presenciaram ao tiroteio ocorrido no leito ferroviário. Surpreendido pelo informe inesperado, Achilles Stengel reagiu solicitando o detalhamento das informações uma vez que na comitiva encontrava-se Ernesto Kaiser, um amigo pessoal do engenheiro chefe, que atuava como desenhista, integrando a equipe de engenharia o qual havia estado pessoalmente com Stengel na noite a qual antecedeu os fatos quando do retorno da jornada de inspeções.

Para aumentar o suspense, o telégrafo emudeceu e Achilles ficou sem contato até o final do dia, momento em que sobreviventes chegaram na 2ª Residência e a linha telegráfica foi reestabelecida, garantindo nova comunicação. A informação dava conta de que um dos empreiteiros da EFSPRG, conhecido como José Antônio de Oliveira, codinome Zeca Vaccariano, na companhia de um numeroso grupo armado, havia atacado violentamente a comitiva que transportava valores para a 2ª Residência, destinado ao pagamento de tarefeiros, assaltando o emissário Henrique Baroni, tesoureiro da *Brazil Railway Company* e o engenheiro Ernesto Kaiser, tendo sido assassinados dois dos seguranças, Menério Bernardo e Guilherme Bernardo, os quais eram

irmãos. O grupo ainda teria ferido gravemente um terceiro segurança, Lino Ferreira, que mesmo machucado, conseguiu fugir.

A ocorrência aconteceu nas proximidades de um riacho que mais tarde recebeu o nome de Ribeirão da Cruz, no marco do quilômetro 152, que tempos depois foi designado como o quilômetro 208 da estrada férrea (Thomé, 2009). Na imprensa do Paraná, jornais do período detalharam o acontecimento a partir de relatos testemunhais que afirmaram que da 2ª Residência ao arranchamento de Vaccariano, o qual ficava no Km 152, o percurso era feito a cavalo, desviando do leito ferroviário, fazendo uma curva longa e em seguida atravessando uma ponte de 30 metros, construída sobre um riacho que antecedia a casa em que morava o tarefeiro.

Segundo relatado, o rancho era bastante espaçoso, tendo na esquina um balcão para negócios. Adiantando-se dos guardas da Companhia que conduziam o dinheiro em um cargueiro, Baroni e Kaiser seguiram caminho e quando passavam em frente a porta da casa de Vaccariano, foram surpreendidos pelo tarefeiro que saltou do balcão chamando o pagador. Baroni e Kaiser pararam, quando se observou as casas desertas. Vaccariano foi insistente, pedindo para que eles entrassem e, em seguida, perguntou a Baroni se ele portava dinheiro. Ouvindo a negativa do pagador, que se negou a entrar na casa e seguiu caminho atrás do cargueiro que a essa altura havia passado à diante, transportando o dinheiro. Vaccariano seguiu insistente, praticamente forçando que Kaiser descesse do cavalo, foi quando o mesmo desembarcou do animal e entrou. No instante seguinte, apareceram diversos indivíduos surgidos do interior da casa e dos fundos, os quais agarraram Kaiser pelos braços e pelo corpo, desarmando-o. Baroni, que seguia mais à frente pelo leito onde seriam assentados os trilhos, cerca de 50 metros da casa de Zeca, estava acompanhado por Menério e Guilherme, posicionados ao lado do cargueiro, enquanto Lino seguia adiantando-se (*Diário da tarde*, 29/10/1909; *Diário do Paraná*, 29/10/1909).

Ouvindo vozes que vinham por de trás dele, Baroni voltou-se compreendendo em seguida que corria perigo e logo após ouviu os primeiros disparos de armas de fogo. De imediato saltou do animal e rolou na rampa da estrada sacando da arma para revidar quando percebeu que estavam em

desvantagem, uma vez que o grupo de assaltantes era grande, logo, rolou pelo barranco do rio e permaneceu escondido. Os camaradas não resistiram a primeira descarga e caíram mortos. Mesmo ferido no ombro, Lino correu perseguido pelos bandidos que com novos disparos balearam-no na perna. Os assaltantes chamaram por Baroni e como ele não atendeu, fizeram Kaiser buscá-lo às margens do rio. Ao avistar Kaiser, Baroni voltou sendo levado para a casa de Vaccariano, que o perguntou cinicamente se estaria ferido. Ao responder que não, os assaltantes passaram a revistá-lo, tirando-lhe as chaves das malas. Baroni pediu para que Vaccariano não extraviasse os documentos, obtendo a resposta de que o interesse era apenas pelo dinheiro. Neste momento, alguns membros do grupo de assaltantes se aproximaram sugerindo que o melhor a fazer seria matá-lo. Vaccariano, no entanto, respondeu negativamente ao ato, uma vez que teria dado a palavra de honra à Kaiser, de que pouparia a vida do pagador. Em seguida, o chefe do grupo ordenou que a dupla responsável pelo pagador seguisse estrada à fora e que só retornassem ao final do dia, sendo escoltados pelo bando até certa altura. Kaiser e Baroni obedeceram às ordens e permaneceram no Km 157 até o fim da tarde, quando regressaram para a 2ª Residência (*Diário da Tarde*, 29/10/1909; *Diário do Paraná*, 29/10/1909).

Uma declaração dada à imprensa de Ponta Grossa por um trabalhador que acompanhou o caso, oferece versão diferente ao atentado criminoso. Segundo o relato, na véspera do atentado contra o trem pagador, na noite de sábado, Baroni e o grupo de pagadores da EFSRG, incluindo dois fiéis camaradas, decidiram pernoitar na casa de Ernesto Kaiser, engenheiro residente da 2ª Divisão. No dia seguinte, a comitiva tomou chá às sete horas da manhã e na companhia de um engenheiro e de Lino Ferreira, o qual era um dos camaradas, seguiram linha abaixo, na direção de Uruguay (nome da última estação ferroviária no estado catarinense), quando depois de mais de uma hora de viagem, foram surpreendidos por uma descarga feita da mata que atingiu Menério, derrubando-o fulminado, deixando Guilherme e Lino Ferreira, feridos. Novos disparos foram feitos em direção de Guilherme que também foi atacado à faca e assassinado. Mesmo ferido, Lino procurou salvação e tentou correr pela mata e mesmo sendo perseguido conseguiu escapar. Em seguida, Vaccariano

fecha o cerco e aprisiona Baroni e Kaiser arrancando deles as armas e tudo o que tinham.

O grupo de bandidos leva o cargueiro que transportava o dinheiro tocado a galope para um local conhecido como Gramados. Baroni e Kaiser foram adiante, no local onde existia um arranchamento de turmas e funcionava a venda e moradia de Zeca. Tão logo recebeu a notícia, o chefe de turma reuniu os trabalhadores e partiu em busca dos cadáveres. Revoltados, os trabalhadores atacaram as moradias, incendiando os ranchos onde moravam os envolvidos no atentado. Durante a noite, enquanto os corpos eram velados, seis dos integrantes do grupo se aproximaram do arranchamento, mas ao verem os ranchos queimados como sinal de represália, fugiram do local (*Diário da Tarde*, 27/10/1909).

A emboscada de Zeca Vaccariano e um numeroso grupo de homens garantiu a posse de um expressivo volume de dinheiro, considerado até a atualidade como um saque recorde, valor que no período representava 15% da arrecadação anual do tesouro estadual. No interior da atual cidade de Pinheiro Preto - SC, uma cruz erguida às margens da ferrovia faz homenagem aos seguranças Lino Ferreira, Menezes e Guilherme, mortos na emboscada. Com a fuga dos salteadores a partir do ocorrido, o líder Vaccariano passou a ser convencionado, historicamente, como um bandido lendário (Thomé, 2009).

3. **ABSOLVIÇÃO E ASCENSÃO DE VACCARIANO**

O tarefeiro Zeca Vaccariano assaltou o trem pagador da colonizadora expropriadora, mas a motivação por trás do crime assentou-se, principalmente, em apossar-se do dinheiro de que ele precisava. Muito provavelmente o caso assumiu tais dimensões por conta do montante do assalto. Para se ter uma noção aproximada do que o montante de 375:300$000 (trezentos e setenta e cinco contos e trezentos réis) representava para o período, basta comparar com o orçamento geral do estado de Santa Catarina para 1911, que segundo Machado (2008), era de 2.000:300$000 (dois mil contos de reis). Dessa maneira, podemos observar que a quantia levada se aproximava de 15% (quinze por cento) de toda a arrecadação catarinense. O valor era suficiente na primeira

década do século passado para comprar 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) lotes urbanos em áreas nobres no centro de Curitiba, que na edição do Diário da Tarde da capital paranaense de 2 de janeiro de 1911, eram oferecidos ao preço de 100$000 (cem réis) (*Diário da Tarde*, 02/01/1911). Ao buscar um dimensionamento para a quantia, Thomé (2009) afirma que a quantia era de expressão para a época, valor suficiente para pagar o salário de pelo menos quatro mil trabalhadores braçais.

As investigações levaram a descoberta de que os valores do assalto foram divididos entre os criminosos ainda no dia do crime, no "Passo do Tigre", local para o qual o bando vacariano se dirigiu após o assalto. Ao longo da fase de inquérito, observa-se que nenhum instante os coronéis Manoel Fabricio Vieira, Henrique Rupp ou Maximino de Moraes, foram inquiridos a depor, mesmo diante de indícios substanciais da participação de ambos.

Designado ao júri, finalmente Vaccariano foi levado a julgamento. O réu concordou em partes com a acusação. Já a defesa de Zeca apresentou uma única testemunha, o fazendeiro Irineu Cheis, o qual reiterou a linha argumentativa comumente evocada de que os operários de Vaccariano executaram o assalto a fim de receber o pagamento, e de que nenhuma disposição do contrário por parte de Zeca impediria a ação de seus camaradas (Moraes, 2020, p. 173; *Translado Apelação crime João Mariano*, 1918; Brasil, 1918, p. 25). A absolvição de Zeca Vaccariano por unanimidade em todo os quesitos, expõe segundo Moraes (2020), a designação ao Tribunal do Júri como fator decisivo para a absolvição. O autor argumenta que o júri era o setor do judiciário mais afeito a influências da política local. As manobras jurídicas executadas pelos advogados iam muito além do uso do poder político e econômico, adentrando à esfera da articulação das listas de jurados, fortemente influenciada por coronéis que garantiam que os "sorteios" ocorressem na conivência dos interesses coronelísticos (Moraes, 2020, p. 173; Brasil, 1918, p. 25).

Antigo aliado de coronéis locais, Vaccariano participou ativamente da Revolta Federalista (1983-1987) e mesmo na condição de foragido da justiça pelo assalto ao trem pagador, integrou as colunas de homens de José Cleto da Silva posicionando-se como liderança de luta pela criação do Estado das

Missões, promovendo saques e instaurando o caos em diversos locais da região do Contestado (Moraes, 2020, p. 174; *O dia*, 17/08/1917).

Após o assalto, Vaccariano teria se juntado ao movimento que pretendia a criação do Estado das Missões. Tendo a primeira tentativa em 1910 e a dispersão do movimento separatista de 1917, Zeca Vaccariano, assume uma nova vida nas encostas do rio Uruguai, no Extremo Oeste Catarinense. Naquela região, Vaccariano inicia novas atividades econômicas com a criação de gado, extração de erva-mate e especialmente a retirada de madeiras, atuando com protagonismo na navegação balseira do rio Uruguai, o que lhe garantia prestígio social e novas possibilidades de rendas as quais somavam-se com ações de contrabando na fronteira com a Argentina (Thomé, 2009).

José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, temido pela valentia e especialmente, segundo Breves (1985), por ter assaltado o trem pagador, após ter se estabelecido nos Sertões do Oeste do estado, passou a desenvolver profundas relações com Fidêncio Mello, o qual se revelara correligionário político de Henrique Rupp Júnior, filho do coronel camponovense, Henrique Rupp, o qual também mantinha ligações com Vaccariano, segundo Oliveira Brito (2016), desde a chegada do ex-combatente ao estado de Santa Catarina.

É neste horizonte ao longo do emergente processo de colonização do Oeste catarinense e reconfiguração de poder governamental, que Zeca encontra as condições ideais para fixar-se na foz do rio das Antas, área estratégica onde mais tarde se originaria o povoado de Porto Feliz (atual município de Mondaí - SC) (Koelln,1980; Breves,1985; Thomé, 2009).

Por longo período, Zeca Vaccariano, tomado como nome de referência na atividade balseira no rio Uruguai, profundo conhecedor do curso das águas e suas quedas e cachoeiras, manteve ajuda mútua com os colonizadores de Faulhaber (Koelln,1980). Aproveitando-se do prestigio a ele auferido, seja pelos negócios bem sucedidos, pelo temor das ações e especialmente pela conduta permeada pelos mais amplos conceitos do coronelismo, como “mandonismo”, “clientelismo”, “patrimonialismo”, “parentela” e “compadrio, versados na segunda sessão do primeiro capítulo, José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano promove uma virada de chave na biografia (Thomé, 2009, p. 51; Leal, 1980, p. 12-13; Carvalho, 1985, p. 133-148). Como recompensa pela fidelidade aos

interesses políticos do coronel Fidêncio Mello e o grupo de apoiadores, é alçado ao cargo de subdelegado, que representava o posto de delegado de polícia na região de Mondaí, jurisdição de Passo Bormann, atual município de Chapecó - SC (Thomé, 2009; 2012). A nomeação expedida por Hercílio Luz, reforçou os propósitos daquilo que Vaccariano sabia fazer de melhor: exercer a força da lei, agora legalizada e combinada com as atividades econômicas. O distintivo de autoridade policial concorria para uma outra especialidade do personagem, que envolvia derrubada da mata e a retirada de madeiras. Com grandes áreas de floresta virgem, pertencentes ao estado e aos colonizadores, o delegado Zeca reinou absoluto (Koelln, 1980; Thomé, 2012).

A biografia de Zeca Vaccariano ganha novos contornos a partir de maio de 1922, momento em que comitiva do pastor e colonizador Hermann Faulhaber aporta na margem catarinense do rio Uruguai, fundando o povoado de Porto Feliz (atual município de Mondaí - SC). Por longos períodos, a relação entre Vaccariano e o bando até certo ponto, revelou-se recíproco com o grupo de colonizadores alemães da comunidade recém fundada. Mas com o passar dos anos, Zeca revelou-se uma ameaça para a vila, ao passo que avançava sobre terras dedicadas à colonização e com o uso do cargo de delegado, legitimava suas ações de derrubada e escoamento de madeiras nobres pelas balsas do rio Uruguai (Matielo, 2023). Diante do cenário estabelecido, o grupo de colonizadores percebeu que uma ação violenta, não produziria o resultado desejado e após diversas discussões, tomou uma decisão diplomática: ao invés do enfrentamento com Zeca, decidiram recompensá-lo em 100$000 (cem contos de réis), pelos serviços prestados e decorrente destituição (KOELLN, 1.980, p. 38).

Vaccariano ainda teria permanecido por certo período na comunidade, mas a partir da destituição do personagem, os relatos tornam-se menos frequentes. Contudo, da segunda metade da década de 1920 até os anos iniciais da década de 1930, José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, recebe diversas citações jornalísticas, especialmente sobre a atuação do personagem em episódios isolados dos acontecimentos revolucionários do período (Matielo, 2023).

Os últimos dias da vida de Zeca Vaccariano, são cercados de mistérios e

especulações, contudo, a versão mais aceita para o fim da vida do personagem, é apresentada por Oliveira Brito (2016), que afirma que Vaccariano teria tido o capítulo final de sua saga biográfica marcada pela enfermidade. Sentindo o peso da idade recaindo sobre os ombros, o então ex-combatente da Revolta Federalista, destemido executor do Assalto ao Trem Pagador, balseiro do Uruguai e ex-delegado de polícia, já com 67 anos de idade passaria a sentir a debilidade do tempo (Oliveira Brito, 2016).

Após ter acompanhado as forças regimentais da Revolta de 1930, até a cidade de Santo Ângelo, no Noroeste do Rio Grande do Sul, revela Oliveira Brito (2016), que Zeca Vaccariano hospeda-se em um hotel local e antes de partir para o combate no interior paulista, acabou falecendo na presença de alguns poucos amigos. Um inimaginável término de vida para um ex-combatente que foi da demonização pública como assaltante à glorificação do posto de delegado, tendo o fim da linha marcado pela morte anônima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Zeca Vaccariano mostra um contexto complexo, no qual o período histórico, as questões geográficas, o cenário de transição política, transformação econômica e modernização e especialmente as forças políticas edificadas sobre os pilares do coronelismo, somam elementos decisivos os quais concorreram para a deflagração do assalto.

O assalto ao trem pagador reúne subsídios suficientes para estabelecer-se como um episódio na órbita dos acontecimentos que integram a Guerra do Contestado (1912-1916), cujos desdobramentos, seguem na paralela da contenda deflagrada no território em litígio, representando um destacado contributo na escalada para a violência do período.

Vivendo inicialmente como ervateiro, em seguida, Vaccariano se torna comerciante na então região de Rio das Pedras e em função das obras ferroviárias, firma-se como empreiteiro de uma audaciosa obra severamente caracterizada pela estruturação oligárquica mandonista, na qual ele vai assumindo um papel importante no quadro de relações de poder mediante o atendimento das demandas de grandes coronéis, tendo a maioria de suas ações

as quais ganharam notoriedade na imprensa da época, vinculadas à figura do coronel Manoel Fabrício Vieira. Não por acaso Zeca foi atrelado, quando do episódio do assalto, como sendo gente da família Vieira.

Julgado e inocentado, evidências nos autos da fase de inquérito e pós-processual, demonstram que Zeca tentou atenuar os efeitos do crime do pagador poupando a vida do tesoureiro Henrique Baroni e do engenheiro Ernesto Kaiser. Mesmo sendo aceito como o mandante do crime, possivelmente Zeca entrou e saiu de cena naquele domingo, possivelmente, sem ter disparado um tiro se quer.

Esse deslocamento conceitual, culmina com o cargo de delegado de polícia conferido a Zeca Vaccariano, que aufere ao personagem central deste trabalho uma condição simbólica, fazendo do ex-combatente, assaltante do trem pagador, uma espécie de celebridade mítica dos sertões. Notadamente, a indicação de Vaccariano ao cargo, deu-se em uma condição muito especial, proporcionada pela relação pentagonal, envolvendo o cel. Manoel Fabrício Vieira, a quem atendia prioritariamente e era sócio, o senador Gomes Pinheiro Machado, conselheiro pessoal, o qual enviou o próprio sobrinho, Salvador Carneiro Pinheiro, vulgo Dente de Ouro, para integrar o grupo de Vaccariano, o coronel Henrique Rupp, o qual supostamente teria fornecido as armas para a emboscada do pagador, e por último Fidêncio Mello, que servia aos interesses de colonização a família Rupp, e se tornou sócio de Vaccariano nas atividades extrativistas no Oeste Catarinense. Muito provavelmente, o posto de delegado de polícia foi confiado a Zeca como uma espécie de recompensa pelos seus feitos, inclusive o assalto ao trem pagador cuja divisão dos valores subtraídos continua uma incógnita perdida no espaço-tempo da história.

Do ponto de vista teórico, o caso de Zeca Vaccariano inclui elementos que podem contribuir para o aprofundamento da discussão acerca do banditismo social em sua complexidade, desviando de conceituações estanque tais como do bandido nobre que tira dos ricos para dar aos pobres. O que o caso evidencia é que o banditismo social pode ser tomado como inerente a uma dinâmica social, segundo a qual essa opção representa a possibilidade de ascensão social.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOK, A. **The peasant and the brigand**: Social Banditry reconsidered in: Comparative studies in Society and History. Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, n. 4, September 1972.

BRASIL. Processo crime Zeca Vaccariano nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos.

BREVES, Wenceslau de Souza. **O Chapecó que eu conheci.** In: Boletim do IHGSC, n.6, 1985.

CARVALHO, J. M. de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

Diário do Paraná, de Ponta Grossa, 01 de novembro de 1909; 29 de outubro de 1909.

Diário da Tarde, de Curitiba, 16 de março de 1908 a 31 de dezembro de 1908; 02 de janeiro de 1909 a 31 de dezembro de 1909; 01 de janeiro de 1910 a 31 de dezembro de 1910; 02 de janeiro de 1911.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1.908 -1915).** Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FERRERAS, Norberto O.. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. História, São Paulo, 22 (2) 211-226, 2003.

GONZÁLEZ, P. J. J.. **Introducción al Bandolerismo**. Revista Innovación y experiencias educativas, Madrid, n. 15, p. 1-10, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos.** 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz**. A História de uma Colonização às Margens do Rio Uruguai. Mondaí - SC, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1980. (2ª ed. Alfa-Omega, 1975).

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: A formação e Atuação das Chefias Caboclas (1912 – 1916). 1ª Ed. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.

MATIELO, Ernoi Luiz. **A Saga Indômita de Zeca Vaccariano: Muito Além do Assalto ao Trem Pagador.** Chapecó. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.

MEIRINHO, J.. 1893-1894: **história e historiografia da revolução em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **A terra em disputa: câmara municipal versus juízes comissários.** História Unisinos, v. 19, n. 2, p. 229-241, maio/ago. 2015.

O Dia, de Florianópolis, 18 de fevereiro de 1917.

OLIVEIRA BRITO, Eloy de. **Um pouco da Minha Vida 1888-1988**. 1ª ed. Soledade, RS: Editora Sagrada Família, 2016.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v. (Coleção Farol do Saber).

PEREIRA, Clarissa Josgrilberg (Org.). **Jornalismo Comparado**: Um Dia na Imprensa Brasileira. 1ª ed. Edifurb, 2016.

PESAVENTO**,** Sandra Jatahy**. A Revolução Federalista.** São Paulo – SP: Editora Brasiliense S.A., 1983.

PRIORI, A. et al. **A Revolução Federalista e o cerco da Lapa**. In: PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 23-33.

SAINT CASSIA, P.. Banditry. In: STEARNS, P. N. et al. **Encyclopedia of European social history from 1350 to 2000**. v. III. New York: Charles Scribner's Sons, 2001. p. 373-382.

SÊGA, R. A.. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná**. 2ª ed. Curitiba, PR: Instituto Memória, 2008.

SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas.** Papelaria Globo – Rua 1° de Março, 15, CORITIBA, 1920.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória, 1769-1933**. União da Vitória: Ed. do Autor, 1933.

THOMÉ, Nilson. **Nilson Thomé: entrevista** [ago. 2012]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Lages,SC: Primeiro Assalto ao Trem Pagador, 2012. 1 sonora. Entrevista concedida ao Primeiro Assalto Ao Trem Pagador - Extras.

THOMÉ, Nilson. **O Assalto ao Trem Pagador**: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil. Pinheiro Preto, SC: Edição do autor, 2009.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

REVOLUÇÕES EM PERSPECTIVA

Estados Unidos, América Hispânica e Brasil entre o Liberalismo e o Federalismo (Séculos XVIII e XIX)

REVOLUTIONS IN PERSPECTIVE

United States, Hispanic America and Brazil Between the Liberalism and the Federalism (18th and 19th Centuries)

LUIS EDUARDO B. AZEVEDO[1]

RESUMO

O presente artigo busca analisar algumas das temáticas abordadas pela Historiografia no que diz respeito às Américas de origem inglesa, espanhola e portuguesa, sobretudo no que se refere à temática da construção do Estado Nacional e das diferentes concepções de liberalismo e federalismo em torno desses três vieses. Com base nisso, nosso recorte espaço-temporal dará enfoque aos processos de independência (também chamados pela Historiografia pelo nome de "revoluções") ocorridos nos Estados Unidos, na América de origem hispânica e, por fim, no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, sob o ponto de vista de uma bibliografia fundamental para a temática aqui discutida. Com isto seremos capazes de analisar, comparativamente, tais movimentos ocorridos na América e compreender quais foram as suas semelhanças e diferenças em torno dos seus ideais liberais e federalistas, além de levantar possíveis questões em relação aos conceitos empregados pelos autores analisados e que, de acordo com os diferentes cenários, projetam visões específicas sobre o espaço americano.

Palavras-chave: Revoluções Americanas. Liberalismo. Federalismo. Séculos XVIII-XIX.

ABSTRACT

The present paper seeks to analyze some of the subjects addressed by Historiography concerning the English, Spanish and Portuguese Americas, mainly about the national state construction theme and the different conceptions of liberalism and federalism around the Americas. Based on this, our spatial-temporal selection will focus on the independency processes (also called by Historiography as "revolutions") occurred in the United States of America, in the Hispanic America and, eventually, in Brazil, between the 18th and the 19th centuries, from a fundamental bibliography point of view of the subject here

[1] Mestre em História e Cultura Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP – Franca). *E-mail* do autor: luis.azevedo@unesp.br.

discussed. Hence, we will be able to analyze, comparatively, these movements in America and comprehend which were their similarities and differences concerning their liberals and federals ideals, as well as raise possible questions about the concepts used by the examined authors, who, according to the different scenarios, project visions about the American space.

Keywords: American Revolutions. Liberalism. Federalism. 18th and 19th Centuries.

INTRODUÇÃO

Como forma de iniciarmos os nossos trabalhos, realizamos uma indagação que se faz essencial e que nos auxiliará a encontrar uma direção mais concreta para a construção do nosso texto: de que forma determinados conceitos foram apropriados pela Historiografia que se debruçou a discutir as independências americanas entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo no que diz respeito à construção de um Estado Nacional, levando-se em consideração as concepções de federalismo e liberalismo até então existentes à época e que, consequentemente, estiveram presentes no pensamento de seus idealizadores?

De forma ainda mais específica, podemos nos questionar a respeito de quais maneiras estes conceitos foram utilizados para definir – e também para diferenciar – os processos independentistas das Américas, considerando-se, para isso, três importantes momentos na História: a independência dos EUA (cujo processo se deu entre 1775 e 1783, quando, enfim, a Inglaterra reconheceu a emancipação daquele país, a despeito de os EUA terem declarado sua independência já no dia 04 de julho de 1776); as independências das chamadas Américas hispânicas, ocorridas a partir de 1810 e que teriam perdurado até, aproximadamente, o ano de 1825, com o término da Batalha de Ayacucho, culminando com a independência do Peru; e, finalmente, a independência brasileira, realizada oficialmente em 07 de setembro de 1822 (mas consolidada, de fato, em 02 de julho de 1823, com a retirada portuguesa da Bahia).

Destarte, as discussões sobre tais processos serão conduzidas tomando como base as interpretações de autores considerados como referências na temática deste artigo, os quais se dedicaram às diferentes áreas aqui destacadas, como Isaac Kramnick, quando nos referirmos à chamada Revolução

Americana de 1776; Mónica Quijada, François-Xavier Guerra, José Carlos Chiaramonte e João Paulo Garrido Pimenta, para falarmos sobre as revoluções hispânicas; Izabel Andrade Marson, Cecília de Salles Oliveira, Garrido Pimenta (mais uma vez), Ivo Coser e Christian Cyril Lynch, para o caso brasileiro.

Complementarmente a isso, nosso texto perpassa por discussões descritivas e conceituais, sobretudo no que se refere aos conceitos de nação e liberalismo, as quais nos auxiliarão a compreender as nuances existentes em cada uma dessas diferentes temporalidades, de acordo com o momento político e social pelo qual cada nação, a partir de então existente, vivenciava de forma regional.

As abordagens aqui delineadas visam conduzir o leitor para uma compreensão sobre a forma pela qual as diferentes construções nacionais e, consequentemente, o processo das revoluções ocorridas na América dos séculos XVIII e XIX, ocorreram e são retratados pela Historiografia, contribuindo, neste caso, para que novos estudos venham a ser realizados.

Dessa forma, o artigo aqui apresentado fará, mais diretamente, um levantamento sobre a bibliografia consolidada acerca do tema das emancipações americanas, além de suscitar uma discussão e contribuição sobre os estudos históricos das revoluções americanas, pensando-se em suas singularidades, mas, também, em seus aspectos mais abrangentes, e guiando-se a partir de alguns eixos em comum entre os três movimentos aqui mencionados.

Serão revisitadas, neste âmago, algumas das principais discussões realizadas sobre o assunto, além de buscar novas compreensões sobre a temática estudada, evidenciando as mudanças sofridas tanto pelas nações em construção quanto, de maneira correlata, os próprios conceitos a elas associados. Com isso será possível analisar, caso a caso, os processos de construção nacional, as reformas políticas e as revoluções de caráter emancipacionista existentes no período em questão.

1. OS CAMINHOS PARA A “REVOLUÇÃO AMERICANA”

Os movimentos independentistas na América tiveram início na década de

1770, quando as Treze Colônias Inglesas, localizadas na porção norte do continente americano, passaram a reivindicar a sua emancipação política em relação à Inglaterra, uma das metrópoles responsáveis pela colonização da região.

Ainda que o termo "Revolução Americana" nos pareça muito abrangente, aqui ele diz respeito aos movimentos emancipacionistas que deram origem a Estados independentes, cuja independência foi oficialmente declarada no dia 04 de julho de 1776. A partir de então, a busca pela unificação destes Estados passou a ganhar corpo com a elaboração de uma Constituição Federal, consolidada apenas em 1787.

É salutar questionarmos, inicialmente, quais foram os motivos que levaram às primeiras tentativas de ruptura com os ingleses e à consequente independência americana. Ao final da Guerra dos Sete Anos[2], a situação nas Treze Colônias não era das melhores. Seus colonos reivindicavam, há anos, melhores condições de vida (econômicas, sociais e políticas), a fim de que a metrópole inglesa não cobrasse tantos impostos e não explorasse os seus habitantes. Contudo, o que se viu foram medidas cada vez mais exigentes adotadas pelo Parlamento Britânico, além de uma instabilidade governamental existente na imagem do monarca inglês George III, que enfrentou inúmeras dificuldades em seus primeiros anos de reinado.

Um dos primeiros exemplos neste sentido diz respeito a duas novas leis instituídas pelos ingleses: a Lei da Receita de 1764 (popularmente conhecida como Lei do Açúcar) e a Lei do Selo, de 1765. Como bem observamos em relação a esta primeira lei:

> O texto estabelecia que o valor arrecadado seria destinado a custear a administração colonial. Reduzia o imposto sobre o melaço estrangeiro em 50%, mas instituía também taxas para a importação de bens de luxo europeus, tais como linho, seda e vinho. Ademais, restringia a exportação de determinados produtos, como pele e couro, tornando a Inglaterra o único mercado comprador.

[2] A **Guerra dos Sete Anos** foi um confronto entre a Inglaterra e a França ocorrido entre os anos de 1756 e 1763, mas não se restringiu apenas à Europa. A França contava com o apoio militar dos austríacos e procurava reduzir o poderio britânico na América do Norte e na Índia. Com isso, tropas francesas se uniram a tribos indígenas e passaram a atacar as colônias inglesas. As colônias, por sua vez, tiveram de se unir à Coroa Inglesa para derrotar os franceses. Os ingleses saíram vencedores, mas o saldo foi negativo, dados os altos custos envolvidos e a presença cada vez mais constante de um sentimento de autonomia entre as colônias.

> Receosas dos efeitos sobre a economia e ressentidas com o aumento de tributos, oito das 13 colônias enviaram petições respeitosas ao rei contra a Lei do Açúcar. A lei inspirou também protestos locais, como boicotes aos produtos importados sobre os quais incidiam as novas e mais altas taxas alfandegárias. [...] Embora inicialmente esse movimento tenha gerado pouco efeito sobre a economia britânica, mais tarde desempenhou papel importante na afirmação do poder e da independência das colônias (Driver, 2006, p. 11-12).

Os colonos, já insatisfeitos com a situação, quase não tiveram tempo para associar bem esta primeira lei e, já no ano seguinte (1765), foram notificados de uma nova lei, desta vez conhecida como a Lei do Selo. Com o intuito de aumentar as receitas vindas das suas colônias na América do Norte, o Parlamento estabeleceu que "[...] todo o material impresso estaria sujeito a selagem, desde jornais e panfletos até certificados e documentos legais, e os selos passariam a ser adquiridos de agentes americanos nomeados pela coroa." (Driver, 2006, p. 12).

Tal atitude não foi bem recebida pelos colonos, sendo que alguns grupos de comerciantes passaram a se manifestar contra as medidas adotadas: agentes de selos foram agredidos e uma série de selos destruídos, mulheres passaram a produzir tecidos artesanais, a fim de evitar a importação da Inglaterra e o comércio britânico teve uma redução significativa em razão dos boicotes organizados (Driver, 2006, p. 12-13).

Estes fatores nos possibilitam enxergar alguns dos precedentes da independência de julho de 1776, mas não o fato ocorrido em si. A partir da instituição dessas leis, assembleias estaduais passaram a ser convocadas com maior frequência nas colônias, com o intuito de se manifestarem contrariamente à prática dessas medidas. O trabalho exercido pelo Congresso americano não procurava, inicialmente, uma separação entre os britânicos e os colonos, tendo em vista que os americanos continuavam jurando lealdade à Coroa Inglesa. Contudo, desejava-se que seus direitos fossem respeitados e que tivessem certa autonomia quanto às decisões tomadas nas próprias colônias, algo que foi reduzido após o término da Guerra dos Sete Anos.

Após alguns confrontos militares ocorridos no decorrer das décadas de 1760 e 1770, a relação entre o Parlamento Britânico e as assembleias estaduais

foi diretamente estremecida. Com o fracasso das Leis *Townshend*[3], revogadas em 1770, o domínio da Coroa em relação às colônias reduzia cada vez mais, sendo que em 1774 houve uma nova investida por parte da Coroa: a criação das Leis de Coerção (ou Leis Intoleráveis), que procurou dar uma resposta aos protestos contra o chá que era importado à América.

> Com esperança de isolar Massachusetts, o Parlamento britânico fechou os portos americanos até que o chá fosse pago [após o episódio da *Tea Party*, quando americanos disfarçados, liderados por Samuel Adams, embarcaram em navios britânicos e jogaram as folhas de chá ao mar], alterou o sistema de governo na colônia, passando o controle para a Grã-Bretanha, e permitiu o confisco de propriedades para acantonar o exército da coroa. (Driver, 2006, p. 16-17).

Como resposta às leis definidas pela Coroa, a assembleia da Virgínia convocou um Congresso com a presença de representantes das Treze Colônias, ocorrido na Filadélfia em 12 de setembro de 1774, sendo que apenas a Geórgia não esteve presente. Neste Congresso foram discutidas uma série de medidas para refrear o domínio britânico e garantir a autonomia das colônias, uma vez que elas não eram representadas diretamente no Parlamento, também em vista da distância existente entre as colônias e a metrópole.

Os americanos procuravam, com o Congresso Continental de 1774, retirar as restrições impostas pelo Parlamento Britânico e melhorar a relação com a Coroa, comprometida após as leis que visavam ao aumento do lucro pago por elas. O Parlamento respondeu de forma moderada, mas poucas exigências foram atendidas, sendo que as sanções a Massachusetts foram mantidas.

Em 10 de maio de 1775 ocorreu o Segundo Congresso Continental, sob a presidência de John Hancock. Este Congresso aconteceu em meio a lutas entre britânicos e americanos, após a Lei de Coerção ser colocada em prática pela Coroa. Os membros presentes neste segundo encontro foram os responsáveis pela escrita da Declaração da Independência, ocorrida em 1776.

No mês de agosto de 1775, George III declarou que as colônias americanas se encontravam em rebelião e que, portanto, seriam enviadas forças militares britânicas para combater os revoltosos. Neste interregno entre 1775 e

[3] As **Leis *Townshend*** foram implementadas entre 1767 e 1768 pelo Parlamento Britânico e criavam uma série de tributos, propostos por Charles Townshend, que estabeleciam a cobrança de impostos sobre artigos de consumo, tais como o chá, o papel, o vidro e outros objetos. Além disso, também estabeleciam a criação de tribunais alfandegários nas colônias.

a Declaração de Independência, em 1776, precisamente em janeiro deste último ano, um panfleto político teve papel significativo quanto às intenções dos americanos diante da Coroa, o *Common Sense*.

Escrito por Thomas Paine, este panfleto deixou bem claro uma nova intenção presente nas colônias: o desejo pela independência, atacando frontalmente George III e a monarquia inglesa. Em seu panfleto, Paine defendia a adoção de um governo representativo nas colônias, ao invés da manutenção da monarquia. Diante deste cenário, ganhou corpo o desejo de maior autonomia das colônias, sendo que em assembleia realizada na Carolina do Norte houve a primeira votação favorável à causa independente.

Para a redação da Declaração foram designados cinco membros de diferentes Estados: Thomas Jefferson (Virgínia), Benjamin Franklin (Pensilvânia), Robert Livingston (Nova York), John Adams (Massachusetts) e Roger Sherman (Connecticut). Cada um dos redatores teve papel relevante para a escrita, mas o nome de Jefferson se tornou extremamente forte, uma vez que foi o responsável por escrever o primeiro texto da Declaração, o qual passou por algumas modificações sugeridas pelos demais integrantes, e também o texto definitivo, aprovado em 04 de julho de 1776.

Jefferson possuía referenciais teóricos de John Locke, o que conferiu ao texto alguns ideais do liberalismo, tais como a defesa de um governo limitado, o direito à liberdade individual e à propriedade privada, além de direitos naturais à vida humana.

Estabelecida a independência, ainda que não reconhecida pela Coroa britânica, houve a urgência pela escrita de um texto constitucional, o qual passou a ser formulado e que deveria garantir a autonomia dos Estados recém-independentes a partir de então. Como podemos observar no texto *Os Artigos Federalistas*, “A Revolução não foi simplesmente um conflito entre americanos e ingleses. Foi também uma luta entre americanos, para decidir quem governaria internamente.” (Kramnick, 1993, p. 6).

A partir de 1776 e com a autonomia dos Estados americanos, fazia-se necessário definir quem seria o responsável por comandar o país recém-independente, sendo que o processo de elaboração da Constituição ocorreu entre 1776 e 1787, quando, enfim, a Constituição ficou pronta e foi ratificada pela

primeira vez na convenção estadual de Delaware.

Mês após mês, as convenções foram ratificando a Constituição, mas um Estado ainda não havia aceitado o texto que o regeria. Rhode Island somente ratificou a Constituição em 28 de maio de 1790, ainda que a contragosto (Kramnick, 1993, p. 32) e, finalmente, os Estados Unidos (como um todo) possuíam uma Constituição, colocando fim à chamada Revolução Americana e ao período conhecido como o dos Estados Confederados, os quais legislavam através dos Artigos da Confederação, com base em aspectos democráticos e igualitários.

2. A AMÉRICA HISPÂNICA E A QUESTÃO NACIONAL

Pudemos observar, anteriormente, alguns dos precedentes que levaram ao processo de independência das Treze Colônias inglesas. Tal evento ocorrido não seria isolado nas terras americanas (como um todo, não apenas a porção norte da região). No início do século XIX, muito em razão da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), recentemente vivenciadas, a situação pela qual a América hispânica passava era de instabilidade diante do jugo de seus colonizadores espanhóis.

É importante também ressaltar que o início do século XIX na Espanha foi extremamente conturbado, uma vez que o país sofreu com as invasões napoleônicas a partir de 1808, quando Napoleão Bonaparte conquistou o trono espanhol e o transferiu ao seu irmão, José Bonaparte. José, por sua vez, não foi reconhecido por grande parte dos espanhóis como seu monarca, sendo que houve forte resistência por parte, também, dos colonos na América, deixando claro um sentimento de fidelidade ao antigo monarca espanhol, Fernando VII.

Uma vez que o poder de José Bonaparte não era reconhecido na Espanha, este voltava, basicamente, ao povo, que deveria se organizar de forma a governar o país. Para isso foram organizadas algumas Juntas Provinciais, as quais eram responsáveis pela administração na ausência do rei (no caso, o rei espanhol, e não o francês).

O cenário começou a ganhar maiores proporções a partir de 1810, quando foram instauradas, na Espanha, as Cortes de Cádiz, responsáveis por darem início ao constitucionalismo no país. Elas existiram em três momentos distintos: entre

1810 e 1813, como Cortes Gerais e Extraordinárias, e em dois outros momentos como Legislaturas Ordinárias, entre 1813-1814 e depois, novamente, em 1814.

Neste período também foi elaborada uma Carta Magna, conhecida como Constituição Gaditana, no ano de 1812 e de caráter liberal, que procurava garantir a integração dos territórios americanos do ultramar em uma mesma estrutura de poder junto à monarquia espanhola. Dentre algumas das principais características, ela concedeu o poder de decisão final ao Legislativo, e não mais à vontade do monarca (Quijada, 2008, p. 19).

Como podemos perceber no excerto a seguir, a Constituição de 1812:

> [...] foi, portanto, singular em sua época: foi monárquica, como a britânica, mas muito mais anti-aristocrática que esta, e esteve muito afastada dos excessos autoritários de algumas constituições francesas [...]. Não foi republicana, como as francesas de 1793, 1795, 1799 e 1802, ou a norte-americana de 1787, mas sim democrática[4], se por democracia entendemos a afirmação da soberania popular como fonte única de legitimidade do poder, o princípio representativo baseado em eleições amplas e a divisão de poderes. (Quijada, 2008, p. 20, tradução nossa).

O cenário espanhol, como pudemos perceber, estava fortemente instável, sendo que tal contexto chegou às colônias espanholas na América e gerou grandes transformações em relação à submissão ao monarca. Quando Fernando VII retornou ao poder na Espanha, em 1814, dissolveu as Cortes e anulou a Constituição, instituindo um período que seria conhecido como o Sexênio Absolutista, o qual vigorou no país entre 1814 e 1820.

Na América, os movimentos revolucionários foram conduzidos pelos *criollos* (homens brancos que haviam nascido no continente americano e eram descendentes de espanhóis), os quais possuíam terras, mas não tinham privilégios políticos e sociais iguais aos *chapetones* (brancos nascidos na Espanha, mas que viviam na América). Os mais importantes *criollos* desse período foram Simón Bolívar e José de San Martin, figuras amplamente

[4] Vale destacar, a despeito de seu caráter democrático, que a Constituição de 1812, em sua origem, não respeitou algumas importantes características, como a proporcionalidade entre as diferentes colônias e o número de deputados que iriam compor a Assembleia Constituinte. Diante de tais diferenças, algumas regiões não enviaram representantes à Cádiz, como o vice-reino do Prata, a Capitania Geral da Venezuela e o vice-reino de Nova Granada.

conhecidas na defesa das causas emancipacionistas.

As Cortes de Cádiz e, consequentemente, a Constituição Gaditana de 1812, ambas de caráter mais liberal, contribuíram para que o sentimento de igualdade entre americanos e espanhóis fosse despertado. Contudo, ao perceberem que esta igualdade estava à parte deles, dado o seu caráter "liberal imperfeito" (uma vez que mantinha a monarquia como forma de governo), os colonos passaram a se descontentar com a situação vivenciada, o que contribuiu significativamente para que os movimentos favoráveis à independência lograssem muitos adeptos.

Quando chegaram à América, os reflexos da revolução liberal espanhola ganharam novos significados. O sentimento nacionalista, que até então parecera reinar sobre os espanhóis e os colonos, passou a ser visto a partir de outras ópticas. As independências ocorridas em solo americano (de origem hispânica) tiveram início na segunda metade do século XVIII, mas não obtiveram o sucesso desejado: foram combatidas pelos espanhóis e grande parte de seus revoltosos foram mortos pelas tropas metropolitanas.

Como destaque para os movimentos que foram desencadeados a partir de então, podemos ressaltar a Revolução de Maio, que iniciou em 1810 e perdurou até 1816, na região do Vice-Reinado do Prata (que abarcava parte da atual Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina). Neste contexto, a cidade de Buenos Aires era a capital do vice-reinado e buscava, dentre outros objetivos, tomar a dianteira no processo de independência em relação à Espanha, o que motivou disputas com as demais províncias, gerando um período de maior autonomia provincial, entre 1820 e 1852.

A Revolução de Maio de 1810 teve início no dia 25, quando uma Junta de Governo foi criada em Buenos Aires, prestando fidelidade à Fernando VII da Espanha. Contudo, seus membros se recusavam a acatar as ordens dadas pela Junta de Sevilha, uma espécie de governo provisório espanhol, uma vez que os bonaerenses (população de Buenos Aires) desejavam exercer maior controle sobre a região do Rio da Prata, sem interferências externas e com o intuito de reafirmar a sua autonomia.

Há que se destacar, no entanto, alguns importantes antecedentes da revolução, como uma série de invasões organizadas pelos ingleses às colônias

espanholas, ainda no primeiro decênio de 1800, cuja resposta foi a mobilização das províncias através da organização de milícias locais, integradas pelos *criollos*, marcando um elemento local significativo para o processo revolucionário.

Somente em 1816, após seis anos de impasses na região, é que houve a proclamação da independência do Vice-Reinado em relação à Espanha, com o estabelecimento das Províncias Unidas do Rio da Prata, sob o princípio do federalismo[5].

Neste sentido, discussões em torno da questão da formação dos Estados nacionais ganharam corpo dentro da Historiografia sobre o período, uma vez que:

> [...] a totalidade dos trabalhos reunidos aponta para processos de construção de concepções e idéias [sic] sobre a nação ao longo do século, rompendo com as visões consagradas pelas Historiografias tradicionais, de forte conotação nacionalista, que retratavam as nações como plenamente configuradas no momento das independências. (Annino; Guerra, 2003 *apud* Scheidt, 2005, p. 148).

Dessa forma, a Historiografia que discute o termo "nacionalidade" passou por grandes transformações ao longo dos anos, uma vez que os processos de independência levaram anos até que se consolidassem, de fato, as províncias em Estados nacionais. As interpretações realizadas a respeito discutem sobre a questão da cidadania, da governabilidade, identidade e, inclusive, sobre a conceituação do termo *pueblo* (Chiaramonte, 1993).

Este é o caso, por exemplo, do Uruguai, que foi nomeado como Província Oriental, posteriormente como Província Cisplatina e, enfim, recebeu o seu nome atual, tudo isso entre os anos de 1808 e 1828. Isto nos mostra a dificuldade de se estabelecer uma nomenclatura comum a partir de diferenças regionais existentes. Ademais, buscava-se afastar o vínculo com a Espanha, a fim de garantir maior autonomia à Província Oriental diante do seu processo de emancipação.

Como podemos observar,

[5] União de vários estados em busca da formação de uma nação, sendo que cada uma delas goza de autonomia política e administrativa em suas decisões.

> A criação da Província Oriental parece ter jogado por terra a vigência da identidade *espanhola*, e cristalizado uma expressão até então de pouca importância política que passaria, doravante, a ser identificação majoritária de seus habitantes: *oriental*. [...] logo, porém, e agregando percepções de particularismos anteriores e indicados nas páginas anteriores, o termo se generaliza e destacaria como identidade dominante em toda a província (Pimenta, 2007, p. 43-44, grifos do autor).

Ora, se a questão do vínculo (ou subordinação) das colônias em relação à metrópole foi um fator que começou a ser questionado pelos próprios colonos, sobretudo a partir da chamada *Guerra de La Independencia* (1808-1814), a qual ecoou nas possessões americanas, o tema da construção nacional desses Estados recém-independentes também ganhou corpo, uma vez que buscou definir quem era esse povo e a quem este povo era subordinado administrativamente.

Estas "nações modernas", como bem aponta François-Xavier Guerra, são, portanto, o resultado do movimento de ordem liberal ocorrido na Espanha e que chegara à América, o qual buscou superar as características do Antigo Regime e, com isso, realizou uma série de revoluções, garantindo a emancipação às províncias até então existentes. Tais nações passaram a surgir, pois, a partir da fragmentação dos reinos ibéricos e não enquanto o resultado de movimentos nacionalistas anteriormente organizados (Annino; Guerra, 2003 *apud* Scheidt, 2005, p. 148), ponto essencial para que possamos compreender melhor a respeito das nacionalidades americanas.

3. UNIDADE E REVOLUÇÃO NA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Neste ponto de nosso trabalho, discutiremos sobre o processo de construção do Estado no Brasil e, de forma inter-relacionada, como ocorreu a proclamação da independência de 07 de setembro de 1822. Para que possamos melhor compreender tais debates é imprescindível levarmos em consideração que a ideia de revolução, tratada tanto por Izabel Andrade Marson e Cecília Oliveira, quanto por João Paulo Garrido, foi e ainda é questionada sob a óptica de uma Historiografia mais recente (sobretudo proveniente das décadas de 1960

e 1970), que busca criticar a tese do “atraso” da sociedade imperial em relação à modernidade de finais do século XIX, alcançada graças ao advento da Proclamação da República, em 1889.

Neste cenário, temos duas visões acerca do termo “revolução”: ele poderia ser visto, primeiramente, de forma negativa, uma vez que estaria associado a um sentido mais clássico, ou seja, ao seu movimento cíclico, reiterativo e, portanto, previsível e inevitável (Pimenta, 2009, p. 56) e de forma também negativa seria a visão que se tinha sobre a revolução enquanto uma guerra civil, a qual acabaria com a ordem natural do país e seria fruto da ruptura entre Portugal e Brasil.

À medida em que o termo “revolução” passou a ser vinculado à ideia de uma “reforma”, ele ganhou um sentido mais positivo, uma vez que a palavra “reforma” é mais bem vista por se tratar de uma mudança em algo que, até então, estava em declínio ou estagnado. Ou seja, melhorou-se o significado de um termo que se encontrava desgastado.

No texto *A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico*, Garrido Pimenta se dedica a pensar o processo de Independência do Brasil e o conceito de revolução. O autor inicia seu trabalho com um importante questionamento: a Independência brasileira teve um caráter revolucionário? Ao nos apresentar parte da produção historiográfica, desde Francisco Adolfo de Varnhagen até Maria Odila Dias, Garrido Pimenta nos faz deparar com uma somatória de afirmações e negações sobre a indagação acima proposta.

A primeira delas é de que a Independência pode ser pensada enquanto o resultado de um processo iniciado ao final do século XVIII, com uma crise geral do sistema colonial; ou, retrocedendo um pouco mais para a metade do mesmo século, quando Portugal começa a perder a disputa colonial e, na tentativa de reavê-la, acaba por piorar a situação; finalmente, alude-se ao ano de 1808 e à transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil que, ao refundar o Império Português em terras americanas, criou as condições básicas para o seu próprio declínio.

A despeito de qual dos marcos Garrido Pimenta adota, para ele há momentos posteriores que exigem uma complexidade e dinâmica para o processo

de Independência, como a Constituição de 1824, o reconhecimento luso-britânico da Independência em 1825, a crise e o fim do Primeiro Reinado em 1831 e o Período Regencial, entre 1831 e 1840. Todos estes marcos apontam para a visão da Independência enquanto um processo, e não como fato.

Outro ponto importante neste período é a Revolução do Porto de 1820, a qual se insere como um exemplo da dualidade entre o positivo e o negativo do termo "revolução". De caráter liberal e sob alguns dos referenciais do pensamento iluminista, o movimento ocorrido em Portugal reverberou, para além da Europa (por exemplo, na Espanha), também na América, contribuindo, em conjunto com o avanço do liberalismo na própria América, com a independência do México e, no Brasil, chegou como uma regeneração, isto é, a sua imagem esteve associada à própria ideia de revolução (Pimenta, 2009, p. 59).

A partir disso, as discussões referentes à separação do Brasil em relação ao domínio português ganharam o centro dos debates, sendo que o ano de 1822 é o marco deste período, uma vez que foi declarada a Independência do Brasil e o país então estabelecido, a despeito de ter se tornado independente, ainda se encontrava sob o regime monárquico português.

No que tange ao processo identitário advindo com a Independência e a formação do Estado Brasileiro, é possível considerar que houve, a partir de 1822, a formação, de fato, de uma "nação brasileira"? Pensando-se neste aspecto, de qual maneira a Revolução Liberal do Porto ressoou no Brasil, em um cenário marcado pelas divergências entre o liberalismo e a escravidão existente?

Podemos assim dizer que esta foi, portanto, uma revolução mais conservadora, diferentemente do que observamos nas revoluções hispano-americanas, as quais foram responsáveis por estabelecerem regimes republicanos nos demais países latino-americanos.

Como bem nos sintetiza Garrido Pimenta quando fala sobre a Independência de 1822, ela "[...] possibilitou diretamente a criação tanto de um Estado como de uma nação brasileiros, e que antes dela simplesmente não existiam" (Pimenta, 2009, p. 73). O autor conclui seu texto dizendo que:

> [...] a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, *verdadeiramente revolucionária*,

> nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas (Pimenta, 2009, p. 75, grifos do autor).

O movimento ocorrido em Portugal, dois anos antes da consolidação da independência brasileira, teve uma repercussão mais forte naquele que viria a se tornar o Brasil. A Historiografia construída a respeito da formação desse Estado, por sua vez, passou por constantes (res)significações ao longo de sua elaboração, sendo que o processo político em que ela esteve inserida diz muito sobre a maneira como os interesses (políticos, sociais e econômicos, por exemplo) são vistos pela sociedade.

É salutar, ademais, realizarmos algumas considerações sobre os desdobramentos da Independência, uma vez que a criação do Estado Nacional resultou deste processo. No caso do Brasil, é comum ser atribuído um caráter artificial para a questão nacional. Para Garrido Pimenta, a superação disso só pode ser alcançada quando a Historiografia se propuser a compreender a lenta, mas revolucionária, mudança nas formas de se pensar este movimento: sua tendência liberal e o federalismo presentes, por exemplo, na Constituição de 1824, são marcas deste pensamento em constante movimento.

Enquanto João Paulo Garrido Pimenta realiza uma discussão em torno do caráter revolucionário ou não da Independência, Izabel Andrade Marson e Cecília Helena L. de Salles Oliveira se dedicam a pensar no caráter liberal – ou não – dessa revolução culminada em Independência. Podemos nos questionar, a partir de suas reflexões, se a Independência teria sido uma revolução liberal inacabada.

Para tais autoras, durante longo tempo a Historiografia concebeu a Independência enquanto uma revolução liberal inacabada e a escravidão como uma fissura que afastava o Brasil do liberalismo puro dos países considerados “civilizados”, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Neste sentido, o Império foi tido como um momento desprovido de personalidade, uma mera fase de transição entre uma realidade de atraso colonial e uma promessa de futuro (a República), um período estigmatizado pelo monopólio da terra, escravidão e pela

ausência de uma elite política.

Diante dessas duas interpretações, as autoras trazem duas outras possibilidades. Se o Império realmente foi uma época de transição e sem personalidade, como então foi possível conceber uma nação? E, ademais, seria mesmo a escravidão um fator de distanciamento do liberalismo ou seria ela um dos seus pilares?

Para elas, o Império fora fruto de um processo revolucionário, além de um período que lançou bases para a construção da nação, como o reconhecimento dos espaços territoriais e a aplicação do conceito de cidadania. Este último, ao contrário do que muito se pensa, não abrangia somente a camada abastada da população, uma vez que homens livres também tinham acesso à cidadania usando do voto em momentos decisivos para a recém-formada nação.

Da concepção do *ser* cidadão, nasce a do *não ser* cidadão – isto é, o escravo – daí, parte-se para um desdobramento importante que rompe com a ideia da fissura no liberalismo gerada pela escravidão, uma vez que "[...] na maior parte da América se estabeleceu um estreito e necessário vínculo de origem entre liberalismo, escravidão e cidadania." (Marson; Oliveira, 2013, p. 18).

O sentimento de cidadania defendido pelo liberalismo concedia certo sustento à escravidão, uma vez que o cidadão pobre encontrava igualdade com o rico ao dar-se conta de que não era escravo. As autoras também recorrem ao conceito de alteridade, engendrado por Locke, enquanto um justificador do mecanismo da escravidão, como podemos ver a seguir: "E a alteridade concebida por Locke, e por sucessivas gerações de teóricos liberais, constituiu-se em artefato político justificado do domínio dos 'espécimes perfeitos' sobre os 'defeituosos e os transgressores' da lei da natureza – os pobres, os servos, os escravos." (Marson; Oliveira, 2013, p. 21).

Dessa forma, Izabel Marson e Cecília Oliveira rompem com uma análise mais conservadora de que a Independência teria sido uma revolução liberal inacabada, dando luz a novas formas de interpretações que, em conjunto com as propostas de Garrido Pimenta, também quebram com a perspectiva conservadora de que não havia caráter revolucionário no processo independentista. Não mais como um período meramente transitório, nem como o fruto de um fato isolado, mas inserido em uma época de grandes

transformações e, por isso, não podendo deixar de ser revolucionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nosso trabalho, buscamos analisar os diferentes movimentos que ocorreram na América, no intuito de compreender quais foram as diferenças e as semelhanças em relação aos ideais do federalismo e do liberalismo. Com isso, algumas questões foram levantadas sobre os conceitos empregados pelos autores analisados, que trouxeram perspectivas distintas em torno das independências americanas tratadas pela historiografia sobre o período.

Inicialmente, é fundamental destacar que os três movimentos, o dos Estados Unidos, aquele ocorrido na América de origem hispânica e, por fim, o brasileiro possuem diferenças significativas em relação à sua exequibilidade. Para algumas das obras dos autores que foram tratados anteriormente, “revolução” poderia significar tanto algo positivo, quanto negativo. Se passasse a ideia de que determinado movimento fosse desorganizado e que beirasse a uma possível guerra civil, recebia um significado mais pejorativo; caso o movimento, por sua vez, trouxesse ares de modernidade, desenvolvimento e superação do atraso, ganhava relevância enquanto um aspecto positivo da sociedade.

Pensando-se nisso, entendemos que os movimentos independentistas, assim como as próprias revoluções ocorridas em nossos três espaços aqui discutidos, são interpretados através dos diferentes olhares dentro da Historiografia. Os seus sujeitos representam, dessa forma, interesses particulares em torno de ideais específicos para a construção do(s) Estado(s) Nacional(is), em conjunto com o crescimento dos debates em torno do federalismo e, principalmente, do liberalismo.

Estados Unidos, América hispânica e Brasil, cada qual ao seu modo, passaram por diferentes experiências que levaram às suas independências. Em torno de cada uma dessas fases, aspectos ligados aos ideais do liberalismo e do federalismo foram sendo incorporados por seus líderes, os quais buscavam um papel de proeminência às regiões que, outrora, passavam pelo jugo de suas metrópoles.

Ivo Coser, em seu texto intitulado *O Conceito de Federalismo e a Idéia [sic] de Interesse no Brasil do Século XIX,* realiza interessantes discussões sobre tais aspectos, sobretudo no que tange ao federalismo. O autor, quando basicamente conclui suas ideias acerca da centralização e descentralização das províncias no Brasil independente, afirma que "[...] descentralizar o poder envolvia despertar o cidadão para a importância de sua participação nos assuntos públicos de tal maneira que seus interesses fossem combinados com o bem público" (Coser, 2008, p. 973).

Coser discute questões acerca dos interesses pessoais e provinciais existentes em torno da defesa do federalismo e do chamado Pacto Federativo. Uma vez que as questões locais seriam mais bem tratadas através da descentralização do poder, cada uma das províncias teria as suas necessidades atendidas. Como o autor mesmo nos diz, "O funcionário local seria mais eficiente do que um funcionário sem vínculos nomeado pelo poder central" (Coser. 2008, p. 947).

Buscamos, em nossas reflexões, trazer à tona uma discussão amplamente significativa para os estudos sobre as revoluções americanas dos séculos XVIII e XIX, os quais são referenciados por importantes autores e que, assim, nos deixam possibilidades para a elaboração de novos trabalhos sobre as singularidades evidenciadas nestes movimentos. Ainda há muito o que se estudar a respeito da construção dos Estados Nacionais e suas concepções acerca do federalismo e do liberalismo neles presentes, sendo que pudemos trazer algumas reflexões fundamentais para a sua melhor compreensão. Esperamos, com isso, que elas resultem em novas pesquisas e interpretações para os estudos históricos e a construção de narrativas sobre a América.

REFERÊNCIAS

ANNINO, Antonio. Ciudadania *versus* gobernabilidad republicana en México. Los Orígenes de un dilema. In.: SABATO, Hilda (Coordinadora). ***Ciudadania política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina***. México, D.F.: El Colégio de México/Fideicomiso História de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 62-93.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica: siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003. Resenha

de: SCHEIDT, Eduardo. O processo de formação dos Estados nacionais na América Latina. **História Unisinos***,* v. 9, n. 2, maio/ago. 2005, p. 148-150. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6422. Acesso em: 17 abr. 2023.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX. In.: CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismos latino-americanos:** México/Brasil/Argentina. México, D.F.: El Colégio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1993.

COSER, Ivo. **O conceito de Federalismo e a Idéia de Interesse no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: *Dados,* v. 51, 2008, p. 941-981. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000400005. Acesso em: 13 mar. 2023.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KRAMNICK, Isaac. Apresentação. In.: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas:** 1787-1789. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (org.). **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil:** 1780-1860. São Paulo: EDUSP, 2013.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **História da Historiografia**, n. 3, Ouro Preto, set. 2009. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/69/34. Acesso em: 19 mar. 2023.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco; MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas:** região do Prata e do Chile. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

QUIJADA, Mónica. Una constitución singular. La carta gaditana em perspectiva comparada. **Revista de Indias**, v. LXVIII, n. 242, 2008, p.15-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47348133_Una_Constitucion_singular_La_Carta_gaditana_en_perspectiva_comparada. Acesso em: 16 abr. 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

FORMAÇÃO EM MOVIMENTO
História e memórias de estudantes em contextos de lutas sociais

EDUCATION IN MOVEMENT
History and memories of students in contexts of social struggles

MARIANA ESTEVES DE OLIVEIRA[1]

RESUMO

O texto resulta de pesquisa bibliográfica e exploratória realizada em 2021. O tema proposto é a reflexão sobre o Movimento Estudantil como parte da formação dos sujeitos entrevistados. A pesquisa realizada considerou a bibliografia de movimentos sociais como base teórica, a história do movimento estudantil no Brasil, apontando articulações com outros países, e o levantamento, via formulário, de memórias de ex-estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), sobre experiências vividas no movimento estudantil. Como resultado, as análises de conteúdo e crítica dos depoimentos nos permitem apontar permanências e mudanças nos repertórios de lutas estudantis, as demandas persistentes, como também inferir sobre a dimensão educadora do movimento estudantil.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. História da Educação. UFMS.

ABSTRACT

The text is the result of bibliographical and exploratory research carried out in 2021. The proposed theme is the reflection on the Student Movement as part of the training of the interviewed subjects. The research carried out considered the bibliography of social movements as a theoretical basis, the history of the student movement in Brazil, pointing out articulations with other countries, and the survey, via form, of memories of former students of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), about experiences lived in the student movement. As a result, the analysis of the content and criticism of the testimonies allow us to point out continuities and changes in the repertoires of student struggles, the persistent demands, as well as inferring about the educational dimension of the student movement.

Keywords: Social Movements. Student Movement. History of Education. UFMS.

[1] Professora Adjunta da UFMS/CPTL – Curso de História e PPGEdu. Doutora em História pela UFGD. Pesquisadora do INCT *Proprietas* e coordenadora do Grupo TRETAS (Trabalho, Experiência, Resistência, Tensões e Ativismos Sociais). *E-mail* da autora: mariana.esteves@ufms.br

INTRODUÇÃO

> Quanto ao movimento social, este pode contentar-se em existir; ele já cria bastante problema, e não vamos pedir que, além disso, produza justificações. (Bourdieu, *Contrafogos*, 1998, p. 75-76).

Neste artigo propomos discutir sobre o movimento estudantil a partir de uma reflexão teórica, no campo historiográfico, acerca de movimentos sociais e suas representações na História Social. O debate teórico centra-se na ciência histórica, mas se articula de forma interdisciplinar, e é seguido de noções da história do movimento estudantil e, por fim, da análise crítico dialética em torno de depoimentos de doze ex-militantes que integraram o movimento quando estudantes na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), entre os anos 1980 e 2021.

Tais depoimentos, além de elucidarem sobre as experiências desses sujeitos em relação ao movimento estudantil, informam questões sobre mudanças e permanências nos repertórios de lutas nestes 40 anos, que muito dialogam com o exame da historiografia abordado para o debate. Os depoimentos foram obtidos em pesquisa exploratória por meio de formulários virtuais, devidamente autorizados para uso acadêmico por seus/suas depoentes, e especialmente dirigidos a egressos/as da UFMS, considerando importante cotejar memórias militantes e história do movimento estudantil fora do eixo dos grandes centros brasileiros, comumente acionados nas representações históricas sobre o movimento. Ademais, perquirimos os olhares e memórias a partir das pessoas que compunham as bases das lutas e buscamos, com isso, superar narrativas centralizadas apenas em lideranças e nos programas hegemônicos. Essas perspectivas demandam, para tanto, uma problematização às trajetórias e armadilhas teóricas que atravessam as ciências humanas em torno do tema, especialmente na História.

São inúmeras as chaves interpretativas disponíveis hoje para que as ciências humanas reconheçam os movimentos sociais como sujeitos e objetos privilegiados de pesquisas que explicitem as contradições presentes na realidade. Nas pesquisas históricas e educacionais posicionadas no campo do Materialismo Histórico e Dialético, as análises perseguem o conhecimento dos processos da realidade pelas suas contradições, conflitualidades, pelas

manifestações das lutas de classes, pelas articulações com a totalidade e, nesse sentido, os movimentos sociais expressam, com certa facilidade, as formas dessas abstrações teóricas que desvelam engrenagens sociais de difícil visibilidade, porque incidem nas experiências de conflitualidade. Ressalvamos, todavia, que Marx (2008) corretamente nos advertiu que se a aparência das coisas coincidisse com a sua essência, a ciência seria desnecessária. Portanto, não se pode esperar que objetos e fontes falem por si, é preciso discutir e operacionalizar os instrumentos teóricos e metodológicos que nos auxiliam nessa tarefa.

Neste campo de conhecimento, além dos fundamentos primordiais do Materialismo Histórico e Dialético, as propostas de debate em torno de objetos relativos aos movimentos sociais requerem, de historiadores e historiadoras, a admissão da interdisciplinaridade. Nos ajudam a conceituar os movimentos sociais os trabalhos oriundos das ciências sociais como da Sociologia e Ciência Política. Umas das autoras mais importantes no Brasil é a socióloga Maria da Gloria Gohn, para quem os movimentos sociais são:

> Ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas dos indivíduos organizarem e expressarem suas demandas. Definições clássicas citam como suas características básicas: uma identidade, um opositor, um conflito, e um projeto de vida e de sociedade. Eles adotam diferentes estratégias e repertórios de ação, da denúncia à pressão direta com mobilizações, protestos, manifestações, marchas, concentrações, ocupações, passeatas, atos de desobediência civil, negociações etc. Podem ter organização mais ou menos verticalizada, ou horizontalizada, e usualmente compõem-se de líderes, bases e mediadores (que podem ser externos), apresentando certa continuidade e permanência (Gohn, 2020, p. 103).

Ao discutir uma concepção de movimentos sociais como política, e atento às particularidades atribuídas aos movimentos sociais para a tarefa de conceituação e definição do que é (e o que não é), Charles Tilly adotou elementos que se assemelham à perspectiva de Gohn mas introduz critérios caros para a ciência histórica, ao prescrever uma tríade de itens que estão presentes à sua caracterização. Para ele, os movimentos sociais possuem em comum:

> Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de campanha); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais); e Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) (Tilly, 2010, pp.136-137).

Não seria exagero afirmar, ainda, considerando as características apresentadas pelos autores acima citados, que os movimentos sociais constituem experiências que tensionam o persistente direcionamento das sociedades do coletivo ao indivíduo, operado processualmente na lógica dominante do capitalismo, desde seu advento, na lenta acumulação primitiva iniciada com a privatização das dimensões sociais e especialmente dos campos comunais, na separação de produtores com os meios de produção (Marx, 2008), em processos que levaram à privatização generalizada das terras (Wood, 2000) e aos disciplinamentos do tempo (Thompson, 1998) e do comportamento dos corpos sociais em classes distintas, inclusive dos (literais) corpos femininos (Federici, 2017).

Como todos esses processos ainda estão em curso, de forma não-linear e inconclusos, nos mais variados territórios por onde se estendem os tentáculos da economia-mundo, nos dias atuais, as resistências e movimentos organizados nos permitem desnaturalizar a agudeza da soberania do indivíduo sobre o coletivo, do privado sobre o público, do cercado sobre o comum. Isso é possível porque, do ponto de vista do recorte de tempo e estrutura, os movimentos sociais são um fenômeno contingente da modernidade. Apesar de reconhecermos que os homens, mulheres e crianças se rebelaram, de formas mais ou menos organizada, em outros tempos e lugares, só podemos falar de movimentos sociais na acepção teórica e científica que a historiografia adota se articularmos o conceito às contradições inauguradas no mundo moderno (Duarte; Meksenas, 2008).

A historiografia dos movimentos sociais avançou sobremaneira nos

últimos cinquenta anos, mas é marcada por paradigmas originários e dissensos internos que, em muito, dificultam olhares não apriorísticos aos movimentos sociais como sujeitos da história. Em uma instigante revisão de literatura, Marco Pamplona (1996) nos mostra que, quando rompido o elitismo que invisibilizava os protestos populares, entre historiadores e historiadoras do século XX, eles surgiram na escrita da história inicialmente como turbas de forças espontâneas e irracionais, porquanto não se tratava de movimentos cuja organização e o programa estivessem claros ou se encaixassem na superação total das contradições da modernidade, especialmente o modo de produção.

George Rudé e Eric Hobsbawm são os pioneiros que inauguram essa historiografia dos movimentos sociais com enorme contribuição para a construção do campo da História Social, sendo, de início, também promotores dessa abordagem de compreensão originária (que será revista mais tarde inclusive pelo próprio Hobsbawm e outros marxistas britânicos) ao atribuírem características de "primitivos", "pré-políticos" e "arcaicos" aos protestos populares anteriores, paralelos ou fora do movimento operário de programa revolucionário. Suas contribuições aos estudos que trataram das multidões na história são ainda incontornáveis para a historiografia dos movimentos sociais, mas Pamplona nos alerta sobre os pontos cegos dessa primeira leva de estudos, que hierarquizava o protesto popular colocando os revolucionários no lugar do protótipo ideal do que se pode conceituar de movimento social e produzindo, de maneira paradigmática, "os traços de uma perspectiva teleológica" que "aparecem inevitavelmente" (Pamplona, 1996, p. 218).

Mas foram os marxistas britânicos, com especial destaque para E.P. Thompson, e o próprio Eric Hobsbawm, além do já citado Charles Tilly, os historiadores que produziram as reflexões críticas destes pontos cegos e abriram janelas para uma vultosa história social renovada. As abordagens que levam em conta chaves como a "história vista de baixo para cima", o conceito de experiência, de direito moral e as discussões sobre a processualidade histórica, subjetiva e dinâmica da formação da classe operária produziram a ampliação da noção dos movimentos sociais como partes da historicidade das lutas de classes e alertou para outras expressões culturais e simbólicas em que homens e mulheres comuns desvelam as contradições da modernidade e agem sobre elas.

Particularmente em relação aos movimentos sociais, além destas chaves interpretativas citadas, uma importante alteração foi se produzindo na dialética entre ciência e experiência, com a ruptura da soberania de inteligibilidade dos seus programas pelas suas lideranças. Se a ausência dessa inteligibilidade levava ao erro do espontaneísmo, Dieter Groh (1979) nos apresenta a proposta de que, ao esmiuçarmos as práticas dos processos pelas bases que os compõem, a noção de espontaneidade desaparece, porquanto níveis diversos de organização, ainda que mais horizontalizados, comunicações prévias e rascunhos de suas intencionalidades podem ser apreendidos aplicando-se a lógica de uma história vista de baixo também nos protestos e lutas populares, com efeito, deslocando-se dos líderes para as bases.

Algo parecido apresentou James Scott quando, ao analisar boicotes, ações coordenadas e cotidianas entre camponeses malásios, por meio de abordagens etnográficas, compreendeu como movimentos de resistências algumas expressões que fugiam de protestos tradicionais com programas explicitados, e chegou ao conceito de micro-resistências, as entendendo como:

> [...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (Scott, 2002, p. 24).

Assim, mesmo quando, nos anos 1980 e 1990, na chamada crise paradigmática, alguns autores enunciaram o fim da história e o fim da centralidade do trabalho, pudemos recorrer a essa pujante historiografia para vislumbrar as frestas e problematizar o enunciado de uma pós-modernidade decretada sem a superação da modernidade e suas contradições, uma vez que ainda vivemos sob o mesmo modo de produção e relações de exploração, a despeito das reestruturações operadas pelo capital e suas novas performances. Sobre aquelas críticas, Ricardo Antunes nos lembra que não é possível decretar o fim da história e o fim do trabalho pois não superamos o capitalismo:

> Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade

> contemporânea, as tendências em curso (...) não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (...) As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (Antunes, 1999, p. 79).

Inspirados na epígrafe de nossa introdução, afirmamos que os movimentos sociais tensionam o *status quo* social, o capitalismo, mesmo quando não enunciam sua ruptura, embora o capital tenda a cooptar e fagocitar seus discursos, apropriando-se de suas pautas e repertórios. Isso não nos permite interditar esses movimentos sociais como sujeitos da história, nem afirmar que manifestações que se situam fora do eixo revolucionário são "perfumaria", uma vez que reconhecemos que eles abrem janelas de visibilidade, com seus ruídos e constrangimentos, sobre as contradições sociais e alteram os contornos da realidade em sua superestrutura, seja na esfera dos direitos e da política, seja na esfera dos costumes e disciplinamentos. Posicionando-se a contrapelo, os movimentos sociais permitem enxergarmos problemas onde o discurso capitalista de progresso, da liberdade, do mérito e da igualdade tentam invisibilizar.

Os movimentos feministas e anti-racistas são exemplos destas considerações. Eles expressam as profundas contradições do nosso tempo, promovidas pelas lógicas dominantes que alicerçam o modo de produção, mas que não se vinculam automaticamente à esfera produtiva e ao projeto de sua superação, embora com eles se relacionem amplamente. É mais fácil enxergar estas relações quando se reconhece o trabalho doméstico e reprodutivo, e as desigualdades raciais como promotores indiretos da mais-valia, como bem demonstra Federici (2017) ao conceituar o "patriarcado do salário" e analisar as formas como o capital operou um processo de re-definição e desvalorização do trabalho feminino na Europa da acumulação primitiva, bem como instrumentalizou a racialização para sustentar a dominação pela escravidão nas colônias no mesmo período.

As chaves teóricas buscadas em movimentos sociais como Panteras Negras ou as lutas anticoloniais, por exemplos, despontam às perspectivas interseccionais, que, de acordo com Flávia Birolli e Luis Felipe Miguel, promovem

um salto analítico considerando que:

> As diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento das assimetrias nas trajetórias das pessoas, colocando mulheres (e mesmo a população negra, mas em menor medida, pois a sobreposição entre classe e raça é bem maior) em posições diversas, por vezes até contraditórias entre si. E a compreensão de como gênero (e também raça) impacta as relações de produção é crucial para avançar na análise da sociedade capitalista, formando toda uma agenda de pesquisa cuja relevância é inegável, mas que permanece sub-explorada (Biroli; Miguel, 2015, p. 49).

Essas sínteses permitem fomentar as novas agendas de pesquisas e superar velhas querelas, como Maria da Gloria Gohn, em parceria com Breno Bringel, assevera:

> Não se trata mais de contrapor "novos movimentos sociais" – nucleados em questões identitárias, tais como sexo, etnia, raça, faixa etária, etc, aos "velhos" movimentos sociais, dos trabalhadores, como Claus Offe e outro fizeram na década de 1980, por exemplo (...) Trata-se em suma de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que lhes têm atribuído sentidos, significados, e os têm trazido à luz no campo da investigação sociológica" (Gonh; Bringel, 2012, p. 12).

Ocorre que, mesmo com a inegável produção acadêmica que persistiu e resistiu às asfixias neoliberais do início do XXI, ainda nos mostramos incapazes de analisar os movimentos sociais sem incorrer em generalizações apriorísticas que ora os criminalizam, ora os idealizam, num pêndulo que nada contribui para o avanço do conhecimento sobre as permanências e metamorfoses da ação coletiva, das resistências e ativismos e dos problemas contemporâneos que os provocam ou por eles são produzidos. Um exemplo recente foi o episódio da queima da estátua de Borba Gato, na zona sul de São Paulo em 24 de julho de 2021[2]. A cobertura midiática na ocasião mostrou-se pedagógica daquilo que queremos expor aqui, com destaque à presença do que Bourdieu, em "*Contrafogos"* (1998), chamou de "peritos", em referência aos especialistas convidados pelas empresas de mídias para apresentarem um efeito de

[2] Um artigo sobre esse acontecimento, a partir de uma análise que considera a historicidade crítica do debate, encontra-se em https://ponte.org/artigo-o-incendio-nao-comecou-e-nao-terminara-na-estatua-do-borba-gato/

autoridade para o consenso que (re)criam e, nesse caso, para a criminalização da ação direta.

Com a ajuda dos "especialistas", incluindo historiadores e cientistas políticos, o debate sobre o movimento que culminou na manifestação na estátua, queimada com pneus (mas sem grandes prejuízos, porquanto a estátua se manteve ereta) não tardou a ficar circundado a termos como "vândalos" e "depredação da propriedade e patrimônio". Mesmo nos círculos acadêmicos, entre grupos de redes sociais voltados a discussões da História, foi possível se deparar com análises apriorísticas e a persistente ideia de irracionalidade da turba, desvelando a força do paradigma originário do olhar sobre movimentos sociais.

As abordagens variam entre a criminalização e a frustração em torno de uma idealização do papel dos movimentos sociais de forma genérica, em que se afirmam a inutilidade do ato porque a queima do Borba Gato não alteraria o nosso passado colonialista e apenas destruiria uma obra artística (discutível) de patrimônio histórico. Aventou-se que as estátuas deveriam ser preservadas ou levadas a museus. Será essa a intenção dos sujeitos que realizaram o ato? Muito pouco se falou dos homens e mulheres reais envolvidos na ação direta, salvo notícias da prisão de suas lideranças. Sobre as experiências que precederam a manifestação, seus sujeitos, a organização do protesto, as intencionalidades e articulações com outros grupos e lutas, nem mesmo as demandas imediatas daqueles que ficaram mais conhecidos por conta da prisão, estas questões não foram publicamente debatidas, porque os especialistas já tinham uma opinião sobre protestos e ações diretas, e apenas a reformularam com termos que recriavam, por vezes, os paradigmas originários dos protestos populares.

É nesse sentido que o presente estudo tenta retomar não apenas os debates teóricos que ainda tornam opacas as pesquisas relativas aos ativismos e convidar pesquisadores e pesquisadoras à tarefa urgente e necessária de investigar os movimentos sociais nas suas experiências e relações concretas, nas ininterruptas recriações de ações e manifestações que incidem sobre a realidade e o cotidiano de forma onipresente, ainda que o discurso desmobilizador da passividade brasileira tente invisibilizá-los. A exemplo disso, encontra-se também os movimentos estudantis no Brasil. Ora acusados de

dispersão, de estarem presos às redes virtuais, ora acusados de vândalos, espontâneos ou massa de manobra, como quando tomaram as ruas como no 30 de maio de 2019[3], os movimentos estudantis podem surpreender aqueles que repousam sobre a ideia de que os "jovens de hoje" são inertes ou desorganizados, basta que lancemos mão dos recursos disponíveis às ciências humanas sem olhares apriorísticos, pois isso seria, com efeito, uma espécie de negacionismo àquilo que a ciência já avançou na pesquisa.

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL, PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES

Assim como os movimentos sociais são um "problema" da modernidade, os movimentos estudantis também se constituem na dialética da emergência da educação como território ou campo de dissensos/disputas no bojo da modernidade e, com maior ênfase, a partir da industrialização. Isso, no entanto, não se deu de imediato nem automático, considerando o campo educacional reduzido e elitista das primeiras entidades estudantis europeias, e mesmo brasileiras (Bittar; Bittar, 2014). Não se pode compreender o movimento social sem relacionar suas conflitualidades às estruturas e conjunturas que lhes são relativas, sem realizar a leitura crítica de suas antíteses, afinal, não se poderia olhar para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sem considerar historicamente a estrutura fundiária brasileira. O mesmo com os movimentos estudantis. É importante relacionar seus sujeitos e as estruturas e conjunturas que enredam suas lutas, conferindo análise crítica (histórica e dialética) ao objeto. Márcio Nunes Rabat nos lembra que os movimentos estudantis são constituídos por jovens:

> A categoria "juventude" apresenta uma especificidade. Talvez, de todos os grupos mobilizáveis, seja aquele identificado pela característica (a idade) mais transitória. As pessoas são de determinado gênero ou etnia virtualmente por toda a vida. Muito dificilmente mudam de classe ou de nacionalidade. Mesmo o local de moradia pode permanecer estável, para grandes grupos humanos, por longo tempo. Mas a juventude tem prazo inexorável e relativamente curto para acabar. É claro que sempre há jovens em qualquer sociedade minimamente equilibrada. Mas os indivíduos que compõem a categoria

[3] Sobre os protestos de maio de 2019, um exemplo noticiado encontra-se em https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/30/4-dias-apos-atos-pro-governo-estudantes-voltam-as-ruas-contra-cortes.htm

> "juventude" estão sempre mudando. Isto traz algumas questões para a análise. Uma: a transitoriedade da situação tem influência sobre o tipo de questão que mobiliza os jovens? Outra: há interesses específicos da juventude? Terceira: o que acontece com os jovens que se inserem em movimentos sociais juvenis quando chegam à idade adulta? E muitas outras questões desse tipo podem ser levantadas (Rabat, 2002, p. 03-04).

Na esteira dessas reflexões, o autor pondera que, por mais que as configurações de classes não estejam definidas nas relações com a categoria da juventude, é possível considerar esses sujeitos como bastante propensos às transformações sociais e "abertos à mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios da juventude (ou de categorias específicas em que são maioria), como em nome de interesses mais gerais" (Rabat, 2002, p. 04). Um dos renomados estudiosos dos movimentos sociais, Alberto Melucci também expressa como característica ou natureza da juventude uma propensão para rupturas, ao analisar do ponto de vista das noções de tempo. Para ele:

> Desafiando a definição dominante do tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis. E fazendo isto, eles apelam à sociedade adulta para a sua responsabilidade: a de reconhecer o tempo como uma construção social e de tornar visível o poder social exercido sobre o tempo. Tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos em nossa sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes simbolicamente contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder escondido atrás da neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade. (Melucci, 1997, p. 11)

De forma concreta, podemos enumerar experiências que configuraram a juventude como sujeitos dos movimentos sociais. Destacamos a reforma de Córdoba, de 1918, como um marco histórico das lutas estudantis a exigir a democratização do ensino superior, primeiro por se dar no início do século XX e, segundo, pelo fato de ter sido na Argentina, espelhando demandas articuladas às noções anticoloniais bastante ligadas aos contextos vividos pela América Latina naqueles tempos. Carlos Tünnermann, citado por Dalila Oliveira e Mario Luiz Azevedo, salienta que não se pode atribuir nenhum tipo de espontaneísmo ao movimento, considerando as condições e efervescências do pós – I Guerra na América Latina:

> El movimiento, que evidentemente no se dio por generación espontanea sino como respuesta a una nueva situación social, no puede ser examinado únicamente desde su ángulo académico universitario, por importantes que sean los cambios que en este campo propició, como que de ellos emergen las características que distinguen a la actual Universidad Nacional latinoamericana. Necesariamente, tenemos que considerarlo dentro del contexto socioeconómico y político que lo originó (Tünnermann *Apud* Oliveira; Azevedo, 2008, p. 68)

Deste modo, admitindo que os elementos das estruturas e conjunturas corporificaram o movimento nas formas que ele tomou, esse olhar também nos permite compreender uma certa natureza do movimento estudantil, uma característica que parece se repetir nas suas manifestações, que é a dupla esfera de demanda como marca das suas lutas, do particular (o universo estudantil) para o geral (questões políticas e sociais que atingem o conjunto geral da sociedade em sua época). No que diz respeito à Reforma de Córdoba, as demandas que variaram entre exigência de concursos docentes, autonomia estudantil e democratização do ensino universitário não se descolavam da crítica às estruturas hierárquicas e tradicionais herdadas da metrópole espanhola, o que produziria uma identidade anticolonialista e latino-americana aos movimentos estudantis que se seguiram influenciados pela experiência argentina. Dalila Andrade e Mario Luiz Azevedo estudam as análises de Mariátegui sobre a Reforma de Córdoba de 1918 e concluem que o movimento esteve "longe de propor objetivos estreitamente universitários e é justamente por sua relação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos que pode ser compreendido como um processo de profunda renovação latino-americana" (Oliveira; Azevedo, 2008, p. 72).

Apesar de reconhecermos esta identidade, não podemos nos furtar de lembrar das representações construídas no movimento estudantil europeu de maio de 1968 e sua importância ao movimento estudantil brasileiro:

> O processo, em síntese, partiu da França, Alemanha e Itália, estendendo-se em seguida para a Grã-bretanha e foi marcado pela tomada de consciência estudantil sobre o colonialismo, sobre as injustiças da exploração do Terceiro Mundo e pela libertação desses países contra o imperialismo. Foi assim, com bandeiras de lutas amplas e colocando abertamente ideais

> socialistas, que os estudantes europeus escreveram, em maio de 1968, uma das páginas mais bonitas e incomuns da História da Educação (Bittar; Bittar, 2014, p. 147).

Michel Thiollent argumenta que as insatisfações e debates em torno da universidade francesa estavam articuladas a outros movimentos e questões de caráter transnacional, elencando os levantes envolvendo estudantes estadunidenses contra a Guerra do Vietnam, os movimentos sociais na Alemanha e destacando, inclusive, que "as lutas de estudantes do Brasil contra a ditadura foram comentadas na França, no início de 1968. Os movimentos de estudantes no México tiveram grande impacto até a sangrenta repressão anterior ao início dos Jogos Olímpicos" (Thiollent, 1998, p. 66). Esse autor ainda destaca que, assim como fora influenciado por experiências internacionais, o maio de 1968 produziu modelos e formas de contestação que se seguiram pelo mundo, incluindo a música de protesto, a comunicação dos grupos militantes e até suas estéticas. Não surpreende saber que a frase "é proibido proibir" era uma das pichações mais executadas nas manifestações. Também ressalta que aquele movimento "incentivou, em muitos lugares do mundo, a crítica coletiva do conhecimento 'inadequado', aquele que só é capaz de justificar o *statu quo*". (Thiollent, 1998).

Com efeito, no Brasil, o movimento estudantil foi profundamente marcado por maio de 1968, inclusive porque vivíamos uma situação particular que em muito convergia à renovação das forças e formas de resistência: o acirramento da repressão pela ditadura civil-militar iniciada em 1964. Todavia, é importante demonstrar que o movimento estudantil não nasceu aí. Antônio Mendes Junior defende que os estudantes brasileiros iniciaram suas lutas ainda em um cenário incipiente de atividades individuais e até elitistas, e em um segundo momento construíram uma dimensão coletiva e de unidade. Já num terceiro momento, produziram uma estruturação e institucionalização, que acreditamos bastante marcada pela organicidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas não somente dela.

Apesar de compreendermos que o campo educacional brasileiro no seu advento é marcado pelo elitismo, Rabat (2002) nos alerta para o fato de que muitos movimentos sociais importantes no Brasil, como da Inconfidência e do

Abolicionismo, tiveram a presença de jovens estudantes:

> Era intensa a vida intelectual na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para onde acorriam jovens de todo o Brasil. Dois episódios ilustram o tipo de motivação que entre os jovens militares de expressava. Em 1888, o cadete Euclides da Cunha, futuro autor de Os Sertões, grande clássico de nossas letras, em função de ato de propaganda republicana, atira o sabre ao chão na presença do Ministro da Guerra, correndo o risco de condenação à pena máxima. Em 1893, já proclamada a República, os "batalhões escolares", formados de cadetes e universitários, agem contra a Revolta da Armada, de tendência monarquista (Rabat, 2002, p. 05).

Já com as demandas estudantis específicas, destacam-se a efêmera constituição de uma Federação Nacional dos Estudantes, em 1901, e a realização do I Congresso de Estudantes em São Paulo, em 1910, evidenciando o esforço de unidade desta categoria, apesar das ambiguidades de classe. Esta unidade parece bastante articulada ao movimento da institucionalização, mas também da emergência de um protagonismo juvenil em causas políticas gerais que tanto caracterizam os movimentos estudantis, pois:

> Depois, os estudantes de Direito de São Paulo tomaram parte na Revolução de 1930 e na sequência, com o ambiente político marcado pelo nacional-populismo, passaram a atuar em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista, inserindo-se nas questões políticas nacionais da época. Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, nesse contexto, os estudantes brasileiros, recém-organizados, opuseram-se desde o início ao nazifascismo (Bittar; Bitarr, 2014, p. 150).

Isso explica por que a UNE, nascida entre 1937-1938, pouco tempo depois estabeleceu sua sede num movimento de expropriação ou tomada de um clube germânico de linha nazista, no Flamengo, Rio de Janeiro. Para estas autoras, a partir daí, o desenvolvimento da UNE foi marcado pela "campanha 'O petróleo é nosso'; em seguida, na crise institucional ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), ela transferiu momentaneamente a sede da entidade para Porto Alegre, onde Leonel Brizola lançou a 'Campanha pela legalidade'" (p. 150). Mais do que isso, o envolvimento cada vez maior com os problemas relativos à educação brasileira, cujas reformas não produziam efeitos qualitativos, demarcou a aproximação da UNE aos movimentos de Educação

Popular como os promovidos por Paulo Freire em Pernambuco e Rio Grande do Norte e grupos progressistas da igreja católica naquele período. Este engajamento da UNE provocou a identificação do movimento estudantil como grupo de esquerda e, com o golpe de 1964, a UNE teve sua sede invadida e passou a realizar seus congressos em lugares clandestinos.

Naquela conjuntura, o movimento estudantil lutava contra os acordos MEC-USAID, contra as medidas e presenças autoritárias nas universidades, a expansão privatista vislumbradas pelas reformas e contra a própria ditadura, em demandas que se articulavam com outros movimentos de resistência, como a operária e camponesa, porquanto a natureza política da educação estava mais exposta que em tempos democráticos.

Internamente, apesar de sempre apresentar correntes e a presença de partidos, ela se dividiria entre estudantes que adotaram a resistência pela luta armada e aqueles que não concordaram com a tática. Maria Paula Araújo também salienta que, embora politicamente engajado, também internamente o movimento estudantil catalisado pela UNE era conservador em pautas como da homossexualidade. Daniel Aarão Reis, historiador e militante, em depoimento a esta autora, foi quem alertou sobre estas contradições e ainda lembrou que a opção da luta armada pelo movimento estudantil precisa ser problematizada considerando a ruptura de uma leitura realizada a partir das lideranças:

> Eu acho que é preciso ter a capacidade de distinguir entre as organizações revolucionárias e o movimento estudantil. Porque há uma tendencia às vezes, romantizada, de imaginar o movimento estudantil de 1968 como revolucionário. Não é fato. Eu acho que migraram para a revolução, aderiram à revolução, boa parte das lideranças do movimento. Mas o movimento estudantil, como um movimento social, cresceu, encorpou, ganhou substância social em torno de um programa reivindicatório sindical e em torno de um programa político democrático. Abaixo à ditadura era uma palavra de ordem muito popular entre os estudantes em geral. Ou seja, houve um corte com o movimento estudantil quando boa parte das lideranças ingressou na perspectiva do enfrentamento armado (Araújo, 2007, p. 194)

Como afirmamos na primeira parte deste texto, o trecho acima explicita a necessidade de repensarmos as representações históricas sobre os movimentos sociais, uma vez que os discursos e conhecimentos produzidos em torno de suas

experiências aparecem fragmentados e insuficientes quando cotejados com perspectivas teóricas tais como a da "história vista de baixo para cima", pelo esforço de compreender que não se pode definir o movimento social pelas ações exclusivas de seus líderes. A própria presença (criticada por muitos) de partidos no interior da UNE, como PCdoB, PCB, e depois, no processo da redemocratização, do PT, sincronicamente com outras correntes e renovadas disputas, evidencia o grau de complexidade que marcou sua história. Sem espaço para nos alongarmos aos sentidos que os dissensos da UNE podem tomar na história e memórias do movimento estudantil brasileiro, adiantamos que estas questões emergiram nos depoimentos trazidos por egressos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sobre os quais falaremos mais adiante.

Por agora, propomos concluir este item de retomada histórica com uma síntese que permita entrever variados esforços de renovação do movimento estudantil pós-ditadura civil-militar no Brasil. Nossa intenção é demonstrar que, mais pluralizado, ainda que em torno de uma estrutura tradicional de organicidade por unidades, o movimento estudantil brasileiro tem surpreendido em cenários de asfixia política neoliberal.

A redemocratização ampliou a diversidade de tendências e permitiu a constituição de outras unidades, de novas redes e com novos movimentos, como os que integraram o processo da Constituinte. Utilizando-se da chave teórica de Charles Tilly de ações coletivas, Bringel aborda a trajetória ulterior do movimento estudantil afirmando que:

> [...] já na década de 1980, em um período de reconstrução institucional, viriam ainda o "Movimento pela Anistia" e as "Diretas Já". Apesar de a atividade da sociedade civil permanecer forte, o cenário que emergia com o governo civil de Sarney até o impeachment de Collor de Mello estaria mais baseado na negociação que no conflito, em razão da saída formal dos militares do governo. Nesse período, as campanhas pela participação popular na Assembleia Constituinte teriam grande impacto, mas também serviriam para anunciar as dinâmicas futuras das lutas estudantis no País" (Bringel, 2009, p. 110).

Este mesmo autor alertou que, a despeito de hiatos de lutas no início dos

anos 2000 (e que valem a exceção de lembrarmos o engajamento estudantil nas lutas contra a ALCA), em 2007, ocupações de reitorias pulularam como repertório de manifestações de Centros Acadêmicos e Diretórios, exigindo melhorias como concursos públicos docentes. Para ele, estas manifestações expressaram algumas importantes mudanças no interior da organização dos movimentos estudantis, com maior democratização da informação e da comunicação; uso da internet e redes para formação e comunicação; maior horizontalidade nas deliberações e protagonismo das assembleias (em detrimento dos comitês); ausência de uma liderança definida e; um certo grau de imprevisibilidade. Por fim, considera que a diminuição da centralização para decidir o teor dos debates e ações coletivas a serem realizadas permitiram uma maior abertura nas tomadas de decisão relevantes e na definição das agendas (Bringel, 2009).

Na esteira desta renovação, os anos 2010 são cenário de experiências que demonstram, por exemplo, o fortalecimento dos estudantes secundaristas. O movimento secundarista se manteve no corpo da estrutura do movimento estudantil brasileiro tal como tradicionalmente estivera, cabe lembrar que o grupo também teve grande importância na resistência estudantil operada contra a ditadura, especialmente após a morte de um de seus militantes pela repressão em 1968. E atualmente o organograma do movimento, conforme explicitado pelo próprio site da UNE, constitui-se de unidades que, coletivamente, compõem de forma plural o movimento estudantil cuja unidade maior é latino-americana. Evidente que existem grupos independentes, mas com a estrutura institucionalizada mais reconhecida estão mais ou menos alinhavadas: a Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes (UEE); Diretório Central dos Estudantes (DCE), as unidades dos Diretórios Acadêmicos ou Centros Acadêmicos (DA ou CA), as Executivas de Curso, o Centro ou Circuito Universitário de Cultura e Arte, as Atléticas; Empresa Júnior; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Uniões Estaduais Secundaristas (UES); União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES); Grêmio Estudantil; Associação de Pós Graduandos (APG) e Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG).

Entre 2015 e 2016, iniciando em São Paulo, o movimento secundarista congregado a partir da UBES promoveu o que ficou conhecido como *Primavera Secundarista*. Corti, Corrochano e Silva explicam que:

> Como reação à medida oficial de reorganizar a rede de escolas, fechando 94 unidades e remanejando alunos de outras 754, com enorme impacto na vida de estudantes, familiares e professores, um conjunto de estudantes da rede estadual deflagrou um processo de ocupação dos prédios escolares. No dia 9 de novembro de 2015, estudantes da Escola Estadual Diadema fizeram a primeira ocupação. No dia seguinte foi a vez da Escola Estadual Fernão Dias. Depois de um mês de mobilizações de rua, abaixo-assinados, tentativas de diálogo com diretorias de ensino e com o governo, e sem obter resultados, os estudantes optaram por uma estratégia inusitada de ação direta que logo se espalhou por todo o estado. No final de 2015, foram contabilizadas mais de 200 escolas estaduais ocupadas (Corti; Corrochano; Silva, 2016, p. 1160-1161).

Estes autores abordam os antecedentes, os contextos políticos e educacionais paulistas em crise desde pelo menos os anos 1990, bem como as articulações com coletivos (como o MAL-EDUCADO)[4] e movimentos na proposição de debates que postularam a eficácia e antecederam as ocupações e, com isso, destituem a Primavera Secundarista de qualquer espontaneísmo que se possa atribuir. Também revelam a efetividade de organização das comissões internas entre os e as estudantes quando ocupavam as escolas, a despeito dos reiterados rótulos de *vândalos* que a mídia lhes atribuía, pois "do ponto de vista da organização interna, as ocupações privilegiavam o debate democrático entre seus integrantes, o que culminava no órgão deliberativo máximo, que eram as assembleias" (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016, p. 1169).

Se admitirmos que os secundaristas de São Paulo influenciaram as lutas estudantis que se espalharam pelo Brasil em 2016, poderemos reconhecer uma importante alteração nas trajetórias do movimento estudantil brasileiro, pois até então os movimentos maiores partiam dos estudantes universitários aos demais do corpo da estrutura estudantil no país. Em novembro de 2016, o Campus de

[4] Sobre as relações e materiais do coletivo no contexto das ocupações secundaristas, além de pesquisas já realizadas, observamos reportagens que dão pistas das formas de organização do movimento, como em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448911113_482695.html

Três Lagoas, da UFMS, foi ocupado por seus estudantes a reproduzirem os repertórios de organização interna demonstrado pelos secundaristas em 2015. Este e outros episódios serão abordados abaixo, a partir das memórias de estudantes egressos dessa instituição.

Por enquanto, nos basta reconhecer a potência e a vitalidade do movimento estudantil a partir dos exemplos acima mencionados, confrontando as dificuldades operadas pelas classes dominantes/Estado às mobilizações e movimentos sociais, além do discurso de passividade que invisibiliza experiências da conflitualidade. Consideramos que a naturalização do individualismo neoliberal é sempre incompleta e passível de ruídos, quando cotejada a contrapelo, como evidenciaram as preocupações e posições coletivas dos e das secundaristas entre 2015 e 2016, além de sua imensa capacidade de capilaridade e mobilização pelo extenso território que alcançou. A negação da passividade como lugar-comum e da massa de manobra como resposta apriorística contribuem para o avanço do conhecimento sobre essas lutas e às próprias contradições sociais a que estamos submetidos.

2. O MOVIMENTO SOCIAL COMO CAMPO DE FORMAÇÃO NAS MEMÓRIAS DE ESTUDANTES DA UFMS

O advento da UFMS é posterior ao desenvolvimento do próprio movimento estudantil brasileiro, considerando as desigualdades geopolíticas do nosso país. Se comparada às universidades do histórico eixo central brasileiro, a UFMS é uma universidade jovem, nascida nos anos 1960. No website institucional, há um resumo sobre sua criação, de onde destacamos:

> A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina. O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

> Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados; incorporados à UEMT. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul[5].

Nesses 60 anos, de sua criação aos dias atuais, a estrutura universitária ampliou-se no modo *multicampi*, que agora se estende para nove municípios do estado do Mato Grosso do Sul, além da Cidade Universitária, de Campo Grande, ofertando mais de uma centena de cursos de graduação e cerca de 60 de pós-graduação[6].

A pesquisa aqui apresentada não pretende se definir como uma História do Movimento Estudantil na UFMS, porque reconhecemos sua dimensão exploratória e inicial, realizada como um esforço de primeiro levantamento de memórias e pistas sobre as relações entre egressos que militaram nos grupos estudantis organizados enquanto cursaram suas graduações ou pós-graduações e as interfaces do movimento estudantil brasileiro. Mas não nos preocupamos em fazer um levantamento sistematizado das formas com que se estruturaram os diretórios e centros-acadêmicos na Cidade Universitária e nos campi. É salutar considerar, portanto, que as memórias e análises aqui abordadas devem provocar ainda a sensibilização de futuras pesquisas acadêmicas para o aprofundamento do conhecimento do movimento estudantil na UFMS, seja como espaço formador, seja como movimento social.

Para esse levantamento, foi aplicado um questionário via formulário eletrônico e virtual, dividido em três sessões: a primeira constituía-se de um termo de livre consentimento, como previsto nas proposições de pesquisas com pessoas. Nesta etapa também ficou acordado o anonimato dos dados prestados pelos e pelas depoentes. A segunda sessão ocupava-se com as características de identificação das experiências de depoentes considerando os anos, cursos e locais em que tais estudantes haviam atuado. A terceira e última sessão considerava a experiência de modo subjetivo e qualitativo, consultando não

[5] Retirado de https://www.ufms.br/universidade/historico/ acessado em 16 de outubro de 2021.
[6] Extraído de https://www.ufms.br/video-institucional/, acessado em 16 de outubro de 2021.

apenas as demandas que preocupavam os e as militantes do movimento estudantil no período vivenciado pelos e pelas depoentes quanto os impactos em suas profissões e formação. Foram obtidas 12 respostas com as entrevistas completas, sobre as quais, por meio da Tabela 1, podemos informar que alcançam, do ponto de vista do campus (local), do período (tempo de atuação, na graduação) e do curso, o seguinte cenário:

TABELA 1. DADOS DA SESSÃO 2 DO QUESTIONÁRIO.

Id.	Local/Campus	Período	Curso
E1	Campo Grande/Cidade Universitária	1984-1987	Pedagogia
E2	Campo Grande/Cidade Universitária	1988-1991	Ciências da Computação
E3	Campo Grande/Cidade Universitária	1980-1983	Farmácia
E4	Três Lagoas/CPTL	2016-2020	História
E5	Campo Grande/Cidade Universitária	1987-1991	Pedagogia
EG	Campo Grande/Cidade Universitária	1990-1996	Educação Artística
E7	Campo Grande/Cidade Universitária	1994-1997	Artes Visuais Bacharelado
E8	Três Lagoas/CPTL	1989-1996	Geografia
E9	Três Lagoas/CPTL	2010-2014	Geografia
E 10	Campo Grande/Cidade Universitária	1981-1984	Pedagogia
E 11	Três Lagoas/CPTL	2013-2017	Direito
E 12	Corumbá/CPAN	2013-2021	Psicologia

Fonte: Autora.

A ordem estabelecida na tabela acima origina-se do recebimento das respostas do formulário. A opção de transpô-la no texto se dá para que, no decurso da discussão sobre as memórias, ela possa servir como um guia que permita aos leitores identificarem questões pontuais sem que seja necessário carregar o texto com informações todas as vezes que os depoimentos surgirem. A partir dela, antecipamos também que as memórias variam de experiências vivenciadas entre 1980 e 2021, com ênfase à Cidade Universitária, ao Campus de Três Lagoas e, em menor expressão, ao Campus do Pantanal, sediado na cidade de Corumbá. Não estamos afirmando que o movimento estudantil na UFMS se limita ou se restrinja a estes espaços e tempos, uma vez que já

observamos aqui a natureza incipiente e exploratória da pesquisa. Isto é, os dados acima refletem as características dos sujeitos dessa pesquisa e não da totalidade ou representatividade geral do objeto. O formulário fora enviado a redes e grupos de relações que partiram do universo da pesquisadora (como redes sociais e grupos de *whats app*) mas que, por se tornar pública de modo virtual, não se preocupou em produzir respostas divididas igualmente por tempo e local, propondo a livre circulação em rede na busca aberta de escuta de egressos e egressas da UFMS e obtendo os resultados expressos na tabela acima.

Como se pode presumir pela Tabela 1, protegemos o anonimato das entrevistadas e entrevistados ao identificar suas respostas por meio da insígnia de E-nº, definida na articulação de Estudante e as variáveis do número de chegada do formulário. Outra estratégia para salvaguardar o anonimato se relaciona com a própria perspectiva historiográfica da pesquisa, uma vez que não direcionamos as entrevistas às lideranças, pois não seria difícil para leitores mais contextualizados com o universo da pesquisa relacionarem o curso aos nomes de líderes daqueles períodos.

No que se refere à organização do movimento estudantil no interior da UFMS, os depoimentos sugerem que ela é historicamente estruturada em DCE e CAs, mas uma leitura promovida sob aspecto da "linha do tempo" (de 1980 até 2021), as informações prestadas pelos depoentes parecem sugerir um movimento inicial, nos anos 1980, de disputa dessas instâncias por cursos e, após a virada do século, a luta se volta contra a fragmentação e perda dessa estrutura. Uma depoente nos informa que a sua memória marcante daquelas lutas nos anos 1980 foi "O fato de os cursos de licenciatura disputarem o DCE e ganharem a eleição. Até então este era um espaço exclusivo das engenharias e medicina" (E1). Depoimentos relativos aos anos de 1980 e 1990 mencionam a existência do DSE e CAs, mas depoimentos que versam sobre memórias dos anos 2000 e 2010 são mais difusos e diversos, alguns deles não reconhecem as referidas instâncias. Eles também variam de acordo com a localidade de atuação de depoentes e, nesse sentido, cabe destacar a complexidade expressa no depoimento abaixo:

> Inicialmente (Primeiro semestre de 2016) conheci algumas/alguns estudantes que estavam propondo uma rearticulação do ME na UFMS. Logo que conheci essas pessoas, me engajei junto a elas na (re)construção do Movimento Estudantil no campus de Três Lagoas. Na época, não haviam DCE e nem DSE ativos no campus, somente alguns C.A's, mas com pouca atuação política nas pautas que estavam em debate naquele período. Diante desse cenário, convocamos algumas reuniões para nos articularmos junto a quem quisesse somar nas lutas e reivindicações do Movimento estudantil na UFMS/CPTL. Foi assim que fundamos a frente de luta estudantil M.E: 28 DM (Movimento Estudantil 28 de Março). Nós estávamos nos organizando de forma autônoma e horizontal e aos poucos fomos ganhando corpo, e cada vez mais estudantes foram se interessando pelas lutas que estavam sendo travadas pelo Movimento Estudantil como um todo. Já no final da minha graduação, algumas mudanças estavam acontecendo no que tange a organização do Movimento Estudantil na UFMS/CPTL. O DCE que estava centralizado apenas na UFMS da capital Campo Grande-MS, foi descentralizado a partir de uma chapa (Nossa Força, Nossa Voz) mais à esquerda que ganhou as eleições para assumir o DCE. Eu fiz parte dessa chapa como Secretário, mas também segui atuando como membro ativo da frente M.E: 28 DM. Junto a essas mudanças, também foi construído um DSE no campus de Três Lagoas, o que também foi de suma importância para os processos de luta que seguiram acontecendo desde então. (E4)

À leitura desse depoimento, é pertinente retomar a historicidade e características do movimento estudantil em Bringel (2009), para quem as categorias de centralização/descentralização tornam-se importantes instrumentos de análise no século XXI. É interessante observar outras geopolíticas possíveis nesta dinâmica, especialmente pela condição *multicampi* da UFMS. O movimento estudantil experimenta situações e condições diferentes em campus do interior em relação à Cidade Universitária, com nuances de disputas que reproduzem o debate “do centro às margens”, as configurações diversas e complexas que evidenciam camadas de pluralidade das lutas estudantis.

Como corolário, temos uma expressão do direcionamento descentralizador na comparação de dois depoimentos, em que o primeiro, referente aos anos 1990, menciona a UNE como universo maior de sua militância, descrevendo que “o DCE era muito ativo, as primeiras eleições democráticas presidenciais estavam acontecendo, os congressos da UNE eram

muito grandes" (E2). Já em depoimentos de experiências recentes, temos a ocorrência da UNE como entidade problematizada pelos/as estudantes da UFMS, pois assinala: Atuei desde 2010 quando ingressei na UFMS. Na época, estava em período de transição, pois algumas lideranças estavam para se formar. Vários períodos de transição. Vários grupos se formando em oposição à UNE. Foi bem interessante" (E9).

No que alude às demandas, as memórias recuperadas pela pesquisa mostram-se instigantes, primeiro porque permitem conhecer conquistas obtidas pelo movimento estudantil na UFMS que podem ter sido internalizadas como institucionais e, segundo, porque expressam parte da natureza que destacamos sobre o movimento estudantil anteriormente: a dupla esfera de demanda, a variar entre o universo acadêmico e as lutas do conjunto geral da sociedade. Utilizando um software livre para mapear as demandas por meio de nuvem de palavras, obtivemos a seguinte imagem:



FIGURA 01. NUVEM DE PALAVRAS – DEMANDAS LEMBRADAS POR EGRESSOS/AS MILITANTES DA UFMS (1980-2021) / **Fonte:** Autora.

A nuvem de palavras não fala por si, mas nos ajuda a localizar temas-chaves acerca do problema proposto, no caso, das demandas presentes nas lutas que os e as estudantes rememoraram, cotejando suas reincidências, aos moldes da *análise de conteúdo* de Lawrence Bardin, para quem a investigação pelos códigos de comunicação "permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2016, p. 42). Nesse aspecto, observamos que as reincidências, ou o que definimos por demandas persistentes, são aquelas convergem com pautas estudantis relativas à permanência de alunos e alunas na universidade, ligadas a restaurante universitário, moradia estudantil e bolsas.

Relacionamos exemplarmente depoimentos que assinalam as lutas por "melhorias nas infraestruturas do curso, tais como equipamentos para laboratórios, mais salas de aulas adequadas, pela melhoria da biblioteca, das refeições do RU, no transporte público, na segurança do campus, dentre outras demandas importantes" (E7) e, para uma comparação simples: "1 - permanência na universidade, assistência estudantil. 2 - restaurante universitário, moradia estudantil. 3 - inserção da mulher nos movimentos políticos, política de LGBT e mais" (E11). Com eles podemos iluminar mudanças e permanências no repertório, considerando o primeiro referente aos anos 1990 e o segundo como rememoração do tempo mais recente, pós 2010. O aparecimento de pautas como LGBT e mulheres era uma hipótese para nossa investigação, ao considerar as relações das lutas estudantis com outros movimentos e coletivos. Mas nos surpreende que estes temas vêm acompanhados de itens que reincidem no tempo, especialmente a alimentação estudantil. As novas demandas não substituíram as antigas, muitas delas, lutas inconclusas que implicam na permanência e na materialidade da vida estudantil.

Nossa análise acompanha a leitura que a pesquisa fez a partir das respostas individuais: de forma sincrônica, repetem-se as demandas estudantis e alternam-se demandas políticas gerais, isto é, se nos anos 1980 a alimentação em bandejão/restaurante universitário era demanda acompanhada de lutas pela redemocratização (E1), nos anos 2000, ela reincide, com outras roupagens e variações locais, mas acompanhada de outros problemas políticos, como da Reforma da Previdência (E4). É possível inferir que a universidade reage de

forma morosa e desigual, porquanto as questões acerca dos restaurantes universitários, moradia e permanência estudantil surgem como elementos comuns.

Outra lembrança sobre as demandas nos ajuda a compreender que suas experiências não são resumidas às naturezas das demandas porque elas variam inclusive com o desenvolvimento ulterior da vida do/a egresso/a, que eventualmente retorna para outro curso ou pós-graduação:

> A principal demanda no CPTL sempre foi Moradia Estudantil e Restaurante Universitário. Esse último, depois de formado, após já estar em outro Estado, descobri que finalmente, depois de tanta luta, o RU foi implantado. No meu retorno ainda teve outra demanda: o preço o RU. Mas também teve a luta pela paridade nas eleições para reitor e diretor do campi. Em 2012/2013 também lutamos com alguns cursos do campi que estavam com faltas de professores (E9).

Há também a possibilidade de entrever conquistas que podem ter sido posteriormente naturalizadas como institucionais, a exemplo da gratuidade. Depoimentos referentes ao início dos anos 1980 alertam para uma taxa de anuidade (ou matrícula) que o movimento estudantil da época conseguira derrubar. Não encontramos menções na bibliografia referente à instituição, e não consideramos esta uma espécie de armadilha da memória, porque tal lembrança não se apresenta isolada, de forma individual. Consideramos, ao contrário, um possível apagamento operado pelos discursos oficiais, que acabou por naturalizar esta conquista como algo institucional e a-histórico, de forma a invisibilizar lutas, conflitos e sujeitos que lhes deram contorno. Tal compreensão serve mais como pistas para produzir novas investigações do que propriamente conclusões de pesquisa, mas é igualmente importante para nossa análise.

As memórias sobre formas de ação que impactaram também foram objeto de provocação de nossa pesquisa. As greves estudantis e ocupações prevaleceram. Um egresso rememorou que “Com a subida de preço do valor da refeição no RU, uma assembleia foi realizada no local no horário do almoço e, em protesto, decidimos tomar o RU e servir o almoço de graça naquele dia” (E2). Em outro depoimento, anotou-se destaque para “Eleição do DCE em 1989 (retomada do diretório), V COUNI em 1990, participação na campanha para

eleição do reitor" (E5), ou ainda em memórias de enfrentamento como "Creio que as panfletagens e lambe-lambe nas madrugadas, além da ameaça vinda de um militar de que meu dossiê constava nas dependências do Exército. Brinquei e disse que exigia minha foto com camiseta vermelha nesse dossiê!" (E8).

Também é possível espreitar dissensos quando indagamos as memórias de ações que impactaram os/as depoentes, como o que se expressa em "Ter a minha denúncia no MPF acatada e as bolsas permanência e auxílio alimentação regularizadas, com a comprovação de irregularidades por parte da UFMS. Isso acarretou no rompimento com o CA de Psicologia e com o DCE que não estavam de acordo com a denúncia" (E12). Ainda nesta categoria, destacamos o depoimento que narrou repertórios e ações alusivas as já citadas ocupações estudantis, em que o egresso destacou duas situações:

> A primeira delas, foi a da Ocupação dos dois *campus* da unidade CPTL da UFMS em novembro de 2016. Foi muito marcante pra mim, por ser um dos que tiveram a coragem de passar o cadeado nos portões da UFMS para propor um espaço de luta e de debates naquele momento tão crítico e ao mesmo tempo de inércia por parte da comunidade acadêmica, que encontrava-se preocupadas com festas e eventos esportivos, enquanto não apenas as áreas voltadas para a educação estavam em crise, mas também a economia, a saúde, e demais setores de um país inteiro que já estava entrando em um colapso ainda mais grave do que o de governos anteriores. O Segundo momento que eu posso afirmar que foi muito marcante na nossa trajetória, foi o da luta de boicote contra o valor abusivo do Restaurante Universitário. Nós estávamos cansados de ver estudantes tendo que ir embora por não conseguirem se manter estudando no campus de Três Lagoas e decidimos realizar uma série de boicotes ao R.U. que durou alguns dias onde nos revezamos para cozinhar e levar esses alimentos para frente do R.U a um preço acessível (muitas vezes distribuir de graça) para estudantes que não podiam ou não queriam pagar aquele absurdo de 10, 11 R$ por um bandejão. Com alguns dias de boicote, recebemos a notícia de que os valores seriam reduzidos e tivemos uma das nossas maiores vitórias enquanto militantes/estudantes do Movimento Estudantil da UFMS. (E4)

Ao abordar as situações que foram marcantes em sua militância estudantil, o egresso aponta uma vivência experimentada entre 2016 e 2020 que converge com memórias do depoente 2 (1988-1991), que já citamos, evidenciando como as lutas se repetem, também por conta da diversidade de campi e tempo abordada, mas especialmente porque a instituição parece não

consolidar determinados direitos como política institucional geral.

Por fim, a última categoria abordada no levantamento das memórias era a reflexão dos e das depoentes sobre a dimensão da militância estudantil no próprio processo formativo. Aqui temos uma espécie de unanimidade, porque os doze depoimentos estão carregados da atribuição de importância do movimento estudantil como elemento da formação profissional e/ou daquilo que Paulo Freire propugnava, que é a formação sobre e a partir de uma leitura crítica do mundo. Não faltaram testemunhos dessa dimensão, bastante aglutinados como movimento educador para consciência, a exemplo dos primeiros, como da egressa que assinalou, sobre sua participação no movimento estudantil, que "foi nele q construí a consciência de luta de classe e portanto, a valorizar desde então os espaços de luta da classe trabalhadora" (E1). O segundo depoimento trazia que o estudante "tinha pouca experiência política, pela minha história de vida, e o movimento estudantil foi transformador. Sou uma pessoa melhor e mais consciente depois daqueles anos" (E2) e o terceiro, a egressa assinala que "foi marcante para minha formação enquanto cidadã, o movimento ampliou minha visão do país e dos seus problemas" (E3). Conforme os depoimentos se aproximam de lembranças de tempos recentes, eles parecem potencializar essa dimensão educativa já abordada nos demais, trazendo elementos de configuração profissional ligados à formação militante:

> Acredito que sem essas experiências eu não estaria onde estou. Hoje sou Professor, Educador Popular e Sindicalista. Me fez ter contatos com Movimentos Sociais como o Movimento por Moradia, Pela Reforma Agrária e dos Atingidos por barragem, os quais tenho muita proximidade hoje em dia. Minha visão de luta começou no Movimento Estudantil e isso tem se mostrado cada dia mais importante para a minha vida. Quem vive o ME, passa a vida respirando Luta! Como diria o ME de 2010, quando ingressei: MUDAR É POSSÍVEL! (E9, grifo do depoente)

O mais recente, cuja estudante se formou em 2021, reitera essa intersecção percebida entre profissão e militância, ao afirmar que "A Psicologia e sobretudo a Psicanálise são eminentemente e obrigatoriamente políticas. Abster-se de enfrentamentos por medo é faltar com a ética profissional desde a universidade" (E12). Com tais discursos, como sustentar a ideia de passividade atribuída aos jovens do tempo presente?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste texto, defendemos que os movimentos sociais devem ser compreendidos pelos/as pesquisadores/as como sujeitos da história. Para tanto, evidenciamos os percursos da historiografia diante desse objeto e propusemos aderir à utilização de instrumento teóricos como a "história vista de baixo", a noção de experiência, a interdisciplinaridade e a interseccionalidade, a ideia de agência e transformação histórica operada por homens, mulheres e crianças nos contornos da realidade, ainda que nem sempre promovendo rupturas radicais e estruturais. Entendemos, junto com Bourdieu, que os movimentos sociais não precisam se justificar de forma revolucionária porque já causam ruídos suficientes para nos mostrar contradições de nossa sociedade. Portanto, por existirem, já contribuem com as possibilidades do devir histórico.

Tais instrumentos permitiram uma análise panorâmica aos movimentos estudantis com momentos de correlação entre os acontecimentos assumidos coletivamente pela juventude no Brasil e no mundo, suas representações e os pontos cegos acerca das histórias e memórias a eles endereçados, a se pluralizarem nesse grau responsável e necessário de amplitude e relativismo que a História Social propõe operar. Um exemplo foi a abordagem fomentada "de baixo para cima" que o depoimento de Daniel Aarão Reis proporcionou à leitura das ações do movimento estudantil da UNE em tempos de ditadura civil-militar.

Com estes conhecimentos fundamentando uma proposta de pesquisa, realizamos um levantamento com doze egressos da UFMS que aceitaram responder a um questionário de caráter e fins acadêmicos rememorando suas passagens na vida universitária, no que diz respeito especialmente às lutas estudantis, entre os anos 1980 e 2021. Nem todos eles estavam vinculados à UNE e o processo de descentralização foi mencionado por mais de um depoente que atuou dos anos 2000 para o tempo presente, o que nos permite considerar que as análises construídas no bojo desse referencial arrojado coadunam com a materialidade de experiências produzidas inclusive nas margens dos sistemas educacionais e políticos, no que diz respeito às suas resistências.

Um dos maiores ganhos da pesquisa foi a análise comparativa das memórias de demandas. Elas expressaram tanto a dupla esfera das lutas do movimento estudantil quanto suas variações e reincidências no interior de uma universidade de caráter *multicampi*, demonstrando graus maiores de complexidade do que previámos inicialmente. A alimentação e moradia permanecem como pautas presentes no passado e no presente, antes na Cidade Universitária e depois no interior, mas acompanhadas de lutas gerais da sociedade brasileira, seja a democratização pós-ditadura, seja a luta contra as reformas da previdência ou mesmo sobre os direitos LGBT. As pautas não se anulam, se acumulam na experiência histórica do movimento estudantil. As que incidem sobre a vida material não interditam pautas conhecidas (muitas vezes de modo pejorativo) como identitárias. Lutas estudantis são espaços formativos e conscientizadores, como revelaram essas memórias.

Se, a despeito dos polos de representações do vandalismo à passividade, foi possível entrever tantas lutas, demandas persistentes e novas, reincidentes ou não, estudantis e gerais, vislumbrar articulações entre coletivos e movimentos, conhecer repertórios de ações como ocupações e barricadas em restaurantes universitários, panfletagens e lambe-lambes, apenas com uma provocação que perdurou três dias de vigência de um formulário proposto a egressos e egressas da UFMS, possibilitando inferências que incidem sobre o movimento estudantil na história da educação brasileira e no Mato Grosso do Sul, supomos ter conseguido gerar, no mínimo, a justificativa para a abertura de uma nova janela de pesquisas sobre nossa formação, sobre uma formação que não se resume à carteira do aluno e da aluna, porquanto se dá de forma indiscutivelmente impactante quando realizada nos bate-bocas daquilo que deveria constituir-se como uma pedagogia de assembleia, tão necessária e urgente para promover a formação de homens e mulheres politicamente saudáveis em nossa frágil democracia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P N. **Memórias estudantis:** Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a

centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2016.

BIROLI, F, MIGUEL, L. F. "Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades". **Mediações**, vol. 20, nº 2. Londrina, 2015, pp. 27-55

BITTAR, M; BITTAR, M. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. ***Eccos*****,** n. 34, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRINGEL, B. O futuro anterior: Continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. ***Eccos*****,** v. 11, n. 1, p. 97-121, jan.-jun. 2009.

CORTI, A. P. O, CORROCHANO, M. C. e SILVA, J. A da. "Ocupar e Resistir": A Insurreição dos Estudantes Paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016.

DUARTE, A. L, MEKSENAS, P. História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. **Diálogos,** 12(1), 119-139, 2008.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

GOHN, M. G; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2012.

GROH, D. *Base-Processes and the Problem of Organization: Outline of a Social History Research Project.* ***Social History****, v. 4, n. 2, p. 265-283, May 1979.*

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes,** Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, pp. 10-31.

MARX, K. **O Capital** – crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant´Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de. Educação**. São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.

MENDES JR, A. **Movimento Estudantil no Brasil**. Coleção Tudo é História, Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, D. A.; AZEVEDO, M. L. N. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? In SADER, E, GENTILI, P, & ABOITES, H. (Orgs.), ***La reforma universitaria***: desafíos y perspectivas noventa años después (p. 66-78). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

OLIVEIRA, M.E. Tabela 1 – Dados dos depoentes obtidos pela Sessão 2 do Formulário (Identificação, Campus, Período, Curso), outubro de 2021.

OLIVEIRA, M.E. Figura 1 . Nuvem de Palavras obtida a partir das memórias registradas sobre demandas de lutas estudantis. Software: WordCloud, outubro de 2021.

PAMPLONA, M. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 17, 1996, pp. 215-238.

RABAT, Marcio Nuno. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil.** Consultoria Legislativa, Brasília, 2002.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política,** n. 3, Brasília, 2010.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social; Rev. Sociol da USP.** São Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UFMS (Website institucional). **Histórico**. In https://www.ufms.br/universidade/historico/

UFMS (Website institucional). **Vídeo Institucional**. In https://www.ufms.br/video-institucional/

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. In. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV)
Contribuições para a História da Ditadura Civil-militar no Maranhão

PEASANT TRUTH COMMISSION (CCV)
Contributions to the History of the Civil-military dictatorship in Maranhão

MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES [1]

PAULO LEANDRO C. MORAES MENDES [2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as contribuições da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) de 2014 para a história agrária brasileira e, especificamente maranhense durante a ditadura civil-militar, buscando, também, estabelecer relações entre o contexto de atuação do grupo de trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas no período compreendido entre 1946-1988, a memória, a história, a justiça de transição, tanto em âmbito nacional como regional. Aponta-se para a necessidade de uma análise que privilegie tanto a reparação da violação de direitos humanos, como da responsabilização de setores da sociedade, que, com os militares, conspiraram para a interdição da articulação de movimentos sociais, como os que se organizavam no campo brasileiro no pré-1964.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Comissão Camponesa da Verdade. História Agrária. Maranhão.

ABSTRACT

This article aims to present the contributions of the Peasant Truth Commission (CCV) of 2014 to Brazilian agrarian history, specifically in Maranhão during the civil-military dictatorship. It also seeks to establish connections between the context of the working group on human rights violations related to land struggles and against indigenous populations for political reasons from 1946 to 1988. The focus is on memory, history, transitional justice, both at the national and regional levels. The article highlights the need for an analysis that prioritizes both the reparation of human rights violations and the accountability of sectors of society that, along with the military, conspired to suppress the organization of social

[1] Professora Associada do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista Produtividade do CNPq. *E-mail* da autora: monica.piccolo@uol.com.br.
[2] Doutorando no Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). *E-mail* do autor: leandro.historia@outlook.com.

movements, such as those in the Brazilian countryside before 1964.

Keywords: Civil-military dictatorship. Peasant Truth Commission. Agrarian History. Maranhão.

INTRODUÇÃO

A ampliação dos debates sobre a atuação da ditadura empresarial-militar e o direito à memória, à verdade, questões em torno da Justiça de Transição, possibilitou a eclosão de diversos grupos de trabalhos com a finalidade de elucidar as múltiplas capilaridades da atuação dos aparelhos de repressão colocados em movimento durante os governos ditatoriais (1964-1988[3]) em diferentes aspectos da realidade nacional.

Enfrentar o passado, ainda presente, da ditadura civil-militar no Brasil se constitui como necessidade pela própria forma em que se produziu a transição para a democracia, já que a luta pela "anistia ampla geral e irrestrita" foi apropriada pelo regime, impossibilitando, por um lado, a "identificação dos desaparecidos políticos, a responsabilização criminal de agentes do Estado e o desmantelamento dos aparatos de repressão" (Lemos, 2018, p. 471) e, por outro, criando, como consta no corpo da Lei de Anistia, a categoria jurídica de "crimes conexos", que excluía do manto da anistia os acusados de participarem da luta armada.

Somente por meio das disposições transitórias da Constituição Cidadã (1988) que foi possível rever a unilateralidade da anistia, já que o instrumento viabilizou o perdão a todos que "foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares [...]" (Brasil, 1988, art. 8º ADCT), compreendendo o período de 1946 até a promulgação da Carta Magna. No entanto era preciso ir além.

Será, todavia, a partir dos anos 2000, principalmente "no período dos governos de centro-esquerda", que um haverá um aprofundamento das ações

[3] Está sendo aqui tomada como referência a cronologia apresentada por Renato Lemos (2018) que defende que em função da presença dos militares ao longo do governo Sarney, primeiro governo civil após a ditadura civil-militar, o marco final do regime ditatorial tenha como ponto a promulgação da Constituição de 1988, momento em que são diluídas as bases do estado ditatorial implementado a partir de 1964, e não a posse do Sarney, em 1985.

estatais em direção aos princípios da Justiça de Transição[4], tais como a criação, em 2005, por meio de um decreto presidencial, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, que passou a reunir os acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), voltado para coleta e publicização da documentação produzida pelos agentes da repressão; a ampliação dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995; e a localização dos restos mortais e o reconhecimento estatal dos assassinatos e desaparecimentos protagonizados pela ditadura (Torelly, 2010 *apud* Homma; Marinho, 2021).

É particularmente interessante observar o que destacou Benito Schmidt (2015) ao se referir à efeméride do quadragésimo aniversário do golpe. De acordo com o autor, em 2004 foram produzidos diversos eventos; publicados diversas obras acadêmicas, jornalísticas e memoriais; a contraposição à narrativa militar, passou a ganhar espaços na mídia. *Pari passu*, e como é natural no debate público, o discurso da caserna passou a caracterizar aquelas iniciativas de "revanchistas". Outros pontos relevantes, apontados naquele contexto, foram a frustração em relação a falta de aprofundamento nas políticas de reparação no governo Lula e o destaque para a importância dos arquivos no esclarecimento da verdade (Schmidt, 2015).

Portanto, é nesse contexto de ampliação dos debates públicos sobre a necessidade de revisitar ativamente esse passado que surgira esse conjunto de políticas observadas ao longo dos anos 2000, que culminará, por assim dizer, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), resultado de recomendações realizadas na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em 2009, e afinadas com o processo de ampliação das discussões provenientes de setores da sociedade civil. Será baseado nisso que, em 2010, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva encaminhará ao Congresso o projeto que

[4] Entre os princípios de Justiça de Transição, pode se destacar a 1) responsabilização penal dos violadores de Direitos Humanos; 2) direito à verdade e à informação, ou seja, à memória por meio de Comissões da Verdade, Justiça ou Reconciliação; 3) A reparação por meio de indenizações ou de medidas simbólicas; 4) O impedimento de que funcionários do Estado que cometeram tais violações exerçam funções públicas (SANTOS, 2010)

previa a criação da CNV, aprovado em regime de urgência e sancionado pela então presidenta Dilma Rousseff em 2011.

Os trabalhos da CNV, desenvolvidos entre 2011 e 2014, permitiram a elucidação das diversas estruturas produzidas durante a ditadura e suas ações sistemáticas na violação de direitos humanos, permitindo, ainda, a identificação de desaparecidos políticos e dos agentes estatais agressores.

Em uma sociedade cada vez mais voltada para os "passados presentes"[5], a relação entre memória e direitos humanos toma um lugar de destaque, já que a recomposição da memória não pode se distanciar do discurso dos direitos humanos e da justiça, tanto no sentido discursivo quanto prático, para que não se desvele em um exercício vazio "alimentando se de forma parasítica e limitada de si mesma". Ademais, os direitos humanos correm o risco de se tornar mera "abstração legalista e abuso político" se não se alimenta pela memória e pela história (Huyssen, 2014, p.46).

A "responsabilização pelo passado", identificada como mote da consciência temporal em Huyssen, permite mensurar a importância de projetos nacionais que, nas últimas décadas, têm se esforçado em recorrer à memória como instrumento para revelar a verdade, extirpar um passado de violações de direitos humanos e garantir sua perpetuidade. Essa relação entre memória e direitos humanos pode ser observada, inclusive, na própria finalidade da CNV.

> Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [1946-1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (Brasil, 2011).

Nesse contexto que é criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), ainda em 2012, durante o *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*, e teve como objetivo promover

[5] Dando destaque ao impacto gerado pelos acontecimentos do século XX, principalmente, ao holocausto como tropo explicativo do "falhanço Iluminista", Andreas Ruyssen observa que a "consciência do tempo" sofrera mudanças significativas, passando da necessidade de assegurar "futuros utópicos" no contexto da alta modernidade, para uma tarefa, "não menos perigosa, de assumir responsabilidades pelo passado". (Huyssen, 2014, p.45).

visibilidade à luta e resistência dos camponeses frente às violações cometidas pelo Estado brasileiro.

1. COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Como presente no próprio site do evento, o *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas* teve como objetivo reunir a diversidade das organizações que atuam no campo, visando construir uma agenda que se proponha alternativa ao agronegócio, baseada na "reforma agrária, no respeito ao meio ambiente, na produção de alimentos saudáveis, nos direitos territoriais, na soberania alimentar, na geração de renda no campo, entre outros" (Sobre, 2012).

A *Declaração do Encontro*, assinada por uma significativa diversidade de organizações camponesas[6], estabelece uma interpretação sobre a relação entre os movimentos camponeses anteriores ao golpe civil-militar de 1964 que por meio de sua luta conseguiram contrariar as elites inserindo a reforma agrária nas reformas de base do governo João Goulart; e a ditadura que surge como instrumento para, entre outros, enfraquecer os movimentos camponeses e as pautas de suas reivindicações (*Declaração do Encontro,* 2012). Tal perspectiva histórica é destacada como fundamental, inclusive, entre as dimensões que deram significado ao evento, pois o mesmo pretendeu, entre outras coisas, "evocar e homenagear o meio século decorrido desde o I Congresso Camponês, de caráter nacional, ocorrido em Belo Horizonte em 1961" (*Documento Base*, 2011).

[6] Entre os movimentos camponeses que assinam a *Declaração do Encontro* estão: Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Cáritas Brasileira; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e Via Campesina Brasil (CONTAG, 2014, p.17).

É relevante identificar que, na visão da comunidade que realizou o evento, o ponto de partida para a compreensão das condições atuais dos camponeses no Brasil foi sua capacidade de organização para exigência de demandas no pré-1964 e também a reação das elites agrárias diante desse arranjo e como produto do golpe e da ditadura que o sucedeu, levando os camponeses a serem perseguidos, torturados, aprisionados e assassinados.

Esse legado histórico, baseado tanto no princípio organizativo e unificador gerador de uma iniciativa transformadora, quanto na experiência histórica do sofrimento resultante da ação contrarrevolucionaria e preventiva do Estado durante a ditadura, permite mensurar a importância de se criar uma Comissão da Verdade no seio de um grupo que busca reafirmar sua significância social diante dos novos desafios de fazer frente ao agronegócio.

> [Logo,] a dimensão da memória como instrumento de resistência política não permite o esquecimento. Mobiliza o resgate da violência e do sofrimento para evidenciar a injustiça e o arbítrio que seguem no presente, tornando o passado menos abstrato e distante, para desnaturalizar perspectivas e convicções (Bragatto; Paula, 2011 *apud* Homma; Marinho, 2021).

Desse modo, o resgate da memória sobre a violência e o sofrimento permite ao movimento camponês, em sua multiplicidade, uma ressignificação do passado, que, dentro da narrativa histórica, viabiliza o seu reposicionamento no contexto de redemocratização, tornando o passado mais matizado, pois a memória é um elemento eficiente na "neutralização da violência" e na possibilidade para a justiça.

Logo, a construção da Comissão Camponesa da Verdade surge em paralelo à Comissão Nacional da Verdade, pois um dos compromissos assumidos no encontro foi a luta pelo reconhecimento da responsabilização estatal pelo desaparecimento e morte da população do campo, além da reparação aos familiares das vítimas (*Declaração do Encontro,* 2012), sobretudo pelo entendimento da particularidade da luta no campo e da necessidade de aprofundamento específico da questão agrária.

Sendo assim, a criação da Comissão Camponesa da Verdade surge como resultado de dois processos históricos concomitantes e complementares: de um

lado, a expansão, tanto na história acadêmica quanto de grande circulação[7], dos debates sobre a natureza do golpe que depôs João Goulart e a ditadura que o sucede[8], e de outro, a noção de incompletude que marca a trajetória dos movimentos do campo, já que a sua luta pelo direito à terra, à reforma agrária será abreviada pela ação violenta e sistemática do Estado no contexto ditatorial. Como aponta o próprio documento:

> [...] Esse primeiro panorama estabelece uma percepção de que as graves violações de direitos humanos persistem no campo nos dias atuais, como parte de uma realidade permeada pela impunidade e por uma política de justiça de transição inacabada. Porém, a partir dos fatos narrados e da capacidade de indignação, organização e resistência da população camponesa, a CCV acredita que o horizonte de uma justiça social plena segue alimentando as gerações que ousam lutar e reivindicar direitos e justiça, não só no campo mas em toda a sociedade brasileira (CONTAG, 2014, p.22).

A relação entre "responsabilização do passado" e atuação presente fica evidenciada, inclusive, na própria apresentação do Relatório da CCV, considerando que se aponta para a necessidade de preservação da memória dos indivíduos atingidos pela violência estatal ou do braço armado do latifúndio como instrumento de "estímulo às novas gerações na luta em defesa e na conquista de direitos" (CONTAG, 2014, p.13).

Buscando localizar historicamente as condições de criação do documento da CCV, destaca-se no relatório a importância do *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*, dos grupos de trabalho que viabilizaram sua produção[9] e sua relação com o

[7] Beatriz Sarlo observa que no capitalismo tardio a história de grande circulação, voltada ao grande público e com intuitos mercadológicos, o foco não é mais a narrativa de elementos excêntricos que os historiadores, por vezes, deixam escapar, mas passa a priorizar a vida dos atores e uma pretensa verdade sobre elas (Sarlo, 2007, p.11). Essa mudança, permite dimensionar o surgimento, sobretudo nas últimas décadas, de obras como as de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004, 2016) que tiveram uma significativa receptividade no grande público e que buscaram revisar importantes questões que marcam o contexto ditatorial no Brasil.

[8] É relevante, nesse sentido, a coincidência do quadragésimo aniversário do Golpe, em 2004, e a emergência de um projeto de revisão da natureza do golpe e da ditadura, que, como observou Toledo (2004ª), a ditadura passou a ser compreendida a partir de uma relativização da ideia de apoio da sociedade aos generais-presidentes e às ações desenvolvidas pelo Estado: argumentos que necessitam de profundidade empírica, conforme pode ser observado em Demian Melo (2014).

[9] O Documento relata que "O compromisso que originou a CCV foi impulsionado e concretizado através de reuniões realizadas na sede da Contag em Brasília, durante os anos de 2013 e 2014, nas quais professores/as, pesquisadores/as, lideranças de movimentos sociais e gestores

desenvolvimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sobretudo a partir da criação do *Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas no período compreendido entre 1946-1988*, criado ainda em 2012 e considerando a especificidade da violência no meio rural.

O relatório do Grupo de Trabalho aponta que a partir daquele momento a CCV passa a dar suporte a CNV, principalmente no resgate de situações de violações de direitos humanos realizadas pelo Estado e seus agentes no período entre 1946-1988, incidindo sobre a necessidade premente de "reparação das violações cometidas por parte do Estado" (CONTAG, 2014, p.18). Mas, além disso, indica para a importância conferir destaque ao protagonismo histórico dos "trabalhadores e trabalhadoras rurais" na luta contra a ditadura, sobretudo devido à constatação da invisibilidade dada à resistência camponesa e os atuais processos de reparação do Estado (CONTAG, 2014, p. 18).

As balizas teóricas sobre a memória que baseiam a produção do documento, mesmo destacando suas implicações políticas e problemáticas conceituais[10], evidencia a relação, já mencionada aqui, da memória, da justiça e da construção de perspectivas de futuro

> A memória não deve se limitar a cumprir um compromisso com as vítimas da repressão, senão servir também para construir um futuro que, a partir do recordar, logre sanar e superar a herança perversa do autoritarismo. Por isso, não é possível abrir mão de instrumentos de justiça, portanto, é fundamental que a responsabilidade do Estado e de seus agentes sejam reconhecidas pelas violações e danos causados à vida de tantos camponeses e as injustiças sejam reparadas. O sentido da memória – apreendida como perspectiva de futuro pautado em valores democráticos ampliados – está ancorado na sua compreensão como uma recordação limpa, coesa e ampliadora

públicos se dedicaram a pesquisar, juntar estudos já realizados e elaborar este relatório com o objetivo de incidir nas atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)" (CONTAG, 2014, p.18)

[10] Entre as problemáticas apresentadas destaca-se o conceito de memória como um conceito polissêmico: a) enquanto circunscrita apenas ao passado, e b) da memória enquanto anseio de não repetição do passado, enquanto asseguradora da manutenção dos valores democráticos no presente. Destaca, portanto, para a necessidade de apropriação de outra noção de memória, baseada no diálogo com o outro; um exercício de 'ouvir vozes' já emudecidas; vozes que revelam segredos, e das quais portamos infinitas heranças. [Assim,] pensar a história do Brasil, a partir da perspectiva da memória camponesa, ou seja, dos desvios e das interrupções, significa também lançar o olhar para as vítimas do passado que ficaram no meio do caminho, presentificar suas ausências e combater seu esquecimento (CONTAG, 2014, pp. 24-25).

> da verdade. Assim, a sociedade brasileira guarda os mesmos sentidos para o passado e o mesmo encaminhamento para o futuro, como garantia da justiça (CONTAG, 2014, p. 26).

Aqui fica inda mais evidente a busca de reconstrução do passado como instrumento de luta presente, já que a memória dos camponeses e camponesas são tomadas como instrumento para busca de rompimento com um passado traumático ainda presente, estruturalmente, nas práticas autoritárias do Estado brasileiro e na criminalização de movimentos sociais.

Isso leva necessariamente às problemáticas decorrentes da Lei da Anistia, que, como já destacado, buscou abafar os verdadeiros anseios dos movimentos pró-anistia, limitando o alcance da lei por meio da noção de "crimes conexos" e atribuindo uma a ideia de reciprocidade, ou seja, abrangendo perseguidos e perseguidores, torturados e torturadores, vítimas e agentes da repressão.

A Comissão Camponesa da Verdade enquanto elemento constitutivo da justiça de transição surge, portanto, como um instrumento de reparação das vítimas e seus familiares, responsabilização de agentes do Estado que praticaram a violação dos direitos humanos, mas também como elemento para o enfrentamento do esquecimento enquanto política, comum em processos de anistia, como o da Lei da Anistia de 1979, marcado seja pela "impunidade , ou pela falta de reconhecimento ou de punição dos crimes cometidos nos períodos de arbítrio" (Ansara, 2012 *apud* Homma; Marinho, 2021, p.8).

Entretanto, no caso específico da violência no campo se introduz outra problemática, como destacado no relatório, a saber: a "privatização da ação do Estado", já que a perspectiva do "Estado como sujeito de violações de direitos" envolve, de um lado, a participação "de agentes públicos, pessoas a seu serviço, com o apoio ou no interesse no Estado" , e de outro, "a responsabilidade por omissão ou conivência de agente público", estendendo, inclusive, a "responsabilidade para a ação de agentes privados", por meio de políticas e apoios que "motivaram, viabilizaram e incentivaram violações, sendo fundamental considerar o latifúndio como braço privado do Estado (CONTAG, 2014, pp. 39-40).

Essa questão é fundamental para o redimensionamento do alcance, não somente da Lei da Anistia de 1979, mas também das propostas de reparação/ "responsabilização do passado" por meio dos processos tardios de justiça de transição no Brasil, como é o caso das Comissões da Verdade. Como observou Renato Lemos (2018), o processo de transição se distanciou de forma significativa dos projetos de setores da sociedade que criticavam, não somente o regime ditatorial, mas também as "formas gerais de dominação capitalista no país" (Lemos, 2018, p. 472).

Portanto, ao destacar o processo histórico das organizações camponeses, o Relatório da CCV também evidencia o processo de estruturação das organizações patronais na busca pela manutenção de um *status quo* e na modernização dos processos produtivos.

> Se os trabalhadores do campo, ao longo desses anos, surgiam no espaço público como categoria específica e se faziam reconhecer como sujeitos políticos, não menos eficazes foram as entidades patronais. Elas não só mantiveram ao longo do tempo forte influência no Ministério da Agricultura, como também pesaram decisivamente nas articulações da sociedade que gestaram o golpe militar de 1964 (CONTAG, 2014, p.56)

O contexto do golpe e da ditadura civil-militar que o sucede, portanto, é compreendido como elemento de importante inflexão. Seguindo a interpretação de Rene Dreifuss (1981) que confere destaque ao setor empresarial no processo de desestabilização do Governo Goulart, o documento da CCV evidencia a articulação entre grandes proprietários de terra e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instituições da sociedade civil que tiveram, de acordo com a interpretação de Dreifuss, papel fundamental na construção dos elementos que permitiram o golpe e na implementação do projeto de aprofundamento da ingerência do capital multinacional e associado no Brasil, com destaque, sobretudo, para a transnacionalização do capital, que envolvia uma reorientação à produção agropecuária (Dreifuss, 1981).

Essa interpretação é relevante para a compreensão da estruturação do discurso defendido pela Comissão Camponesa da verdade, na medida em que se opõe à emergência de discursos historiográficos que buscam culpabilizar os

movimentos sociais, inclusive do campo, pela instauração da ditadura no Brasil. Essas concepções, que reavivam uma visão conservadora e reacionária do golpe, buscam caracterizar tanto as esquerdas como as direitas no contexto pré-1964 como igualmente golpistas, já que ambas estariam prontas para desfechar um golpe contra a democracia[11] (Toledo, 2004b). Além disso, se baseiam na ideia de apoio da sociedade civil seja ao golpe, ou à ditadura civil-militar que o sucedeu, ambos utilizando a ideia de sociedade civil de forma ampla e pouco precisa. De um lado, defende-se a participação social no golpe e uma unilateralidade da ação militar na condução da ditadura[12]; de outro, empenha-se em demostrar o apoio social no processo de desestabilização de João Goulart e também às políticas ditatoriais, sobretudo com base nas refutadas conquistas econômicas daquele período[13].

Como evidenciou Toledo (2004b), o golpe teve um caráter reacionário, na medida em que se deu contra "as reformas sociais defendidas por setores progressistas e [...] contra a incipiente democracia política, nascida em 1945" (Toledo, 2004b, p. 13). Portanto, a compreensão daquele contexto como um momento de ruptura da expansão da democracia liberal excludente torna-se fundamental para a decomposição dos interesses que culminaram no golpe de 1964 e nas políticas adotadas pelo Estado a partir de então, o que viabiliza a identificação, tanto das condições de fortalecimento dos movimentos camponeses no contexto pré-1964 (a defesa de reformas sociais, sobretudo a reforma agrária), quanto dos impulsos socioeconômicos que marcam a interrupção violenta da articulação desses movimentos.

Diante disso, o discurso da justiça de transição e da memória relacionada à violação de diretos humanos no campo durante a ditadura não pode se afastar da necessária relação com os interesses econômicos que sustentaram a ação de setores da sociedade para a deposição de João Goulart e para as políticas adotadas no pós-golpe.

[11] Sobre a dupla culpabilização de setores da esquerda e da direita pelo golpe ver: Angelina Figueiredo (1987); Aarão Reis (2000); Jorge Ferreira (2003, 2004).
[12] Destacam-se nesse sentido os trabalhos de Fico (2004) e Napolitano, (2018), que, com base na concepção de política cultural, dão especial destaque ao papel dos sujeitos políticos que assumem o Estado a partir de 1964.
[13] A ideia de apoio da sociedade civil ao golpe e a ditadura é defendida principalmente por Aarão Reis (2000).

A problemática proveniente da falta de uma visão que englobe a dupla responsabilização (sociedade civil e Estado em sentido restrito[14]) como elemento necessário para a aplicação da justiça é apontado pela CCV diante da dificuldade de comprovação da responsabilidade do Estado diante de violações que foram protagonizadas por agentes privados[15]. Em estudo realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2013, e apresentado pela CCV, "97,6% dos camponeses[...] mortos ou desaparecidos na ditadura civil-militar pós-1964 foram alijados da justiça de transição" (CONTAG, 2014, p. 80).

Portanto, pensar o papel de uma justiça de transição é inclui-lo em uma discussão menos figurativa, que possa de fato unir elementos da memória e da história para a conformação de um discurso sobre os direitos humanos que de fato leve em conta as experiências dos movimentos sociais do campo, e os embates travados no seio da disputa de classe.

> Entende-se, assim, que a hegemonia política obtida pela perspectiva liberal-democrática no campo teórico-prático da anistia tenha contribuído decisivamente para obscurecer o seu sentido genético: o processo da contrarrevolução burguesa pós-1964. A perspectiva liberal-democrática constitui um verdadeiro "obstáculo epistemológico" ao conhecimento da transição política no Brasil recente, porque se confunde, acriticamente, com a própria realidade que se pretende explicar, e porque se alimenta fortemente do senso comum, evitando a discussão no plano das hipóteses científicas (Lemos, 2018, p. 473).

Logo, o direito à justiça e à verdade perpassa pela necessidade de aprofundamento do conhecimento a respeito dos interesses que mobilizaram setores da sociedade para realização de um golpe, e que reformularam a estrutura do Estado para impedir a articulação de grupos subalternos; ou seja, é a explicação da conjuntura socioeconômica que produz as condições históricas para a realização do golpe e, principalmente, da inflexão observada nos

[14] Utiliza-se aqui a concepção gramsciana de Estado Integral, ou Ampliado, na qual na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção (Gramsci, 2002)

[15] Dos "602 casos apresentados, em apenas 25% é possível comprovar a efetivação de inquérito policial e, somente em 5%, desfecho judicial. Ainda assim, o estudo conseguiu comprovar a ação direta de agentes de Estado em 131 casos, reconhecidos como vítimas da ditadura. Uma particularidade das situações identificadas no campo é que em 471, ou 85% dos casos, os crimes foram cometidos por agentes privados, com a anuência dos representantes do regime militar" (CONTAG, 2014, p. 80).

movimentos camponeses, que passam a ser um dos principais alvos do Estado ditatorial.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS DO MARANHÃO

Inicialmente é necessário destacar que o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, embora tenha se proposto a "reunir trajetórias de camponeses e camponesas no percurso da resistência em todas as regiões do Brasil", apresenta um conjunto de casos já pesquisados por estudiosos parceiros da CCV, o que é justificado pela falta de tempo e recursos.

Esse ponto ajuda a reforçar a importância do documento não simplesmente como mecanismo de "revelação da verdade", mas como instrumento de incidência política, não somente na construção de políticas públicas de reparação das vítimas de violências sofridas no meio rural, mas também de fortalecimento dos movimentos do campo e de reconhecimento de seu papel histórico.

Diante da falta de tempo e recursos apresentados, além da supracitada atuação junto ao *Grupo de trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígena,* a CCV buscou desenvolver suas investigações com base na noção de "casos emblemáticos" que podem ser capazes de exemplificar as "ações e violações por parte do Estado e de seus agentes", apontando, assim, para uma multiplicidade de instrumentos adotados que ajudam a dar conta da particularidade da violência no campo.

No caso maranhense são apontadas três questões fundamentais, já discutidas amplamente por estudiosos sobre o estado: 1) a "repressão no Vale do Pindaré, com destaque as violências contra o líder camponês Manoel da Conceição; 2) os conflitos resultantes da implantação da base brasileira de lançamento de foguetes espaciais na região de Alcântara; e 3) a opressão de latifundiários, com anuência do Estado, contra quilombolas e quebradeiras de coco babaçu.

No primeiro caso são apontados, por meio da trajetória de Manoel da Conceição, elementos que permitem identificar a necessidade imperiosa de iniciativas que buscaram fazer frente as transformações impostas ao meio rural, principalmente devido a Lei de Terras Sarney[16] (1969) e, também, as formas de atuação de agentes do Estado na desarticulação dessas iniciativas.

A perseguição à Manoel da Conceição, enquanto "caso emblemático", aponta para as vicissitudes enfrentadas pelo líder camponês, com sucessivas prisões e sessões de tortura; mas também para as formas de resistência do movimento camponês, e sua articulação com outros movimentos sociais de esquerda, como a Ação Popular (AP), em reação às práticas repressivas do Estado ditatorial.

O segundo caso, dos conflitos resultantes da instalação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, aponta para a perenidade do conflito agrário iniciado durante o período ditatorial. Pois, tendo início com o decreto estadual nº 7.820 de 1980, que previa a desapropriação de 52 000 hectares do município para a implantação do C.L.A. (Centro de Lançamento de Alcantara) nas chamadas "terras de preto", o conflito se reverberara para o período de redemocratização, já que embora o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garantissem a titularidade da terra a comunidades remanescentes de quilombo, em 1991 o então presidente Collor assinou um decreto que aumentava a área desapropriada para 62 000 hectares.

Ademais, é destacado pelo relatório da CCV a prática, por parte do Estado, do "deslocamento compulsório", entre 1986-1987, que removeu 32 povoados da região litorânea para o interior de Alcantara, áreas denominadas "agrovilas". Por estarem distantes da área de pesca, retirou-se uma das principais fontes de renda e sustento das famílias, atrelando-se a isso a designação das famílias à uma área de 15 hectares, restringindo, assim, as áreas de plantio e impedindo o acesso livre ao coco babaçu e demais produtos de extração e coleta, e ainda impedindo a edificação dentro das "agrovilas", o

[16] Aprovada em 17 de julho de 1969, a Lei de Terras, nº 2979, também conhecida como Lei de Terras Sarney, promoveu uma profunda reestruturação da estrutura fundiária maranhense ao garantir ao Estado o direito de rever a posse das terras particulares sem comprovação da respectiva cadeia sucessória ou de sua aquisição regular e estabelecer a realização da revisão de todos os aforamentos, vendas, revalidações e legitimações de terras do domínio público estadual, a contar do Decreto nº 85-A, de 30 de julho de 1946 (Piccolo, 2017)

que inviabiliza, aos filhos dos remanejados que se casam, a constituição de residências.

Por fim, o documento destaca as violências praticadas contra quilombolas e quebradeiras de coco, que apresentam de forma mais intensa o que o documento chama de "teias de relações" entre o poder público e os interesses privados, já que nos dois casos apresentados fica evidente a opressão de grandes proprietários contra a população camponesa, tudo com a anuência do Estado, ou mesmo sua ação direta.

Em um dos casos apresentados, Queima de casas em Monte Alegre – município de São Luiz Gonzaga do Maranhão (1979), fica evidente, como apresentado pelo documento, a participação do Estado em dois momentos distintos: por meio da conivência do poder judiciário, que viabilizou, através de liminares, a "ação repressiva da polícia, resultando na queima das casas; e por meio da parcialidade dos funcionários do INCRA, que levaram em consideração a área de um pretenso "imóvel rural" em detrimento das "territorialidades historicamente constituídas" (CONTAG, 2014, p.143).

Para além dos "casos emblemáticos" o Relatório da CCV reúne, em três anexos, um importante conjunto de documentações que buscam apresentar: 1) Camponeses atingidos por Inquéritos Policiais Militares (IPMS) e Processos na Justiça Militar; 2) Lista de Camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988, segundo o acesso e usufruto dos Direitos da Justiça de Transição definidos pela Lei 9.140/1995; e 3) Camponeses e Ditadura no Oeste do Paraná: eventos, fontes e localização.

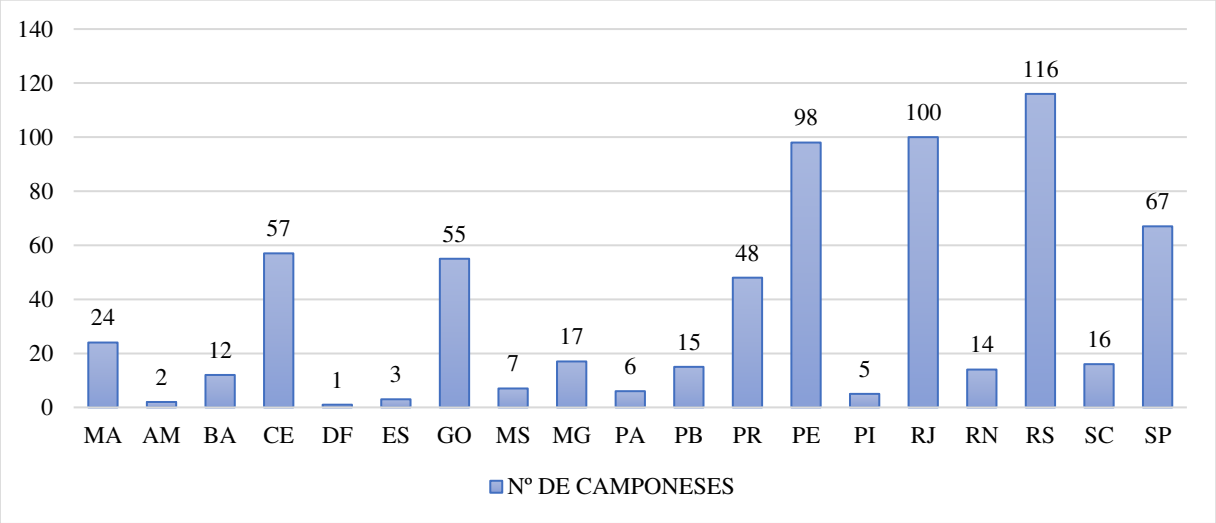
Os dois primeiros conjuntos de informações, quando tomados de forma quantitativa, permitem um panorama bastante dinâmico da estrutura da violência no campo brasileiro, de modo mais geral, e do Maranhão, mais especificamente.

A primeira dessas listas faz um levantamento nominal dos camponeses atingidos por IPMs e processos na Justiça Militar com base nos dados oriundos do Projeto Brasil Nunca Mais[17]. Nela estão descriminados, além dos nomes, as localidades, e as violações sofridas.

[17] O projeto BRASIL: NUNCA MAIS foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que, durante cinco anos, analisaram, sigilosamente, 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela

Com base nos dados apresentados, um primeiro levantamento realizado foi o comparativo dos camponeses atingidos no Maranhão em relação aos outros estados da federação, conforme o Gráfico 1.

GRÁFICO 01. COMPARATIVO, POR ESTADO, DE CAMPONESES ATINGIDOS POR IPMS E PROCESSOS NA JUSTIÇA MILITAR SEGUNDO O RELATÓRIO DA CCV



Fonte: Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Elaboração própria.

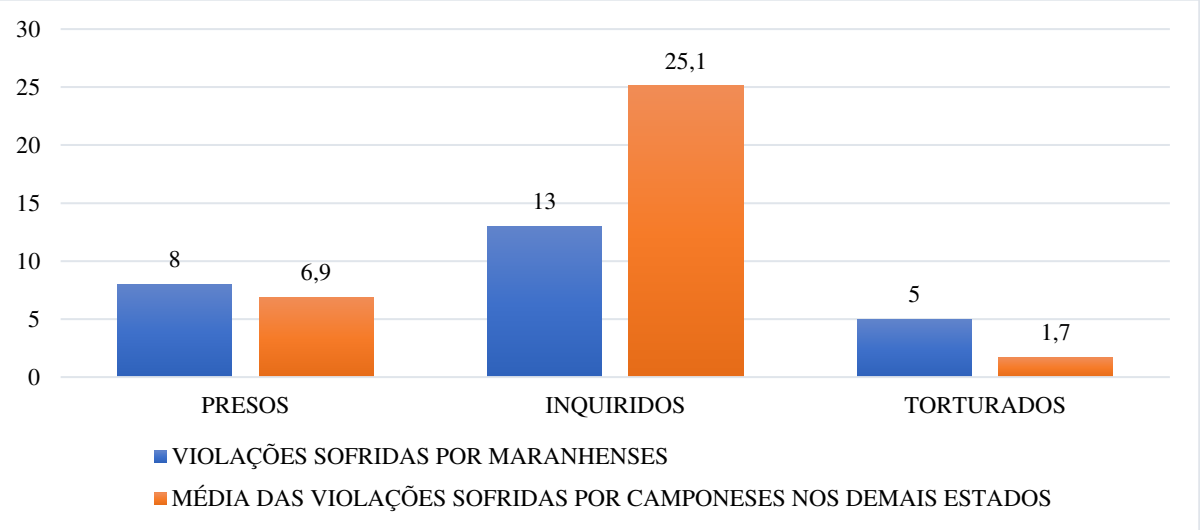
É possível observar, com base no gráfico, que o Maranhão apresenta uma quantidade significativamente pequena (24 camponeses) de indivíduos atingidos por IPMs ou pela Justiça Militar, principalmente se comparado com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Essa discrepância nos números aponta para a necessidade de análises para a compreensão das particularidades da ação militar no Maranhão, mas também reforça a compreensão das relações entre grupos privados e o Estado, na medida em que a omissão também é apontada como um importante instrumento para o controle dos movimentos camponeses. O próprio documento da CCV destaca que os IPMs representam apenas uma parte dos presos, já quem nem todos eram submetidos a esses inquéritos.

Por outro lado, ao observarmos a violência sofrida pelos camponeses maranhenses em relação a média das violações sofridas por camponeses de

repressão política durante a ditadura militar.

outros estados, podemos observar que embora o número de inquiridos seja menor, o quantitativo de presos e torturados ultrapassa a média nacional, com base nos dados apresentados nos IPMs e na Justiça Militar (Gráfico 2).

GRÁFICO 02. VIOLAÇÕES SOFRIDAS POR CAMPONESES MARANHENSES EM RELAÇÃO À MÉDIA DE VIOLAÇÕES SOFRIDAS POR CAMPONESES DE OUTROS ESTADOS DE ACORDO COM O RELATÓRIO DA CCV



Fonte: Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Elaboração própria.

A relação desigual entre inquiridos, presos e torturados no Maranhão permite mensurar o nível da violência enfrentada pelos camponeses no estado, pois embora não fique evidente uma atuação mais profunda da Justiça Militar no Maranhão, conforme já apontado, é possível perceber uma ação mais incisiva de prisões e torturas.

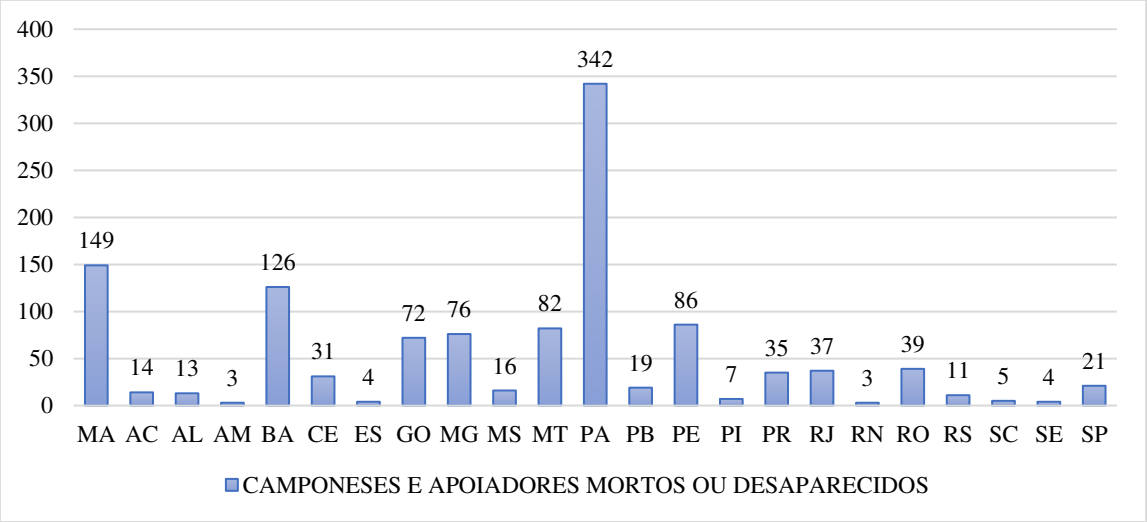
A outra tabela apresentada pela CCV, busca ir além da ação específica de agentes do Estado. O levantamento realizado destaca um total de 1.196 camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos, que poderiam ser beneficiários de reparações junto a comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95), de acordo com o documento

> Desse total, somente os familiares de 51 vítimas requereram reparações à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95), sendo que apenas 29 deles tiveram seus direitos reconhecidos. Do total de mortos e desaparecidos

> no campo, o estudo conseguiu reunir informações sobre 602 novos casos excluídos da justiça de transição, caracterizados como “graves violações aos direitos humanos”, devidamente encaminhados à Comissão Nacional da Verdade (CNV) (CONTAG, 2014, p. 80).

Ao contrário dos dados obtidos com base nos Inquéritos Policiais Militares, os levantamentos realizados e apresentados pela CCV dão conta de um quantitativo significativamente superior de camponeses que sofreram violações durante a ditadura civil-militar no Maranhão, sobretudo porque inclui na lista a atuação de agentes privados conforme especificado nos gráficos 3 e 4.

GRÁFICO 03. COMPARATIVO, POR ESTADO, DE CAMPONESES E APOIADORES MORTOS E DESAPARECIDOS DE 1961 A 1988, SEGUNDO O ACESSO E USUFRUTO DOS DIREITOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO DEFINIDOS PELA LEI 9.140/1995 E LEVANTADOS PELA CCV



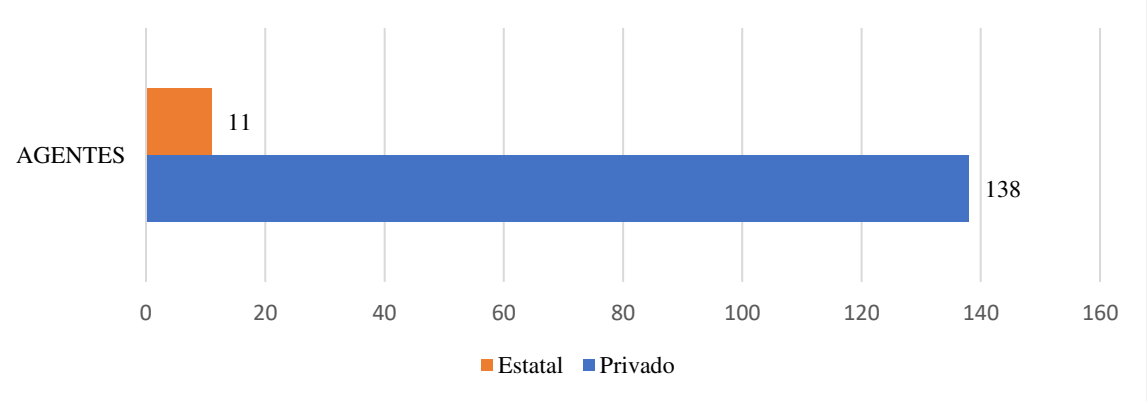
Fonte: Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Elaboração própria.

Como pode ser percebido na análise do gráfico 3, o número de camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos no Maranhão somente é superado pelo Pará. Não coincidentemente, as duas regiões em que mais ocorrem assassinatos diretamente ligados às disputas pela terra. Somente no ano de 2021, entre janeiro e agosto, segundo dados parciais do relatório Conflitos no Campo 2021, divulgado pelo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC/CPT), foram registrados nove assassinatos em

conflitos no campo no estado do Maranhão. O documento aponta que em todo o país foram registrados 26 assassinatos relacionados a conflitos no campo. O número correspondente a esses seis meses é 30% maior do que o todo o ano de 2020. Do total de vítimas, nove foram registradas no Maranhão, ou seja, cerca de um terço do total. Ao elevado número de mortos, soma-se o alto índice de impunidade. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultores Familiares do Maranhão (FETAEMA), nos últimos 30 anos aconteceram mais de 140 assassinatos no campo maranhense, com menos de 5% destes casos tendo solução. Nas palavras de Ronaldo Sodré (2021),

> Os conflitos agrários estão umbilicalmente ligados as relações sociais e econômicas de reprodução do modelo de desenvolvimento priorizado. A territorialização do agronegócio, por exemplo, está quase sempre relacionada a desterritorilização dos grupos tradicionais, cujas relações com o território são totalmente distintas. Os conflitos põem em xeque a própria sobrevivência de um dos lados envolvidos, o que explica os números de casos, mesmo diante de uma Pandemia (Sodré, 2021, p. 141)

GRÁFICO 04. AGENTES RESPONSÁVEIS PELAS MORTES OU DESAPARECIMENTOS DE CAMPONESES E APOIADORES MARANHENSES (1961-1988)



Fonte: Relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Elaboração própria.

Desse modo, a reação da iniciativa privada é um ponto fundamental para a compreensão da especificidade da violência no campo maranhense, principalmente porque os trabalhadores rurais começam a desenvolver uma forte resistência à expansão da pecuária extensiva capitaneada pela prática da grilagem. Como destaca Wagner Costa, esses trabalhadores defendiam:

> [...] a sua permanência na terra e a realização da reforma agrária. Foram criados [portanto,] inúmeros sindicatos de lavradores de lavradores, bem como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) sob a influência do PSB. Já se esboçava no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado percussor da Teologia da Libertação. Esses setores se fazem notar no Maranhão desde 1961, quando o padre Alípio de Freitas defendeu a palavra de ordem das ligas camponesas ("Reforma Agrária na lei ou na marra") em sua *Carta Aberta aos Lavradores*. Outros exemplos de atividades pastorais do setor progressista foram a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Fragoso (Bispo Auxiliar de São Luís) (Costa, 2006, p.77).

Alfredo Almeida, ao retratar essa movimentação, destaca que, com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei Nº 4.214, de 2 de março de 1963), fundou-se no estado, em 16 de fevereiro de 1964, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, com a presença de associações de trabalhadores urbanos de São Luís. Na ocasião, foi empossado como primeiro presidente o trabalhador rural Augusto José do Nascimento. Segundo Alfredo Almeida, "as perspectivas que se delineavam [...] é que deveriam ser integrados em poucos meses mais de 30.000 associados da ATAM", que foi desativada e absorvida pela Federação (Almeida, 2015, p.92).

Desse modo, o golpe civil-militar implicou na perseguição de grupos sociais e políticos específicos e atrelados a um projeto que visava à diminuição dos contrastes provenientes do capitalismo excludente. No Maranhão, a repressão produzida pelo golpe dialogava com as estruturas sociais pré-existentes, aprofundando as diferenças, principalmente no campo, onde vivia à época a maior parte dos habitantes do estado. Além disso, como se pode depreender, a ditadura civil-militar sufocou um processo de organização e fortalecimento da sociedade civil maranhense, que vinha se articulando paulatinamente e questionando as dinâmicas socioeconômicas no Maranhão.

Diante disso, a legitimação da violência no campo irá se constituir em um dos principais mecanismos de repressão da ditadura civil-militar no Maranhão. De acordo com Victor Asselin (2009), as arbitrariedades primeiro se constituíam

por meio de capangas, que buscavam arruinar as plantações, e depois passou a ser realizada por meio de coerção policial, que além de apreenderem espingardas, "armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens" (Asselin, 2009, p. 121), levavam até mesmo ferramentas utilizadas na lavoura, alegando um pretenso desarmamento. Portanto, como destacou João Tavares (2008):

> A grilagem de terras compreendia uma teia envolvendo governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário), formando uma verdadeira rede articulada em nível nacional [...]. A grilagem efetivou-se através dos cartórios forjando documentos de propriedade da terra por meios bastante suspeitos de serem fraudulentos. Tinha-se por objetivo a legalização da propriedade da terra para que, em seguida, estivesse em condições de receber dos governos estadual e federal, incentivos e financiamentos. (Tavares, 2008, pp. 197-198).

Logo, essa prática, constituída por meio ilegais, encontrava amparo em uma reestruturação estatal, com principal objetivo de reconfigurar a estrutura fundiária no Maranhão, utilizando-se de mecanismos burocráticos que, por um lado, viabilizavam a penetração de setores empresariais no meio rural maranhense e, por outro, dificultavam o acesso à terra a pequenos produtores, ou mesmo, os destituía de seus territórios através da institucionalização da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três questões fundamentais e complementares nortearam a produção desse trabalho: primeiro, a importância do documento da Comissão Camponesa da Verdade não simplesmente como instrumento de promoção da justiça, mas também como forma de reposicionamento político dos movimentos camponeses diante do processo histórico de interdição por ele vivido devido a incidência da ditadura civil-militar.

Segundo a necessidade de aprofundamento teórico-analítico sobre o papel dos interesses socioeconômicos na formulação do golpe e da ditadura como forma de barrar o avanço da organização de setores sociais que

demandavam um modelo democrático menos restritivo, bem como o impacto do discurso liberal-democrático como instrumento que incidiu sobre o processo de abertura política, na anistia e que se mantém, por diferentes meios, nas análises sobre o passado ditatorial. O que exige, portanto, uma postura mais crítica diante das relações sociais que viabilizaram o golpe e a ditadura e que se mantém na estrutura da sociedade brasileira, principalmente por parte de mecanismos como Comissões da Verdade, que buscam responsabilizar agentes que violaram direitos humanos.

Terceiro, a possibilidade de levantar questões fundamentais para a compreensão da questão agraria maranhense durante a ditadura civil-militar, sobretudo levando em conta a necessidade, apresentada pelo relatório do CCV, de responsabilização do Estado também pela ação de setores privados, como observado intensamente no caso Maranhense.

São necessárias, portanto, maiores e mais densas análises sobre a relação entre a sociedade civil e a sociedade política na reconfiguração do Estado durante a ditadura civil-militar no Maranhão, o que pode permitir a identificação dos grupos sociais beneficiados pelas políticas estatais naquele contexto e sua perpetuidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

ASSELIN, Victor. **Grilagem:** corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

BRASIL. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. **Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. **Comissão Camponesa da Verdade: Relatório Final: Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988**. Brasília: 2014.

COSTA, Wagner Cabral, **Sob o signo da morte:** o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

DECLARAÇÃO DO ENCONTRO. Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. **Declaração do Encontro**. Brasília: 2012. Disponível em: https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/. Acesso em: 12 de jan. 2023.

DOCUMENTO BASE. Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. **Documento Base**. Brasília: 2012. Disponível em: https://encontrounitario.wordpress.com/documento-base/. Acesso em: 12 de jan. 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil Republicano:** o tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, p. 343-404.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**, volume 5. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**, volume 3. O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio**. A Ditadura Encurralada**, volume 4. O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, volume 1. As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002 b.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**, volume 2. As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002 a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. Memória e reparação no Ensino Superior: uma análise das Comissões da Verdade Universitárias em São Paulo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0202, jan./abr. 2021.

HUYSSEN, Andreas**. Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. **História & Luta de Classes**, nº 17, mar. 2014

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro, 1ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

PICCOLO, Monica. OS SARNEY: COMUNICAÇÕES, NEGÓCIOS E PODER NO MARANHÃO. In: PEDREIRA, Pedro Henrique; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.) **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2017, pp. 315-351.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SANTOS, Cecília Macdowell. Memória na justiça: a mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.88, 2010. p. 127-154. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/1719. Acesso em: 05 jan. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado***:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre a relação entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, 2015, v.22, n.42, pp. 153-177

SOBRE. Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. **Sobre o Evento**. Brasília: 2012. Disponível em: https://encontrounitario.wordpress.com/sobr/. Acesso em: 12 de jan. 2023.

SODRÉ, Ronaldo Barros. Os conflitos não se isolaram: uma geografia dos conflitos agrários no Maranhão em 2020. In: CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro (org). Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão. São Luís: FETAEMA, 2021.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais Sem Terra/MST no Maranhão (1990-2000). Florianópolis: UFSC, 2008. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004 (a).

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-22, 2004 (b).

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

EDUCAÇÃO INTEGRAL DA PESSOA
Um Estudo da Legislação Brasileira

INTEGRAL EDUCATION OF THE PERSON
A Study of the Brazilian Legislation

DANIELA HONÓRIO S. BRITO[1]

MARIA JUDITH S. DA COSTA LINS[2]

RESUMO

Esta pesquisa documental tem como objeto o tema Educação Integral, compreendido como o processo de aperfeiçoamento que visa a completude humana, não tendo necessariamente relação com ampliação da carga horária escolar. O objetivo é identificar as características do conceito de Educação Integral em Constituições, Decretos, Portarias e Leis brasileiras. A fundamentação teórica está alicerçada nos escritos dos filósofos Von Hildebrand (2020), Mounier (1974) e Sucupira-Lins (2022, 2018, 2014). A metodologia consiste na hermenêutica de Paul Ricoeur (1988) que possibilita o aprofundamento nos documentos selecionados buscando desvendar a real intencionalidade dos autores. A análise dos documentos legais levou à conclusão que há indícios quanto à concepção de Educação Integral presente na legislação brasileira.

Palavras-chave: Educação Integral; Formação da Pessoa; Hermenêutica; Leis de Educação.

ABSTRACT

This documentary research has as its object the topic of Comprehensive Education, understood as the process of improvement that aims at human completeness, not necessarily related to an increase in school hours. The goal is to identify the characteristics of the concept of Comprehensive Education in Brazilian Constitutions, Decrees, ordinances and Laws. The theoretical foundation is based on the writings of philosophers Von Hildebrand (2020), Mounier (1974) and Sucupira-Lins (2022, 2018, 2014). The methodology is based on Paul Ricoeur's hermeneutics (1988), which allows us to delve into the

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). *E-mail* da autora: pedagoggadanielahonorio@gmail.com.

[2] Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de janeiro (PPGE/UFRJ). *E-mail* da autora: mariasucupiralins@terra.com.br

selected works to discover the author's real intentionality. The analysis of the legal documents led to the conclusion that there are indications as to the conception of Comprehensive Education present in Brazilian legislation.

Keywords: Comprehensive Education; Formation of the Person; Hermeneutics; Educational Laws.

INTRODUÇÃO

A pessoa é constituída de diferentes dimensões que necessitam ser aperfeiçoadas, inclusive pelo processo educacional. É primordial enfatizar, desde o início deste texto, que a perspectiva de Educação Integral adotada aqui não apresenta referência à duração do turno escolar.

> Não se trata de uma questão de horário estendido no qual o aluno passa um tempo integral na escola, ou seja, os dois turnos de cada dia de aula. Entendemos por Educação Integral o processo que visa o aperfeiçoamento do educando em todos os seus aspectos, de modo que se pode observar a Educação cognitiva, sociocultural, afetiva, física e moral (Sucupira-Lins, 2014, p. 127)

A busca do correto significado de Educação Integral nos dias atuais é essencial, por haver uma associação deste conceito com ampliação de carga horária, o que não garante propostas pedagógicas voltadas para a formação da pessoa completa. Debates relacionados ao tema da Educação Integral, enquanto tempo de permanência na escola, não são recentes na realidade brasileira (Teixeira, 1962; Ribeiro, 1986), porém há muito a ser analisado para sua efetivação na escola. A escola é a instância da sociedade responsável por orientar e preparar a pessoa, de modo sistemático, para o pleno amadurecimento e exercício de seu papel no Estado, completando o que a família inicia como primeira educadora. A referência à escola é importante, no entanto esta pesquisa documental está apoiada em argumentos que são discutidos com base na interpretação hermenêutica.

> A interpretação, diremos, é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido escondido no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal, a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos, isto é, a interpretação dos sentidos escondidos. (Ricoeur, 1988, p. 14)

A hermenêutica é um instrumento de aprofundamento que permite melhor compreensão do texto. Uma interpretação minuciosa de conceitos e ideias presentes nos documentos escolhidos para análise é necessária para garantir que a pesquisa seja conduzida com rigor científico. A polissemia de significados, como afirma Paul Ricoeur (1990), dificulta o entendimento direto. É preciso que seja feita uma contínua verificação do que realmente se apresenta na realidade, para que pensamentos puramente intuitivos não se instalem. Com a finalidade de conseguir uma tomada de consciência do que está sob o enfoque do pesquisador, essa metodologia exige, como imprescindível, o aprofundamento no texto. A partir desse método de análise interpretativa de documentos, na presente pesquisa, é realizada a investigação da legislação brasileira concernente à Educação Integral da pessoa. Neste artigo, faz-se levantamento de documentos legais que apresentam indicadores da preocupação com uma proposta de formação do aluno de modo pleno. O objetivo é identificar as características do conceito de Educação Integral em Constituições, Decretos, Portarias e Leis brasileiras.

O desenvolvimento ético é analisadp nesta pesquisa, relacionado à ideia de Educação Integral. O fato da pessoa não nascer ética, é a principal razão da necessidade do ensino e aprendizagem de valores morais e virtudes. Todo educador, isto é, todo adulto comprometido em contribuir para o pleno aperfeiçoamento humano, tem a responsabilidade de auxiliar crianças e jovens a conquistarem a maturidade ética, envolvido com o processo de Educação Integral.

Este artigo está organizado em três seções. A primeira trata do conceito de Educação Integral na perspectiva da Filosofia da Pessoa. A segunda apresenta o levantamento de Constituições, Decretos, Portarias e Leis brasileiras concernentes à proposta de Educação Integral. A terceira mostra propostas e iniciativas de Educação Integral. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa hermenêutica.

1. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA FORMAÇÃO DA PESSOA

A pessoa é constituída de dimensões inter-relacionadas que formam a

totalidade humana: física, social, cognitiva, moral e afetiva. Cada uma tem um papel específico e exige um tratamento adequado. Apesar da pessoa ser criada totalmente estruturada, paradoxalmente, precisa ser completada. Quanto a isto, Sucupira-Lins (2022, p. 380) afirma: "a maravilha que é o ser humano pode, e precisa, se tornar uma maravilha maior. Ao mesmo tempo em que o ser humano é completo, a sua incompletude é a garantia de se tornar mais humano". A Educação é fundamental na busca da completude da pessoa. Pode-se, desde já, entender que a educação tem como uma das finalidades participar do processo de formação da pessoa plena.

O filósofo francês Mounier (1905-1950), apresenta contribuições valiosas para a compreensão do conceito de Educação Integral. Este pensador põe a pessoa como centro e razão de ser de suas reflexões, constituindo uma nova corrente de pensamento denominada Personalismo. Esta filosofia traz subsídios que propiciam estudos no campo educacional, como se pode ler:

> Porque se educa a criança? Esta pergunta depende doutra: qual é o fim dessa educação? Este não consiste em *fazer*, mas em *despertar* pessoas. Por definição, uma pessoa suscita-se por apelos, não se fabrica domesticamente. A educação não pode ter como fim moldar a criança ao conformismo dum meio familiar, social ou estadual, nem se restringirá a adaptá-la à função ou papel que lhe caberá desempenhar quando adulto. A transcendência da pessoa implica que a pessoa não pertença a mais ninguém senão a ela própria. (Mounier, 1974, p. 200-201, grifos do autor)

O ser humano nasce com características, habilidades e potencialidades que devem ser aprimoradas ao longo da vida. Kant (1999, p. 16) afirma que "a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação", logo, a educação, iniciada na família e completada na escola, é a principal forma de aprimoramento do ser humano. Por meio desta é possível o aperfeiçoamento do ser humano enquanto pessoa.

Desde o século IV a.C, Aristóteles (2020) ensina a relevância da prática de virtudes para o alcance da felicidade na sociedade. A Educação é primordial neste processo visando o Bem Comum, uma vez que se aprende a agir moralmente. Essa não é uma aprendizagem intelectual, mas sim uma contínua prática. O filósofo ensina: "As virtudes não são geradas nem em decorrência da natureza nem contra a natureza, a qual nos capacita a recebê-las, capacidade

que é aprimorada e amadurecida pelo hábito" (Aristóteles, séc. IV a.C. 2020, Livro II, capítulo 1, 1103a1: 25). Os adultos, nesta perspectiva, têm o compromisso, enquanto educadores das crianças e adolescentes dos quais são responsáveis, de intervirem nas ações e serem modelos.

O filósofo von Hildebrand (2020), oferece uma hierarquia de valores que orienta as ações humanas. A escala de valores é composta por valores subjetivamente satisfatórios, valores objetivamente bons e valores moralmente relevantes. Os valores subjetivamente satisfatórios estão em uma esfera superficial e não constituem ações desordenadas ou más, no entanto não indicam práticas de uma pessoa ética. Os valores objetivamente bons devem ser praticados visando o Bem Comum para chegarem a ser moralmente relevantes, pois não estão relacionados à moralidade em si mesmos. Os valores que pautam a vida das pessoas são os moralmente relevantes por serem derivados das virtudes e comprometerem o sujeito no sentido do bem e do mal.

Há o risco de se ter princípios com base em preferências pessoais, negligenciando parâmetros. MacIntyre (2001, p. 54) apresenta o conceito de *Desordem Moral* causada pelo emotivismo entendido como a "condição daqueles que não vêem no mundo social nada além de um ponto de encontro para os desejos individuais, cada um com seu próprio conjunto de atitudes e preferências, e que só entendem esse mundo como uma arena para a realização da própria satisfação" permanecendo nos valores subjetivamente satisfatórios. Segundo a perspectiva hildebrandiana é necessário enfatizar a busca dos valores moralmente relevantes, ao invés de focar nos valores inferiores. Considerar preferências pessoais como norteadores dos valores faz a pessoa cair no erro de acreditar que não há valores universais que servem de parâmetros para a harmonia em sociedade.

As características apresentadas apontam para a relevância da Educação Integral. O desenvolvimento ético é fundamental para a constituição de pessoas que visam o Bem Comum. Parte-se agora para a análise hermenêutica de documentos legais concernentes ao tema da Educação Integral.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REALIDADE BRASILEIRA

A primeira Constituição brasileira (Brasil, 1824), outorgada no reinado de Dom Pedro I, na Constituição de 25 de março de 1824, não explica a educação de maneira detalhada, no entanto, é possível descobrir um indício do interesse na formação humana, em mais de uma dimensão, como se pode ler no inciso XXXIII do 179° Artigo.

> Art. 179 - A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte:
> XXXIII - Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (Brasil, 1824, sic)

A ideia de inserir Ciências, Belas Letras e Artes, nos programas escolares, leva a se pensar em uma visão da formação completa humana. Observa-se que desde esta primeira Constituição do Brasil, há destaque para a Educação de mais de uma dimensão humana, dentre estas a estética. Segundo Schiller (2002), a cultura tem a tarefa de tornar a pessoa ligada à estética, ou seja, fazê-la alcançar o reino da beleza. A escola é a instância social comprometida em transmitir valores sociais, dentre eles os estéticos.

Em 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827) foi assinada a primeira lei educacional brasileira, depois da Independência do país. Destaca-se que, além de ler, escrever, aprender gramática e as quatro operações de aritmética, a formação se ampliava com os princípios de moral cristã de acordo com o Artigo a seguir:

> Art. 6º - Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (Brasil, 1827, sic)

No início da República, o Decreto n° 981 de 8 de novembro de 1890 aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal (Brasil, 1890). Esta diretriz apresenta um leque de disciplinas, tais como música, desenho, atividades físicas e trabalhos manuais. Ainda não se trata propriamente do que é explicado nesta pesquisa por Educação Integral, mas se

pode descobrir algumas pistas desta proposta.

O Decreto-Lei n° 4244 de 9 de abril de 1942 (Brasil, 1942), conhecido como Lei Capanema, estabelece a Lei Orgânica do Ensino Secundário. No primeiro capítulo, que trata das finalidades da educação do Ensino Secundário estabelece:

> Art. 1º - O ensino secundário tem as seguintes finalidades:
> 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. (Brasil, 1942)

A formação da "personalidade integral", conforme os termos empregados no citado Artigo, não se limita às habilidades de ler, escrever, contar, próprias do aspecto cognitivo, mas aponta para uma educação que visa a completude humana. A educação não deveria focar em uma dimensão humana específica, mas compreender a pessoa em sua totalidade.

A Constituição de 1946 (Brasil, 1946a), que proclama, no Artigo 166, ser a educação um direito de todos, destaca os princípios inspiradores da educação: liberdade e solidariedade, conforme se lê:

> Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. (Brasil, 1946a)

Este Artigo ressalta a relação entre família e escola relativa à educação. A família é a primeira educadora e cabe à instituição escolar completar esta educação. Os princípios de liberdade e solidariedade devem ser a base destas duas instâncias educativas. A liberdade é inerente ao ser humano, é um valor ontológico, além de ser uma característica exclusiva da pessoa. É uma qualidade complexa que exige uma construção favorecida pelo processo educativo. É necessário aprender a usar a capacidade de fazer escolhas de modo que o educando se torne um cidadão consciente e livre.

Outro conceito que aparece no Artigo citado, a solidariedade, tem proximidade com a virtude generosidade. Na Educação é importante ensinar o educando a se voltar para o próximo. A pessoa generosa reconhece a preciosidade do outro, enquanto pessoa, e tem a capacidade de se doar visando o Bem Comum.

Ainda no mesmo ano, o Decreto-Lei n° 8529 de 2 de janeiro de 1946

(Brasil, 1946b), que fixa a Lei Orgânica do Ensino Primário, evidencia uma preocupação com o desenvolvimento integral da pessoa no Artigo 10.

> Art. 10 - O ensino primário fundamental deverá, atender aos seguintes princípios:
> e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo (Brasil, 1946b)

A indicação da relevância na cooperação para o aperfeiçoamento das "tendências e aptidões dos alunos,", expressa nesta diretriz, revela o compromisso do educador em observar as diferentes facetas de cada aluno. A completude humana é uma finalidade da educação, por isso a instituição escolar tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento integral de cada educando.

A Lei n° 4024 de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961), conhecida pelo título de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela segunda vez, em seu 1° artigo, salienta os princípios de liberdade e solidariedade que já foram apresentados em documentos anteriores. O referido Artigo expressa a pertinência da Educação Integral, quando diz:

> Art. 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:
> d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; (Brasil, 1961)

Enfatiza-se neste Artigo o emprego do termo "integral" que é o núcleo em composição com educação, desta pesquisa. Considerar o "desenvolvimento integral da personalidade humana" como uma finalidade educacional, nesta primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, faz pensar na importância da formação plena da pessoa. Apesar de não apresentar detalhes de como seria efetivado, o que não caberia em uma lei de diretrizes, é significativo haver evidências de uma educação que visa a completude humana.

Dez anos depois, tendo em vista algumas modificações específicas, mas conservando a essência da Lei de Diretrizes e Bases n° 4024/61, a Lei n° 5692 de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971) traz dois Artigos referentes à atualização das potencialidades humanas, que são os seguintes:

> Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao

> desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
>
> Art. 21° - O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente. (Brasil, 1971)

Nestes dois Artigos citados, a Educação Integral aparece como uma finalidade da educação. A proposta da Lei n° 5692/71, ao exigir a terminalidade profissional para o 2° grau, não está reduzindo o processo educativo a uma instrumentalização, mas oferecendo condições para o jovem de inserção na sociedade. Essa lei esteve em vigor até a promulgação da Lei n° 9394/96, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

A atual Constituição Federal (Brasil, 1988) do Brasil, promulgada em 1988, apresenta em seu Artigo 205 a finalidade de "pleno desenvolvimento da pessoa" por meio da educação. A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de n° 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), reafirma esta concepção, conforme está expresso:

> Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996)

Observe-se que, mesmo sem utilizar o termo Educação Integral, são apresentadas perspectivas na legislação brasileira de propostas educacionais que visam o desenvolvimento dos múltiplos aspectos da pessoa. O desenvolvimento do ser humano em sua totalidade é uma responsabilidade de todo educador em particular e da sociedade em geral.

Partindo para documentos mais recentes da educação brasileira, o Decreto n° 6094 de 24 de abril de 2007 estabelece a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2007a) que visa melhorar a qualidade da Educação Básica. Dentre as propostas deste documento, destaca-se "integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola" (Brasil, 2007a, art. 2), elementos estes que estão relacionadas à Educação Integral. Este decreto

possibilita a integração de setores públicos e privados, como foi proposto, no mesmo dia, pela Portaria Normativa Interministerial n°17 de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007b). Esta portaria institui o Programa Mais Educação com o objetivo de "fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar," o que estimula a parceria entre setores públicos e privados visando o aprimoramento do Programa.

O Decreto n° 7083 de 27 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010) dispõe sobre o Programa Mais Educação e salienta, no 2° artigo, um dos princípios da Educação Integral, como se pode observar: "a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas". Nos documentos analisados, verifica-se a associação de Educação Integral com o aumento da carga horária escolar, o que não garante necessariamente a formação integral da pessoa. Esses estudos priorizaram os aspectos sociais, culturais e físicos dos estudantes, deixando em segundo plano os elementos morais e afetivos. É imprescindível considerar, além da extensão do tempo dedicado à escola, as oportunidades proporcionadas aos educadores para promoção do desenvolvimento integral dos alunos, especialmente nos aspectos que contribuem diretamente para a formação de cidadãos comprometidos com o Bem Comum.

Com o objetivo de desencadear um amplo debate nacional e a "construção de um paradigma contemporâneo de educação integral" (Brasil, 2009a, p. 8) o Ministério da Educação disponibilizou uma trilogia de documentos com "o propósito de contribuir para a conceituação, a operacionalização e a implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO" (Brasil, 2009a, p. 8). O primeiro caderno intitulado "Gestão Intersetorial no território" (Brasil, 2009a, p. 8) que trata dos "marcos legais do Programa Mais Educação, das temáticas Educação Integral e Gestão Intersetorial, da estrutura organizacional e operacional do Programa Mais Educação, dos projetos e programas ministeriais que o compõem e de sugestões para procedimentos de gestão nos território". O segundo caderno, que se intitula "Educação integral: texto referência para o

debate nacional" (Brasil, 2009b), apresenta um trabalho construído por um grupo constituído de gestores e educadores municipais, estaduais, e federais, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), de Universidades e de Organizações não Governamentais comprometidas com a educação. O terceiro, sob o título "Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem" (Brasil, 2011), apresenta propostas pedagógicas de Educação Integral realizadas no Brasil. Embora os documentos mencionados sugiram indícios a favor de uma Educação Integral do ser humano, não há uma definição detalhada desse conceito. Contudo, é possível observar que a instituição escolar tem a responsabilidade de contribuir para a formação plena da pessoa.

> Historicamente, o projeto de Educação Integral está enraizado na instituição escolar, o que a pressupõe como espaço privilegiado da formação completa do aluno sem, no entanto, considerar-se como o único espaço dessa formação. Em outras palavras, a escola – por meio de planejamento, projetos integrados e também de seu projeto pedagógico – pode proporcionar experiências, fora de seu espaço formal, que estão vinculadas a esses seus projetos institucionais, elaborados pela comunidade escolar. Encontram-se, nesse caso, por exemplo, as visitas a museus, parques e idas a outros espaços socioculturais, sempre acompanhadas por profissionais que, intencionalmente, constroem essas possibilidades educativas em outros espaços educativos que se consolidam no projeto maior – o do espaço formal de aprendizagens (Brasil, 2009b, p. 35)

Mais uma vez, a Educação Integral é relacionada ao aumento da permanência dos estudantes na instituição escolar. Argumenta-se que isto não é suficiente, e que o educador tem a responsabilidade de estimular as potencialidades dos alunos, reconhecendo-os como indivíduos preciosos, dotados de intelecto, vontade e emoção, e que, consequentemente, estão em processo de formação.

Com o lançamento da Base Nacional Comum Curricular em 2018 (Brasil, 2018), a Educação Integral recebeu novo destaque. Este documento, de aspecto

normativo, expõe o compromisso com a educação cuja finalidade é o desenvolvimento do educando em diferentes aspectos. O conceito de Educação Integral na BNCC é expresso a seguir:

> Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. (Brasil, 2018, p. 14)

A BNCC (Brasil, 2018) esclarece que não há correlação direta entre Educação Integral e a duração da jornada escolar. O fundamental é a "construção intencional de processos educativos" que é responsabilidade dos membros da escola, ou seja, práticas pedagógicas que visem a formação humana.

A ausência de esclarecimentos do conceito de Educação Integral e como este deve estar presente na matriz curricular é algo recorrente e antigo na educação brasileira. Apesar da expressão Educação Integral aparecer em documentos legais, não são apontadas características claras da perspectiva adotada, o que dá margem a diferentes interpretações.

3. PROPOSTAS E INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

O desenvolvimento do ser humano, em sua totalidade, é uma responsabilidade de todo educador em particular e da sociedade em geral. A escola tem um profissional capacitado para colaborar neste processo: o professor. A seguir, são apontadas reflexões relacionadas a propostas e iniciativas de práticas específicas de Educação Integral, se bem que na maioria das vezes, ainda como fundamentação.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Azevedo et al, 1984, p. 411), documento elaborado por intelectuais e publicado em 1932, ao tratar dos objetivos da educação afirma ser necessário: "organizar e desenvolver os meios de acção duravel com o fim de 'dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser

humano em cada uma das etapas de seu crescimento', de accôrdo com uma certa concepção do mundo" (sic). Nesta proposta, aparece a palavra *integral* que requer uma busca do seu significado. O que essa palavra *integral* quer dizer?

Neste documento, entende-se que a educação precisa deixar de ser determinada pela classe econômica e social da pessoa para assumir uma concepção em que se visa o desenvolvimento pleno de todos.

> De facto, se a educação se propõe, antes de tudo, a desenvolver ao maximo a capacidade vital do ser humano, deve ser considerada 'uma só' a funcção educacional, cujos diferentes gráos estão destinados a servir ás differentes phases de seu crescimento, 'que são partes organicas de um todo que biologicamente deve ser levado á sua completa formação'. (Azevedo et al, 1984, p. 414, sic)

Os pioneiros da Educação Nova compreendem que a escola é uma instituição inserida na sociedade, uma instância caracterizadamente social. Acrescente-se que precisa assumir uma perspectiva que reconheça as aptidões naturais individuais independentemente de aspectos de outra natureza, valorizando a pessoa, que é única e irrepetível.

Anísio Teixeira (1962), um dos intelectuais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, propôs uma organização educacional que foi implantada, na década de 50, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro localizado na Bahia. Suas ideias são fortemente influenciadas pelo filósofo norte-americano John Dewey, de quem foi aluno, o qual ensina:

> A disciplina, a cultura, a eficiência social, o aperfeiçoamento individual, a melhoria do caráter são apenas aspectos do desenvolvimento da capacidade de nobremente participar-se de uma tal experiência bem equilibrada. E a educação não é um simples meio para essa vida. A educação é essa vida. (Dewey, 1979, p. 395)

A preocupação com o "aperfeiçoamento individual" é referente à Educação Integral que compreende a necessidade da atualização das potencialidades humanas particulares. Para este filósofo norteamericano, a escola deveria ser como uma sociedade em miniatura, ou seja, um lugar de aprendizados que não estão separados da vida social. Isto é semelhante ao que foi proposto no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conforme se lê:

> A filosofia da escola visa a oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de "preparação" e "execução", dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis. Se na escola-classe predomina o sentido preparatório da escola, na escola-parque, nome que se conferiu ao conjunto de edifícios de atividades de trabalho, sociais, de educação física e de arte, predomina o sentido de atividade completa, com as suas fases de preparo e de consumação, devendo o aluno exercer em sua totalidade o senso de responsabilidade e ação prática, seja no trabalho, que não é um exercício mas a fatura de algo completo e de valor utilitário, seja nos jogos e na recreação, seja nas atividades sociais, seja no teatro ou nas salas de música e dança, seja na biblioteca, que não é só de estudo mas de leitura e de fruição dos bens do espírito. (Teixeira, 1962, s/n)

No Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o dia escolar estava dividido em dois períodos: um de instrução nas chamadas escola-classe e outro de atividades de Educação Física, sociais e artísticas na denominada escola-parque. No pensar de Anísio Teixeira, quatro características são indispensáveis para a realização da Educação Integral:

> 1) manter e não reduzir o número de séries escolares; 2) prolongar e não reduzir o dia letivo; 3) enriquecer o programa, com atividades educativas, independentes do ensino pròpriamente intelectual; e 4) preparar um nôvo professor ou novos professôres para as funções mais amplas da escola. (Teixeira, 1962, s/p, sic)

O citado filósofo considera fundamental a ampliação da carga horária escolar para possibilitar a Educação Integral, compreendida não só na acepção de tempo como, também, na que está sendo aqui utilizada, de formação completa, ampla, da pessoa. Na experiência escolar destacada, os alunos permaneciam na escola das 7h30 às 16h30, o que significa praticamente uma jornada inteira. A compreensão de Educação Integral com escolas em tempo integral está presente, portanto, associada ao conceito da formação completa da pessoa, como já foi mencionado,há muitos anos na realidade brasileira.

A dupla perspectiva de Educação Integral, como ampliação da carga horária, que não é o foco da presente pesquisa, e a formação plena do sujeito, é defendida por Gadotti (2009, p. 33), que afirma: “as diversas experiências de educação integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no seu entorno), quanto uma dimensão qualitativa (a formação

integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis". No entanto, é fundamental observar que o aumento do tempo de permanência do aluno na escola, não é garantia de que são oferecidas mais experiências enriquecedoras para o desenvolvimento humano completo.

No Rio de Janeiro, durante os anos 80, houve a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), resultante de um projeto concebido pelo educador Darcy Ribeiro. Nesta proposta, o estudante permaneceria oito horas diárias na escola com aulas, eventos culturais e atividades de esporte "numa ação integrada que objetiva elevar o rendimento global de cada aluno" (Ribeiro, 1986, p. 42), como afirma o autor. Há, novamente, a relação de Educação Integral, mais forte, com horário escolar ampliado, o que não garante, necessariamente, essa questão de melhoria do rendimento global. As exigências de alimentação e até mesmo de banhos diários juntamente com questões odontológicas estavam presentes nessa modalidade de educação escolar.

De acordo com o que foi selecionado, é recorrente a relação da Educação Integral com a ampliação da carga horária escolar, o que não é, em princípio, um critério de sua efetivação enquanto educação. Nesta pesquisa, corroborando com Sucupira-Lins (2014, p. 129), entende-se que Educação Integral "se apresenta como nova possibilidade para a escola brasileira e enfatiza todas as características do que se pode entender por educação lembrando as dimensões variadas da pessoa humana" e por isso, o educando deve ser considerado como a pessoa que é, valiosa, única e em processo de aprimoramento.

A compreensão da educação, visando a formação plena da Pessoa Humana associada ao aumento da carga horária escolar, foi ressaltado nas experiências pioneiras implantadas, tanto por Anísio Teixeira (1962), como Darcy Ribeiro (1986), dois grandes filósofos que construíram a pedagogia prática brasileira.

Gadotti (2009, p. 37) afirma: "Todas as escolas precisam ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos". Este autor defende que o princípio geral da Educação Integral é a integralidade tendo este conceito duas dimensões: 1. A integração da cultura, da saúde, do transporte, da assistência social, dentre outros, com a educação; 2. A integração dos conhecimentos de

forma interdisciplinar, transdisciplinar, intercultural, intertranscultural e transversal por meio das vivências do educando. A formação plena humana é um compromisso, primeiramente, da família e tem a colaboração de demais instâncias da sociedade. Desse modo, a escola não é a única responsável pela Educação Integral, mas tem uma importância inquestionável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que essa pesquisa, referente à Educação Integral concernente à Legislação Brasileira, sejam as constituições e outros documentos legais da educação, embora abrangente e com resultados importantes, não esgota o assunto. Um dos principais pontos que se aprende como conclusão é que, em educação, privilegiar parte dos aspectos humanos, e simultaneamente desvalorizar outros, interfere negativamente na constituição global da pessoa.

Outro elemento essencial nessa conclusão, é que apesar de não haver de forma clara e explícita o uso dos termos “Educação Integral”, nos documentos analisados, descobre-se que há sinalizadores da preocupação com a formação plena da pessoa, conforme foi explicitado ao longo desse artigo. Destaca-se que, desde a primeira Constituição Brasileira (Brasil, 1824), outorgada por Dom Pedro I, há nítidos indicadores de uma visão educacional que realmente considera a relevância da formação integral da pessoa.

Uma conclusão de grande valia para que se reflita sobre o tema, é a necessidade da formação de professores, como uma medida primordial a ser tomada em todas as esferas do sistema educacional no país, de modo que possam entender e construir a Educação Integral. Não se trata de requerer nova legislação, mas de estabelecer contínuo e profícuo debate sobre a Educação Integral.

Conclui-se, desta maneira, que se não houver ampla discussão que explore o significado da responsabilidade docente quanto à formação plena dos alunos, diminuirá a probabilidade dos professores conhecerem e refletirem quanto à definição e papéis da Educação Integral, de modo que possam incluir essas concepções e orientações na prática escolar.

A Educação Integral é necessária, enfatiza-se, pois apesar da pessoa se constituir um ser humano total, como foi afirmado, a educação tem a finalidade de aperfeiçoar as características humanas, devido às lacunas sempre existentes, para que a pessoa se torne ainda mais completa. O ensino/aprendizagem de virtudes e valores morais é imprescindível, desde a primeira infância, constituindo-se o núcleo da Educação Integral.

Em síntese, a pesquisa hermenêutica realizada e, aqui apresentada, leva a considerar que um esforço de todos no sentido da implantação da Educação Integral, lembrando que não se trata de extensão de horário, mas da formação total do aluno, é imprescindível. Há benefícios em olhar a pessoa em sua totalidade e lhe proporcionar condições para seu desenvolvimento.

Considera-se, finalmente, que seja preciso promover o interesse quanto à Educação Integral e que debates, reflexões e análises sejam estimulados para que pais e professores compreendam o seu significado vital para crianças e adolescentes. Recomenda-se, desse modo, que haja estudos contínuos quanto à Educação Integral, especificamente nos cursos de formação de professores, com a finalidade dos docentes se preocuparem com o desenvolvimento pleno do estudante.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Edipro, 2020.

AZEVEDO, Fernando; et al. O **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: 65(110), p. 405-425, maio/ago, 1984.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem.** Brasília, DF, 2011. (Série Mais Educação).

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a. (Série Mais Educação).

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF, 2009b. (Série Mais Educação).

BRASIL. **Decreto n° 6094 de de 24 de abril de 2007a**. Disponível em: Decreto nº 6094 (planalto.gov.br) Acesso em: 19/08/23.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial n°17 de 24 de abril de 2007b**. Disponível em: PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL No- 20, DE 24 DE ABRIL DE 2007 (mec.gov.br) Acesso em: 19/08/ 23.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 13/08/23.

BRASIL, Congresso Nacional. **LDB - Lei n° 5692/71, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: L5692 (planalto.gov.br) Acesso em: 13/08/23

BRASIL. Congresso Nacional. **LDB - Lei n° 4024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: L4024 (planalto.gov.br) Acesso em: 13/08/23

BRASIL. **Constituição Federal de 1946a**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 13/08/23

BRASIL. **Lei orgânica do ensino primário**. Decreto-lei n° 8529 de 2 de janeiro de 1946b. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 13/08/23

BRASIL. **Lei orgânica do ensino secundário**. Decreto-Lei n° 4244 de 9 a abril de 1942. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 13/08/22

BRASIL. **Decreto n° 981 de 8 de novembro de 1890.** Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) Acesso em: 13/08/23

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Disponível em: LIM-15-10-1827 (planalto.gov.br) Acesso em: 13/08/23

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**. Disponível em: Constituição24 (planalto.gov.br) Acesso em: 13/08/23

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2 ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da Virtude:** um estudo em teoria moral. Tradução de Jussara Simões. 2. ed. Bauru SP: EDUSC, 2001.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. Tradução de João Bénard da Costa. 3. ed. Santos: Livraria Martins Fontes, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**. Tradução: M.F. Sá Correia. s/edição. Porto. Portugal: Editora RÉS, 1988.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem:** numa série de cartas. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 4 ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SUCUPIRA-LINS, Maria Judith Costa. Paradoxos do ser humano como desafio à educação. In: **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, V.14, N.34, p. 377-397, jan.-abril, 2022.

SUCUPIRA-LINS, Maria Judith Costa.. Respeito à pessoa na Educação mediante uma Filosofia da Educação. In: **Revista Eletrônica Pesquiseduca** , Volume 10, número 22, p.497-511, set.-dez. 2018.

SUCUPIRA-LINS, Maria Judith Costa. Educação Integral e o Desenvolvimento da pessoa. In: **Escola com corpo e alma:** manual de Ética para pais, professores e alunos. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2014, v. 1, p. 135-144.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.38, n.87, jul./set. 1962. p. 21-33. Disponível em: www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/uma.html Acesso em: 13/08/23

VON HILDEBRAND, Dietrich. **Ethics**. Chicago. Franciscan Herald Press. 2020.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"SUPERSTIÇÃO PERIGOSA"
Uma Análise das considerações de Carlos de Laet sobre o Espiritismo em *O Jornal*

"DANGEROUS SUPERSTITION"
An Analysis of Carlos de Laet's considerations on Spiritism in *O Jornal*

ADRIANA GOMES[1]

RESUMO

O artigo em questão tem como objetivo analisar o discurso do intelectual ultramontano Carlos de Laet, que foi publicado no periódico *O Jornal*. A proposta é compreender como o espiritismo era percebido entre os católicos que resistiam às mudanças da modernidade. Além disso, busca-se investigar como as práticas espíritas, ou o que era considerado espiritismo na época, eram rotuladas como superstição. Ao longo de cinco publicações, Carlos de Laet utilizou diferentes adjetivos para qualificar o espiritismo, o que possibilitou a discussão e o combate a essas práticas por meio de sua retórica. O cerne da pesquisa é analisar as percepções e argumentos apresentados pelo autor para criticar e contestar o espiritismo, com especial atenção para a forma como esse fenômeno era visto pela perspectiva católica tradicionalista, que se mostrava avessa às transformações sociais e culturais do período em questão.

Palavras-Chave: Carlos de Laet. Ultramontanismo. Espiritismo. *O Jornal.*

ABSTRACT

The present article aims to analyze the discourse of the ultramontane intellectual Carlos de Laet, which was published in the newspaper *O Jornal*. The purpose is to comprehend how spiritism was perceived among Catholics who resisted the changes brought by modernity. Additionally, the study seeks to investigate how spiritist practices, or what was considered spiritism at that time, were labeled as superstition. Throughout five publications, Carlos de Laet used different adjectives to qualify spiritism, enabling the discussion and opposition to these practices through his rhetoric. The core of this research is to examine the perceptions and arguments presented by the author to criticize and contest spiritism, with a particular focus on how this phenomenon was viewed from the

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira; Coordenadora do Núcleo de Estudos de História do Espiritismo (NUESHE), do Laboratório de Estudos de Política e Ideologia (LEPIDE) e Professora da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. *E-mail* da autora: adrigomes.rj@outlook.com.

perspective of traditionalist Catholicism, which displayed reluctance towards the social and cultural transformations of that period.

Keywords: Carlos de Laet. Ultramontanism. Spiritism. *O Jornal.*

INTRODUÇÃO

Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927) foi um destacado intelectual brasileiro que atuou em diferentes frentes de trabalho com destaque em todas elas. Foi professor do 'Imperial Colégio de Pedro II', jornalista com publicações em diferentes periódicos[2], membro da Academia Brasileira de Letras, poeta e escritor de livros, entre os quais destacamos *Em Minas* e *Heresia Protestante* (Lopes, 1964, p. 6-7).

Laet, ao longo de sua existência pontuou que em sua vida existiam duas grandes paixões: a causa monárquica e a Igreja Católica. Essas paixões ficaram explicitadas em seus trabalhos, sobretudo nas discussões que envolviam o catolicismo, como podemos identificar em seu texto:

> Queremos significar a predominância que para o eleitor católico, deve ter o pensamento religiosos sobre o interesse político, disse eu que ante a competição de dois candidatos, um monarquista ateu e outro republicano católico, não hesitar o eleitor em sufragar o segundo (Laet *apud* Nogueira, 1958, p. 52).

Como um intelectual imerso em suas paixões, Carlos de Laet não se esquivou de se posicionar em questões polêmicas para defendê-las. Um exemplo notável foram seus artigos publicados no periódico *O Jornal* em 1926, nos quais polemizou contra o espiritismo, rotulando-o inicialmente como uma "superstição perigosa". Nessa visão acerca da doutrina sistematizada por Allan Kardec (1804-1869), Laet não apenas convocou os católicos a se posicionarem contra o espiritismo, mas também instigou judeus e protestantes a unirem-se contra os adeptos da doutrina espírita. É interessante notar que Laet já havia confrontado o protestantismo em 1907, considerando-o uma heresia, tema que foi abordado em seu livro *Heresia Protestante* e que gerou acaloradas

[2] Laet escreveu nos seguintes jornais: *Diário do Rio de Janeiro*, *O Cruzeiro*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *A Tribuna Liberal*, *Revista Brasileira*, *Jornal do Brasil*, *O Brazil*, *Diário do Commercio*, *A Liberdade*, entre outros (Crispiniano, 2019, p. 7).

discussões com o pastor presbiteriano Álvaro Reis (1864-1925).

Para trazermos ideias de Laet à reflexão, precisamos destacar que a pesquisa sobre intelectuais tem ganhado crescente espaço na escrita da História, especialmente por meio da História Política. A história intelectual abarca a compreensão das obras políticas, os diversos pressupostos teóricos e metodológicos que contribuem para entender a complexidade da dimensão humana.

A relevância de compreender o pensamento de Carlos de Laet, em sua defesa ao catolicismo tradicional, reside no fato de que ele representou um dos escritores católicos engajados religiosamente no Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Ao atuar como intelectual, Laet confrontou outras confissões religiosas, acreditando que os padrões tradicionais da Igreja Católica eram ideais e que era preciso defender a instituição de outras doutrinas religiosas. Um exemplo disso foi seu embate contra o espiritismo, abordado em suas polêmicas escritas no periódico *O Jornal*.

1. O INTELECTUAL NA HISTÓRIA POLÍTICA

As pesquisas sobre intelectuais vêm angariando cada dia mais espaço na escrita da História. O conceito “intelectual” e suas ideias têm correlação com os estudos da História Política que ganhou espaço significativo nas últimas décadas, por isso a importância do artigo em ressaltar aspectos do pensamento de Laet.

Como compreendeu Marcos Antônio Lopes (2003), a história intelectual interessa, entre outros olhares, pela compreensão das obras políticas, pelos diferentes e variados pressupostos teóricos e metodológicos que podem ser instrumentalizados se forem debruçados para se compreender toda complexidade da dimensão do “fazer humano”.

A história intelectual ressignificou-se e revigorou-se nos anos finais do século XX e já pode ser considerada um dos campos historiográficos de destaque. Para Jean Sirinelli (2010), se dedicar aos estudos dos intelectuais é uma possibilidade de se adentrar em um dos domínios de pesquisa de grande relevância por possibilitar a abordagem de diferentes e divergentes

pensamentos políticos, o que potencializa a necessidade de valorizá-la como objeto de estudo.

Na intertextualidade dos pensamentos políticos, consideramos que um dos principais desafios seja a análise e a compreensão do universo da política, da estrutura de poder, da cultura política, entre outros aspectos, os quais os intelectuais depreendem o seu tempo em conexão com seu espaço e lugar social (Faria, 2017, p. 30).

Para se compreender o pensamento de um intelectual, também é mister compreender o indivíduo como alguém "dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para e por um público" (Said, 2005, p. 25-26).

O intelectual é compreendido por Said (2005, p. 27) como alguém que representa determinado ponto de vista é uma pessoa que tem articulações representativas a um público, mesmo que tenha inúmeros obstáculos a serem superados. É um indivíduo marcado por uma ação e atitude crítica permanente, concretizada em sua produção como difusor e divulgador de ideias.

O intelectual seria considerado um agente em potencial de princípios universais, aos quais os indivíduos que se envolvem com suas ideias podem recorrer para orientar seus padrões de comportamento, valorizando tanto a liberdade quanto a justiça. Essa agência abarca tanto a esfera política, ao confrontar os poderes estabelecidos, quanto as violações deliberativas dos padrões, em que o intelectual, por meio de sua voz ressoante, defende, denuncia e combate concepções em consonância com suas percepções sobre o tema em discussão (Said, 2005, p. 25-26).

Por sua vez, Sirinelli (2010) conceitua o intelectual de forma mais abrangente, ressaltando que a compreensão desse papel pode ser interpretada de maneira ampla e culturalmente construída. O intelectual pode ser encontrado tanto entre os criadores quanto entre os mediadores culturais, com possíveis atuações mais restritas, voltadas para o sustento das ideias em que se engaja.

Diante dessa breve discussão sobre intelectuais e sua relevância como objeto de estudo, é crucial compreender os aspectos do pensamento de Carlos de Laet em sua defesa do catolicismo tradicional. Vale ressaltar que, ao longo de sua trajetória como intelectual engajado religiosamente, Laet teve diálogos

com D. Vital (1844-1878). No entanto, enquanto Laet atuava como intelectual, escrevendo livros e publicações em jornais, D. Vital centrava-se na vigilância de condutas e nas práticas estritamente pastorais (Villaça, 2006, p. 11; Mainwaring, 2004, p. 46).

Villaça (2006, p. 11) ressalta que somente nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX o Brasil passou a ter escritores católicos que se dedicaram a defender o tradicionalismo católico, como Eduardo Prado (1860-1901) e Carlos de Laet, que atuou em defesa da Igreja até próximo de seu falecimento em 1927.

Para Laet, defender o tradicionalismo católico significava não apenas a promoção de seus princípios, mas também a realização constante de críticas a outras confissões religiosas. Ele pressupunha que os padrões tradicionais de comportamento da Igreja Católica fossem ideais, e, para protegê-los das influências de outras confissões religiosas, Laet se engajou no combate de ideias em seus escritos, como foi o caso de suas considerações sobre o espiritismo no periódico *O Jornal.*

2. *O JORNAL*, O CONSERVADORISMO DE CHATEAUBRIAND E A PRESENÇA DE CARLOS DE LAET

Carlos de Laet, um prolífico escritor com diversas publicações em várias mídias, é o foco de nossa investigação, concentrando-nos especificamente em suas contribuições para *O Jornal*, periódico publicado no Rio de Janeiro.

Fundado em 1919, *O Jornal* foi concebido como uma resposta provocativa ao *Jornal do Commercio*, criado por jornalistas dissidentes insatisfeitos com as políticas deste último. O nome *O Jornal* surgiu devido à forma coloquial como os leitores solicitavam o *Jornal do Commercio*, simplesmente declarando: “eu quero o jornal!” O periódico apresentava uma aparência sóbria, com uma média de doze páginas e ausência de manchetes de grande destaque. Na época de sua criação, o exemplar do jornal custava 200 réis (Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 10).

Em 1924, Assis Chateaubriand (1892-1968) adquiriu *O Jornal* com o objetivo de iniciar seu império na comunicação brasileira. Para realizar a

aquisição do periódico, o empresário precisou buscar apoio financeiro de diversas pessoas, já que possuía apenas 170 contos de réis, sendo necessário reunir 5.700 contos de réis para a compra. O suporte financeiro foi fornecido por empresários e personalidades proeminentes na sociedade, destacando-se: Alexandre Mackenzie (1860-1973), que era presidente da holding *Brazilian Traction*, e que, por meio da *Light & Power*, de que era dono Percival Farquhar (1865-1953), contratava luz, bondes, energia e gás em diversas capitais brasileiras; o renomado advogado Alfredo Pujol (1865-1930); Cândido Sottomayor (1852-1935), dono da Casa Sottomayor, a maior empresa atacadista de tecidos no Rio de Janeiro; Júlio de Mesquita (1982-1969), dono de *O Estado de São Paulo*; Raoul Dunlop (1878-1929), represente geral da Western Telegraph, membro do Conselho Superior do Comércio e Indústria; o empresário Guilherme Guinle (1882-1960); Conde Sílvio Álvares Penteado (1881-1956), que foi presidente do Jockey Club de São Paulo e presidiu a Companhia Antártica Paulista ; Conde Asdrúbal do Nascimento (1854-1926), presidente da Cervejaria Antarctica Paulista; José Carlos de Macedo Soares (1883-1908), presidente da Associação Comercial de São Paulo; o cafeicultor Vicente de Almeida Prado (1876-1956); Roberto Simonsen (1889-1948), fundador da Companhia Construtora de Santos e da Cerâmica São Caetano, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e integrante do conselho superior da FIESP (Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 10).

O Jornal foi o pioneiro em uma série de publicações que posteriormente compuseram os Diários Associados[3], um conglomerado de jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão, sendo esta última introduzida por Chateaubriand no Brasil em 1950 (Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 10).

A obtenção do apoio financeiro por parte de Chateaubriand foi efetivada por meio de diversas estratégias, tais como empréstimos sem juros, a venda de ações de uma Sociedade Anônima vinculada a*O Jornal*, algo inovador para a

[3] *O Jornal* foi considerado o "órgão líder dos Diários Associados". A entidade abrangeu ao longo de sua trajetória um conjunto de 28 jornais, 16 estações de rádio, cinco revistas e uma agência telegráfica (Disponível em https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1658. Acesso em 04/04/23).

época, além da obtenção de endossos de papéis e doações, entre outras fontes de recursos. Virgílio Melo Franco (1897-1948) foi o responsável pela negociação da compra em 1924, passando a integrar a diretoria do periódico e colaborando em diversas edições (Carneiro, 1999, P. 34; Ferro, 2015, p. 24).

Chateaubriand trilhou uma trajetória marcante nas mídias de comunicação no Brasil, sendo associado como um homem de "história da dívida", conforme afirmado por Nelson Werneck Sodré (1999, p. 361). A fim de concretizar sua ambiciosa empreitada, ele assegurou o apoio de influentes empresários do país, conquistou o aval de representantes da economia internacional e, relevante para nossa pesquisa, obteve a simpatia da Igreja Católica ((Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 12-16).

O empresário não mediu esforços para obter a aprovação do bispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme (1882-1942), e obteve sucesso nessa empreitada. A aceitação de D. Leme era de extrema importância para o projeto de restauração dos ideais conservadores, uma vez que suas percepções eram consideradas as mais coerentes, principalmente no que se refere ao combate às ideologias socialistas. Esses princípios de restauração e combate ganharam crescente apreço em diversos segmentos sociais (Soares, 2014, p. 50).

Na *Carta Pastoral*[4] de 1916, quando ainda atuava na arquidiocese de Olinda, Sebastião Leme explicitou suas propostas para a Igreja Católica em uma saudação aos diocesanos. Suas ideias ecoaram por todo o Brasil, contribuindo para que, na década de 1920, ele fosse indicado pela Cúria Romana para assumir a arquidiocese do Rio de Janeiro na posição de arcebispo-coadjuvante, com o direito de suceder ao Cardeal Arcoverde, que estava enfermo ((Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 12-16; Soares, 2014, p. 50-51).

Sobre o acordo firmado entre Chateaubriand e o arcebispo Sebastião

[4] "Direitos inconcussos nos assistem com relação a sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido. Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o ensino. Na força armada da República não se cuida da religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica" (Leme, D. Sebastião. *Carta de D. Sebastião Leme, arcebispo Metropolitano de Olinda saudando a sua diocese*, p. 5).

Leme, Alceu Amoroso Lima[5] (1883-1983), conhecido por seu heterônimo Tristão de Athayde, nos revelou o seguinte:

> Dom Sebastião Leme nos recebeu muito bem, deixando-nos à vontade; diante do prelado, aquele homem destemido que desafiava tudo e todos mostrava-se submisso e afirmava que *O Jornal* estaria sempre ao lado do catolicismo. Ele concordou em dar mais espaço aos artigos de Alceu Amoroso Lima e garantiu que eliminaria de suas páginas a coluna de assuntos protestantes. Ao sair do palácio, Chateaubriand elogiou a astúcia e a inteligência do bispo, acrescentando: 'Seu' Athayde, duvido muito que ele creia em Deus" (Athayde *apud* (Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 12-13).

Dessa forma, a linha editorial d'*O Jornal* tornou-se clara desde que Chateaubriand assumiu o controle do periódico: o impresso seria um divulgador de ideias conservadoras. Em sua edição de 2 de outubro de 1924, sob o título *A Reação Conservadora*, o empresário escreveu, em nome da nova diretoria, que a "[...] situação social e política da nação brasileira exige uma ação mais enérgica e decidida, um combate mais vigoroso à direita, uma luta mais intensa contra os males e vícios que afetam o organismo nacional [...]" (*O Jornal*, 2/10/1924, p. 1).

Além de deixar evidente em seu primeiro editorial, sob o comando de Chateaubriand, que seguiria uma orientação conservadora alinhada com os defensores dessas ideias, *O Jornal* também se comprometeu a defender posturas favoráveis à internacionalização da economia brasileira e à entrada do capital estrangeiro no país. Importante mencionar que o periódico não apenas se posicionava a favor dos conservadores, mas também enfatizava ser uma guinada "vigorosa" à direita, combatendo a esquerda, a qual Chateaubriand chamava de "corja socialista". Isso reforçava a convergência com o pensamento do arcebispo Sebastião Leme (*O Jornal*, 2/10/1924, p. 1).

Para presidir *O Jornal*, o empresário contou com a colaboração do ex-presidente da República Epitácio Pessoa (1865-1942). A direção foi atribuída ao advogado Alfredo Pujol (1865-1930) e a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). O cargo de diretor da redação foi entregue a Azevedo Amaral (1881-

[5] Alceu Amoroso Lima foi um destacado intelectual católico, considerado uma figura central no laicato brasileiro do século XX. Sua vida e obra foram amplamente reconhecidas por meio de suas colunas escritas em jornais, as quais projetaram sua voz no cenário político brasileiro. Além disso, suas contribuições foram especialmente significativas durante o período da Ditadura Militar no Brasil, onde exerceu uma conduta relevante. Sua forte ligação com o catolicismo influenciou profundamente seu pensamento e atuação na sociedade brasileira (Costa, 2006, p. 19-20).

1942), que já enfrentava limitações físicas e de saúde. Como redator-chefe, a tarefa coube ao jesuíta Sabóia de Medeiros (1905-1955), posteriormente sucedido por Austregésilo de Athayde (1898-1993). Alceu Amoroso Lima assumiu a função de crítico literário. Diversas personalidades também contribuíram com o jornal, como o romancista e poeta inglês Ruddyard Kipling (1865-1936), ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, o ex-primeiro-ministro francês Raymond Poincaré (1860-1934) e o ex-primeiro-ministro britânico Lloyd George (1863-1945). Como colaboradores permanentes na produção de artigos, destacam-se os historiadores Capistrano de Abreu (1863-1927) e Pandiá Calógeras (1870-1934), o professor Fidelino de Figueiredo (1888-1967), que lecionava Literatura na Universidade de São Paulo, Humberto de Campos (1886-1934), Paulo de Castro Maya (1893-1928), Ferdinando Laboriau (1893-1928) e nosso objeto de discussões pelos seus artigos em *O Jornal*, Carlos de Laet (Messina; Duque; Kaz; Braga, 2007, p. 12-16; Soares, 2014, p. 70).

Nesse periódico de orientação conservadora, sob a direção de Chateaubriand e seus compromissos editoriais, Carlos de Laet tinha uma coluna em que escrevia regularmente, em média duas vezes por semana, gozando de liberdade para expressar suas ideias, inclusive as de natureza ultramontana.

3. CARLOS DE LAET E O ULTRAMONTANISMO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Antes de prosseguirmos com as discussões sobre Carlos de Laet e o espiritismo no periódico *O Jornal*, é fundamental compreender algumas percepções acerca dos conceitos relacionados ao ultramontanismo.

Gustavo Oliveira (2019, p. 24-25) aponta que os termos ultramontanismo, ‘romanização’ e ‘reforma’ são frequentemente consideradas sinônimos, mas é necessário esclarecer suas diferenças, apesar das semelhanças existentes entre eles.

No contexto brasileiro, Pedro Rigolo Filho (2006, p. 2-3) sugere que o termo ‘romanização’ pode ser aplicado ao período posterior à Proclamação da República, quando ocorreu a aproximação do catolicismo brasileiro com os dogmas e ritos de Roma, possibilitada pela separação entre o Estado e a Igreja.

Antes desse período, de acordo com Gustavo Oliveira (2019, p. 26) e Sérgio Coutinho (2001, p. 13), havia conflitos entre o poder eclesiástico e o poder civil, com membros da Igreja Católica negligenciando seus deveres espirituais, o que resultou em um catolicismo distorcido no Brasil. O conceito de 'romanização' representou uma aproximação entre o pensamento histórico e teológico, guiado pelos interesses da Igreja Católica, mas desconsiderando as particularidades culturais e políticas dos envolvidos.

Quanto à terminologia 'reforma', Gustavo Oliveira (2019, p. 29) ressalta que não se tratou de uma tentativa de reestruturar a Igreja Católica, mas de uma "formação religiosa com influência na ortodoxia romana", que se aproximava mais do ultramontanismo, uma vez que ambos preconizavam a reestruturação da Igreja com base nas diretrizes papais.

Já o ultramontanismo, conforme a definição de Ivan Aparecido Manoel (2013, p. 18), emergiu na Igreja Católica após o processo revolucionário francês nas últimas décadas do século XVIII, quando Roma empenhou-se em reagir às mudanças do mundo moderno, centralizando sua ortodoxia, que contrastava com as novas perspectivas culturais, políticas, de produção e relações sociais.

É importante ressaltar que o ultramontanismo não formou um grupo homogêneo e unificado, mas, de maneira geral, seus seguidores acreditavam que a modernidade e suas transformações poderiam ser prejudiciais à sociedade, uma vez que confrontavam os princípios fundamentais da Igreja. Assim, um dos atributos dos ultramontanos foi o combate vigoroso aos considerados opositores e prejudiciais aos dogmas católicos (Oliveira, 2019, p. 26; Villaça, 2006, p. 11).

Nesse contexto de oposição a tudo que pudesse contradizer os princípios do catolicismo, Carlos de Laet posicionou-se contra o espiritismo em artigos publicados no periódico *O Jornal*. Como já destacamos, a sua presença como colaborador permanente na produção de artigos para o impresso fazia parte de uma estratégia de aproximação de Chateaubriand ao arcebispo Sebastião Leme, sinalizando o alinhamento de seu periódico aos defensores do conservadorismo.

4. CARLOS DE LAET EM *O JORNAL* E SUAS VISÕES DO ESPIRITISMO

Os artigos publicados por Carlos de Laet em oposição ao espiritismo e seus procedimentos ganharam maior destaque no ano de 1926, nas edições de 22/04/1926, 29/04/1926, 06/05/1926, 20/05/1926 e 28/05/1926.É relevante salientar que, mesmo Chateaubriand se aproximando do catolicismo e contando com colunistas conservadores contrários às modernidades, havia espaço n*O Jornal* para a divulgação de notícias relacionadas a outras religiões. Essas notícias eram apresentadas em uma sessão intitulada *Religião*, onde temas como 'catolicismo', 'evangelismo', 'teosofia', 'ocultismo', 'espiritismo', entre outras religiões e religiosidades, eram abordados em diversas edições. Dentre elas, destacam-se as edições de 30/03/1926, 10/04/1926 e 13/04/1926, devido à proximidade com o período das publicações de Laet.

É importante ressaltarmos também o acompanhamento feito por *O Jornal* da organização da 'Primeira Constituinte Espírita no Brasil'. A estruturação desse evento foi destacada na edição de 31/03/1926, intitulada "As correntes espíritas modernas", por meio de uma entrevista realizada com Jarbas Ramos[6], reconhecido como uma das figuras mais importantes nos meios espíritas. Durante a entrevista, Ramos enfatizou que o espiritismo tinha como "objetivo único, exclusivo, pregar a moral cristã", posição que será refutada por Carlos de Laet em seus artigos (*O Jornal*, 31/03/1926, p. 3).

Neste artigo, não nos propomos a uma análise abrangente da 'Primeira Constituinte Espírita no Brasil'. Em vez disso, consideramos que uma investigação mais detalhada sobre esse tópico pode ser uma valiosa área de pesquisa, dado o acesso a uma variedade de fontes impressas. No entanto, ao examinarmos *O Jornal*, tivemos a oportunidade de acompanhar o compromisso do periódico em relatar as notícias relacionadas ao início e ao encerramento das reuniões da Constituinte Espírita em 31/03/1926 e 10/04/1926, respectivamente. Na edição de 11/04/1926, *O Jornal* informou, em uma de suas seções, que a "Assembleia Espírita do Brasil" havia sido aprovada, e alguns dias depois,

[6] Jarbas Ramos, além de ter sido um dos responsáveis na preparação da realização do Primeira Constituinte Espírita no Brasil, também foi responsável pela circulação da revista *Brasil Espírita*, que não era vinculada especificamente a uma instituição espírita. Ele foi eleito como o primeiro vice-presidente da Liga Espírita do Brasil (Oliveira, 2014, p. 81-82).

registrou a criação da "Liga Espírita do Brasil", com o desembargador Gustavo Farnese[7] eleito como presidente (*O Jornal*, 10/04/1926, p. 1; *O Jornal*, 13/04/1926, p. 03).

Carlos de Laet, em seus artigos publicados n'*O Jornal*, abordou diversas temáticas, todas convergindo para reforçar seu pensamento crítico em relação às questões da modernidade, da República e de situações do cotidiano. Entre esses artigos, ele se posicionou contra o regime da República e discutiu temas como o "Estudo Psiquiátrico" no Brasil e os problemas sociais provocados pelos jogos em suas diversas modalidades.

As considerações de Carlos de Laet mais incisivas contra o espiritismo foram publicadas no periódico *O Jornal*, nos meses de abril e maio de 1926, conforme mencionado anteriormente. Todos os seus artigos sobre esse tema compartilhavam a correlação do espiritismo como uma superstição.

Vale mencionar que o termo "superstição" era visto pela Igreja Católica como algo intolerável, devendo ser rejeitado. Nesse sentido, os atos de exorcismo, que faziam parte da prática católica, eram cuidadosamente dissociados de ritos folclóricos para evitar qualquer associação com a magia e a superstição. A Igreja se preocupava em refutar a ideia de que a prática do exorcismo poderia ser vista como mera encenação ou espetáculo.

Embora não possamos estabelecer evidências que sugiram que Carlos de Laet tenha fundamentado seu entendimento do espiritismo com base no *Ritual de Exorcismo da Igreja Católica*, ele percebia a doutrina espírita como uma manifestação desvirtuada das religiões estabelecidas, incluindo o catolicismo, o protestantismo e o judaísmo. Qualquer aspecto que não se alinhasse com as estruturas de crença e hierarquia eclesiástica dessas religiões era interpretado por ele como uma crença supersticiosa. Em sua perspectiva, Carlos de Laet se aproximou tanto dos protestantes quanto dos judeus em seu esforço de combater os adeptos do espiritismo.

Assim, é possível concluir que, ao utilizar o termo "superstição" para se referir ao espiritismo em seus artigos, Carlos de Laet buscava desqualificar suas

[7] O Desembargador Gustavo Farnese implantou e organizou a Liga em seu próprio escritório de trabalho. Por sua atuação profissional e com significativo capital social, conseguiu ajudar alguns médiuns de problemas com a lei (Honesto, 2020, p. 86).

práticas. Contudo, é importante notar que, apesar das diferenças entre as práticas de exorcismo da Igreja Católica e as crenças do espiritismo, ambos se empenhavam em "desobsediar" as pessoas, libertando-as de influências negativas supostamente causadas por "espíritos maus".

Os artigos escritos por Carlos de Laet e publicados n*O Jornal* foram intitulados *Superstição Perigosa* (22/04/1926); *Superstição Raivosa* (29/04/1926); *Superstição Pusillanime* (06/05/1926); *Superstição Sophistica* (20/05/1926); e *Superstição Vesana* (28/05/1926).

A primeira publicação foi a mais impactante em nossa análise, pois além de fazer o chamado para que protestantes e judeus se unissem aos católicos contra o espiritismo, como adiantamos anteriormente, Laet desconsiderou que esse pudesse ser considerado uma confissão religiosa cristã por contrariar princípios judaico-cristãos. Justamente por conta disso, deveria ocorrer a união entre os judeus, católicos e protestantes contra os espíritas (O JORNAL, 22/04/1926, p. 2).

O ponto de convergência entre as três religiões em contrariedade com a doutrina espírita seria a suposta invocação aos espíritos falecidos realizados pelos espíritas, pela atitude contrariar a "lei divina [...] de evocação [sic] dos mortos" que está "formalmente proibida no Velho Testamento". O chamamento de supostos espíritos falecidos, prática recorrente no espiritismo, ia de encontro aos princípios tanto dos judeus quanto dos cristãos (*O Jornal*, 22/04/1926, p. 2).

Especificamente sobre os judeus refutarem o espiritismo, Laet pontuou que "todos os que aceitam como divinamente a legislação mosaica não deve ser espiritistas". Já os protestantes, "em suas variadas seitas tomam sempre como fundamento doutrinal a lição da Bíblia, igualmente por ser lógico, tem que condenar o espiritismo". Além dessas questões, Laet pontuou que a ausência do batismo entre os espíritas seria "renegar a fé" cristã, por isso eles não poderiam "chamar-se de cristãos". O cumprimento do sacramento do batismo era condição para quem seguia o cristianismo, seja em qualquer religião que tivesse esses princípios. Assim, como os espíritas não realizam o ritual do batismo que é a imersão do cristão na água para simbolizar o fim de um ciclo de vida para o recomeço de outro, os espíritas não poderiam ser identificados como cristãos. O batismo estava na Bíblia, no Novo Testamento e foi realizado por Jesus Cristo

(*O Jornal*, 22/04/1926, p. 2).

> Então Jesus veio da Galileia ao Jordão para ser batizado por João" (Mateus, 3:13).
> "Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado (Mateus, 28:19-20).

A interpretação de Laet em não considerar os espíritas cristãos e, também, violadores das palavras do Antigo Testamento foram argumentos igualmente instrumentalizados pelo legislador do Código Penal de 1890, João Baptista Pereira (1835-1899), quando se pronunciou no *Jornal do Commercio* em 1890, para responder os espíritas representados pela Federação Espírita Brasileira, quando enviaram uma carta ao Ministro da Justiça Campos Sales (1841-1913) solicitando a revogação do artigo 157 que criminalizou o espiritismo nas leis penais da recente república (*Jornal do Commercio*, 23/12/1890, p. 2).

Baptista Pereira se colocou no lugar de um "bom cristão", por isso perdoaria os espíritas pelos seus questionamentos junto ao Estado em ter promulgado o artigo 157[8], considerou os seguidores da doutrina espírita "uns alucinados" e que deveriam ser "tratados com caridade" por ele, que se considerava um verdadeiro cristão (*Jornal do Commercio,* 23/12/1890, p. 2; Gomes, 2020, p. 278).

Cabe-nos ressaltar que em momento algum Baptista Pereira posicionou-se como católico ou defendeu de forma direta qualquer religião. Mas se posicionou reiteradamente estar ao lado do cristianismo e o contrapôs à doutrina espírita por suas práticas. Ele amenizou sua escrita quando enfatizou respeitar as diferentes crenças, portanto, considerava o espiritismo uma crença religiosa, mas destacou que teria procedimentos "os mais extravagantes" (*Jornal do*

[8] Art. 157 – Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:
Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100$000 a 500$000.
Parágrafo 1º Se, por influência, ou por consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração, temporária ou permanente, das faculdades psíquicas.
Penas – de prisão celular por um ano a seis anos, e multa de 200$000 a 500$000.
Parágrafo 2º Em igual pena, e mais na privação de exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidades deles (Código Penal de 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 19/07/23).

Commercio, 23/12/1890, p. 2; Gomes, 2020, p. 279).

A abordagem enfatizada por Carlos de Laet em seu primeiro artigo abrangeu o suposto impacto das práticas espíritas nas funções cerebrais de seus adeptos, levando muitos deles a "manicômios" com "enfermidades mentais", comparáveis àqueles causados pelo uso de "certas substâncias tóxicas, como cocaína, abuso de álcool e certas heranças mórbidas [...]" (*O Jornal*, 22/04/1926, p. 2).

Além disso, o intelectual literário ressaltou a associação dessa "perigosa superstição" ao curandeirismo, enfatizando que a "ciência médica" não deveria ignorar os danos das alegadas "nevroses espiritistas" e que a prática da medicina deveria ser realizada por profissionais academicamente qualificados, que assumissem a responsabilidade pela "vida e saúde humana" (O JORNAL, 22/04/1926, p. 2).

Essa perspectiva levou Laet a concluir que os médiuns curadores espíritas não deveriam mais atuar nesse campo, uma vez que suas ações, sejam intencionais, impulsionadas por "ganância" e irresponsabilidade, ou mesmo inconscientes, guiadas pelas crenças nas supostas curas mediúnicas com a intenção de confortar o próximo, produziam estatísticas alarmantes que apontavam para efeitos prejudiciais (*O Jornal*, 22/04/1926, p. 2).

Ao associar o espiritismo a problemas mentais e danos à saúde em geral, Laet mais uma vez, estabeleceu paralelos com o discurso de Baptista Pereira, que defendia a criminalização do espiritismo argumentando que a omissão diante do envolvimento de pessoas enganadas pela "indústria que prejudica as finanças e compromete a saúde" seria conivente com práticas espíritas, especialmente considerando o aumento de casos de transtornos físicos e mentais (*Jornal do Commercio*, 24/12/1890, p. 2).

Vale ressaltar que tanto João Baptista Pereira quanto Carlos de Laet, ao apresentarem estatísticas para sustentar suas argumentações contra as supostas curas espíritas, não forneceram dados oficiais. Eles utilizaram percentuais presumidos para dar autoridade a seus argumentos, mas não apresentaram números concretos ou indicaram suas fontes para comprovar seus discursos.

Apesar de concordar com Baptista Pereira sobre a necessidade de

restringir a atuação dos espíritas na arte de curar, Laet se diferenciou do legislador em seu discurso, responsabilizando a ausência do Estado na criação de instituições que beneficiassem os menos favorecidos economicamente. O intelectual católico observou “despesas inúteis” do governo em “comissões fictícias” e na construção de "grandiosas edificações consumindo milhares de contos" (*Jornal do Commercio*, 24/12/1890, p. 2).

Ao chamar a atenção para a falta de intervenção estatal no cuidado dos mais pobres e sua busca por assistência em instituições de caridade para obter cura para suas enfermidades, Laet refletiu sobre os problemas resultantes da falta de protagonismo do governo em assumir a responsabilidade de retirar o cuidado da cura das mãos da caridade e colocá-lo nas mãos da ciência.

A correlação entre caridade e cuidados com a saúde no Brasil pode ser analisada em diversas perspectivas. Embora não seja nossa intenção discutir intensamente esse ponto, é essencial destacar alguns aspectos para tornar plausível a crítica de Carlos de Laet.

A Santa Casa da Misericórdia[9], controlada pela Igreja Católica e originada a partir da devoção a Nossa Senhora da Misericórdia, servia como local para onde os doentes se dirigiam em busca de cura, especialmente por meio de pedidos feitos à misericordiosa santa, mãe e advogada das pessoas aflitas pela dor da doença (Miranzi, Assis, Resende, Ivamoto, 2010, p. 159-160; Gandelman, 2001, p. 614).

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro enfrentava altos índices de mortalidade e a ausência de hospitais públicos. Em vez disso, a cidade contava com instituições filantrópicas, mantidas com auxílio do governo e operadas por voluntários. A Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, também servia como local para abrigar doentes com doenças contagiosas (Miranzi, Assis, Resende, Ivamoto, 2010, p. 159; Scilliar, 1987, P. 25-26).

Vale ressaltar, em nossa discussão, que tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador, as Santas Casas de Misericórdia desempenhavam o papel de

[9] “A irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia foi criada em Portugal, no ano de 1498, por dona Leonor (1458-1525), irmã de d. Manuel (1469-1521), sob a influência do frei trinitário Miguel de Contreiras (1431-1505). A irmandade organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo Evangelho consignados segundo São Mateus” (Gandelman, 2001, p. 614).

hospitais universitários. Não havia outros espaços para que estudantes de medicina pudessem realizar suas aulas práticas. Somente timidamente na década de 1920, o Estado iniciou suas primeiras ações para assumir o gerenciamento da assistência médica para os menos favorecidos economicamente (Sanglard, 2006, p. 12-13).

Em sua primeira publicação no impresso *O Jornal*, Carlos de Laet dividiu suas percepções em relação ao espiritismo, considerando-o um "mal das perturbações psíquicas". Ele expôs que a busca da população pelo espiritismo decorria da "tendência mística da população", da falta de "aliança da religião e da ciência" e da falta de interesse do governo em investir na saúde pública, criando hospitais, postos de socorro e "sanatórios para a gente pobre que, hoje enferma e desamparada, mergulha nas trevas porque na luz não vê quem as proteja", isto é, havia a ausência de investimento governamental em espaços controlados por médicos formados academicamente em medicina o que deixaria a população vulnerável aos supostos curandeiros espíritas por falta de atenção pública (*O Jornal*, 22/04/1926, p. 2).

Na segunda publicação de Laet, intitulada *Superstição Raivosa*, sua postura tornou-se mais combativa em relação ao Centro Espírita Redemptor, que funcionava no Rio de Janeiro desde o início do século XX e adotava o "espiritismo racional e científico cristão" em que a doença mental era considerada uma temática fundamental e precisava ser tratada por eles. Essa abordagem foi considerada inadmissível por Laet (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 494).

Vale frisar que tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX, a expressão "espiritismo" era frequentemente usada para se referir às religiões mediúnicas[10] em geral. Nos artigos, Laet confrontou o espiritismo kardecista, mas também considerou as práticas espiritualistas do Centro Espírita Redemptor como espiritismo. Ele apenas os diferenciou em nuances, como veremos a seguir.

[10] Religiões Mediúnicas, de acordo com Artur Isaia (2005, p. 599), que consiste no conjunto de práticas e experiências religiosas que apresentam em comum a crença "na reencarnação e no contato entre vivos e mortos" e, para que isso ocorra, existe a necessidade de haver a existência de um "intermediário entre ambos, o médium, julgado capaz de emprestar seu corpo para que os espíritos manifestem-se".

O posicionamento mais combativo de Laet em relação ao Centro Espírita Redemptor foi uma resposta à carta aberta do próprio Centro endereçada ao professor Carlos de Laet. A carta acusava a Igreja Católica de selecionar "jovens espirituosos, elegantes, nobres e ricos" para oferecer "dádivas", mas, em caso de desobediência ao "chamado divino", os jovens seriam coagidos e amedrontados com as "penas eternas" declaradas pela Igreja. Laet foi associado a essa situação por ocupar, naquele momento, a posição de presidente da Associação da Mocidade Catholica Brasileira (*O Jornal*, 24/04/1926, p. 1).

A resposta do Centro Espírita Redemptor em sua defesa não parou por aí. Entre muitas acusações, destacou-se a alegação de que parte das pessoas que buscava auxílio no Centro com problemas psicológicos eram provenientes do "fanatismo" da Igreja, considerado uma "epidemia". No entanto, não foram apresentadas provas para sustentar tal acusação, tampouco houve comprovação das alegações feitas contra o Cardeal Arcoverde de encobrir atitudes "corruptas" da "Santa Madre Igreja" (*O Jornal*, 24/04/1926, p. 1).

O Centro Espírita Redemptor foi fundado pelo português Luiz Mattos (1860-1926). Ao criar o manicômio, ele buscou adotar procedimentos espíritas em suas práticas, considerando que a cura da doença mental "seria a consequência de uma obsessão espiritual". Por essa razão, o doente passava por sessões de desobsessão com a presença de médiuns e assistentes. O enfermo era colocado em uma cadeira com amarras nas pernas e nos pulsos para permitir o processo de desobsessão espiritual (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 494-496).

Os princípios e métodos do Espiritismo Racional e Científico Cristão foram registrados no livro intitulado "Espiritismo Racional e Científico Christão", supostamente organizado pelo astral superior que dirigia o Centro Espírita Redemptor do Rio de Janeiro. De acordo com esse livro de 1921, as sessões eram iniciadas com a formação de uma "corrente fluídica", composta por no mínimo seis médiuns saudáveis, que não podiam ter qualquer sinal de medo e estarem sonolentos. Essa corrente tinha o objetivo de proteger os médiuns e os participantes da sessão contra obsessões espirituais (*Espiritismo Racional e Científico Christão*, 1921).

O funcionamento dessa corrente fluídica era o seguinte: ao redor da mesa,

os supostos espíritos presentes aproximavam-se dos médiuns e só eram liberados quando o presidente da sessão assim determinava. Essa “corrente fluídica” agia como uma proteção para garantir um ambiente seguro e controlado durante a sessão. O papel do “presidente da sessão” era crucial no tratamento e cura dos pacientes com doença mental. Suas ações e iniciativas eram realizadas com calma e moderação, sem considerar a opinião dos outros (*Espiritismo Racional e Científico Christão*, 1921).

Além disso, enfatizava-se que não se deveria sentir pena pelos sofredores, pois, de acordo com os princípios da doutrina, eles estavam passando por suas dores necessárias. O “presidente da sessão” tinha horários designados para atendimento no Centro Espírita Redemptor e, após isso, era recomendado que descansasse por uma hora. Esse tempo de descanso era importante para recarregar suas energias e manter o equilíbrio emocional durante o trabalho de ajuda aos doentes mentais (*Espiritismo Racional e Científico Christão*, 1921).

No Centro Espírita Redemptor, eram realizadas algumas preces, como a prece de Cáritas, o Pai Nosso e a Ave Maria. Os pacientes eram orientados a seguir uma sequência de eventos simbólicos, pois a disciplina era considerada fundamental no tratamento da doença mental pelos seguidores do Espiritismo Racional e Cristão. Tanto os pacientes internos quanto todos os membros da instituição seguiam regras rigorosas de horários e rotinas, a fim de criar um ambiente protegido e organizado para favorecer a recuperação e o equilíbrio emocional dos envolvidos (*Espiritismo Racional e Científico Christão*, 1921).

Esses procedimentos realizados por Luiz Mattos geraram intensos embates com médicos psiquiatras, como Juliano Moreira (1872-1933), e com a própria Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que discutia os supostos malefícios do espiritismo para a sociedade brasileira (Almeida, 2007, p. 37). Em sua *Carta Aberta* ao professor Carlos de Laet, o Centro Espírita Redemptor tratou o psiquiatra de forma pejorativa, chamando-o de "Moreirinha Catholico", por supostamente apoiar a Igreja Católica contra a cura espírita (*O Jornal*, 24/04/1926, p. 1).

Carlos de Laet, por sua vez, considerava o funcionamento do Centro

Espírita Redemptor inconcebível[11]. No entanto, é importante ressaltar que, exceto pelas práticas religiosas de desobsessão, a estruturação dos sanatórios oficiais não era tão diferente da do Redemptor. Ambos possuíam disciplina institucional, castigos físicos aos pacientes e proibição de contato com a sociedade (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 498-499; 505).

No entanto, Luiz Mattos criticava o uso de brometos, banhos de imersão em altas temperaturas e duchas, acreditando que o problema estava no espírito, não na matéria, através do processo obsessivo que afetava a saúde mental (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 498-499).

No terceiro artigo publicado por Carlos de Laet, intitulado *Superstição Pusillanime*, o discurso do intelectual adquiriu uma conotação de crítica religiosa ao espiritismo, com o Centro Espírita Redemptor como seu principal alvo, devido às posições assumidas pelo intelectual católico no artigo *Superstição Raivosa* (*O Jornal*, 06/05/1926, p. 2).

Para enfrentar o posicionamento do representante do Centro Espírita Redemptor, Laet sugeriu a criação de duas comissões para examinar os procedimentos realizados no manicômio espírita. Ele propôs os seguintes nomes para a comissão: Antônio Felino Santos, considerado por Laet um grande conhecedor das "coisas espíritas"; Joaquim Pereira Fonseca, um clínico; e Oscar Pimentel[12], a quem também considerou conhecedor das práticas espiritistas (*O Jornal*, 06/05/1926, p. 2).

Laet considerou que sete enfermos seriam suficientes para a experiência, submetendo-os às "correntes" brancas para avaliar seus efeitos. A intenção de Laet era desafiar os diretores do Centro Espírita Redemptor e questionar sua autoproclamada denominação de "cientistas". Caso o desafio não fosse aceito,

[11] No Centro Espírita Redemptor não era permitido fumar, comer fora do horário estipulado e manter conversas sobre a vida alheia. Havia privilégios aos internados que mantinham a disciplina. Para estes era concedido o direito à cama e a ter mobílias no quarto. Já para os indisciplinados não havia qualquer concessão. Fazia parte da rotina o cumprimento das tarefas de higienização pessoal e do ambiente (varrer o quarto, lavar o banheiro, arrumar a cama, entre outras tarefas correlacionadas à limpeza e arrumação). Eram rotinas que todos os internados deveriam seguir (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 497).

[12] Em 1919, Oscar Pimentel escreveu uma tese intitulada *Em torno do espiritismo*, na qual expressou sua opinião de que o espiritismo era uma crença absurda e primitiva. Ele argumentou que os fenômenos atribuídos ao espiritismo eram, na maioria das vezes, resultado de fraude ou estavam associados a sugestão, sonambulismo e alucinação. Essa visão contrária ao espiritismo refletia a perspectiva de Pimentel sobre o assunto (Pereira Neto; Amaro, 2012, p. 503)

eles seriam rotulados como “curandeiros do subúrbio” (*O Jornal*, 06/05/1926, p. 2).

Vale ressaltar que, durante as discussões protagonizadas por Laet, ocorriam paralelamente várias outras discussões em outra seção intitulada “Manicômio Espírita” no mesmo jornal, com confrontos entre o Dr. Oscar Pimentel e os diretores do Centro Espírita Redemptor, em diferentes seções durante o mês de maio (*O Jornal*, 06/05/1926, p. 1; 07/05/1926, p. 2; 11/05/1926, p. 1; 13/05/1926, p. 1).

Em 1890, durante a criminalização do espiritismo pelo Código Penal, surgiu a proposta de realizar uma reunião com cientistas ou céticos do espiritismo, com o intuito de analisar o que ocorria nas sessões espíritas. O Centro União Espírita do Brasil[13] sugeriu ao presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca que o governo constituísse uma “comissão de homens competentes e imparciais, verdadeiros homens da ciência, que buscassem somente a verdade”. Essa comissão teria como objetivo investigar a verdadeira natureza do espiritismo, evitando preconceitos e julgamentos que levassem à sua criminalização. A proposta visava promover exames, estudos e experimentações sobre o tema. No entanto, a reunião não se concretizou, e o artigo penal que criminalizava o espiritismo também não foi revogado (*Jornal do Commercio*, 25/12/1890, p. 2; Gomes, 2020, p. 300).

Após Laet impor o desafio ao Centro Espírita Redemptor, os representantes do centro responderam na edição de 08/05/1926 d'*O Jornal*, na seção *Carta Aberta ao Prof. Carlos de Laet*, aceitando o desafio e chamando-o de “inquérito científico”, mas com regras diferentes das sugeridas pelo intelectual católico (*O Jornal*, 08/05/1926, p. 1).

[13] O Centro União Espírita do Brasil foi estabelecido em 3 de outubro de 1881 durante o primeiro congresso espírita realizado no país. O congresso ocorreu em 6 de setembro de 1881 e foi organizado pela Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade. Essa instituição propôs a criação de uma entidade para reunir e orientar as associações espíritas do Rio de Janeiro. A partir de 1889, o Centro Espírita passou a compartilhar o mesmo espaço físico com a Federação Espírita Brasileira, e Bezerra de Menezes foi eleito presidente. O centro reunia líderes de diversas associações espíritas, com o objetivo de unificar a doutrina espírita no país. Cada grupo mantinha sua autonomia dentro da instituição. O centro tinha como proposta promover o diálogo e as discussões entre os representantes das associações, buscando consenso na divulgação de suas interpretações sobre o espiritismo na capital. Isso visava alcançar maior coesão e entendimento sobre a doutrina espírita e suas nuances, especialmente em relação ao "desenvolvimento das mediunidades" (Reformador, 01/11/1889, P. 1-2; Damazio, 1994, P. 124-129; Giumbelli, 1997, P. 107-108; Wantuil, 1968, P. 483; Gomes, 2020, p. 253-254).

Os líderes da instituição Centro Espírita Redemptor manifestaram a sua insatisfação em relação à proposta da comissão composta por intelectuais, conforme sugerida por Laet. Em virtude disso, defenderam a ampliação da composição da comissão com o intuito de conduzir uma análise mais abrangente das atividades do referido centro. Nesse contexto, apresentaram uma lista de potenciais participantes, a qual englobava profissionais médicos, escritores e políticos (*O Jornal*, 08/05/1926, p. 1).

Outra norma de importância estabelecida pelos líderes do Redemptor determinava que o corpo responsável por fazer a escolha dos pacientes a serem tratados no estabelecimento deveria optar por "indivíduos carentes" provenientes de hospitais (*O Jornal*, 08/05/1926, p. 1).

Laet, em seu último artigo dedicado ao confronto com o espiritismo, denominado *Superstição Vesana*, tentou desqualificar os diretores do Centro Espírita Redemptor, alegando que faziam uso de tautologia, repetindo pensamentos de forma repetitiva e obscura, como ocorria com pessoas mentalmente perturbadas (*O Jornal*, 28/05/1926, p. 2).

Com o objetivo de descreditar os diretores do Centro Espírita Redemptor, Carlos de Laet utilizou recursos retóricos[14], empregando a desqualificação de seus oponentes como "petulantes adversários" e rotulando os dirigentes do manicômio como "infelizes" que praticavam a "tautologia". Esse termo se refere a uma prática de linguagem na qual se repete constantemente o mesmo vocábulo ou seus derivados, e Laet associou tal comportamento ao estado mental das pessoas que necessitavam de tratamento psiquiátrico, alegando que provocava uma "conturbação mental" (*O Jornal*, 28/05/1926, p. 2).

[14] *Os recursos retóricos que evidenciaremos para a nossa análise serão* a argumentação por meio da autoridade e as argumentações *ad hominem* e *ad personam.* Quanto à argumentação mediante a intervenção de autoridade, a intenção é a persuasão do discurso por intermédio do prestígio de quem estaria sendo citado ou invocado. A argumentação *ad hominem* refere-se, principalmente, à opinião. A proposta desse recurso retórico seria colocar as pressuposições do interlocutor na incredibilidade por meio da contradição. O seu objetivo era desqualificar os pressupostos daquele com quem se dialoga a fim de garantir o seu desprestígio intelectual. Já a argumentação *ad personam* imputa-se ao ataque pessoal. A proposta é a desqualificação do interlocutor ou do adversário por meio de conjecturas que possam intervir diretamente em sua personalidade. É uma argumentação que se distancia do assunto em debate para se investir em impropérios de ordem privada. A ironia também é um recurso retórico. Nela se tem a finalidade de querer se dar a entender o contrário do que se diz. Compreende-se como um recurso possível em todas as situações argumentativas, sobretudo na defesa e é uma evidência de provocação com quem se dialoga (PERELMAN, 2004, p. 125, 235-236, 347, 363).

Ao considerar os diretores do Centro Espírita Redemptor como praticantes da "tautologia", Laet utilizou ironia como outro recurso retórico para expressar uma opinião ofensiva e depreciativa em relação a eles, buscando desencorajar os leitores a acreditarem nas supostas curas espiritualistas realizadas naquele espaço religioso.

Além de desqualificar os diretores do Redemptor ao rotulá-los como adeptos da "tautologia", o objetivo de Laet foi enquadrá-los no grupo de pessoas que também precisariam de ajuda para tratar de sua saúde mental, sugerindo que apresentavam "graves sintomas da moléstia" (*O Jornal*, 28/05/1926, p. 2).

Apesar de o propósito principal do artigo ser destacar a inadequação e falta de eficácia das curas realizadas pelo Centro Espírita Redemptor, Laet não deixou de questionar a compatibilidade de ser "espírita e cristão". Essa abordagem teve a intenção de conduzir o discurso para mais uma vez discorrer sobre a evocação dos mortos para obtenção de comunicações, sugerindo que tal prática era incompatível com os ensinamentos do Antigo Testamento (*O Jornal*, 28/05/1926, p. 2).

No entanto, Laet também colocou em dúvida se seria possível ser "espírita e cristão" ao confrontar o espiritismo e seus seguidores, mas destacando a distinção entre os espíritas kardecistas e os do Centro Espírita Redemptor (*O Jornal*, 28/05/1926, p. 2).

É importante ressaltar que o desafio imposto por Laet ao Centro Espírita Redemptor foi seguido por trocas de artigos, discussões e questionamentos sobre o tratamento de doenças mentais no Centro e a validade do espiritismo ou o que se entendia por espiritismo, levantando questões sobre sua prática e filosofia, que no contexto da época, essas discussões foram intensas por refletirem questões mais amplas sobre a relação entre ciência, religião e saúde pública no Brasil. Mas, o confrontamento não ocorreu de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos de Laet, como destacado intelectual do início do século XX, desempenhou um papel de relevância notável ao abordar de maneira substancial questões intrinsecamente conectadas à interseção da religião, da

ciência médica e dos cuidados de saúde pública. Esse intelectual, que se distinguiu por sua fecunda produção escrita, representou uma facção intelectual alinhada com o conservadorismo católico e o ideal monárquico, refletindo assim uma perspectiva ultramontana que resistia às transformações da modernidade e enfatizava a autoridade suprema da ortodoxia católica emanada de Roma.

Em sua obra, Laet demonstrou sua posição anti-protestantismo, considerando-o uma heresia, mas também recorreu a membros das comunidades protestantes e judaicas em 1926 para criticar o espiritismo e suas diversas vertentes que emergiram nas primeiras décadas do século XX.

A abordagem de Laet às dissidências no movimento espírita foi evidenciada quando ele apontou as dificuldades de unificação dentro desse contexto, com destaque para a ausência do Centro Espírita Redemptor no Congresso Constituinte Espírita Nacional de 1926. É digno de nota que a Federação Espírita Brasileira, uma instituição de grande relevância no movimento espírita, também não participou do evento em questão.

No entanto, Laet usou o termo “espiritismo” de forma polissêmica em seus escritos, aplicando-o de maneira ampla para se referir às religiões mediúnicas, o que por vezes levou a imprecisões em suas análises. Embora ele tenha reconhecido nuances dentro do espiritismo, ele o rejeitou com base em sua prática de invocação dos mortos e na ausência de rituais como o batismo, elementos que, em sua perspectiva, o afastavam da identidade de uma religião cristã ou do monoteísmo judaico.

Os artigos de Laet frequentemente destacaram o Centro Espírita Redemptor e seus métodos de tratamento para doenças mentais, possivelmente influenciados pela proximidade com médicos como Juliano Moreira e Oscar Pimentel, que compartilhavam sua visão contrária aos métodos de cura espíritas, que ele rotulava como "Espiritismo Racional e Científico Cristão" e "espíritas kardecistas".

Carlos de Laet foi um defensor apaixonado do regime monárquico e do conservadorismo católico, e seus escritos ao longo da década de 1920 refletem claramente essas convicções. Sua posição como membro da Academia Brasileira de Letras lhe conferiu a liberdade e a autoridade para escrever sem restrições em defesa da Igreja Católica, tornando-se uma figura intelectual

proeminente no contexto do catolicismo brasileiro.

Um exemplo notável de sua imparcialidade surgiu quando ele explorou a relação entre a ausência de intervenção estatal na assistência à saúde das camadas economicamente menos privilegiadas e o aumento da presença de curandeiros no país. Laet observou que muitos curandeiros ofereciam serviços gratuitos ou a preços mais acessíveis do que os médicos devidamente qualificados, o que gerava preocupações na classe médica, que buscava manter o monopólio nos cuidados de saúde.

Em suas acusações e apoio à criminalização do espiritismo e dos espíritas em práticas de cura, o discurso de Laet ecoou os argumentos de João Baptista Pereira do final do século XIX, especialmente no que diz respeito à visão de que os adeptos do espiritismo não eram cristãos e às acusações de impostura e má-fé na busca por enganar aqueles que buscavam tratamento para suas enfermidades físicas por meio de supostos médiuns espíritas curadores.

Carlos de Laet foi um intelectual singular que deixou um legado profundo e multifacetado na cultura brasileira. Sua vasta produção literária, composta por obras e artigos de diversos gêneros e temas, revela seu engajamento político e religioso, expresso com fervor e convicção. Além disso, sua contribuição se destaca pela firmeza com que confrontou os que discordavam de suas ideias, tratando-os muitas vezes como adversários ou inimigos, como se pode observar em seus textos críticos sobre o espiritismo e o Centro Espírita Redemptor.

A postura arrojada de Laet em desafiar e defender suas crenças deixou legado, convidando a reflexões contínuas sobre a complexa interação entre ciência, religião, saúde pública e a busca por compreender, intervir e influenciar a sociedade em seu contexto histórico. Seu legado perdura como uma referência por seu relevante engajamento intelectual e pela defesa apaixonada das convicções pessoais na construção do discurso público e na moldagem das visões de mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angélica *et al*. O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão. **Revista Psiquiatra Clínica**, São Paulo, v. 34. P. 34-41, 2007.

ANDRADE, Solange Ramos de. *História das Religiões e das Religiosidades: uma breve introdução. In*: MARANHÃO FILHO. Eduardo Maranhão de Albuquerque. **(RE) conhecendo o sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades.** São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

ARRIBAS, Célia. **Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da unificação espírita na primeira metade do século XX.** Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, ed. 37, p. 150-172, 2017.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil, primeiro: História dos Diários Associados.** Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CENTRO ESPÍRITA REDEMPTOR. **Espiritismo racional e científico christão: organizado pelo astral superior que dirige o Centro Espírita Redemptor do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Centro Espírita Redemptor. 1921.

BRASIL. **Código Penal De 1890.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 19/07/23.

COSTA, Marcelo Timotheo da. **Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. **Religiosidades, Misticismo e história no Brasil Central.** Brasília: Cehila, 2001, p. 13.

CRISPINIANO, Helena Ramalho. **Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927).** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, 2020.

DAMAZIO, Sylvia. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.

FARIA, Itamar Teodoro de. Os intelectuais e a política: apontamentos de história intelectual. **Revista Ciência et Praxis.** v. 10, n. 20, 2017.

FERRO, Flavia Salles. **Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde**. V. 8, p. 613-630, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, Adriana. **A judicialização do Espiritismo: o 'crime indígena' de João Baptista Pereira e a jurisprudência de Francisco José Viveiros de Castro (1880-1900).** Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

GOMES, Adriana. **Entre a Fé e a polícia. O espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909).** Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

HONESTO, Eder. **Do exílio a símbolo cultural: a construção do ícone "Santa Dica" em Goiás.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação

Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás, 2020.

ISAIA, Artur Cesar. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. **Revista de História das Ideias**, Coimba, nº 26, p. 599- 622, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. 25 de dezembro de 1890 [impresso], p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição de 23 de dezembro de 1980 [impresso]. p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição de 24 de dezembro de 1890 [impresso], p. 2.

LAET, Carlos de. **Heresia Protestante: polêmica com um pastor presbiteriano.** São Paulo: A. Campos, 1907.

LEME, D. **Sebastião. Carta de D. Sebastião Leme, arcebispo Metropolitano de Olinda saudando a sua diocese** Disponível em https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223. Acesso em: 07/04/23.

LOPES, Francisco Leme. **Carlos de Laet: textos escolhidos.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964.

LOPES, M. A. **Grandes nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985).** Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. Das reformas ultramontanas à ação católica: achegas para o entendimento da História Católica no Brasil. *In*: MARIN, Jérri Roberto (org.) **Questões Religiosas: Teorias e Metodologias.** Dourados: Ed. UFGD, 2013.

MESSINA, A.; DUQUE, H.; KAZ, L.; BRAGA. R. **O Jornal Órgão líder dos Diários Associados.** Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Comunicação Social, 2007.

MIRANZI, Silveira Mário Alfredo; ASSIS. Dnieber Chagas de Assis; RESENDE, Deisy Vivian de; IWAMOTO, Helena Hemiko. Compreendendo a história da saúde pública de 1870-1990. **Saúde Coletiva**, v. 7, p. 157-162, 2010.

MONTEIRO, Eduardo C. e D'OLIVA, Natalino. **USE: 50 anos de unificação**. São Paulo: USE, 1997.

NOGUEIRA, Ataliba. **Centenário de Carlos de Laet**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958.

O JORNAL. 10 de abril de 1926 [impresso], p. 1 e 6.

O JORNAL. 13 de abril de 1926 [impresso], 3 e 6.

O JORNAL. 18 de março de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 2 de outubro de 1924 [impresso], p. 1.

O JORNAL. 20 de maio de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 22 de abril de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 24 de abril de 1926 [impresso], p. 1.

O JORNAL. 28 de janeiro de 1926 [impresso], p. 4.

O JORNAL. 28 de maio de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 29 de abril de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 30 de março de 1926 [impresso], p. 6.

O JORNAL. 31 de março de 1926 [impresso], p. 3.

O JORNAL. 6 de maio de 1926 [impresso], p. 2.

O JORNAL. 7 de janeiro de 1926 [impresso], p. 1.

O JORNAL. 8 de maio de 1926 [impresso], p. 1.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **A Congregação da Missão e a construção do ultramontanismo oitocentista.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de. **Imprensa espírita na cidade do Rio de Janeiro: propaganda, doutrina e jornalismo (1880-1950).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

PEREIRA NETO, André de Faria; AMARO Jacqueline de Souza. O Centro Espírita Redemptor e o tratamento de doença mental, 1910-1921. **Revista História Ciência, Saúde de Manguinhos**, 19 (2), Jun, p. 491-507, *2012*.

PERELMAN, Chäim. **Retóricas.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RITUAL DE EXORCISMOS E OUTRAS SÚPLICAS. 2a. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

ROSSETE, Cassio Roberto. **Possessão e exorcismo na Igreja Católica. Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Revista Esboço**, v. 13, n.16, p. 11-23, 2006.

SARTIN, Philippe Delfino. A Igreja Católica, a possessão demoníaca e o exorcismo: velhos e novos desafios. **Temporalidades – Revista de História**, ed. 21, v. 8, n. 2, maio/agosto 2016, p. 447-468.

SCLIAR, M. **Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Revista eletrônica
HISTÓRIA
EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Revista História em Reflexão, Vol. 18, N. 35 | fev. a jun. de 2024

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA-CHEFE
Nathalia Claro Moreira

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS
Bianca Francisca da Silva Santos
Carla Maria Monteiro de Souza
Emanoel Jardel Alves Oliveira
Jackeline Kojima Matias Ikuta
Kacia Mikaela de Sousa
Kevin Franco dos Santos
Ravi Rodrigues Amorim

PARECERISTAS *AD HOC* NESTE NÚMERO
Alexandre Cougo
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Carlos Eduardo Millen Grosso
Douglas Barboza
Elenita Malta Pereira
Eudes Fernando Leite
Everton Fargoni
Hélder Lima
Jorge Eremites de Oliveira
Leonardo Schwinden
Lucas Samuel Quadros
Luiz Carlos Novaes
Michel Goulart da Silva
Mônica de Lourdes Neves Santana
Nauk Maria de Jesus
Paulo Roberto Homem de Góes
Protasio Paulo Langer
Rafael Balardim
Renata Cerqueira Barbosa
Wendel Johnson da Silva

CONSELHO CONSULTIVO
Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)
Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)
Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)